

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA – SBS

Vol. 10, Nº 25 | Maio/Agosto 2022

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA - DIRETORIA (GESTÃO 2021-2023)

Presidente
Jacob Carlos Lima, UFSCar

1º Vice Presidente
Edna Maria Ramos de Castro, UFPA

2º Vice Presidente
Helena Maria Bomeny Garchet, UERJ

Secretário Geral
Luiz Gustavo da Cunha de Souza, UFSC

Tesoureiro
Emil Albert Sobottka, PUC-RS

1º Secretário
Marco Aurélio Santana, UFRJ

2º Secretário
José Miguel Rasia, UFPR

Diretores
Marcelo Bastos Seráfico de Assis, UFAM
Cristiano W. Noberto Ramalho, UFPE
Maria Carolina Tomás, PUC-MG
Paula Cristina da Silva Barreto, UFBA
Lorena Cândido Fleury, UFRGS

Conselho Fiscal
Bianca Freira Medeiros, USP
Danyelle Linin Gonçalves, UFC
Fabricio Monteiro Neves, UnB

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA – SBS

Coordenação Editorial
Jacob Carlos Lima, Universidade Federal de São Carlos

Editores
Lorena Cândido Fleury, Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Maurício Hoelz Veiga Jr., Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Rodrigo da Rosa Bordignon, Universidade Federal de Santa Catarina

Comissão Editorial
Carlos Benedito Martins, Universidade de Brasilia
Celi Scalon, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Irlys Barreira, Universidade Federal do Ceará
Rogerio Proença Leite, Universidade Federal de Sergipe
Sergio Tavolaro, Universidade de Brasilia
Soraya Maria Vargas Cortes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Tom Dwyer, Universidade Estadual de Campinas

Assessoria Editorial
Regina Vargas

Conselho Editorial
Ana Luisa Fayet Sallas, Universidade Federal do Paraná
Abdelafid Hamouch, Universidade de Lille I
André Pereira Botelho, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Arturo Morato, Universidad de Barcelona
Carlos Fortuna, Universidade de Coimbra
Cesar Barreira, Universidade Federal do Ceará
Charles C. Lemert, Yale University
Emil Sobottka, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Gabriel Cohn, Universidade de São Paulo
Jacob Carlos Lima, Universidade Federal de São Carlos
José Machado Pais, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
José Ricardo Ramalho, Universidade Federal do Rio de Janeiro
José Vicente Tavares, Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Lúcio Oliver Costilla, Universidad Nacional Autónoma de México
Marcos César Alvarez, Universidade de São Paulo
Margaret Archer, EPFL- University of Warvick
Maria Stela Grossi, Universidade de Brasília
Michael Burawoy, Berkeley University
Paulo Neves, Universidade Federal de Sergipe
Renato Sérgio de Lima, Fórum Brasileiro de Segurança - FBS
Sérgio Adorno, Universidade de São Paulo

Revisão: Liana Fernandes
Diagramação: Carolina Fernandes

Ficha Catalográfica elaborada pela UFS

RSB: Revista Brasileira de Sociologia / Sociedade Brasileira de Sociologia - SBS. – v. 1 n.1 (2013-) – Sergipe: SBS, 2013.
Semestral. Quadrimestral a partir de 2017.
IISSN 2317-8507 (impresso)
ISSN 2318-0544 (Eletrônico)
1. Sociologia – Periódicos. I. Sociedade Brasileira de Sociologia

CDU 316(051)

As opiniões, afirmações e conceitos emitidos nos artigos publicados na Revista Brasileira de Sociologia são de inteira responsabilidade de seus autores e não expressam posições da RBS ou da Sociedade Brasileira de Sociologia - SBS.

SUMÁRIO
TABLE OF CONTENTS

ARTIGOS

5 **A cientometria na caracterização do campo da Sociologia no Brasil: considerações metodológicas**
Scientometrics in the characterization of the field of Sociology in Brazil: methodological considerations
Lucas Rodrigo da Silva, UFSCar, Roney Fraga Souza, UFMT e Jacob Carlos Lima, UFSCar

36 **O balão, o serrote e o indivíduo: cosmopolítica do memorialismo modernista**
The balloon, the saw and the individual: cosmopolitics of modernist memorialism
André Botelho e Lucas van Hombeeck, UFRJ

63 **Fábrica de sonhos: o caso da Mercedes- Benz de Iracemápolis-SP**
Dreams factory: the case of Mercedes-Benz in Iracemápolis-SP
Fernando Ramalho Martins, UNESP e Marcos Lázaro Prado, UFSCar

96 **Muito além da violência legítima: contribuições à crítica ao conceito de Estado de Max Weber**
Far beyond legitimate violence: contributions to the critique of Max Weber's concept of State
Marco Acco, UFPB

132 **Razões militantes em primeira pessoa: análise de práticas de ativismo político no Facebook**
First person militant reasons: analysis of political activism practices on Facebook
Antonio Teixeira de Barros

168 **Entre dois ciclos políticos: o percurso do MTST e os caminhos das lutas urbanas**
Between two political cycles: the course of MTST and the paths of urban struggles
Cristhiane Falchetti, USP

193 **Educação superior e resultados no mercado de trabalho no Brasil: uma revisão da literatura e dos dados disponíveis**
Higher education and outcomes in the labor market in Brazil: a review of literature and available data
André de Holanda Padilha Vieira, IPEA, Gabriela Honorato, UFRJ, Leonardo Rodrigues, IFNMG

FUTUROS PASSADOS

219 **Um programa forte para a sociologia política no Brasil**
A strong program for political sociology in Brazil
Lucas Correia Carvalho e Aline Marinho Lopes, UFF

https://doi.org/10.20336/rbs.881

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

A cientometria na caracterização do campo da Sociologia no Brasil: considerações metodológicas

Scientometrics in the characterization of the field of Sociology in Brazil: methodological considerations

Lucas Rodrigo da Silva*
Roney Fraga Souza**
Jacob Carlos Lima***

RESUMO
O presente artigo discute, no espectro das metodologias quantitativas, as abordagens cientométricas orientadas e aplicadas ao campo científico da Sociologia no Brasil. A partir da análise da produção bibliográfica e da trajetória acadêmica da coorte dos docentes vinculados aos Programas de Pós-graduação avaliados na área de Sociologia pela CAPES – docentes ativos em 2020 –, o artigo expõe limites e oportunidades dos caminhos analíticos referentes aos estudos métricos da ciência, destacando as "boas práticas" da cientometria e a função instrumental dessa metodologia. Os materiais utilizados foram os registros bibliográficos coletados nos bancos de dados Scopus e Plataforma Lattes da população acadêmica selecionada. Os resultados alcançados discutem o próprio fazer cientométrico e a construção de alguns indicadores que podem ser mais adequados à compreensão da dinâmica do campo científico da Sociologia.

Palavras-chave: método quantitativo, cientometria, campo científico, indicadores científicos, Sociologia, Brasil.

* Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil
Doutor em Política Científica e Tecnológica (UNICAMP) e pesquisador de Pós-Doutorado (bolsista FAPESP) com projeto de pesquisa vinculado ao Programa de Pós-Graduação de Sociologia da UFSCar. ludrilvo@gmail.com

** Universidade Federal do Mato Grosso.
Doutor em Desenvolvimento Econômico (Unicamp) e professor da Faculdade de Economia (UFMT). roneyfraga@gmail.com.

*** Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil.
Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo, com Pós-doutorado no Department of Urban Studies and Development do Massachusetts Institute of Technology (EUA-2001). É Professor Titular no Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. calimajb@gmail.com

ABSTRACT

This article discusses, in the spectrum of quantitative methodologies, scientometric approaches oriented and applied to Brazil's scientific field of Sociology. Based on the analysis of the bibliographic production and the academic trajectory of the cohort of researchers linked to the Graduate Programs evaluated in the area of Sociology by CAPES – active researchers in 2020 –, the article exposes limits and opportunities of analytical paths referring to the metric studies of science, highlighting the "good practices" of scientometrics and the instrumental function of this methodology. The materials used were the bibliographic records collected from the selected academic population's SCOPUS and Lattes Platform databases. The results discussed the scientometric practice itself and the construction of some indicators that may be more suitable for understanding the dynamics of the scientific field of Sociology.

Keywords: quantitative method, scientometrics, scientific field, scientific indicators, Sociology, Brazil.

Introdução

Avaliar as Ciências Humanas, em especial a Sociologia, exclusivamente a partir de quantidade de publicações de artigos, livros e demais produções ou, ainda, propor-se apreciar, através do volume de citações, a relevância do conhecimento publicado, em prol de uma suposta auditoria de desempenho do campo acadêmico, dos atores e das instituições, pode, como bem compreendem Brasil Jr. e Carvalho (2020, p.250), causar "irritações produtivas nos modos pelos quais sociólogos observam e avaliam sua produção científica". Em outros termos, o desconforto do pesquisador sobre a avaliação da ciência feita por terceiros ou por avaliadores de fora da área do conhecimento. O quantitativismo cego e generalista orientado à avaliação da ciência tem o potencial de induzir a comunidade acadêmica – como um todo – a assumir o lema *publish or perish* (Merton, 1942; Garfield, 1996; Cabanac, 2018), em que o avanço e reconhecimento acadêmico dependem da contribuição dos cientistas para a literatura publicada de seu campo, reduzindo a atividade científica à publicação (Van Dalen, 2021).

Embora o processo de avaliação da ciência baseada em cientometria possa gerar "desconfortos" nos pesquisadores das Humanidades, a verificação da atividade científica, seja ela quantitativa ou qualitativa, pode apontar tendência de crescimento, evolução temática ou mesmo mudanças

de trajetórias de pesquisa, sendo cada vez mais utilizada por instituições de gestão e financiamento de pesquisa como métrica para concessão de verbas para pesquisa, bolsas de estudo e como instrumento de avaliação de Programas de Pós-Graduação e de (des)credenciamento de docentes. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por exemplo, afere como medida de "qualidade" de teses e dissertações, para a área de Sociologia, o número de publicações de artigos, livros e capítulos de livros derivados daquelas primeiras (Adorno e Ramalho, 2018, p.37). O mesmo acontece no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ao avaliar solicitações de financiamento de projetos e bolsas de pesquisa.

A produção científica publicada não é um problema; pelo contrário, compõe parte daquilo que se espera de um cientista e pode servir, inclusive, como uma resposta da Ciência a dado problema ou questão. Velho (1997, p.17) entende que, do ponto de vista da sociologia da ciência, são considerados de fato cientistas aqueles que submetem seus resultados a escrutínio de outros pesquisadores e que "textos que sobrevivem ao mecanismo de julgamento pelos pares são transformados em artigos". Vessuri (1987, p.124), por sua vez, é mais enfática, ao afirmar que "a ciência que não é publicada não existe". Se a ciência depende da publicação para existir e esta última é condição *sine qua non* para a formação de cientistas, então, analisar a produtividade e as trajetórias dos atores envolvidos é, consequentemente, apresentar e discutir a própria ciência e seus circuitos, dinâmicas, orientações e discursos.

Embora Shinn e Ragouet (2008, p.41-42) afirmem, apropriadamente, que "a ciência não é redutível à produção científica", remetendo também a um número importante de atividades, tais como avaliação de manuscritos, a procura de financiamentos, a organização de colóquios, seminários ou grupos de pesquisa e outras baseadas no cotidiano acadêmico, cabe ressaltar que o objeto fundamental dos estudos que utilizam o método cientométrico são as comunicações dos resultados científicos publicadas nas formas de artigos, livros, capítulos de livros, trabalhos completos em anais de eventos, cartas, resenhas e revisões, ou seja, são "produtos da ciência publicada" que permitem o rastreamento e mapeamento das informações intrínsecas aos documentos e que, consequentemente, viabilizam o desenvolvimento de indicadores científicos sobre as obras e seus autores.

A cientometria, enquanto mecanismo que possibilita um tipo específico de avaliação da ciência a nível quantitativo (Hayashi, 2012), cumpre com a finalidade de averiguar a atividade científica como um fenômeno humano e social, a partir da criação de indicadores baseados em modelos matemáticos (Parra *et al.*, 2019). A metodologia cientométrica seleciona e analisa a ciência como um todo na tentativa de observar padrões de produção e relacionamento científicos, isto é, os resultados contemplados normalizam o desempenho da ciência a partir de conjuntos de indicadores, tornando-os passíveis de serem confrontados entre si, entre áreas, entre campos.

O problema mais evidente em sua utilização é que essa padronização não leva em conta as distinções entre as áreas do conhecimento, ou seja, as Ciências Humanas e Sociais se comportam e se reproduzem de formas diferentes das Ciências Exatas, Biológicas e da Saúde. Da mesma forma, estas três últimas áreas também possuem suas especificidades que as distinguem umas das outras. E, mesmo internamente às Humanidades, as subáreas e campos científicos funcionam de maneira *sui generis*, sendo pouco comparáveis mutuamente. Assim sendo, de que modo podemos capturar as particularidades de uma dada área do conhecimento e propor uma avaliação que possa ser mais adequada à natureza daquela ciência?

A proposta deste artigo é a de explorar, para fins metodológicos, as "boas práticas da cientometria" postuladas pelo *Leiden Manifesto* (Hicks *et al.*, 2015) – que explica o uso mais adequado desse arcabouço para avaliação do progresso da ciência (Silva e Bianchi, 2001) –, com foco nas investigações sobre o campo científico da Sociologia no Brasil. Partindo de observações quantitativas e apresentando características de coleta e análise de registros bibliográficos de bases de dados nacionais comparadas às internacionais, o artigo busca também apresentar a construção de alguns indicadores que possam refletir melhor as especificidades da Sociologia no Brasil.

O campo observado

O escopo deste artigo foi definido considerando o levantamento de identificação de docentes vinculados aos Programas de Pós-Graduação (PPGs) realizado pela CAPES e disponibilizado pelo Sistema de Disseminação de Informações (SDI), coletado em 2020. Desse levantamento,

foram selecionados todos os 55 PPGs avaliados na área de Sociologia. Desse montante foi resgatado um total de 1.310 docentes ativos[1] em suas funções. O campo considerado está apresentado nas Figuras 1 e 2.

Figura 1. Objetos: Programas de Pós-Graduação, IES e quantidade de docentes avaliados na área de Sociologia

Regiões	Programas de Pós-Graduação (Modalidade Acadêmico e Profissional: Mestrado – Mestrado/Doutorado) ***					Docentes Vinculados **
	IES (Sigla)	Fed. *	Est. *	Part. *	Total	
Centro-Oeste	UFG; UFGD; UFMT; UNB	4	-	-	**4**	101
Nordeste	FUFPI; FUFSE; UECE; UFAL; UFC; UFPB-JP; UFPE; UFMA; UFRN; FJN; UFCG; UFBA; UFRB; UVA-CE; UNIVASF	12	2	-	**15**	356
Norte	UFAM ****, UFPA	2	-	-	**2**	52
Sudeste	UFRRJ; USP; UENF; UERJ; PUC-RIO; PUC/MG/ PUC/SP; UNESP-MAR; UNESP-ARAR; UFES; UFU; UFJF; UVV; UFRJ; UNIFESP; UNICAMP; UFMG; UFSCAR; UCAM; UFF	8	7	5	**20**	567
Sul	UFSC; UEL; UFPEL; UFPR; UFRGS; UNIOESTE; UFSM; UEM; PUC/RS; UNISINOS	5	3	2	**10**	234
	TOTAL	**31**	**11**	**7**	**51**	**1.310**

Fonte: Elaboração própria a partir de Sistema de Disseminação de Informações da CAPES (SDI, 2020).

Nota * *Status* jurídico de universidade: Federal (Fed.); Estadual (Est.); Particular (Part.).

Nota ** Foi considerado o número total de docentes vinculados aos Programas e não apenas os permanentes, uma vez que um mesmo docente pode integrar-se a mais de um Programa de Pós-Graduação em distintas Universidades.

Nota *** Foram considerados apenas os Programas de Pós-Graduação avaliados pela CAPES na área de Sociologia.

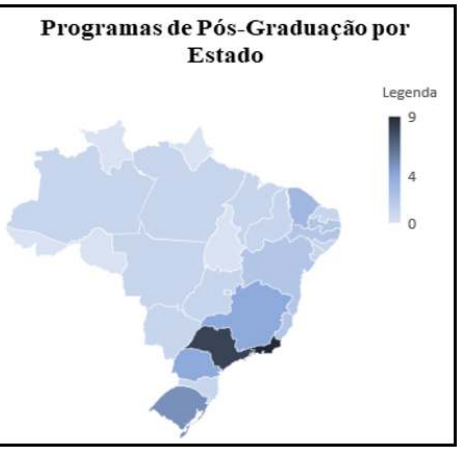
Nota **** O Programa de Pós-Graduação de Sociologia da Universidade Federal do Amazonas (PPGS-UFAM) foi descredenciado na Avaliação CAPES realizada no quadriênio de 2013-2016. Entretanto, este Programa continuou como parte integrante do banco de dados do SDI CAPES até 2020 (tendo o ano base de 2019). No banco de dados o PPGS da UFAM possuía conceito 2. No momento da coleta de dados este PPGS ainda estava disponível e, por isso, foi considerado.

O entendimento de "campo científico da Sociologia" adotado considera as instituições – e seus docentes vinculados – avaliadas na área de Sociologia pela CAPES. Trata-se, portanto, de um recorte. Entretanto, é relevante destacar que, em termos conceituais, a definição de campo presente na pesquisa que originou este artigo segue os pressupostos de Pierre Bourdieu (1983).

[1] A pesquisa faz a análise de docentes vinculados aos PPGs que estejam ativos em suas funções e registrados na base de dados do SDI/CAPES de 2020. Docentes aposentados e não registrados em PPGs e/ou falecidos não compõem o grupo de análises e, portanto, estão fora dos objetivos e escopo desta pesquisa.

Figura 2. Objetos: Programas de Pós-Graduação avaliados na área de Sociologia

Programa de Pós-Graduação em ...	Freq.
Ciências Sociais	21
Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade	1
Ciências Sociais para o Ensino Médio	1
Ciências Sociais: Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento	1
Estudos Comparados sobre as Américas	1
Sociologia	23
Sociologia e Antropologia	2
Sociologia e Ciência Política	1
Sociologia em Rede Nacional *	1
Sociologia Política	3
TOTAL	**55**



Fonte: Elaboração própria a partir de Sistema de Disseminação de Informações da CAPES (SDI, 2020). Mapa elaborado no Excel-365/2019 a partir de dados do SDI (2020).

Nota * O Programa de Pós-Graduação de "Sociologia em Rede Nacional" é considerado apenas como um único Programa pela CAPES, identificado com o código 2501601639P8. Possui 120 docentes vinculados e distribuídos em nove Instituições de Ensino (IES), sendo cinco IES do Nordeste, três do Sul e um do Sudeste.

Bourdieu (1983) define "campo" não como um lugar físico, mas como um espaço da vida ou prática social que possui uma estrutura própria e alguma autonomia em relação a outros espaços, e afirma que o "campo científico" é igual, em definição, a qualquer outro, mas com suas disputas, suas lutas e relações de força e monopólio. O que o distingue de outros campos é a atuação dos atores que, no caso da ciência, concorrem por um capital específico: o da legitimidade ou autoridade científica (Garcia, 1996).

É importante destacar que propostas de análise de resultados científicos ou de avaliação da ciência orientadas às áreas do conhecimento, ou a recortes dessas, oferecem oportunidades e limites. De um lado, há vantagens, porque favorecem o entendimento das relações científicas entre os atores e instituições observados, dos tipos de conhecimentos publicados, da evolução científica e tecnológica e das pesquisas realizadas, seja nas análises de tendências temáticas, seja na recuperação da trajetória científica e acadêmica da área. De outro, há prejuízos, porque confinam as interpretações e análises ao próprio escopo selecionado, isto é, a construção e análise de indicadores científicos ficam limitadas ao conjunto de informações disponíveis no

banco de dados. Além disso, os *softwares* orientados à metodologia e análise cientométrica possuem limitações técnicas que não permitem inserções de novos conjuntos de dados posteriores à coleta inicial.[2]

Para uma discussão metodológica, é indispensável ter clareza do objeto e de seus significados em relação ao todo, sobretudo quando o objetivo principal é o de capturar as especificidades de uma dada área e apresentá-las em indicadores científicos obtidos via cientometria. Assim, compreender o objeto dentro do arcabouço teórico do "campo científico" permite se localizar na discussão do problema e auxiliar na definição das particularidades que compõem e distinguem aquele campo.

A cientometria, *per se*, não captura as disputas de força entre os atores pertinentes ao campo observado, uma vez que essa informação só pode ser coletada e analisada em sistemáticas qualitativas. Porém, a partir daquela, é possível mapear a diversidade temática das rotinas de pesquisa e dos próprios pesquisadores e instituições por meio de análises das redes de conhecimento e de colaboração científica. Em outras palavras a cientometria, mesmo limitada a determinadas compreensões quantitativas do funcionamento do campo científico, tem o potencial de capturar parte do próprio capital de legitimidade ou autoridade científica, o que é obtido, sobretudo, pelas medidas e métricas das redes promovidas no campo.

As "boas práticas" da cientometria: um breve histórico

A cientometria não é um método tradicional da Sociologia ou das Ciências Sociais, mas um arcabouço técnico e teórico interdisciplinar para mapear e analisar o conhecimento e desenvolvimento científico a partir de abordagens quantitativas sobre a ciência enquanto disciplina ou atividade econômica (Silva *et al.*, 2011, p.114). Davyt e Velho (2000) consideram que o início do interesse em conhecer a dinâmica da atividade científica mais profundamente está atrelado ao Estado e aos governos no contexto pós-Segunda Guerra Mundial. A "ciência da ciência", como a cientometria foi denominada por Derek de Solla Price, surge como um conjunto de ferramentas para estudar a própria atividade científica, tendo componentes metodológicos oriundos da

[2] Para atualizar um banco de dados cientométrico, é necessário que todo o conteúdo dele seja revisitado e não apenas algumas partes específicas, a fim de evitar desníveis de informação.

Sociologia, da Biblioteconomia (Price, 1986), da História (Davyt e Velho, 2000) e da Ciência da Informação (Wyatt *et al.*, 2015).

Assim, surgido no final dos anos 1960, com influência dos estudos de Robert Merton, especialmente suas análises que levaram à criação do conceito de "Efeito Mateus[3]" (Merton, 2013), o método cientométrico esteve inicialmente voltado às investigações das citações e ao reconhecimento da influência de pesquisadores na comunidade científica. Antes, em 1964, os estudos métricos da ciência haviam ganhado impulso com a criação do *Science Citation Index* (SCI),[4] uma plataforma criada por Eugene Garfield que centralizava dados de mais de 8 mil revistas científicas. Price (1965, p.510) fez uso dessa plataforma para medir as redes de citação de trabalhos científicos indexados no SCI, empregando os primeiros procedimentos da área cientométrica. Já outros pesquisadores, de acordo com Wyatt *et al.* (2015), utilizaram a plataforma para desenvolver medidas de citação e cocitação no intuito de entender o surgimento, crescimento e declínio de especialidades científicas e a difusão de ideias. Naquele momento de uso inicial do ferramental cientométrico, o interesse nessas análises pairava sobre a função simbólica das relações científicas, e não essencialmente na quantificação que qualificaria da ciência.

Ao longo do tempo, a área de estudos métricos da ciência evoluiu atingindo novos padrões de análise. Spinak (1998, p.142) compreende que os tópicos de interesse da cientometria incluem o crescimento quantitativo da ciência, o desenvolvimento de disciplinas e subdisciplinas, a relação entre ciência e tecnologia, a obsolescência dos paradigmas científicos, a estrutura de comunicação entre os cientistas, a produtividade e criatividade dos pesquisadores, a relação entre desenvolvimento e crescimento econômico e outros relacionados às interações entre ciência e sociedade. Davyt e Velho (2000, p.7) ainda destacam que a "área de cientometria desenvolve seus métodos, seus instrumentos, seus meios de comunicação, sua própria comunidade", compreendendo as análises quantitativas dos recursos e resultados dos processos científicos, "sem observação direta da atividade de pesquisa".

---

[3] O Efeito Mateus, *grosso modo*, descreve que cientistas proeminentes ou previamente destacados obterão mais crédito que cientistas desconhecidos. Ver Merton (2013, p.199-231).

[4] O SCI foi idealizado em 1955 e lançado em 1964. Desde 1995 recebe o nome de *Web of Science* (WoS), atualmente de propriedade da Clarivate Analytics (Garfield, 2007).

Entretanto, Wyatt *et al.* (2015, p.15) compreendem que "o mapa cientométrico é performativo porque parece ser objetivo". Mas as suposições estão ocultas em escolhas de parâmetros que podem levar a efeitos de interação que não são facilmente acessíveis aos leitores. Assim, o *status* é o de uma máquina de leitura da literatura em estudo que não deve ser reificada como "objetiva" ou "intersubjetiva", pois os construtos cientométricos permanecem alicerçados em decisões discursivas sobre como melhor representar estruturas latentes nos dados.

Essa observação crítica pela não objetividade da interpretação do resultado do método cientométrico recai, portanto, na definição dos critérios e parâmetros que orientam as análises. Em vista dessa condição, foi postulado, em 2015, o *Leiden Manifesto* – um guia com dez princípios sobre as "boas práticas" da cientometria – que norteia a investigação da área cientométrica (Hicks et. al., 2015), insistindo em que as observações e análises dos resultados alcançados nos estudos métricos devam ser oriundas da própria ciência avaliada e que a cientometria seja apenas um instrumento de investigação, evitando assim o domínio dessa área do conhecimento sobre quaisquer outras. Os dez princípios do *Leiden Manifesto* (Hicks *et al.*, 2015) em favor das boas práticas cientométricas são:

- Avaliação quantitativa deve dar suporte à avaliação qualitativa;
- Medir o desempenho de acordo com a missão da instituição, do grupo ou do pesquisador;
- Proteger a excelência da pesquisa localmente relevante;
- Manter a coleta de dados e o processo analítico abertos, transparentes e simples;
- Permitir que os avaliados verifiquem os dados e análises;
- Considerar as diferenças entre áreas nas práticas de publicação e citação;
- Basear a avaliação de pesquisadores individuais de acordo com o julgamento qualitativo de sua carreira acadêmica;
- Evitar a solidez mal colocada e a falsa precisão;
- Reconhecer o efeito sistêmico da avaliação e dos indicadores;
- Examinar e atualizar os indicadores regularmente.

Nesse ponto, é importante salientar que a construção metodológica cientométrica mais adequada ao entendimento e análises dos resultados científicos do campo da Sociologia brasileiro precisa, desde sua raiz, considerar particularidades das formas de reprodução dessa ciência. Velho (1997, p.21)

identificou que a produção científica brasileira das áreas de exatas e biológicas está mais bem representada na forma de artigos, enquanto as áreas das humanidades em livros.[5] Ainda a autora (p.23) evidencia que as diferenças entre as áreas do conhecimento também podem ser encontradas no idioma e local geográfico da publicação, sendo que os pesquisadores das ciências exatas e biológicas priorizam línguas e veículos estrangeiros (p.23). Já os das ciências humanas concentram-se em publicações nacionais e documentos escritos, no caso brasileiro, sobretudo em português, "devido ao objeto de estudos das ciências humanas e sociais fazerem parte da realidade da vida diária" e os "resultados da pesquisa dessas áreas [serem], muitas vezes, de interesse para um público muito mais amplo que a comunidade acadêmica".

Nesse sentido, as análises cientométricas mais adequadas ao entendimento do campo sociológico são aquelas que atendem e respeitam as especificidades dessa ciência. Considerar, por exemplo, a utilização de um banco de dados nacional, como a Plataforma Lattes para discutir e analisar a produção bibliográfica e a trajetória acadêmica dos docentes selecionados significa, *per se*, um esforço de investigação pautado na alteridade, em que o campo é "medido e debatido" a partir de sua própria natureza, qualidades e discursos.

Em síntese, o esforço do *Leiden Manifesto* não apenas orienta caminhos para o uso mais adequado do ferramental dos estudos métricos da ciência, como também expõe os limites e oportunidades dos próprios resultados alcançados a partir dessa metodologia, reforçando o caráter técnico e de apoio ao entendimento da própria atividade científica e de sua dinâmica.

Seleção das bases de dados e *softwares*: oportunidades e limites

A seleção das bases de dados é o segundo[6] e o mais determinante passo para o processo de mensuração da atividade científica promovida pelo método da cientometria. Nesta seção apresenta-se duas plataformas de consulta e coleta de dados bibliográficos e seus limites e oportunidades, sendo elas: a base internacional de dados Scopus e o Currículo Lattes, plataforma brasileira.

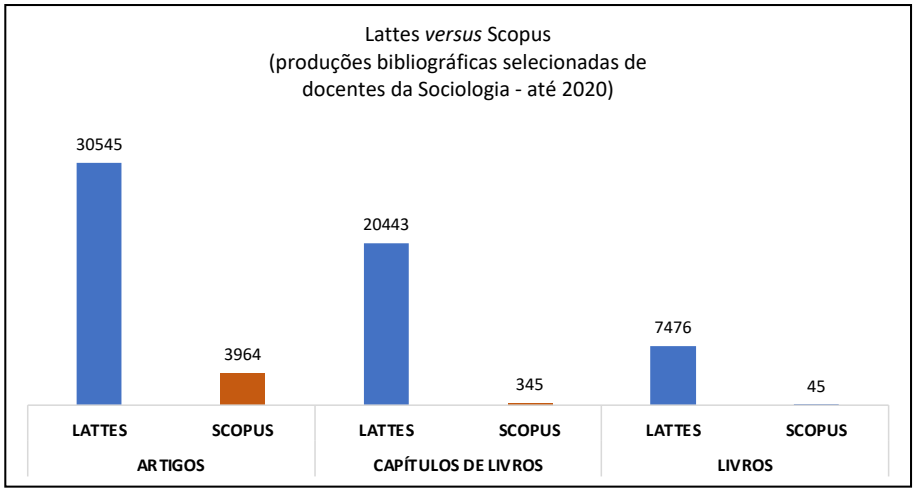
[5] De acordo com Patrus *et al.* (2018, p.643) "a partir de 1998 houve uma mudança de prioridade [na CAPES], da formação para avaliação, com expressiva valorização da pesquisa e da publicação científica".

[6] O primeiro passo é a própria definição dos objetos ou sujeitos de pesquisa a serem observados e analisados.

O método da cientometria apenas pode ser utilizado caso haja disponível um banco de dados estruturado que organize, no mínimo, as coleções de produção bibliográfica e técnica dos atores selecionados, identificando metadados[7] intrínsecos ao conjunto de informação obtido. Brasil Jr. e Carvalho (2020, p.251) realçam que as bases de dados bibliográficas mais conhecidas como a *Web of Science* e a Scopus têm mecanismos de seleção que restringem o volume de indexação de revistas científicas e, devido a isso, apresentam uma cobertura relativamente baixa da produção científica nas Ciências Sociais e Humanas. Para os autores, as análises de impacto – constituídas pelo volume de citação mapeada – com base nos poucos registros bibliográficos disponíveis realizadas a partir dessas bases, podem tornar invisível grande parte daquilo que se produz nessas áreas.

Comparando o volume de produção bibliográfica de artigos, capítulos de livros e livros dispostos na base Scopus e no Currículo Lattes – realizada a partir da coleta exclusiva de registros bibliográficos oriundos dos docentes selecionados do campo da Sociologia no Brasil, até 2020 – é possível perceber a discrepância de informações disponíveis entre ambas as plataformas (Gráfico 1).

Gráfico 1. Comparações entre a base Scopus e a Plataforma Lattes (Currículos Lattes)



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados de pesquisa.

[7] Metadados são definidos como dados descrevendo outros dados (Campos, 2007, p.16), por exemplo, em um banco de dados bibliográfico, o metadado "autores", disposto na linha ou coluna de uma planilha, identifica todos os autores de um artigo qualquer.

Contudo, porque utilizar a Scopus ou a *Web of Science* se elas possuem menos dados bibliográficos que a Plataforma Lattes e, em tese, seriam de menor importância para análises e mensurações da produção científica brasileira das Ciências Humanas? A justificativa não está na quantidade de informações, mas na qualidade da estrutura de metadados vinculados ao conjunto de registros disponíveis.

A partir da Scopus é possível resgatar o conjunto de até 42 categorias/variáveis bibliográficas para cada registro coletado, isto é, em único registro de publicação é possível adquirir dados sobre o título do artigo, o nome do periódico, o ano de publicação, o(s) nome(s) do(s) autor(es), a origem institucional do(s) mesmo(s), as palavras-chave indexadas e não-indexadas (termos chave indicados pelos autores), o ISSN do periódico, número de citações que o artigo recebeu até o momento da coleta, as referências bibliográficas do artigo, o resumo, o idioma do artigo, o(s) país(es) do(s) autor(es), entre outras informações que são relacionáveis e analisáveis, dependendo do objetivo a ser atingido.[8] É por meio das bases internacionais de dados bibliográficos que há a possibilidade de mapear as mudanças temáticas do campo observado, com medidas que relacionam a ocorrência de termos chave ao longo do tempo, bem como o desenvolvimento de redes de colaboração científica (entre pesquisadores, instituições e países). Também há o mapeamento histórico do conhecimento, técnica baseada em acoplamentos bibliométricos e outras análises e mensurações.

Já a Plataforma Lattes, por meio do Currículo Lattes, é um repositório *online* e público de informações curriculares de pesquisadores que atuam no Brasil, organizado e gerido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológica (CNPq). O Currículo Lattes apresenta um *layout* de *curriculum vitae* orientado ao passado e presente acadêmico do pesquisador e o preenchimento dessas informações é de responsabilidade do próprio cientista.

O CNPq permite que os dados contidos no currículo sejam baixados e analisados por terceiros desde que a finalidade do uso da informação seja para o desenvolvimento de indicadores e/ou aprofundamentos de políticas científicas e tecnológicas (CNPq, 2019).[9] O Quadro 1 sintetiza vantagens e desvantagens em utilizar o Currículo Lattes como banco de dados bibliográfico.

[8] O mesmo se aplica à *Web of Science*.

[9] Ver artigo 4, itens 4.1 e 4.3, das "Políticas de Privacidade do Currículo Lattes" (CNPq, 2019).

Quadro 1. Vantagens e desvantagens do Currículo Lattes como banco de dados

Vantagens	Desvantagens
Acesso público e gratuito; Possui grande volume de informações; Permite o *download* de dados a partir de programação de *softwares*; Possui *layout* fixo (que facilita a interpretação); Acesso à trajetória acadêmica; Acesso à trajetória profissional; Acesso aos projetos de pesquisa em andamento e concluídos; Acesso às orientações concluídas e em andamento (mapa de egressos); Permite ao ScriptLattes recuperar lista parcial de IDs de colaboradores.	Não há verificação de veracidade das informações contidas no currículo; Não há padronização do preenchimento; Não disponibiliza dados intrínsecos aos registros bibliográficos; * Acesso aos colaboradores (coautores, orientados e orientandos) de forma limitada; *Download* de arquivos apenas para extensão XML ou HTML; Não permite a pesquisa por nome de citação; Não é universal. Restrito a acadêmicos que atuam no Brasil; Atualização do currículo é manual e depende da vontade do pesquisador.

Fonte: Elaboração própria.

Nota *: Por dados intrínsecos entende-se aqueles que compõem o registro bibliográfico, tais quais dados de palavras-chave; identificação de coautores e de idiomas do trabalho; acesso ao resumo; acesso às referências bibliográficas; estatísticas de citação externa; entre outros.

Ainda que a Plataforma Lattes possua desvantagens como a não verificação do conteúdo pelo CNPq, o currículo é boa fonte de informação para compreensão da trajetória acadêmica e profissional de pesquisadores que atuam no Brasil (Nascimento *et al.*, 2021) e permite, via desfragmentação do conjunto de dados baixados, a construção de indicadores que podem localizar temas de interesse do campo observado.

Os *Softwares*: "ScriptLattes", "R" e "Gephi"

Os *softwares* adequados para análises cientométricas e construção e análise de grafos de colaboração científica são os estatísticos e bibliométricos. Neste subitem serão apresentados os limites e oportunidade de três *softwares* comumente utilizados para finalidades cientométricas: ScriptLattes, R e Gephi, que se complementam em suas funções. Trata-se de programas livres, ou seja, gratuitos (não onerando o analista e/ou a instituição) e que possuem licenças de uso abertas aos usuários. O Quadro 2 sintetiza o conjunto de informações sobre as ferramentas tecnológicas dedicadas à cientometria.

Quadro 2. Linguagens e Programação e *Softwares* utilizados

Linguagem (Software)	**Pacotes ***	***Inputs***	**Funções / Resultados**	**Limites**
Python (ScriptLattes) (Mena-Chalco e Cesar-Jr, 2013)	Python 2.7	Currículo Lattes	Agrupamento de múltiplas informações em uma única matriz; coleta e listagem de colaboradores dos docentes a partir da leitura dos CV Lattes; construção de indicadores de atividade e relacionais; construção de redes sociais; os resultados podem ser compartilhados.	Depende do *download* manual dos currículos Lattes em formato XML e HTML; a leitura e análise são exclusivas de currículos que estejam listados no banco de dados da pesquisa; e não permite atualizações após conclusão da coleta.
R (RStudio) (Aquino, 2014; Aria e Cuccurrulo, 2017; Autores, 2020)	getLattes	Currículo Lattes	Atinge objetivos semelhantes aos do ScriptLattes – exceto a realização das redes –, porém permite a coleta de dados de mobilidade profissional	
	ReadR	Resultados do ScriptLattes	Cria variáveis; dá condição à criação de indicadores científicos.	Pouco intuitivo; exige conhecimento aprofundado para o uso. O pacote Bibliometrix é adaptado às análises de textos escritos no idioma inglês.
	Bibliometrix	Registros bibliográficos da *SCOPUS*	Agrupa os registros coletados da Scopus em uma única matriz; constrói e analisa redes sociais; análise de redes semânticas; e análise das redes de conhecimento	
(Gephi) (Bastian *et al.*, 2009)	-	Resultados do: ScriptLattes; R (Bibliometrix)	Cria redes sociais; calcula métricas de centralidade de redes sociais; permite manipular o banco de dados.	Não permite manipulação de codificação interna.

Fonte: elaboração própria a partir de Silva (2018).

Nota *: Pacotes, quando associados às linguagens de programação, são agrupamentos de funções que organizam algoritmos.

É importante destacar que os *softwares* cientométricos são, em sua maioria, no idioma inglês – exceto o pacote "*getLattes*" do R e o ScriptLattes que são adaptados, desde a origem, a dados nacionais (Plataforma Lattes). Isso ocorre porque a *Web of Science* e Scopus possuem a maior parte de seus registros bibliográficos indexados naquele idioma. O pacote "Bibliometrix" do R, por exemplo, para realizar o reconhecimento léxico-semântico de um texto, para compor uma análise de Rede Semântica, exige – pelo algoritmo – que o registro bibliográfico esteja escrito em inglês (todos os demais indicadores e análises podem ser realizados em qualquer idioma).

Os indicadores: uma perspectiva geral

Indicadores científicos, análises de redes sociais e análises de redes semânticas podem ser agrupadas no escopo da abordagem metodológica cientométrica. Esses indicadores e tipos de análises são construídos a partir de dados e informações intrínsecas aos registros bibliográficos. A cientometria analisa as conexões internas da ciência e tecnologia e identifica os princípios que as governam, tendo como objetivo estudar a atividade científica como fenômeno social mediante indicadores e modelos matemáticos (Hayashi *et al.*, 2012). Os indicadores que situam a avaliação da ciência são: os de atividade, os relacionais e os de mobilidade (Faria, 2015).

Os indicadores de atividades são aqueles que apresentam informações baseadas em cálculo de frequência ao longo de um determinado tempo selecionado. São esses indicadores derivados dos cálculos totais da produção bibliográfica, produção técnica, orientações, projetos de pesquisa, prêmios e títulos, participação em eventos e organização de eventos e podem ser associados a uma única pessoa ou a grupos e instituições.

Os indicadores de mobilidade são aqueles específicos dos membros pesquisados, como as trajetórias e realizações acadêmicas (doutorado, mestrado, graduações, pós-doutorado e as instituições dessas titulações) e o local de atuação profissional atual (indicadores específicos dos PPG, como o tempo de funcionamento e volume de docentes vinculados).

Os indicadores relacionais são aqueles de coocorrência, ou seja, que estabelecem vínculos entre os pesquisadores coletados (coautoria de artigos) ou entre termos específicos (palavras-chave, por exemplo). Esse indicador é base para formação de redes sociais (grafos) entre os atores e dão condições para análises estatísticas dos grafos (métricas de centralidade que calculam a "força" dos nós e conexões dentro de uma rede).

Considerações cientométricas para a Sociologia

Tem-se como premissa: números e indicadores importam, desde que a interpretação de seus significados esteja ajustada às trajetórias do objeto a ser analisado ou avaliado e seja compatível com essas. Partindo de medidas tidas como *mainstream* (Meadows, 1999; Faria, 2015) no universo da avaliação quantitativa da ciência, e passando por propostas de desfragmentação e

reconfiguração de dados bibliográficos obtidos na base Lattes, apresenta-se e discute-se um conjunto de indicadores que podem ser considerados mais adequados à interpretação, análise e avaliação do campo científico da Sociologia no Brasil.

Os indicadores científicos mais tradicionais, orientados à avaliação da ciência, sobretudo à identificação e apreciação de impacto da pesquisa, são os que estabelecem medidas baseadas em (redes de) citações de artigos. Meadows (1999, p.89) confirma que o método "mais simples" para se medir a qualidade de uma ciência é mensurar o interesse de outros pesquisadores nas pesquisas de seus pares. No entanto, como também compreende Meadows (1999), tal verificação não dá conta de captar integralmente os interesses dos pesquisadores nessas citações ou mesmo a relevância do conteúdo do trabalho científico, isto é, as motivações que levam pesquisadores a citar um ou outro registro bibliográfico não podem ser observadas exclusivamente em números. Um exemplo, demonstrado pelo mesmo autor (1999, p.89), é o do artigo sobre "fusão a frio" que "obteve centenas de citações, na sua maioria por parte de pessoas que acreditavam que ele estava errado".

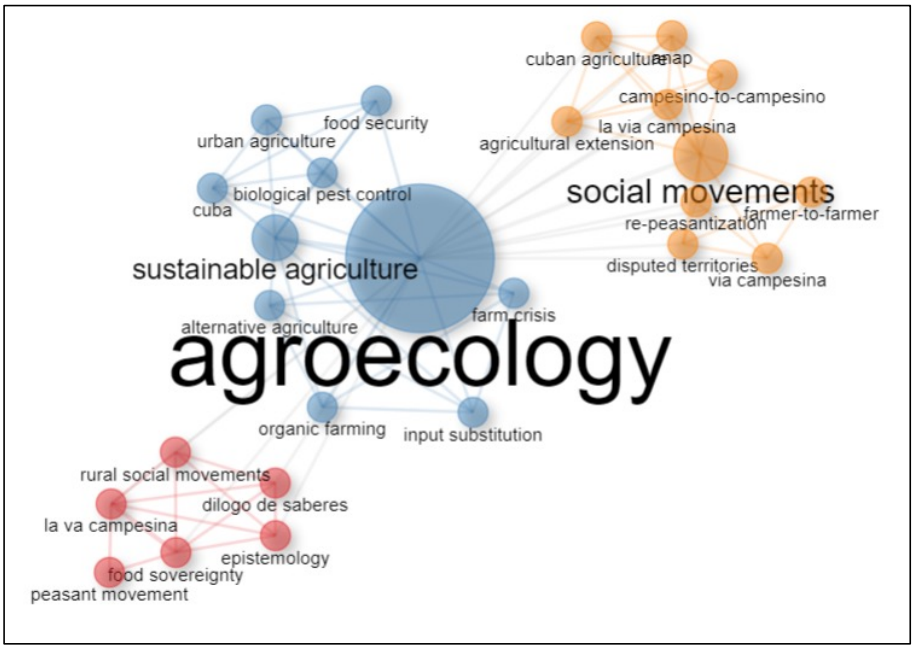
No caso dos registros bibliográficos do campo da Sociologia do Brasil coletados a partir da base de dados Scopus, eles experimentam limites semelhantes aos identificados em Meadows (1999). O Quadro 3 demonstra a qualidade da ciência do campo selecionado medida a partir do volume de citações "globais",[10] isto é, são registros bibliográficos citados por pesquisadores que não compõem a coorte de pesquisadores selecionados na pesquisa que origina este artigo.

Como referido anteriormente, os bancos de dados internacionais estão longe de captar a totalidade de registros bibliográficos indexados em suas bases. Nesse caso específico da Sociologia, a coorte de docentes selecionada deste possui apenas 13% dos artigos totais já produzidos até o ano de 2020 (ver Gráfico 1 acima), quando comparada ao total de publicações obtidas a partir do currículo Lattes desses mesmos docentes no mesmo período. A partir dessas considerações, é possível compreender que não há como generalizar o comportamento do campo olhando exclusivamente para as teias de citação coletadas das bases internacionais.

[10] A métrica de "citação global" é uma informação contida na própria base Scopus, disponível individualmente para todos os registros bibliográficos indexados.

Entretanto, o indicador de citação – mesmo limitado a um dado número de registros – apresenta resultados que sugerem tópicos de interesses da área do conhecimento examinada. A partir do cálculo de frequência de termos-chave dos autores dos artigos selecionados, é possível observar a proeminência de temas de pesquisa. Analisando especificamente o conjunto de registros bibliográficos mais citados globalmente, disponíveis no Quadro 3, foi possível identificar que o tema "*agroecology*" (agroecologia) é o mais recorrente, seguido de "*social movements*" (movimentos sociais), e que podem ser visualizados no Grafo 1.

Grafo 1. Termos centrais e conectados dos 20 artigos mais citados globalmente (até 2020)



Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa. O resultado faz referência direta ao Quadro 3, deste mesmo artigo.

O Grafo 1 apresenta os componentes conectados e centrais exclusivos da rede temática dos 20 artigos mais citados globalmente do campo da Sociologia, disponíveis no Quadro 3. As arestas (linhas) representam as conexões entre os termos, as cores são os clusters ou comunidades (formados pelos termos que mais frequentemente se relacionam) e o tamanho do nó (círculo) representa a quantidade de vezes que o termo (ele único) aparece

nos registros bibliográficos observados.[11] Nesse caso, o termo "*agroecology*" possui frequência de 4 e o "*social movements*" aparece com frequência de 2 – todos os outros nós que compõem o grafo aparecem apenas uma vez.

As boas práticas da cientometria observam que os resultados quantitativos, *per se*, pouco informam se não analisados dentro ou a partir de um contexto definido (Hicks *et al.*, 2015). No caso dos resultados alcançados no Quadro 3 e Grafo 1, a análise pode ser completada considerando-se a origem institucional e as identidades acadêmicas (Silva e Souza, 2020)[12] dos docentes responsáveis desses conhecimentos, a fim de compreender de quais subáreas da Sociologia estes documentos mais bem citados globalmente podem estar vinculados. O Quadro 4 apresenta as identidades acadêmicas dos docentes responsáveis pelos artigos citados globalmente.

Quadro 4. Identidade acadêmica dos autores dos 20 artigos mais citados globalmente

Nome (docente)	IES	Artigos	Área do conhecimento (Lattes)	Volume de citações
Peter May	UFRRJ	4	Economia Ecológica Economias Agrária e dos Recursos Naturais	1780
Peter Rosset	UECE	6	Sociologia Rural Geografia Agrária	1101
John Wilkison	UFRRJ	2	Sociologia Rural Sociologia Econômica	438
Roberto Leon	UFC	1	Sociologia	433
Frederic Vanderberghe	UFRJ	2	Sociologia	365
Marta Rovery Souza	UFG	1	Saúde Coletiva Política Pública e População	204
François Depelteau	UFSC	1	Sem informação *	125
Ludgleydson Fernandes de Araújo	FUFPI	1	Psicologia Social Psicologia do Envelhecimento	111
Jeronimo Oliveira Muniz	UFMG	1	Sociologia	111
Luiz Guilherme de Oliveira	UNB	1	Ciência Política Políticas Públicas	111
TOTAL		20		4779

Fonte: elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

Nota *: Duas justificativas: ou a identidade acadêmica não foi revelada ou o CV Lattes não existe.

[11] Há outros componentes não conectados aos centrais que circulam ao redor da rede. Esses foram desconsiderados na visualização do Grafo 1.

[12] Silva e Souza (2020, p.4) definem "identidade acadêmica" a partir da área de atuação informada pelos docentes no currículo Lattes.

Quadro 3. Os 20 registros bibliográficos* mais citados globalmente dos docentes do campo da Sociologia no Brasil, até 2020

DOCUMENTO *	TÍTULO	ANO	CITAÇÃO LOCAL **	CITAÇÃO GLOBAL	IES ***
PASCUAL U, 2017, CURR OPIN ENVIRON SUSTAINABILITY	Valuing nature's contributions to people: the IPBES approach	2017	3	654	UFRRJ
MURADIAN R, 2010, ECOL ECON	Reconciling theory and practice: An alternative conceptual framework for understanding payments for environmental services	2010	3	644	UFFRJ
ANDERSON I, 2016, LANCET	Indigenous and tribal peoples' health (The Lancet–Lowitja Institute Global Collaboration): a population study	2016	2	433	UFC
MURADIAN R, 2013, CONSERV LETT	Payments for ecosystem services and the fatal attraction of win-win solutions	2013	1	326	UFFRJ
RAYNOLDS LT, 2007, FAIR TRADE: THE CHALLENGES OF TRANSFORM GLOB	Fair Trade (Book)	2007	0	254	UFFRJ
MARTNEZ-TORRES ME, 2010, J PEASANT STUD	La Vía Campesina: the birth and evolution of a transnational social movement	2010	0	240	UECE
ROSSET PM, 2011, J PEASANT STUD	The Campesino-to-Campesino *agroecology* movement of ANAP in Cuba: social process methodology in the construction of sustainable peasant agriculture and food sovereignty	2011	13	235	UECE
PELS D, 2002, THEORY CULT SOC	The *Status* of the Object	2002	0	207	UFRJ
POTTER JE, 2001, BR MED J	Unwanted caesarean sections among public and private patients in Brazil: prospective study	2001	3	204	UFG
ROSSET PM, 2012, ECOL SOC	Rural *Social Movements* and *Agroecology*: Context, Theory, and Process	2012	23	187	UECE
BORRAS JR. SM, 2012, CAN J DEV STUD	Land grabbing and global capitalist accumulation: key features in Latin America	2012	1	184	UFRRJ

Continuação - Quadro 3. Os 20 registros bibliográficos* mais citados globalmente dos docentes do campo da Sociologia no Brasil, até 2020

ALTIERI MA, 1999, AGRIC HUM VALUES	The greening of the "barrios": Urban agriculture for food security in Cuba	1999	0	161	UECE
VANDENBERGHE F, 1999, SOCIOL THEORY	"The Real is Relational": An Epistemological Analysis of Pierre Bourdieu's Generative Structuralism	1999	7	158	UFRJ
DE GROOT R, 2012, THE ECONOMICS OF ECOSYSTEMS AND BIODIVERS: ECOLOGICAL AND ECONOMIC FOUNDATIONS	Integrating the ecological and economic dimensions in biodiversity and ecosystem service valuation (Book Chapter)	2012	0	156	UFFRJ
ROSSET PM, 1997, SOC NAT RES	*Agroecology* versus input substitution: A fundamental contradiction of sustainable agriculture	1997	8	147	UECE
MARTNEZ-TORRES ME, 2014, J PEASANT STUD	Diálogo de saberes in La Vía Campesina: food sovereignty and *agroecology*	2014	17	131	UECE
DPELTEAU F, 2008, SOCIOL THEORY	Relational Thinking: A Critique of Co-Deterministic Theories of Structure and Agency	2008	9	125	UFSC
LOVEMAN M, 2007, AM SOCIOL REV	How Puerto Rico Became White: Boundary Dynamics and Intercensus Racial Reclassification	2007	2	111	UFMG
NERI AL, 2013, CAD SAUDE PUBLICA	Metodologia e perfil sociodemográfico, cognitivo e de fragilidade de idosos comunitários de sete cidades brasileiras: Estudo FIBRA	2013	0	111	FUFPI
HIRA A, 2009, ENERGY POLICY	No substitute for oil? How Brazil developed its ethanol industry	2009	0	111	UNB

Fonte: elaboração própria a partir de resultados da pesquisa. Dados coletados na base Scopus.

Nota *: São registros bibliográficos: os artigos publicados em periódicos, livros e capítulos de livros.

Nota **: A coluna "Documento" apresenta o registro bibliográfico considerando o nome de citação do primeiro autor, o ano de publicação do artigo e o título de periódico.

Nota ***: A "citação local" trata dos artigos que foram citados pelos próprios autores (docentes) que compõem o banco de dados da pesquisa. A citação local, entretanto, é uma informação controversa, pois pode, também, representar a autocitação (quando o autor se cita em diferentes artigos). A autocitação não é problemática, porém para os estudos métricos da ciência os cálculos não capturam as distinções.

Nota ****: As Instituições de Ensino e Pesquisa (IES) correspondem à origem profissional e acadêmica do docente, em 2020, de acordo com SDI/CAPES (2020).

O resultado evidencia uma multiplicidade de identidades acadêmicas, sugerindo, por um lado, a diversidade científica associada ao campo da Sociologia e, por outro, a preeminência da subárea de Sociologia Rural dentre os artigos mais bem colocados a nível internacional – dentro do escopo da base de dados Scopus e a partir do parâmetro da citação.

Scalon e Miskolci (2018) já haviam confirmado a tendência positiva da internacionalização da produção científica sociológica ao longo do tempo, a partir de análises da plataforma Scival, vinculada à base Scopus. Para os autores (2018, p.128) a internacionalização, em termos de publicação, está relacionada ao processo de divulgação do trabalho acadêmico em veículos com conselhos, políticas editoriais e audiências efetivamente globais. O resultado deste artigo concorda com os achados de Scalon e Miskolci (2018) e avança na identificação das temáticas – de interesse internacional – que ocupam patamares de destaque no meio sociológico brasileiro. Com base nessa observação das publicações mais globalmente citadas, a subárea da Sociologia Rural e temas correlatos à agroecologia e agroeconomia despontam nesse cenário internacional.

Construção de microdados a partir da Plataforma Lattes

Uma segunda proposta metodológica de análise da dinâmica do campo da Sociologia no Brasil, no bojo dos estudos métricos da ciência, trata da desfragmentação e reorganização dos dados obtidos a partir da coleta de currículos Lattes dos docentes vinculados ao campo observado.

De acordo com Mena-Chalco e Cesar Junior (2013), os currículos Lattes são considerados um padrão nacional de avaliação, representando um histórico das atividades científicas, acadêmicas e profissionais de pesquisadores cadastrados na Plataforma Lattes. Os autores (2013) entendem que os currículos foram projetados para mostrar informações públicas e individuais e salientam que a compilação de produções bibliográficas de grupos de usuários "requer um grande esforço manual suscetível a falhas". O pacote *getLattes* (Souza e Sabino, 2020), vinculado ao software R, permite o processamento e análise de currículos Lattes previamente baixados. O Quadro 5 sintetiza e categoriza todos os resultados que podem ser alcançados a partir do uso da ferramenta "*getLattes*".

Os resultados alcançados pelo pacote *getLattes* ainda permitem que as listas geradas possam ser desfragmentadas – via a utilização de outros pacotes tecnológicos disponíveis no software R – para a composição de novos conjuntos de microdados (como análises de frequências de palavras-chave contidas nos títulos dos documentos), ou seja, é possível atingir níveis de mensuração da atividade e dinâmica científica ainda mais específicos sobre o conteúdo observado.

Assim, utilizando o arcabouço técnico associado aos procedimentos de compilação e análise dos currículos Lattes presentes no pacote *getLattes*, é possível obter indicadores de atividades científicas como, por exemplo, o volume da produtividade bibliográfica de artigos científicos do campo da Sociologia ao longo do tempo (Gráfico 2) e a distribuição dessa mesma produção a níveis regional e estadual (Gráficos 3 e 4, respectivamente).

Os Gráficos 2, 3 e 4 apresentam a mesma informação: artigos publicados em periódicos (entre 1980 e 2020) pela coorte de docentes do campo da Sociologia selecionados, porém categorizados e demonstrados de formas distintas. Aqui é importante esclarecer que a origem geográfica do artigo foi baseada na localização da instituição de ensino e pesquisa a que o docente estava vinculado no ano de 2020.

Ainda que esse conjunto de indicadores não explore características intrínsecas dessa produção, pode-se perceber, por exemplo, algumas qualidades que são representativas da composição histórica desse mesmo campo. O destaque produtivo da região Sudeste, especialmente os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, que juntos representam 41% de toda a produção científica de artigos (ou 12.432 artigos) – da coorte de docentes selecionada do campo da Sociologia – está relacionado à própria consolidação de uma estrutura acadêmica e científica na segunda metade do século XX.

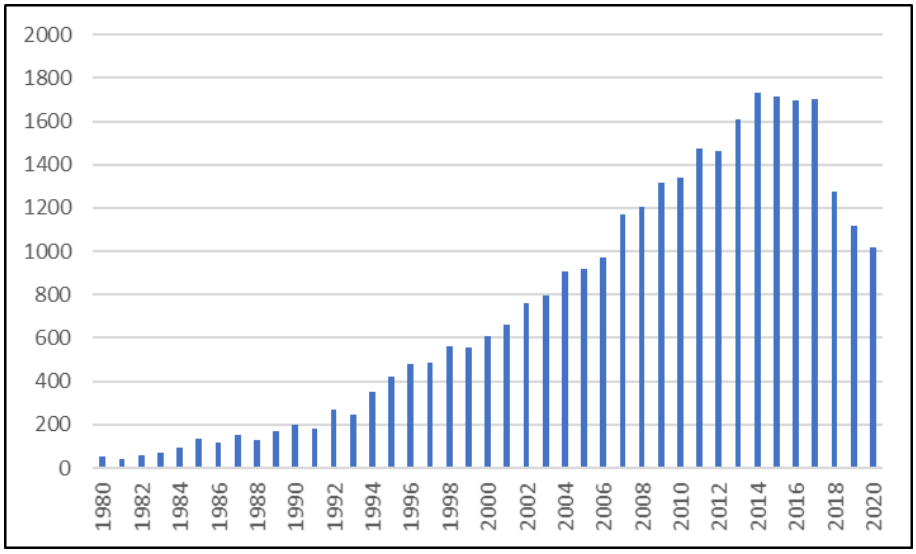
Sobre isso, Florestan Fernandes, na década de 1950, destacava a relevância e notoriedade da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP) para o ensino e pesquisa das ciências sociais, que tinha "alcançado grande progresso em ambas as direções", concluindo que as ciências sociais se encontravam com grandes possibilidades de desenvolvimento autônomo naquela instituição (1980, p.45-46).

Quadro 5. Descrição dos resultados alcançados a partir do pacote *getLattes* do software R (composição dos microdados)

Categoria	Resultados	Indicadores	Descrição (microdados)
Produção bibliográfica	Artigos publicados; Livros publicados; Capítulos de livros; Eventos e Congressos; Organização Eventos.	Indicador de atividade	Compila informações em listas contendo: títulos da produção, ano de publicação, título da revista (para os artigos), país da publicação, autores e coautores, ISSN (da revista), DOI (do artigo), idioma, meio de divulgação, organizadores (para livros), cidade da editora (livros)
Produção técnica	Produção técnica; Patentes; Outras Produções técnicas.	Indicador de atividade	Compila informações em listas contendo: natureza da produção, título, ano da produção, país, meio de divulgação, finalidade da produção (objetivos), cidade do trabalho, idioma, instituição financiadora e duração em meses.
Orientações (concluídas)	Orientações Doutorado; Orientações Mestrado; Orientações PosDoc.	Indicador de atividade	Compila informações em listas contendo: natureza da defesa, título do documento, ano de defesa, país, idioma, tipo de orientação (orientador ou coorientador), nome do orientado, nome da IES, nome do curso, bolsa (inclui o nome da agência financiadora)
Pesquisa	Linha de Pesquisa; Participação em Projetos.	Indicador de atividade	Compila informações em listas contendo: títulos (linha de pesquisa ou projeto), *status* de atividade (ativo ou inativo), objetivos, nome da unidade vinculada, período de atividade (ano de início e fim), situação (concluído ou em desenvolvimento – exclusivo para projetos), equipe (mensuração – para projetos), natureza (pesquisa ou desenvolvimento - projetos) e financiadores (exclusivos para projetos)
Trajetória acadêmica	Formação Doutorado; Formação Mestrado; Formação Graduação;	Indicador de mobilidade	Compila informações em listas contendo: nome da IES, nome do curso, *status* de andamento (concluído ou em andamento), ano de início, ano de fim, bolsa (inclui o nome da agência financiadora), título do documento, nome do orientador
Trajetória Profissional	Atuações Profissionais	Indicador de mobilidade	Compila informações em listas contendo: nome da IES, tipo de vínculo, enquadramento funcional, carga horária semanal, dedicação exclusiva (sim ou não), ano de início, ano de fim, outras informações (descrição da atividade)
Gerais	Dados Gerais; Endereço Profissional; ID (identificador Lattes); Idiomas.		Compila informações em listas contendo: nome completo, nome de citação, nacionalidade, ORCID, idiomas, ID (identificador Lattes), endereço profissional.
Identidade acadêmica	Áreas de atuação		Compila informações em listas contendo: grande área do conhecimento, área do conhecimento, subárea do conhecimento, especialidade.

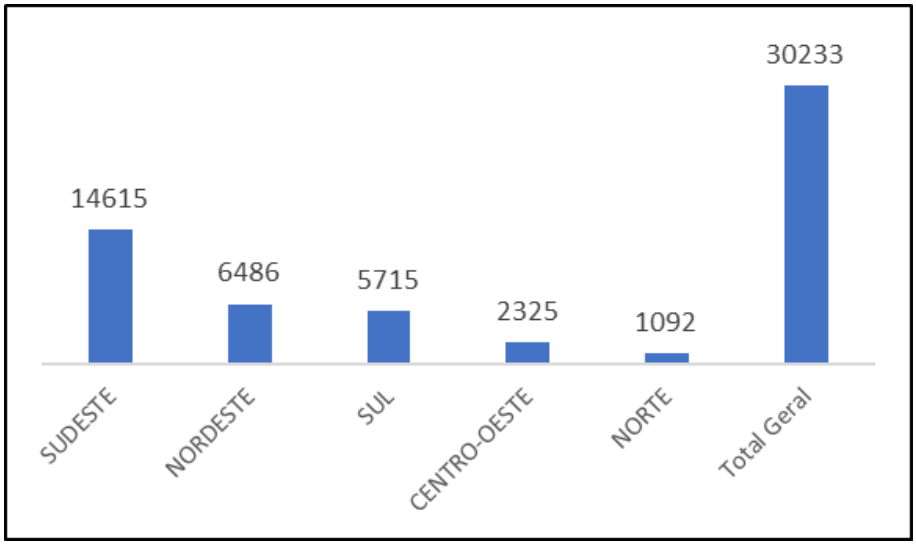
Fonte: elaboração própria a partir de Souza e Sabino (2020).

Gráfico 2. Produção de artigos no tempo (1980 a 2020) – selecionados a partir da coorte de docentes ativos do campo da Sociologia no Brasil



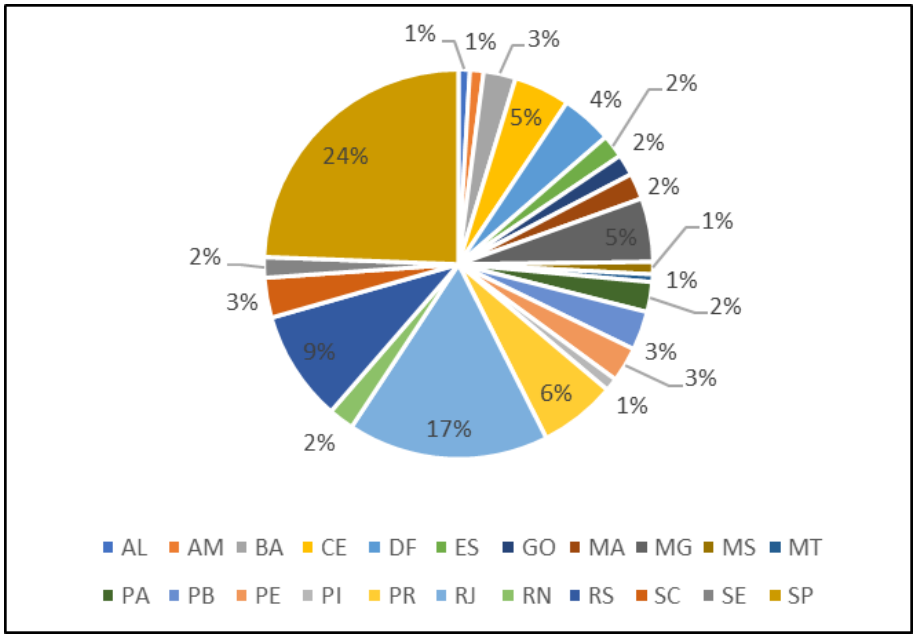
Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Gráfico 3. Distribuição dos artigos por regiões do Brasil (1980 a 2020) – selecionados a partir da coorte de docentes ativos do campo da Sociologia no Brasil



Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Gráfico 4. Distribuição dos artigos por estados do Brasil (1980 a 2020) – selecionados a partir da coorte de docentes ativos do campo da Sociologia no Brasil



Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Ainda que o universo do campo da Sociologia brasileira, observado neste artigo, esteja distante do relatado por Florestan Fernandes, o argumento primordial está na construção dos espaços e instituições que abrigam a Sociologia no Brasil. Nesse quesito, Meucci (2000), destacou o Nordeste como berço produtivo dos primeiros manuais de Sociologia no Brasil, já nos primeiros anos do século XX, mas que, "a partir dos anos 1920 houve a transferência radical dos centros de produção cultural do Nordeste para os estados do Sudeste, particularmente Rio de Janeiro e São Paulo" (2000, p.13). No que tange à formação, expansão e composição dos Programas de Pós-Graduação na área da Sociologia, Lima (2019, p.29) observa que os estados do Rio de Janeiro e São Paulo mantiveram a concentração da produção no Sudeste, detendo o maior número desses programas no país.

Em síntese, os indicadores construídos a partir dos microdados coletados e analisados da Plataforma Lattes permitem compreender: como é (ou está) configurado o campo da Sociologia a partir da identificação de seus atores e instituições; a distribuição do conhecimento em território nacional; as

atividades científicas e disciplinares em prol da reprodução da ciência sociológica; como e quando o campo é financiado por agências de fomento e quais temáticas recebem aportes; a trajetória e mobilidade acadêmica dos atores do campo e a influência desse movimento no próprio fazer sociológico; os efeitos e impactos geográficos na construção e constituição dos conhecimentos da área; a relevância e impacto do trabalho docente no ambiente acadêmico; a identificação dos casos de interesse sociológico e outros. Todo esse esforço quantitativo tem, ainda, o potencial de possibilitar discussões, para auxílio de análises qualitativas, em benefício de reflexões sobre a própria formação e manutenção do campo da Sociologia no Brasil e suas relações, interesses e disputas com as estruturas políticas, econômicas e sociais vigentes.

Considerações finais

Os estudos métricos da ciência – a cientometria – mesmo limitados às análises e interpretações quantitativas da ciência, via investigação da produção bibliográfica e trajetória acadêmica, conseguem apontar tendências temáticas, bem como auxiliar na identificação do circuito do conhecimento pertencente ao próprio do campo científico observado. Wyatt *et al.* (2015) vão além e entendem que a metodologia cientométrica tem a capacidade de ser, ela própria, uma ferramenta de política pública, a partir da construção de mapas da ciência que podem servir para justificar o investimento em dadas áreas do conhecimento.

A utilização da cientometria para caracterizar o campo da Sociologia demonstra que esse campo pode ser acessado a partir dos resultados científicos (produção bibliográfica) e acadêmicos (trajetórias acadêmicas e profissionais dos indivíduos e instituições observados), a fim de compreender o que Florestan Fernandes (1980, p.50-76) chamou de "padrão de trabalho científico dos sociólogos", que pode ser examinado à luz das "obrigações, dos procedimentos e dos ideais que possuem caráter universal", ou seja, sem as determinações externas promovidas pelas instituições às quais os profissionais estão vinculados. Entendemos aqui que a produção científica seja, ela própria, a representação desses ideais de caráter universal e que, quando mapeada, oferece uma compreensão das potencialidades e diversidades do campo sociológico.

Entretanto, a um aprofundamento necessário, seguindo inclusive os resultados de Fernandes (1980), caberá identificar e analisar a (possível) interferência do meio na produtividade e, consequentemente, na própria rotina científica. O autor (1980, p.51) reconhece que as "condições sociais ambientes exercem uma influência ativa e contínua na organização e funcionamento das instituições científicas, bem como na formação do horizonte intelectual do cientista".

Devemos considerar que a institucionalização da área veio acompanhada por políticas públicas de expansão do ensino superior e de apoio à ciência, com uma vinculação das verbas para pesquisas e bolsas de estudo à produção materializada na difusão dos conhecimentos produzidos através das publicações. Isso não apenas no Brasil, mas globalmente. Com isso, indicadores, indexadores e outros instrumentos foram criados para medir essa produtividade. Sua utilização incorpora as lutas do campo científico de uma forma geral, no qual o embate entre as ciências "duras" e as Humanidades é permanente, com forte hegemonia das primeiras, o que pode explicar alguns excessos na metrificação da produção, desconsiderando as especificidades das diversas áreas e ciências.

Para efeito mais exploratório da dinâmica do campo sociológico brasileiro, a metodologia cientométrica é uma ferramenta importante para medir e possibilitar uma maior compreensão do desenvolvimento da área, sua institucionalização, produção e, mesmo, os prováveis impactos do conhecimento produzido no país como um todo e em suas diversas regiões. O exemplo da "Agroecologia", como área mais presente nas citações internacionais em sociologia e ciências sociais, é ilustrativo de um parâmetro de qualidade obtido através de indexadores, assim como de seus limites. Os diversos bancos de dados e indexadores, possibilitam entradas, acesso a informações que isoladas são insuficientes, mas que em conjunto permitem um painel de como a ciência sociológica se desenvolve entre nós.

Referências

Adorno, Sergio, & Ramalho, João R. (2018). A pós-graduação em Sociologia e a experiência de avaliação da CAPES. *Revista Brasileira de Sociologia, 6*(13), 27-57. https://doi.org/10.20336/rbs.257

Aquino, Jackson A. (2014). *R para cientistas sociais*. Editus.

Aria, Massimo, & Cuccurullo, Corrado. (2017). Bibliometrix: An R-tool for comprehensive science mapping analysis. *Journal of Informetrics, 11*(4), 959-975. https://doi.org/10.1016/j.joi.2017.08.007

Bastian, Mathieu, Heymann, Sebastien, & Jacomy, Mathieu. (2009). Gephi: an open source software for exploring and manipulating networks. In *Third international AAAI conference on weblogs and social media*.

Bourdieu, Pierre. (1983). O campo científico. In R. Ortiz (org.), *Sociologia* (pp. 122-155). Ática, 1983.

Brasil Jr., Antônio S. & Carvalho, Lucas C. (2020). O impacto da sociologia: cultura de citação e modelos científicos. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 08, n. 20, p.248-269, set/dez.

Cabanac, Guillaume. (2018). What is the primordial reference for...?— Redux. *Scientometrics*, 114(2), 481-488. https://doi.org/10.1007/s11192-017-2595-4

Campos, Luiz Fernando de B. (2007). Metadados digitais: revisão bibliográfica da evolução e tendências por meio de categorias funcionais. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, 12*(23), 16-46.

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). (2019). *Termo de Adesão e de Condições de Uso Sistema de Currículos da Plataforma Lattes*. Disponível em https://wwws.cnpq.br/cvlattesweb/pkg_cv_estr.termo

Davyt, Amilcar, & Velho, Lea. (2000). A avaliação da ciência e a revisão por pares: passado e presente. Como será o futuro? *História, Ciências, Saúde-Manguinhos, 7*, 93-116. https://doi.org/10.1590/S0104-59702000000200005

Faria, Leandro I. L. (2015). *Bibliometria* [Apostila]. Universidade Federal de São Carlos.

Fernandes, Florestan. (1980). *A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Vozes.

Garcia, Maria M. A. (1996). O campo das produções simbólicas e o campo científico em Bourdieu. *Cadernos de pesquisa*, (97), 64-72.

Garfield, Eugene. (2007). The evolution of the science citation index. *International microbiology, 10*(1), 65. http://dx.doi.org/10.2436/20.1501.01.10

Garfield, Eugene. (1996). What is the primordial reference for the phrase 'publish or perish'? [commentary]. *The Scientist, 10*(12), 11.

Hayashi, Maria C. P. I. (2012). Sociologia da ciência, bibliometria e cientometria: contribuições para a análise da produção científica. In *Seminário de Epistemologia e Teorias da Educação*.

Hicks, Diana, Wouters, Paul, Waltman, Ludo, De Rijcke, Sarah, & Rafols, Ismael. (2015). Bibliometrics: The Leiden Manifesto for research metrics. *Nature News, 520*(7548), 429. https://doi.org/10.1038/520429a

Lima, Jacob C. (2019). A reconfiguração da sociologia no Brasil: expansão institucional e mobilidade docente. *Interseções. Revista de Estudos Interdisciplinares*, 21(1). https://doi.org/10.12957/irei.2019.42300

Meadows, Arthur J. (1999). *A comunicação científica*. Briquet de Lemos.

Mena-Chalco, Jesus P., & Cesar Jr., Roberto M. (2013). Prospecção de dados acadêmicos de currículos Lattes através de scriptLattes. In M. Hayashi & J. Leta (org.), *Bibliometria e cientometria: reflexões teóricas e interfaces* (pp. 109-128). Pedro & João.

Merton, Robert K. (2013). *Ensaios de sociologia da ciência* (A. Marcovich & Terry Shinn, org. e posfácio). Editora 34.

Merton, Robert K. (1942). Science and technology in a democratic order. *Journal of legal and political sociology, 1*(1), 115-126.

Meucci, Simone. (2000). *A institucionalização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas].

Nascimento, Dandara. S. A.; Souza, Roney. F.; Silva Junior, Jaim. J.; Silva, Lucas. R. (2021). Projeções exponenciais da ciência brasileira: modelos e análises quantitativas da produção científica nacional publicada nos últimos 30 anos. *Informação & Informação*, 26(1), 53-73. https://doi.org/10.5433/1981-8920.2021v26n1p53

Parra, Mauricio R., Coutinho, Renato X., & Pessano, Edward F. C. (2019). Um breve olhar sobre a cienciometria: origem, evolução, tendências e sua contribuição para o ensino de ciências. *Revista Contexto & Educação, 34*(107), 126-141. https://doi.org/10.21527/2179-1309.2019.107.126-141

Patrus, Roberto, Shigaki, Helena B., & Dantas, Douglas C. (2018). Quem não conhece seu passado está condenado a repeti-lo: distorções da avaliação da pós-graduação no Brasil à luz da história da Capes. *Cadernos EBAPE. BR, 16*, 642-655. https://doi.org/10.1590/1679-395166526

Price, Derek S. (1963). *Little Science, Big Science*. Columbia University Press.

Price, Derek S. (1965). Networks of scientific papers. *Science, 149*(3683), 510- 515. https://doi.org/10.1126/science.149.3683.510

Price, Derek S. (1986). *Little science, big science... and beyond*. Columbia University Press.

Scalon, Celi, & Miskolci, Richard. (2018). Internacionalização: balanço e desafios para a sociologia brasileira. *Revista Brasileira de Sociologia, 6*(13), 122-135. https://doi.org/10.20336/rbs.261

Shinn, Terry & Ragouet, Pascal. (2008). *Controvérsias sobre a ciência: por uma sociologia transversalista da atividade científica*. (Tradução de Pablo Rubén Mariconda e Sylvia Gemignani Garcia). Editora 34.

Silva, José A.D. & Bianchi, Maria D.L.P. (2001). Cientometria: a métrica da ciência. *Paidéia*, 11(20), 5-10. https://doi.org/10.1590/S0103-863X2001000200002

Silva, Lucas R. (2018). *Evolução do campo acadêmico de engenharia naval e oceânica no Brasil*. [Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas].

Silva, Lucas R. & Souza, Roney F. (2020). Covid-19: uma análise da diversidade científica e acadêmica brasileira. *Boletim informativo: DPCT/Covid-19*.

Silva, Marcia R. da, Hayashi, Carlos R. M., & Hayashi, Maria C. P. (2011). Análise bibliométrica e cientométrica: desafios para especialistas que atuam no campo. *InCID: revista de ciência da informação e documentação, 2*(1).

Sistema de Disseminação de Informações (SDI). (2020). *Programas da Pós-Graduação Stricto Sensu no Brasil 2019/2020* [Dados Abertos – CAPES].

Souza, Roney F. & Sabino, Winicius. (2020). getLattes: Read and process data from Lattes currriculum platform. *Zenodo*. http://doi.org/10.5281/zenodo.3782764

Spinak, Ernesto. (1998). Indicadores cienciométricos. *Ciência da informação, 27*(2). https://doi.org/10.18225/ci.inf..v27i2.795

Van Dalen, Hendrik P. (2021). How the publish-or-perish principle divides a science: the case of economists. *Scientometrics, 126*, 1675-1694. https://doi.org/10.1007/s11192-020-03786-x

Velho, Léa. (1997). A ciência e seu público. *Transinformação, 9*(3), 16-32.

Vessuri, Hebe. (1987). La revista científica periferica. El caso de Acta Científica Venezolana. *Interciencia, 12*(3), 124-134.

Wyatt, Sally, Milojević, Staša, Park, Han, & Leidesdorf, Loet. (2015). Quantitative and qualitative STS: the intellectual and practical contributions of scientometrics. *SSRN*. http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2588336

Recebido: 30 jun. 2022
Aceite final: 19 set. 2022

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 4.0

https://doi.org/10.20336/rbs.874

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

O balão, o serrote e o indivíduo: cosmopolítica do memorialismo modernista

The balloon, the saw and the individual: cosmopolitics of modernist memorialism

André Botelho[*]

Lucas van Hombeeck[**]

Em memória de Eneida Maria de Souza

RESUMO

Este artigo apresenta os primeiros resultados de pesquisa mais ampla que propõe uma nova frente de investigação do memorialismo modernista mineiro e busca testar as possibilidades, alcances e limites de tratá-lo, sociologicamente, como uma experiência reflexiva da figuração do indivíduo, dos processos sociais de subjetivação e do conflito entre indivíduo e sociedade. Aqui nos concentraremos nas escritas autobiográficas de dois protagonistas centrais dessa prática literária e social: *Balão cativo* (1973), de Pedro Nava, e *A idade do serrote* (1968), de Murilo Mendes. Antes de concluir, fazemos ainda uma consideração intermediária sobre *Menino sem passado* (1936-1948), de Silviano Santiago (2021), como um dispositivo anacrônico de reescrita radical dos dois livros citados, que joga, teórica e ficcionalmente, com os modos, direções e intensidades de diferenciação de linhas de ação/individualização e com as relações de tensão entre elas.

Palavras-chave: memorialismo, modernismo, cosmopolitismo, individualismo, subjetividade.

[*] Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
Doutor em Ciências Sociais (UNICAMP) e Professor Associado da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). andrebotelho@digirotas.com.br

[**] Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFRJ). lucashombeeck@gmail.com

ABSTRACT
This article presents the first results of a wider research on a new investigative front regarding the modernist memoirs from Minas Gerais. Its goal is to test the possibilities, extents and limits to which it can be considered, sociologically, as a reflexive experience of the individual's figuration, the social processes of subjectification and the conflict between individual and society. We'll focus on the autobiographical writings of two leading protagonists of this social and literary practice: *Balão cativo* (1973), by Pedro Nava, and *A idade do serrote* (1968), by Murilo Mendes. Before our conclusion, we also make an intermediate consideration about *Menino sem passado* (1936-1948), by Silviano Santiago (2021), as a radical anachronistic rewriting dispositive of those two books, which plays, theoretically and fictionally, with the modes, directions and intensities of the differentiation between lines of action/individualization and the tensions between them.

Keywords: memoirs, modernism, cosmopolitism, individualism, subjectivity.

Introdução

Este estudo apresenta os primeiros resultados de pesquisa mais ampla que propõe uma nova frente de investigação do memorialismo modernista mineiro e busca testar as possibilidades, alcances e limites de tratá-lo, sociologicamente, como uma experiência reflexiva da figuração do indivíduo, dos processos sociais de subjetivação e do conflito entre indivíduo e sociedade. Aqui nos concentramos nas escritas autobiográficas de dois protagonistas dessa prática literária e social: *Balão cativo* (1973), de Pedro Nava, e *A idade do serrote* (1968), de Murilo Mendes. Escrita autobiográfica crucial para a elaboração de subjetividades relacionadas ao projeto de *self* levado a cabo pelo modernismo brasileiro enquanto movimento cultural (Botelho & Hoelz, 2022). Ao lado de Carlos Drummond de Andrade, especialmente com seus *Boitempo* (1968) e *Menino Antigo* (1973), Pedro Nava e Murilo Mendes não apenas deram contribuições decisivas à recriação da memorialística no Brasil, mas, ao fazê-lo, acabaram por reposicionar o legado estético e político modernista na altura dos anos 1970.

O contato com o memorialismo modernista mineiro tem nos levado a uma série de perguntas que não têm recebido muita atenção na área do pensamento social brasileiro e que apontam para as questões da subjetividade individual como relação social e do cosmopolitismo *da*/*na* cultura brasileira.

Chamamos a atenção para o conflito tênue, mas decisivo, entre indivíduo e sociedade nesses textos: uma subjetividade em busca dramática, não raro trágica, de individualização em meio à cultura objetiva representada pela família (a chamada "tradicional família mineira") e pela sociedade e o Estado, inclementes estruturas de poder. O que nos remete à visão do social de Georg Simmel (1988, 2006) e, mais ainda, nos joga direto dentro do grande tema da sua sociologia. Na modernidade, o descompasso entre tudo aquilo que os indivíduos produzem fora de sua subjetividade, a "cultura objetiva", e o cultivo pessoal, interior, da individualidade, alcança um nível extremamente assimétrico, gerando uma separação radical entre o indivíduo e seu potencial criativo, "a cultura subjetiva". E essa cisão adquire sentido trágico justamente porque, em Simmel, a ação humana está sempre relacionada à ideia de criatividade originada da subjetividade.

O memorialismo, assim, tem se mostrado um campo fértil também para rediscutir, do ponto de vista teórico-metodológico, problemas perenes da relação entre literatura e sociedade. Que a literatura seja um fenômeno social não parece envolver muita controvérsia no momento. Mas as perguntas sobre se e como ela poderia, ou mesmo se teria o que, nos dizer sobre a vida social e a sociedade de um ponto de vista distintivamente sociológico e, mais ainda, por que deveríamos recorrer a ela para isso já configuram problemas mais resistentes.

Como mostram Hoelz e Botelho (2016), fazer "sociologia da literatura" pode significar coisas muito diferentes dependendo de como se concebe não apenas "literatura", mas também "sociedade" e "sociologia". Curiosamente, este último aspecto não tem merecido tanto a atenção dos especialistas, sejam eles críticos ou sociólogos que praticam a sociologia da literatura. A área parece carecer de uma reelaboração teórica que parta dos fundamentos da relação estudada para problematizá-la, a despeito da constatação praticamente generalizada na literatura especializada de que o desenvolvimento dos seus trabalhos está sendo acompanhado por uma maior pluralização de perspectivas e métodos, tornando a compreensão da literatura cada vez mais matizada e, mesmo, sofisticada. Por isso, é pertinente perguntar por que essa maior pluralização não tem concorrido na mesma medida para matizar as compreensões ou explicações da literatura, da sociedade e das relações que elas formam.

As figurações do indivíduo, das formas de subjetivação e do conflito entre indivíduo e sociedade no memorialismo ajudam a problematizar noções

reificadas de sociedade. Nesse sentido, é importante levar em consideração o conceito de escrita de si (Foucault, 1994) segundo o qual a escritura é um ato de discurso implicado na elaboração de uma técnica de vida. A escrita é um ato de cuidado de si. Assim, não se presume uma subjetividade anterior ao texto que o produz, como um espelhamento de algo fora de sua fatura, mas lê-se a própria escrita como elaboração de um *self*.

Essa figuração do sujeito legível no texto é um dado da cultura objetiva, produzido na dinâmica de subjetivação, o qual, por meio da leitura, torna-se disponível à compreensão e crítica da governamentalidade e dos ideais de Eu em que, historicamente, se implica. É possível, assim, o exercício de interpretação das subjetividades em jogo em qualquer escrita, independentemente de sua classificação tradicional de gênero, percebendo-se o problema indivíduo-sociedade não mais apenas como tema do comentário mas, sobretudo, enquanto forma. Interessa-nos, dessa maneira, explorar a literatura como forma que codifica em termos próprios as ações, relações e processos sociais e que, por isso, problematiza noções reificadas de sociedade ao ler a produção de subjetividades a partir de formas intersubjetivamente construídas.

Essa é outra implicação importante e mais ampla da adoção da perspectiva de Michel Foucault aqui: não partimos da ideia pré-definida de memorialismo como "gênero literário", pois nos interessa igualmente apreender os problemas relativos ao "gênero" a partir de relações de significado tecidas empiricamente, caso a caso, nos próprios textos. São as relações de significado mais ou menos cristalizadas nos textos que nos interessam como chaves de interpretação das sociedades que se figuram não simplesmente *neles* ou *a partir deles*, mas também com eles, *com* os textos e contextos.

Trazer à tona o problema da figuração do indivíduo e do conflito entre indivíduo e sociedade presente no memorialismo como prática de si e de subjetivação permite discutir a requalificação feita pela teoria contemporânea do problema sociológico clássico da relação entre indivíduo e sociedade, em especial por parte das sociologias do indivíduo. A relação entre indivíduo e sociedade é fundante da sociologia, como tão bem expressam os trabalhos de seus autores clássicos. Afinal, o indivíduo e a sociologia são criações históricas contemporâneas da modernidade. A individualização foi pensada, nesse sentido, como um fenômeno ligado às mudanças no padrão de relações sociais característico da modernidade. Atualmente, vemos emergir todo um campo identificado como "sociologias do indivíduo" por Danilo Martuccelli

e François Singly (2012), *Las sociologías del individuo*, ou Bernard Lahire (2002, 2004), *O homem plural* e *Retratos sociológicos: disposições e variações individuais*, por exemplo.

Por individuação, na esteira do projeto de sociologia do indivíduo de Danilo Martuccelli (2007), entendemos o processo modelado pelo impacto das grandes transformações históricas e estruturais na experiência, construção e significação das trajetórias dos indivíduos. Sua dinâmica essencial "combina um eixo sincrônico com um diacrônico, interpretando no horizonte de uma vida – ou geração – as consequências das grandes transformações históricas" (Martuccelli, 2007, p. 30). A articulação desses eixos permite, então, tanto o estabelecimento de uma relação *sui generis* entre história social e biografia do ator (individual ou coletivo) quanto "a interrogação sobre o tipo de indivíduo que uma sociedade fabrica estruturalmente" (p. 30).

Já a subjetivação, em formulação do mesmo autor, inscreve-se na reflexão sobre os processos de racionalização e controle social modernos, diante dos quais se coloca uma pergunta fundamental: "*como imaginar a possibilidade de uma emancipação humana?*" (Martuccelli, 2007, p. 25, ênfase do original). Para esse processo, é fundamental que existam figurações sociais do sujeito aptas a serem encarnadas pelos indivíduos; por isso, para o autor, "na subjetivação, *o indivíduo se converte em ator para se fabricar como sujeito*" (p. 25). A história do desenvolvimento dessa perspectiva, assim, desdobra-se em dois planos concorrentes. No primeiro há, de um lado, o nível individual, do sujeito pessoal, e, de outro, o do sujeito coletivo; no segundo, um objetivo de libertação *stricto sensu* – a emancipação – e um processo crescente de controle social – a sujeição.

A partir do jogo de semelhanças e diferenças estabelecido pela análise, a abordagem comparativa dos livros de Nava e de Murilo Mendes toma como ponto de partida a codificação do conflito entre indivíduo e sociedade em cada texto e no uso que se faz dos dispositivos disponíveis para essas escritas de si em diferentes "gêneros" – a prosa, a prosa poética, o poema. Dessa forma, a partir de tópicas comuns que os atravessam, como a infância, a amizade, a sexualidade, é possível perceber na prática desses escritores modernistas a operação não apenas do comentário direto sobre aspectos da relação indivíduo-sociedade, mas também do gesto literário de reescrita – em tensão e submissão, repetição e subversão – de "gêneros" associados à narração de si.

Essas narrações e suas figurações dos conflitos no modernismo memorialista mineiro são, a nosso ver, indícios empírico-textuais de uma surpreendente construção social cosmopolita da diferença cultural brasileira. Cosmopolitismo relacionado à urbanização precoce de Minas Gerais, comparativamente ao restante do Brasil, a qual também ajuda a compreender o surgimento, no século XVIII, de uma literatura tão distintiva, com acentuado "cunho de universalidade" e um "gosto particular pela narrativa em primeira pessoa" – para lembrarmos "Poesia e ficção na autobiografia" (1989) de Antonio Candido. Mapear as camadas dessa reescrita cosmopolita e compor um repertório de formas de subjetivação, portanto, é a tarefa a que nos propomos, diante dessas duas obras, para qualificar na literatura percursos e sequências de problemas formais e sociológicos duradouros.

As narrativas modernistas de si parecem simultaneamente contrariar e reforçar a individuação numa sociedade em que, historicamente, tanto a categoria de indivíduo desempenha papel problemático nas identidades sociais (não tendo perdido inclusive sentido pejorativo no cotidiano), quanto são cada vez mais recorrentes as representações da família contra o indivíduo como unidade moral da sociedade. Nas páginas que seguem, após uma leitura detida das duas obras, que dá os subsídios para a interpretação proposta, encaminhamos a discussão nas considerações finais para a forma pela qual essas figurações do sujeito se relacionam com o paradigma da *Bildung*, expressa no que convencionalmente se chama de literatura de formação, ontem e hoje. Antes disso, porém, trazemos uma reescrita contemporânea do memorialismo modernista mineiro, não exatamente como um contraponto, mas, antes, talvez, para parafrasear livremente o título de texto clássico de Max Weber sobre a sociologia das religiões, como uma "consideração intermediária": uma espécie de teoria dos graus e direções que tenta "dar conta de um fenômeno multifacetado, que compreende racionalizações divergentes tanto nas suas orientações como nas suas intensidades" (Waizbort, 1995, p. 29). *Menino sem passado* (1936-1948), de Silviano Santiago (2021), mais do que um dispositivo anacrônico de reescrita radical de *Balão cativo* (1973) e de *A idade do serrote* (1968), joga, teórica e ficcionalmente, com os modos, direções e intensidades de diferenciação de linhas de ação/individualização e com as relações de tensão entre elas, a partir de outros textos, inclusive do memorialismo mineiro. E, assim, afeta decisivamente o nosso repertório de formas de individuação e subjetivação.

O balão e o serrote

Balão cativo (1973), de Pedro Nava, e *A idade do serrote* (1968), de Murilo Mendes, são certamente textos diferentes do ponto de vista formal. O primeiro, segundo volume das *Memórias* do autor, é em geral associado à autobiografia enquanto gênero que oferece um pacto de leitura (Lejeune, 2014) afeito à reconstrução do vivido, pela combinação, no projeto do livro, entre o nome do autor, narrador e personagem, em poucos e longos capítulos de prosa corrida que "hospeda" a memória. Já o segundo é uma narrativa de fragmentos curtos, às vezes nomeada de prosa poética, em que a voz (narrativa?) elabora um sujeito sempre em interação com outros personagens, objetos e mesmo animais cujas agências colocam em xeque qualquer noção de gênero ou identidade mais acabada, fazendo do deslocamento e da subversão humorística e veloz do horizonte de expectativas do leitor um dos aspectos relevantes da forma. Haverá em comum entre ambos, no entanto, uma tópica fundamental do memorialismo modernista mineiro, que permite ler transversalmente a figuração de subjetividades em constante processo de descobrimento e aprendizado – do outro, do tempo, do espaço, em suma, do mundo: a infância.

Se as *Memórias* de Pedro Nava podem ser lidas, numa dimensão, como a história da sua formação, *Balão Cativo* é certamente o volume mais emblemático a esse respeito. Por vários motivos. A começar pelo fato de este segundo volume das memórias ser inteiramente dedicado à recuperação da infância do autor, que se fez hábil narrador, e sua transição do ambiente doméstico para o mais público dos colégios. Compreendendo os anos de 1911, ano da morte do pai, a 1916, ano de seu ingresso no mais renomado colégio brasileiro do Império e da Primeira República, o Pedro II, no Rio de Janeiro, *Balão Cativo* dá continuidade à ação interrompida ao final do primeiro volume das *Memórias*, o *Baú de Ossos*. A impressão de que os livros, ou ao menos partes deles, formam um conjunto relativamente coeso para a leitura não é inteiramente fortuita.

Como Nava anota ao final do datiloscrito de *Baú de Ossos* e no início do de *Balão Cativo*, depositados no Arquivo que leva seu nome na Casa de Rui Barbosa no Rio de Janeiro, seu plano inicial era publicar os dois primeiros capítulos do segundo volume ainda em *Baú de Ossos*. Por isso a numeração das páginas dos datiloscritos de *Balão Cativo* segue duas ordens

diferentes: uma que dá continuidade ao primeiro volume, outra que inicia o segundo. A decisão de deixar os dois capítulos já escritos (intitulados "Morro do Imperador" e "Serra do Curral") para iniciar *Balão Cativo*, cuja redação integral levou ainda praticamente mais três anos até as vésperas da sua publicação em 1973 deveu-se, como o autor também fez questão de anotar em ambos os originais, ao "bom conselho" de Fernando Sabino. O prosador era seu editor na Sabiá, selo pelo qual havia lançado suas memórias no ano anterior, 1972, mesmo ano em que ela era incorporada à Editora José Olympio, que publica *Balão Cativo*.

Assim, o primeiro capítulo de *Balão Cativo*, "Morro do Imperador", narra o período em que, após a morte do pai e os anos iniciais vividos no Rio de Janeiro, Nava, seus irmãos mais novos e a mãe, Diva Mariana Jaguaribe Nava, se veem obrigados a voltar para Juiz de Fora. São anos difíceis os passados no sobrado nada acolhedor da avó materna, Inhá Luiza. "Serra do Curral" compreende os anos 1914-15, quando a família Nava se muda para Belo Horizonte na companhia do avô materno, Joaquim José Nogueira Jaguaribe, ou simplesmente Major, após a morte da avó. Neste capítulo aparece também a narrativa do ginásio Anglo-mineiro, de que foi aluno, e que contrastará em mais de um sentido com o Pedro II. "Engenho Velho", o terceiro capítulo, se passa no ano de 1916, e é dedicado à vivência de Nava com seus tios Alice e Antonio Salles, no Rio de Janeiro, para onde viera sozinho para ingressar no Pedro II – uma experiência afetivamente intensa e também decisiva do ponto de vista intelectual. "Morro do Barro vermelho", narra sua história no internato deste colégio, tema que ao mesmo tempo se ampliará e detalhará nos três primeiros capítulos do volume seguinte, *Chão de Ferro*, publicado em 1976.

A intenção inicial do autor, porém, não desapareceu simplesmente com este plano de capítulos ao fim e ao cabo adotado por sugestão do editor do livro. Afinal, ainda é rentável do ponto de vista da leitura dividir *Balão Cativo* em duas partes, sendo o divisor delas justamente a morte da avó, Inhá Luiza. Assim, na primeira parte, mais próxima do tema de *Baú de Ossos*, quase em sua totalidade voltado à narrativa sobre a família e os antepassados, prevalecem o espaço, as relações, a sociabilidade e os costumes domésticos patriarcais (e suas arbitrariedades características). Aqui vale observar o contraste na convivência da família nuclear de Pedro Nava com, de um lado, seus parentes paternos no Rio de Janeiro, idealizada como um verdadeiro

idílio no último capítulo de *Baú de Ossos*; e, de outro, com a família materna em Juiz de Fora, marcada por relações extremamente autoritárias, excessivas e violentas, especialmente por parte da avó Inhá Luiza, de quem o narrador não parece ter merecido senão a indiferença.

Essa oposição entre as famílias paterna e materna do escritor repõe a oposição crucial entre positivo e negativo que estrutura as *Memórias* de Pedro Nava como um todo. É verdade que a tradicional família mineira já vinha sendo objeto de críticas de muitas narrativas memorialísticas produzidas pela própria geração de Pedro Nava, e dele próprio já em *Baú de Ossos*. E alguns dos seus melhores amigos de toda a vida contribuíram para a ampliação dos seus significados sociológicos e propriamente estéticos, como Carlos Drummond de Andrade com *Boitempo* (1968) e *Menino Antigo* (1973) e Murilo Mendes com *A idade do Serrote* (1968), que leremos a seguir. Todos eles mineiros, ligados ao movimento modernista daquele estado, como mineiro é ainda Cyro dos Anjos que com suas memórias *Explorações no tempo* (1963) também recria lembranças da infância refletindo sobre a estrutura patriarcal mineira e suas violências características.

Em *Balão cativo* (1973), portanto, Pedro Nava reconstitui período decisivo de sua formação ao narrar a transição da criança entre o ambiente familiar e o espaço público, da casa à rua. Ao final dos anos de tutela da avó materna Inhá Luiza, o menino presencia a morte da matriarca como um divisor de águas, narrado de forma dramática (e antológica) ao fim do primeiro capítulo ("Morro do Imperador") que abre, assim, uma segunda parte do livro. É possível observar, então, um movimento de fragmentação da família ampla, que se divide em diferentes núcleos, mesmo que sua rede de reconhecimento e de favores continue a pleno vapor. A passagem que essa fragmentação abre a um universo social cada vez mais amplo se materializa, na forma literária, pela evocação dos passeios de bicicleta feitas pelo menino Nava. Passeios que ampliam significativamente sua sensibilidade, conhecimento e impressão do "mundo": começando pela cidade que existe para além da família, da parentela, da vizinhança. E, mesmo que se trate apenas de uma "aventura" de criança, permite-lhe também dar vazão ao exercício de todo o complexo de reconhecimento, estranhamento, alteridade, que vai ampliando sua sensibilidade. Como diz numa das passagens:

> O menino que ainda não sai de casa sozinho tem a impressão de que está no centro do mundo e que os outros vivem, como planetas, em torno de sua personalidade solar. Depois é que vê seu nada quando se compara às galáxias que vislumbra. Minhas saídas no resto de bicicleta que me coube, minhas idas e vindas ao Machado Sobrinho, as longas explorações feitas durante as gazetas às aulas deram-me noção do universo de Juiz de Fora e da necessidade de explorá-lo.

Antes das grandes viagens – a mudança da família para Belo Horizonte após a morte da avó e a sua volta para o Rio de Janeiro – as pequenas incursões de Nava pelas redondezas da casa da avó vão permitindo o deslocamento da geografia, da sensibilidade e da autoridade da vida familiar patriarcal. As enumerações feitas nesses percursos, em que se acumulam casas, pessoas, bichos e coisas evocadas da memória infantil, vão criando uma espécie de topografia a um tempo histórica e sentimental, caracterizada não pela racionalização e redução gráfica do espaço, típica dos mapas, mas por uma deriva e alargamento do olhar, mediados pela rede de relações sociais em que o sujeito se insere, sem falar da reflexividade implicada na escrita madura de um passado remoto de si. O sentido de deriva, simultaneidade e sequência narrativa em longos parágrafos, com grande riqueza de detalhes e encadeamentos por vezes surpreendentes, lembra uma escrita em plano-sequência em que os elementos coexistem num *continuum*.

É nesse espaço que se pode ler uma sutil mas contundente política da memória, em que monumentos da cidade têm sua legitimidade questionada diante da lembrança de pessoas cujos serviços para o bem comum são mais reconhecidos pelo narrador, por exemplo, ou em que episódios de violência de toda ordem são reconstituídos de forma aguda e crítica. Está encenado aí algo da ideia de formação abordada por essa prosa. Ela se baseia não apenas no desenvolvimento gradativo das predisposições do indivíduo, mas também na sua socialização, isto é, no aprendizado sistemático dos papéis sociais que lhe foram prescritos pelo sistema social e que, de acordo com as prerrogativas de seu grupo de origem, cumpre-lhe desempenhar.

Isso para não falar da integração do indivíduo à sociedade por meio da aprendizagem escolar, entre o Nava do Anglo-mineiro e aquele do Pedro II; o papel da educação propriamente literária no processo sentimental e intelectual do narrador; o impacto mágico do cinema; ou os exercícios de fixação dos conteúdos didáticos na sua reflexão sobre as técnicas da

memória, seja por meio de métodos mais tradicionais voltados à destreza mental, seja também por meio das experiências modernas que então surgiam e que passavam a comportar os sentidos e os exercícios manuais, o uso de imagens, do corpo etc. Há nessas passagens uma ênfase no papel da memória no processo de aprendizado, que acaba por revelar toda uma educação do olhar e dos outros sentidos, em curso na infância e início da juventude do narrador, que, certamente, são de importância capital para a definição do memorialista que ele se tornou. Os anos de aprendizagem de Pedro Nava são também os anos de formação do narrador das *Memórias*. Assim sendo, as questões levantadas acima se exprimem na escrita autobiográfica não apenas como tema, mas como *forma* numa narração que, dotada do repertório analisado, se volta sobre a construção de suas próprias condições de possibilidade.

A idade do serrote (1968), de Murilo Mendes, por sua vez, divide-se em quarenta e um capítulos curtos cujos títulos lançam os motes das interações experimentadas pela voz em primeira pessoa. Os nomes vão de referências a pessoas do convívio doméstico e familiar do narrador ("Etelvina", "Dona Coló" e "Meu pai") até enquadramentos situacionais e temáticos ("Religião", "Confissões") e espaços públicos ("A rua Halfeld"), passando por bichos ("A lagartixa") e personagens mais ou menos anônimos da cidade ("A rainha do sabão"). A enunciação, sempre em movimento entre esses encontros, vai construindo aos poucos um horizonte sempre em alargamento, em que as descobertas da infância ganham sabor pela observação das diferenças entre personalidades, trajetórias e posições sociais, no que toca às pessoas.

Seu percurso geográfico, não linear como tudo o mais no livro – em que os fragmentos parecem existir em simultâneo e comportar dentro de si múltiplas temporalidades – compreende pomares, praças e cidades onde bichos, plantas e coisas interpelam o sujeito, o qual se elabora em meio a uma rede que, assim, supera o humano. Como uma espécie de parâmetro do deslocamento do olhar (o livro se encerra com o capítulo "O olho precoce"), a cultura objetiva cosmopolita aparece, subjetivada, como chave de abertura para o mundo na interpretação dos acontecimentos locais. Ao contar a história de sua prima em segundo grau, Hortênsia, que passara a vida reclusa em quartos solitários, na casa da própria mãe e, após sua morte, na de outros parentes, conclui: "Foi ela para mim a anunciadora de certos personagens de Dostoiévski e Kafka."

O que se lê, portanto, é a mobilização de um lugar "entre" as interações na construção literária de um "eu" em movimento de abertura para a dúvida

e a desconstrução da unidade. Nesse sentido, mesmo a presença da religião no texto faz parte de uma configuração muito particular de um catolicismo que sacraliza o cotidiano na forma dos prazeres alimentares e sexuais do corpo, e que serve como ponto de contato com um universo supra-humano, vencendo o provincianismo com uma perspectiva universal da eternidade e das "questões formidáveis" que a teologia coloca. A ideia de salvação em jogo, importante para a análise de um gesto de deslocamento sobre si implicado numa cultura religiosa como a referida, parece ser a dos pequenos gestos preservados na memória. Nela, em processo contínuo de reflexão e aprendizagem, convivem passado e futuro; Minas e o mundo.

Em "Duas lições de cartografia fantástica", Marília Rothier Cardoso parte do dado histórico da participação de Jorge de Lima e Murilo Mendes na Comissão de Literatura Infantil do Ministério da Educação, em 1936 e 1937, para ressaltar o tema da infância como uma das chaves da imaginação poética dos autores, em contraponto às "orientações autoritárias da modernização nacionalista" brasileira (Cardoso, 2015, p. 43). A esse aspecto segregador da cultura política, a crítica opõe um cosmopolitismo fantástico implicado na cartografia dinâmica das brincadeiras de recordação e enunciação infantis.

Tratando de *A idade do serrote*, Cardoso considera, em diálogo indireto com as proposições de José Guilherme Merquior (2016), que aquela escrita se dá num tempo em devir e num espaço de intensidades: a viagem do menino seria, então, um empreendimento de Orfeu moderno. A partir da conhecida tese de Walter Benjamin sobre o surrealismo, atribui-se à interpenetração entre som e imagem na inteligência o efeito de uma redução do espaço do sentido na enunciação. A infância, desde o seu radical etimológico *infans*, é interpretada enquanto instância da experiência aquém da linguagem, lugar impessoal e pré-objetivo da fratura entre ambas.

Seria possível pensar, portanto, com Cardoso, nesse *menino sem passado* elaborado no texto como uma figura da primeiridade e liberdade diante das tradições e da cultura com que convive. O deslocamento espaço-temporal do narrador, simultaneamente infantil e maduro, seria assim uma estratégia de reelaboração da experiência em chave cosmopolita, furando as determinações do contexto de origem. Uma resubjetivação que conta com a experiência do passado e a reflexão do futuro.

Mas será Fernando Fábio Fiorese Furtado quem, pela leitura integrada do feminino com o maternal, especificamente em *A idade do serrote*, dará maior

concreção à análise crítica de um móvel importante daquela cena escritural. Em "Desdobramentos da figura materna na prosa memorialística de Murilo Mendes" (Furtado, 2001), o crítico enuncia o *regressus ad uterum* como uma tópica tradicional do memorialismo, retomada no caso concreto, apoiado ainda nas imagens da água – rios e mar, amamentação – como manifestação de uma vitalidade primeva. O impulso de "ver, rever, ver, rever" (Mendes, 2018, p. 149) seria uma maneira de elaborar, pela repetição (e o serrote ganha aí mais uma conotação), o trauma da morte precoce da mãe do narrador. Essa ausência da figura estilhaçada e distribuída pelas muitas meninas e mulheres que habitam a memória ganha, no contato com a ama-de-leite Etelvina, uma formulação própria: o corpo negro e o leite branco são índices "da própria infância do homem e do cosmos. A noite, o dia." (Furtado, 2001, p. 120).

A articulação de uma permanente tensão entre tempo absoluto, da ordem do cosmos e da eternidade, literatura e cultura de forma geral, e experiência primeira da infância (ou entre Eros, Logos e Chronos) será o que, para Furtado (2001, p.123, grifos do original), permite ao autor "escavar passagens entre a infância vivida e a infância sonhada, entre o *eu* biográfico e o *eu* lírico". Lembrando o radical comum de *passado* e *passagem*, considera ainda que a erótica aliada à instabilidade temporal compõe no texto uma cronologia absurda, descentrada e labiríntica, na qual se dá a transição da infância à adolescência, ou do mito ao logos. A repetição daquela cena inicial, portanto, na tentativa de capturar seu movimento em direção à idade adulta (ou seu percurso formativo) pode ser entendida como uma tentativa de produção de diferença, ou, no mínimo, de diferenciação do sujeito em relação ao passado marcado pela dor da perda da mãe, suporte fundamental do indivíduo, especialmente em culturas católicas e patriarcais como a de que aqui se trata. Novamente, uma resubjetivação, que só pode acontecer pelo deslocamento – no tempo, no espaço, na cultura – do olhar sobre si (implicado também na condição de "duplo exílio", da infância e do país, que circundam essas memórias (p. 117).

Assim, parece possível interpretar o gesto escritural de retorno à infância, em *A idade do serrote*, como exploração da possibilidade de criação de uma perspectiva crítica e transformadora do próprio passado, tanto pessoal quanto histórico. Esse retorno, no caso estudado, dar-se-ia poeticamente pela potencialização da experiência sobre o discurso, num desvio pelo corpo em relação a uma cultura objetiva inculcadora e autoritária (desvio capaz, por

sua vez, de torcer as regras do discurso e produzir figurações divergentes do indivíduo). A poesia apareceria, portanto, como técnica de si e abertura para o mundo na Juiz de Fora fantasmagórica (Candido, 1989) inventada pelo texto, bem como para seus personagens e alteridades em geral: livros, bichos, estórias.

A ordem legível no texto, para além da constatação de Antonio Candido (1989) sobre a fixidez do tema no livro, pode ser atribuída à figuração do *feminino ou maternal* – entre material e transcendente (Neves, 2006) ou presença e ausência (Furtado, 2001) –, da *família* – entre tradição e loucura (prima Hortênsia, tio Lucas) – e da *religião* – entre sagrado e profano ou consagração e *colaboração do pecado* (Andrade, 1974a, 2012). A relação entre indivíduo e sociedade, portanto, mediada por essas estruturas, elabora-se numa dinâmica entre transgressora e continuadora que não faz a apologia nem da adequação (como um Joaquim Nabuco de *Minha Formação*) nem do conflito aberto pelo qual ambos os polos se batem (como um Mário de Andrade de *O movimento modernista*).

O texto marca uma descontinuidade, não há dúvida, em relação à ideologia do progresso e da racionalização das relações de dominação entre pessoas e coisas; seu movimento de repetição e reelaboração é, sim, capaz de produzir diferenças em relação às representações tradicionais da família e religião. Mas caberia perguntar, dado o seu caráter ambíguo – "conciliador de contrários/ incorporador do eterno ao contingente", como na trova de amizade dedicada a Murilo Mendes por Manuel Bandeira –, até que ponto sua valorização das diferenças e de uma ética da convivência – numa comunidade mítica, cosmopolita e imaginada da Juiz de Fora da infância – implica o apagamento de desigualdades.

Nesse sentido, pode ser que estejamos diante de um limite da técnica e processos de subjetivação mobilizados nesse caso concreto. Mesmo porque, dentro do memorialismo modernista mineiro, há outras formulações da infância muito mais ciosas dos choques e contrastes sociais, como a do próprio Pedro Nava em *Balão cativo*. Mas essa é apenas uma das diferenças entre os livros, como se procurou demonstrar. Para um último ponto de comparação entre essas escritas de si – e as sinapses que elas criam desde o problema da relação entre indivíduo e sociedade – vale mencionar ainda um tema transversal a ambas: o aprendizado. Topos comum nas figurações modernas da infância e especialmente nas narrativas de formação, nesses textos ele também será motivo de alguma diferenciação.

Como mencionamos anteriormente, os anos de aprendizagem de Pedro Nava são também os anos de formação do narrador de suas *Memórias*. Não apenas porque parte importante da elaboração da problemática integração do indivíduo à sociedade pelo aprendizado escolar acontece em suas páginas, em especial as dedicadas ao ginásio Anglo-mineiro e ao Colégio Pedro II, mas porque ali também são adquiridas técnicas mnemônicas que serão fundamentais para a realização do projeto literário de recuperação do tempo perdido, de restituição da vida em sua total significação, cuja atenção ao detalhe e epicidade narrativa já foram destacadas. Como um desses dispositivos, citado no texto e usado documentalmente para a fabulação do autor, estão cartas escritas no Anglo-mineiro à sua família. Prescritas pela disciplina escolar, eram preenchidas pelo jovem Nava com relatos do cotidiano, por "falta de assunto":

> Por morte de minha Mãe e de tia Alice, chegaram-me às mãos lembranças guardadas por elas: as cartas que lhes escrevi entre 14 e 15, do Anglo. Assim, as que em vida me deram vida e convivência, mortas, legaram de volta minha infância. É por estas folhas amareladas que posso reconstituir o internato dos ingleses. Escrever para a família era cortesia a que nos obrigavam os professores. À falta de assunto, eu fazia sempre uma espécie de relato do meu dia a dia e é neles que encontro nossas atividades e horários (2012, p. 168).

O que se narra, portanto, é o processo de aquisição de técnicas que serão decisivas para o resultado final das memórias e da versão de *self* modernista apresentada nelas. Outros exemplos poderiam ser apresentados, como o estímulo à leitura encontrado pelo personagem como contraponto à sua inabilidade para o esporte, por sua vez um dos pilares do projeto pedagógico do Anglo-mineiro (cujo lema era *mens sana in corpore sano*). Ou as aulas de desenho e trabalhos manuais em que se aprende a projetar e executar obras com diferentes andamentos e durações de composição e fruição. Mas o que há em comum entre todas essas evidências e que interessa especialmente a esta análise é a relação que elas guardam com uma experiência institucional. Por mais que a inadequação entre os costumes, a língua, o sotaque dos ingleses e a paisagem local seja motivo constante de piada entre Nava e seus colegas – o que rende passagens realmente cômicas, e até críticas, sobre aquela institucionalidade – não é possível deixar de notar certa admiração pelo

estilo anticlerical, organização apolínea e vocação cosmopolita do colégio. Isso para não mencionar o efeito capacitante das técnicas enumeradas acima para a construção do livro que o leitor finalmente acessa.

Vejamos, por outro lado, a primeira menção à instituição educacional em *A idade do serrote*. No capítulo "Amanajós", dedicado a um notório alcoólatra juiz-forano que participa da mitologia local, Murilo escreve:

> Suplente do demônio segundo o professor Alípio Peres diretor do Ginásio Santa Cruz onde estudo e desestudo, namoro e desnamoro, onde Amanajós é discutido admirado odiado divide os alunos puxa vida! Diz: morrerei bêbado, assim não sentirei quando a bicha vier. Tem sempre o nada ao alcance da mão. Como de resto quase todos (2018, p. 27).

Perceba-se não apenas o nome do Ginásio, em tudo contrário ao perfil laico da educação inglesa de Nava, mas o plano de igualdade em que se situam estudo e desestudo; namoro e desnamoro. Conforme já observamos anteriormente, o sentido da escavação da memória muriliana é de aproveitamento da primeiridade da experiência infantil como uma força vital contrária à objetivação e até mesmo a certa racionalização dos interesses e de outros aspectos da vida social. Resgatando o tema do pecado como objeto de elaboração estética e quebra relativa do ideal de autoaperfeiçoamento da *Bildung*, o autor termina o trecho numa exploração sobre o caráter demoníaco do personagem que dá título à seção, respondendo à sua qualificação feita pelo "professor Alípio Peres diretor do Ginásio Santa Cruz":

> Não sei se era suplente do demônio; de qualquer forma encarnou para mim a primeira imagem de um demônio menor, talvez de quinta classe, reduzido, provinciano, ajustado à minha dimensão da época: julgando-o um anarquista, admirava-o secretamente. De resto, antes de crer na ideia ordenadora de Deus, acreditei na ideia desordenadora do demônio. Isto me parece mais racional do que irracional, mormente no contexto do nosso tempo de campos de concentração, genocídio, fornos crematórios e bomba atômica, construídos pela inteligência humana, mas com a sutil e oculta colaboração daquele que a justo título foi crismado de príncipe das trevas – o único príncipe que até hoje me despertou admiração, terror, espanto (Mendes, 2018, p. 28).

A "ideia desordenadora do demônio" não só guarda anterioridade em relação à ordem divina – o que deve ser levado a sério num projeto tão apoiado na noção de "origem"[1] quanto este – mas é ambiguamente posicionada como fator de uma racionalidade do sujeito em tempos de campos de concentração e fornos crematórios (métodos de racionalização da limpeza étnica nazista [Löwy, 2002]). A educação de Murilo, para além de abrir mão da institucionalidade como seu suporte, preferindo a interação com pessoas, situações, bichos e coisas de outras extrações, é a do estudo como do desestudo, do namoro como do desnamoro. E o demônio, em especial na raiz greco-latina do termo *daimon* ou *daemon*, é uma figura que habita um espaço *entre* o terrenal e o sagrado pela interioridade dos humanos (em oposição à exterioridade dos *angelus*, outro tipo de figuras liminares-mensageiras da mesma cultura).

Em suma, o que em Nava é recordação, lembrança e formação, em Murilo é primeiridade, esquecimento e deseducação. Mesmo sua interação com certa institucionalidade católica é largamente mediada por sua interpretação muito própria do fenômeno religioso, pela "fusão do catolicismo primitivo com a mentalidade moderna" (Mendes, 2018, p. 42) e sobretudo pela "colaboração do pecado". A segunda (e breve) menção ao colégio feita no livro, aliás, vem no capítulo "Religião" – e está associada a práticas que "aborrecem", como a das missas em ritos incompreensíveis (p. 47). A seguinte, em "Cláudia", vem em referência à personagem que dá nome ao trecho, "sobrinha do diretor do colégio..., onde eu estudava. (Por quantos colégios andei!)" (p. 54).

Não só a instituição deixa explicitamente de ser nomeada, ao contrário da moça, como é só uma instituição entre outras, fato de pouca importância para o narrador diante do acontecimento erótico. Isso se repete no capítulo "Margui", em que o personagem se matricula na Escola de Farmácia, interrompendo os estudos de ginásio, porque o que "interessava era estar perto de Margui: sua família morava ao lado da Escola" (p. 74). Após cursar o primeiro ano com boas notas, abandona as aulas quando a personagem se muda e deixa de responder suas cartas, o que acontece na página seguinte à da citação anterior. A forma da enunciação é simples. "não tornei à Escola." Nas estratégias formais de subjetivação e individuação, o passado é "recuperado" em Pedro Nava e antes "transformado" em Murilo Mendes. Mas o que ocorreria se um narrador não mais dispusesse de um passado seu?

[1] Essa é a primeira palavra do livro, título de seu primeiro capítulo: "Origem, memória, contacto, iniciação", em que os pais do personagem-eu-lírico são descritos como "Adão e Eva descendentes" (2018, p. 9).

Menino sem passado: consideração intermediária

A leitura comparada dos dois livros até aqui abordados permite a análise das aproximações e diferenças nas maneiras pelas quais ambos formalizam uma tópica fundamental do memorialismo (presente em especial, mas não apenas, no memorialismo modernista mineiro): a infância. Por essa mediação, é possível ler transversalmente a figuração de subjetividades em constante processo de descobrimento e aprendizado – de si, do outro, do tempo, do espaço, do mundo. E, num plano mais geral, pensar como cada um dos textos afeta o repertório de formas de subjetivação figuradas no memorialismo brasileiro em geral.

Em *Menino sem passado (1936-1948)* [2021], Silviano Santiago revisita essa mesma tópica movido por uma técnica de escrita em que o corpo desempenha mediação fundamental na relação homológica entre "grafia-de-vida" (e não mais autobiografia) e "composição literária". Nesse (entre-)lugar da cena escritural, ganha destaque no projeto a noção de "hospedagem", segundo a qual tanto os textos se situam uns nos outros como, entre autor e leitor, possibilita-se um pacto pelo qual as memórias do segundo se hospedam na escritura do primeiro. Assim, no sentido político da escrita de si, o que se percebe naquelas memórias é uma urgência da comunicação, a necessidade da reescrita e o trabalho de automonitoramento reflexivo sobre a questão central da repetição com diferença.

Menino sem passado, por um lado, apresenta-se como se estivesse e se oferecesse em campo aberto, abre-se para "fora" num registro que pode até assumir um sentido conflituoso, ao incluir e fomentar improváveis comunicações com o leitor. Ao mesmo tempo, faz parte de um trabalho árduo de composição – em mais de um aspecto, no sentido de "chamado"/"vocação", segundo a acepção calvinista de trabalho, universalizada na modernidade tal como destrinchada por Max Weber. Trabalho metódico, cotidiano, repetitivo, portanto. No caso de Silviano, trabalho estético consciente da contingência e refratário a essencialismos. Assim, o ponto a que ele nos convida é, antes, o de relacionar as mediações – sociais – que todo trabalho de arte também pressupõe, sem as quais, na verdade, a abertura da obra para o outro – da literatura para o leitor – não constituiria uma ampliação significativa do campo da experiência.

Paradoxalmente, nesse caso, um artista-pensador também da memória e das memórias, dos modos de subjetivação e das práticas de si, a que poderíamos chamar de "pós-moderno", vem se dedicando de modo sistemático e vocacional (aqui o aparente paradoxo) a cruzar, experimentar, problematizar e, também, a diluir fronteiras da literatura, recusando a ideia de gêneros, ampliando a prática e o alcance estético e político da autoficção etc. Por que retomar a escritura de suas memórias? Parece que nelas há um sentido de "projeto": estamos diante apenas de um primeiro volume? É isso, ao menos, que sugere a delimitação temporal da narrativa indicada no título – "(1936-1948)". Isso, apesar de todo o fluxo da memória que, obviamente, não se deixa domesticar inteiramente pela cronologia; e, também, apesar de o narrador de *Menino sem passado* ser um homem idoso e muito, muito experiente no presente – como são, no livro, a dupla de anciãos de outros tempos Vovô Amarante e Nhô Campeiro que tanto fascinam o menino Vaninho.

Acontece que *Menino sem passado* (1936-1948) se hospeda em muitos textos. A começar pela poesia de Murilo Mendes, que dá título ao livro, e no memorialismo mineiro de Pedro Nava, especialmente *Baú de ossos* (1972) e *Balão cativo* (1973) e novamente de Murilo Mendes, agora de *A idade do serrote* (1968). Mas também, de modo muito especial, em *Crescendo durante a guerra numa província ultramarina*, livro de poemas de 1978 do próprio Silviano em que é especialmente legível o trabalho sobre a questão do aprimoramento da subjetividade individual nos quadros da discussão da crise do ideal de *Bildung* – que a Segunda Guerra Mundial terminou por evidenciar tragicamente – e no qual, justamente por isso, a precariedade e a incompletude que restam ganham nos poemas do livro um sentido dialógico muito próprio com o leitor.

Ambos os aspectos passarão por incessante reescritura na obra de Silviano desde Crescendo durante a guerra, e até antes dele. Mas a discussão ganha relevo porque é essa fratura no ideal de *Bildung* que ressignifica o próprio horizonte do cuidado de si que como que se "desencanta" (no sentido weberiano), tornando-se cada vez mais e apenas uma "prática".

O que se coloca em causa, assim, é o debate sobre até que ponto o trabalho árduo da memória permite mesmo curar-se do tempo. Com o Michel Foucault (2019) de *A hermenêutica do sujeito*, é possível pensar que na reminiscência, que é uma prática de si, não se encontra uma verdade escondida. Não estamos mais, portanto, no horizonte utópico em que se permitiria equacionar

reminiscência do passado e busca da felicidade. Niestzscheanamente, o narrador deve assumir os riscos envolvidos no confronto direto do seu infortúnio, deve se convencer de que os desafios e a alteridade aí implicados é que permitirão o seu autoaperfeiçoamento subjetivo.

A narrativa memorialística de Silviano explora e nos convida com clareza às possibilidades de resubjetivação, apontando também os limites e os riscos impostos a cada um de nós pelo domínio da "cultura objetiva" (no sentido de Simmel) no mundo em que o ideal de Bildung já desapareceu. A memória é uma apropriação, processo em permanente transformação. Por isso, paradoxalmente, talvez, não seja pequena a sensação de liberdade que a percepção do esquecimento experimentada na leitura de *Menino sem passado* acaba por nos trazer.

Num contexto em que a ideia (e sensação) de liberdade se torna central para o debate político, e no qual os efeitos de um certo tipo de individualismo parecem determinantes para o significado dessa ideia em discursos públicos, isso não é pouco. Se o passado abandonado jamais se torna passado; se é preciso lembrar para esquecer com liberdade; e se a memória pode ser lida e escrita como *solidariedade*, reconhecimento e integridade ou fragmentação do "eu", interessa por fim situar o memorialismo modernista mineiro aqui analisado em perspectiva com o problema colocado pela obra de Silviano Santiago e com questões sociológicas duradouras, como a da *Bildung* e seu desencantamento na mediação da relação indivíduo-sociedade. É o que gostaríamos de fazer nas considerações finais a seguir, ensaiando não uma conclusão, mas também novos encaminhamentos que o percurso aqui realizado, enfim, agora permite.

Formas da relação indivíduo e sociedade

Se em *Menino sem passado* o que se lê é a figura de uma subjetivação desencantada, prática de um (con)texto pós-*Bildung*, hospedada em textos de outras temporalidades, parece-nos que as *Memórias* de Pedro Nava são o seu contraponto no memorialismo modernista mineiro. Não meramente recordar, mas recuperar o tempo perdido, restituir a vida em sua total significação. Esse o empenho a que se lançou, proustianamente, aquele autor, especialmente em *Balão cativo*, como vimos, no qual a experiência

da criança ganha destaque como matéria da prosa depois dos arquivos e histórias passadas por gerações na família extensa em *Baú de Ossos*. Daí não ser exagero falar em *formação* nesse caso, com realce para o volume analisado. O *continuum* da prosa com suas longas enumerações e evocações sensoriais, a que se fez referência na leitura acima como a um olhar em plano-sequência, dá, na forma, esse sentido do autoaperfeiçoamento crítico pela reminiscência e deslocamento sobre si, combinando reflexão madura e experiência infantil.

Se essa aliança entre os tempos do sujeito também existe em *A idade do serrote*, as técnicas literárias mobilizadas, no entanto, são outras, o que termina por produzir um resultado bastante diferente naquele caso. O que em Nava é continuidade e consistência em Murilo se torna fragmentação e diluição. O inacabamento do sujeito, sempre "entre" interações, e a repetição do trauma da perda da mãe, estilhaçada e projetada nas muitas figuras femininas do livro, servem como índice daquele desencantamento que lemos também em *Menino sem passado*, ainda que com outra intensidade.

As técnicas mobilizadas pelos autores determinam relações diferidas com o tempo; elas configuram gramáticas de lembrança e esquecimento em rememorações que produzem sujeitos diferentes, ou orientações diversas para o desenvolvimento das individualidades numa experiência histórica comum (e ainda inacabada). Essas expressões do memorialismo, para repetir a citação feita na introdução, compõem um "fenômeno multifacetado, que compreende racionalizações divergentes tanto nas suas orientações como nas suas intensidades" (Waizbort, 1995, p. 29). E o fazem produzindo experiências de leitura, mediadas por textualidades que se abrem possibilitando a comunicação entre as práticas de si de quem lê e de quem escreve.

Tratando do tema na narratividade antiga, continuamente reposta na história da literatura ocidental, Adorno e Horkheimer interpretam a elaboração da temporalidade na poesia homérica como "forma de organização interna da individualidade" (1985, p. 49). Nas epopeias clássicas, o esquema temporal atua no sentido da formação do herói por oposição ao tempo mítico das aventuras, pelas quais o personagem passa sem se perder. Segundo os autores, é a narração desses movimentos de passagem, em sua temporalidade difusa e externa ao indivíduo, que paradoxalmente constituirá a unidade do sujeito. Enquanto a prosa formativa de Nava, localizando a aventura em episódios como os passeios de bicicleta já citados, opera um movimento semelhante

àquele da poesia homérica, em *A idade do serrote* o tempo desagregado é o do próprio sujeito, na medida em que é o tempo da experiência do mundo que o constitui enquanto cotidiano místico (ainda que incorporando o eterno ao contingente, naquela Juiz de Fora fantasmagórica).

O problema do autoaperfeiçoamento em sua versão iluminista – que orienta o ideal de *Bildung* – é, assim, o que está em jogo na análise comparada dos textos. A diferença entre os seus fluxos de apresentação e desenvolvimento e, portanto, de suas relações com os princípios da continuidade e descontinuidade é ilustrativo a esse respeito. Ela retoma, nesse aspecto, uma distinção possível entre prosa e poesia baseada no corte dos enunciados. Enquanto a segunda impõe pausas, quebras e retomadas constantes à leitura dos versos, a primeira se desdobra limitada apenas pela margem do objeto-livro, recusando até mesmo quebras de parágrafo (que podem se estender por páginas a fio): como um rio que corre contornando as pedras no caminho. Mesmo os trechos em "prosa poética" de Murilo têm uma dinâmica de pontuação (e, portanto, de ritmo) bem menos usual que a prosa escorreita de Nava. Na poesia narrativa do *Serrote*, a pedra é o caminho (que se faz pela escavação – passado, passagens) mesmo quando é impossível aperfeiçoá-lo, e cuja insistência em fazê-lo reforça o caráter trágico do projeto.

Aqui, e ainda na nota das imagens aquáticas, é necessário marcar uma diferença desta interpretação em relação àquela de Furtado (2001), citada acima, sobre a tópica do *regressus ad uterum*. A prática da memória em *A idade do serrote* não parece ser, a nosso ver, de caráter curativo. A repetição do trauma figurada em suas linhas (ou versos) aponta para o aspecto trágico e pós-utópico da dinâmica do sujeito diante da vida desencantada. Nesse sentido é que se interpreta, também, a relação do autor com o catolicismo. A quebra relativa do ideal de autoaperfeiçoamento da *Bildung* se relaciona com a religião, nesse caso, pela *colaboração do pecado*, categoria crítica empregada por Mário de Andrade desde a sua primeira recepção da poesia do mineiro (1974, 2012).

Não será à toa, portanto, que a crítica de Silviano Santiago sobre o poeta se debruçará sobre a sua "fusão do catolicismo primitivo com a mentalidade moderna", em que ganham destaque a "forma inspirada na tradição do penitente medieval e no ideário político-social de São Francisco de Assis" (2017, p. 577). Afirmando, com Alceu de Amoroso Lima, em carta de 1970, que a conversão de Murilo foi informada pela preocupação estética (e não

teológica), lista a cortesia do santo italiano para com os desfavorecidos como um dos móveis de sua adesão à Igreja. Mas, mais do que esse aspecto, valorizado sobretudo por seu amigo e conversor Ismael Nery, o que ganha destaque na interpretação muriliana do franciscanismo é a relação com o pecado. A estética mística, que afasta a pureza de uma disciplina exclusivamente repressiva do corpo e seus impulsos em favor de uma relação mais mundana com a experiência e a própria religião, será o fator decisivo para essa poética e sua frustração de uma *Bildung* do autoaperfeiçoamento orientado à transcendência.

Esta estética religiosa se materializa, no discurso apropriado pelo escritor, sobretudo na narrativa de conversão de Santa Ângela de Foligno. Considerada uma das primeiras místicas católicas, a santa teria abandonado uma vida aristocrática para se juntar à Ordem Terceira de São Francisco na Itália do século XIII. As muitas imagens de contraste entre o corpo profano, da outrora vaidosa e pecadora convertida, e a carne dilacerada do Cristo presentes naquele discurso são localizadas pelo crítico na poética de Murilo Mendes. "O *rosto* mundano e maquiado de Ângela, que visava ao favor dos homens, se reflete no rosto santo de Cristo, escarrado, desfigurado e socado pelos homens. Os *olhos* vaidosos de Ângela contrastam com os olhos de Cristo" e assim por diante (Santiago, 2017, p. 591, grifos do original).

Além desse aspecto, gostaríamos de chamar atenção para o cosmopolitismo, cuja existência, em Mendes como em Nava, já fora apontada de certa forma por Antonio Candido em relação estreita com a precoce urbanização de Minas Gerais (1989). Objetivamente, ele aparece como parâmetro do deslocamento, ampliando o horizonte dos indivíduos e dando a eles novos suportes para além daqueles situados no polo "tradicional" da socialização pela família e religião. Os quadrinhos, a literatura, o cinema, a boemia e sociabilidade modernistas são fartos em ideais de "eu" mobilizados pelas enunciações em sua luta por liberdade e, em alguns casos, esquecimento.

Na primeira parte deste estudo, trouxemos diversos elementos dos textos como maneira de adensar o ponto sobre as orientações divergentes na elaboração da relação indivíduo-sociedade nos autores. Mas nem por isso queremos deixar de sublinhar o que eles têm em comum. Há o pertencimento geracional, que os posiciona enquanto aprendizes do modernismo e, ao mesmo tempo, atores que defendem o legado do movimento num momento crucial para a definição dos seus sentidos (como são as décadas de 1960 e

1970). Mas há, igualmente, e apesar das diferenças enumeradas, um gesto cosmopolita comum do memorialismo mineiro como pensamento que complexifica a universalidade de um individualismo problematicamente inscrito, sobretudo na esfera jurídica, numa realidade colonial e dependente. Não para negar a figura do indivíduo – muito pelo contrário – mas para afirmá-la em suas contradições e paradoxos específicos, que permitam situá-la social e politicamente, qualificando suas diferenças. E iluminando, com isso, aspectos da diferença cultural brasileira como um todo.

Um desses momentos da comparação, propositalmente posicionado ao final da seção que trata mais imediatamente da fatura das obras, diz respeito ao caráter mais ou menos institucional dos processos de aprendizado dos sujeitos discursivos. Esse é um ponto que parece merecer maior desenvolvimento, e que procuraremos perseguir na pesquisa. A relevância do tema está, primeiramente, no seu potencial de problematização teórica de formulações em que a institucionalidade é fator fundamental da individuação – de Foucault às contribuições mais recentes das teorias da governamentalidade – ou daquelas em que a maior ou menor presença das instituições na vida social chega a definir tipos de individualismo atribuíveis a experiências geopoliticamente diferentes e desiguais (com destaque para a distinção entre individualismo institucional e agêntico, associados respectivamente às experiências europeia e latino-americana em Martuccelli, 2019).

Além disso, o tema oferece a observação de contradições mais específicas do modernismo e da sociedade brasileira, associadas àquilo que Mário de Andrade citou como uma das características problemáticas do movimento: o "aristocracismo" de seus atores (1974b). Se a trajetória de Nava dá relevo a aspectos igualitários da instituição, que quebram com a hierarquia tradicional entre os pequenos representantes de famílias mineiras desigualmente posicionadas, o acesso a essa instituição é, por si só, uma espécie de privilégio econômico, e mesmo de *status*, repartido entre essas famílias. A aparente recusa à institucionalidade em Murilo Mendes, por outro lado, ao mesmo tempo em que desafia a dimensão racionalizadora e de controle social da experiência escolar, deixa o sujeito dependente de relações familiares e locais para subsidiar seu processo de aprendizado, o que reproduz desigualdades baseadas em fatores como seu grupo e socialização de origem.

Um dos aspectos comuns, e talvez trágicos, da cosmopolítica da memória (modernista) mineira aqui visitada é que ela parece tornar o indivíduo

mais indivíduo. Sua trajetória de conflito e relativa emancipação das estruturas de dominação já descritas se faz por um incremento da pressão por singularização; pela aquisição e mobilização de um repertório cosmopolita de práticas e representações de si que o diferenciam cada vez mais em relação ao grupo familiar, religioso e, talvez, até em relação ao próprio movimento. Se, por um lado, isso pode ser lido como uma ação tática, de reenquadramento da arena do conflito para um espaço de agência disponível – num momento de fechamento do horizonte político, ou de determinada configuração do processo de individuação mais geral daquela experiência social –, por outro, é impossível não perguntar quais são as consequências desses modos de singularização para uma noção de solidariedade capaz de coordenar (ou não) a ação dos atores na medida em que fazem parte de um movimento.

Se Minas terminou por produzir a memória do modernismo não só como "vanguarda" mas, sobretudo, como movimento cultural, são os repertórios que tentamos analisar que se oferecem ao projeto inacabado de intervenção social pela cultura, para o qual o enlace geracional é de fundamental importância. Se, em muitos sentidos, o passado não passou, cabe a uma sociologia política da cultura de caráter histórico-comparado reconstituir os projetos vencidos – ao menos pela recepção em clichês da indústria cultural – num instante de perigo. Está aí algo da cosmopolítica da memória mineira que ensaiamos, com estas proposições, colocar em debate.

Referências

Aguiar, Joaquim A. de. (1998). *Espaços da memória. Um estudo sobre Pedro Nava*. Edusp/Fapesp.

Andrade, Mário de. (2012). A poesia em pânico. In M. Andrade, *O empalhador de passarinho* (pp. 41-47). Nova Fronteira.

Andrade, Mário de. (1974a). A poesia em 1930. In M. Andrade, *Aspectos da literatura brasileira* (pp. 26-46). Martins.

Andrade, Mário de. (1974b). O movimento modernista. In M. Andrade, *Aspectos da literatura brasileira* (pp. 231-255). Martins.

Arruda, Maria Arminda do N. (1988). Minas: tempo e memória. *O eixo e a roda: Revista de Literatura Brasileira, 6*, 21-42.

Botelho, André & Hoelz, Maurício. (2022). *O Modernismo como movimento cultural. Mário de Andrade, um aprendizado*. Vozes.

Candido, Antonio. (1989). Poesia e ficção na autobiografia. In A. Candido, *A educação pela noite & outros ensaios* (pp. 51-71). Ática.

Cardoso, Marília R. (2015). Duas lições de cartografia fantástica. *Conexão Letras, 10*(13), 43-49.

Foucault, Michel. (2019). *A hermenêutica do sujeito*. Martins Fontes.

Foucault, Michel. (1994). L'écriture de soi. In. M. Foucault. *Dits et Écrits*, tome IV, texte 329. Gallimard.

Furtado, Fernando F. F. (2001). Desdobramentos da figura materna na prosa memorialística de Murilo Mendes. *Revista de Ciências Humanas, 1*(2), 117-124.

Furtado, Fernando F. F. (2003) *Murilo na cidade: os horizontes portáteis do mito*. Edifurb.

Hoelz, Maurício & Botelho, André P. (2016). Sociologias da literatura: do reflexo à reflexividade. *Tempo Social, 28*(3), 263-287.

Lahire, Bernard. (2004). *Retratos sociológicos; disposições e variações individuais*. Artes Médicas.

Lahire, Bernard. (2002). *O homem plural: os determinantes da ação*. Vozes.

Lejeune, Philippe. (2014). *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Editora UFMG.

Löwy, Michael. (2002). A filosofia da história de Walter Benjamin. *Estudos avançados, 16*(45), 199-206. https://doi.org/10.1590/S0103-40142002000200013

Martuccelli, Danilo. (2007). *Cambio de rumbo: la sociedad a escala del individuo*. LOM.

Martuccelli, Danilo. (2019). Variantes del individualismo. *Estudios Sociológicos, 37*(109), 7-37. https://doi.org/10.24201/es.2019v37n109.1732

Martuccelli, Danilo & Singly, François de. (2012). *Las sociologías del individuo*. LOM Ediciones.

Mendes, Murilo. (2018). *A idade do serrote*. Companhia das Letras.

Merquior, José G. (2016) Murilo Mendes ou a poética do visionário. In J. Merquior, *Razão do poema: ensaios de crítica e de estética* (pp. 125-166). É Realizações.

Nava, Pedro. (2012). *Balão cativo*. Companhia das Letras.

Santiago, Silviano. (2021). *Menino sem passado* (1936-1948). Companhia das Letras.

Santiago, Silviano. (2020a). *Fisiologia da Composição*. CEPE Editora.

Santiago, Silviano. (2020b). Anotações sobre 'Fisiologia da Composição'. *Suplemento Pernambuco*, (178).

Santiago, Silviano. (2018) Toda a memória do mundo (Digressão sobre o narrador ficcional). *Ao Largo, 2*(7), 61-78.

Santiago, Silviano. (2017). Murilo Mendes: catolicismo primitivo / mentalidade moderna. In. I. Caldeira *et al.* (org.), *The edge of one of many circles: homenagem a Irene Ramalho Santos* (pp. 575-592, Vol. I.). Imprensa da Universidade de Coimbra.

Santiago, Silviano. (1978) *Crescendo durante a guerra numa província ultramarina*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

Simmel, Georg. (2006). *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Jorge Zahar.

Simmel, Georg. (1988). *La tragédie de la culture*. Petite Bibliotèque Rivages.

Waizbort, Leopoldo. (1995). Introdução. In M. Weber. *Os fundamentos racionais e sociológicos da música* (pp. 23-51). Edusp.

Recebido: 08 jun. 2022
Aceito: 21 set. 2022

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 4.0

https://doi.org/10.20336/rbs.823

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Fábrica de sonhos: o caso da Mercedes-Benz de Iracemápolis-SP

Dreams factory: the case of Mercedes-Benz in Iracemápolis-SP

Fernando Ramalho Martins[*]
Marcos Lázaro Prado[**]

RESUMO
São várias as possibilidades de estudo quando pensamos sobre a chegada de uma grande fábrica de automóveis em uma pequena cidade sem tradição industrial. Do contexto das estratégias globais de expansão da empresa, passando pelas políticas nacionais de fomento ao setor e chegando ao impacto econômico que ela causa na localidade, tudo pode ser estudado, inclusive o significado simbólico que ela imbui nos diversos sujeitos a ela vinculados. O presente trabalho tem como objeto a fábrica da Mercedes-Benz na cidade de Iracemápolis, interior de São Paulo, Brasil. A pesquisa teve um caráter exploratório, tendo em vista o pouco tempo de funcionamento da unidade. Dados foram coletados em bases de dados de jornais e periódicos científicos, visitas *in loco* foram realizadas e entrevistas em profundidade foram conduzidas com os seguintes *stakeholders*: três trabalhadores, dois ex-trabalhadores, dois terceirizados, prefeito municipal e um secretário, um deputado federal, dois representantes trabalhistas locais e um internacional, secretário da *IndustriAll* e ex-membro do Comitê Diretivo da Mercedes-Benz. A análise de conteúdo, com codificação aberta, foi a forma escolhida para o tratamento dos dados. No desenvolvimento do trabalho, procurou-se reconstruir a curta trajetória da empresa naquela localidade (2016-2020), analisando sua estruturação produtiva,

[*] Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, SP, Brasil.
Doutor em Sociologia (UFSCar), professor assistente no Departamento de Administração Pública da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp de Araraquara. fernando.martins@unesp.br

[**] Faculdade de Ciências da Saúde de Barretos Dr Paulo Prata (FACISB), Barretos, SP, Brasil.
Doutor em Sociologia (UFSCar), professor em Ensino Médio e em Nível Superior e pesquisador do Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Profissões e Mobilidades, da UFSCar e do Núcleo de Pesquisa Desenvolvimento, Trabalho e Ambiente (DTA), da UFRJ. marcos_lazaro@yahoo.com.br

emprego, relações de trabalho e, principalmente, a percepção de trabalhadores acerca de sua presença. Dessa forma, a construção narrativa oferecida pelos entrevistados proporcionou-nos um interessante mergulho em seus imaginários sociais, dentro de um contexto de "vinculação" efêmera de uma multinacional do setor automobilístico, estruturada a partir do modelo CKD (*Completely Knock-Down*), em uma cidade interiorana.

Palavras-chave: trabalho, multinacional, setor automotivo.

ABSTRACT

There are several analytical possibilities when we consider the arrival of a large car factory in a small town that has no industrial tradition. The context of the company's global expansion strategies, national policies to promote the sector, the local economic impact of the factory can all be studied, including the symbolic meaning it instills in the various subjects linked to it. This work analyzes the Mercedes-Benz plant in the city of Iracemápolis, a municipality of São Paulo state, Brazil. This comprised an exploratory study, given the plant's short time in operation. Data were collected from newspapers databases and journals, site visits were carried out and in-depth interviews were conducted with the following stakeholders: three workers, two former workers, two outsourced workers, the municipal mayor and his secretary, an MP, two local trade-unionists and one international labor representative. Content analysis with open coding was the chosen method for data analysis. In the development of the work, we sought to reconstruct the short trajectory of the company in that location (2016-2020), analyzing its productive structure, employment, labor relations and, mainly, the perception of workers about its presence. The narrative construction offered by interviewees provided us with an interesting dive into their social imaginary, within a context of ephemeral "engagement" of a multinational company in the automobile sector adopting the CKD (Completely Knock-Down) model, in a municipality of São Paulo state.

Keywords: labor, multinational, automotive industry.

Introdução

São diversas as pesquisas que têm se debruçado sobre a organização e expansão da indústria automotiva no Brasil nas últimas décadas.[1] De forma geral, tais estudos enfatizam o caráter da *desconcentração da produção* ora vivenciada, como decorrência das políticas governamentais de fomento à produção e consumo, bem como da busca por "novos territórios" sem tradição de articulação sindical em que novas formas de gestão flexível do trabalho podem ser implantadas.

Um caso particularmente interessante, nessa perspectiva, é retratado por Abreu, Beynon e Ramalho (2000). Em artigo publicado em importante revista reino-unidense: os autores apresentam dados de uma unidade multinacional alemã, a Volkswagen, que havia se instalado em Resende (RJ), com uma proposta diferente de organização fabril, conhecida como "sistema modular de produção". Como explicam Arbix e Zilbovicius (1997), que também se debruçaram sobre a mesma unidade produtiva, a empresa passa a adotar um conceito inédito no mundo:

> a VW está colocando dentro de sua fábrica uma série de empresas – até então fornecedores – que serão responsáveis diretamente pela montagem dos veículos. Os consorciados, segundo a VW, serão parceiros da montadora na produção de caminhões e ônibus, tanto no investimento como nos riscos (Arbix & Zilbovicius, 1997, p. 450).

Com isso, se por um lado a multinacional alemã continua a coordenar o marketing e produção (Abreu *et al.*, 2000), por outro, ela passa a terceiros a responsabilidade do processo de contratação e administração da força de trabalho.

No primeiro artigo aqui citado, há uma grande ironia em seu título, que remete a uma fábrica dos sonhos (*The dream factory*). O que os autores logram demonstrar, contudo, é que o modelo de organização fabril não se mostra tão especial, nem em termos negociais nem para os trabalhadores que lá se encontravam. Inspirados por essas ideias, apresentaremos aqui o caso de outra multinacional alemã, a Mercedes-Benz, que em 2016 se instalou em Iracemápolis, pequena cidade do interior do Estado de São Paulo, marcada

[1] Para um panorama geral, veja-se Nabuco, Neves e Carvalho Neto (2002), Ramalho (2006b), Rodrigues e Ramalho (2007), Ladosky (2015) e Martins e Prado (2020).

pela forte tradição agroindustrial canavieira e sem qualquer histórico que respeita à indústria de produção ou montagem de veículos. A ida da Mercedes-Benz ensejou nessa localidade toda a sorte de sonhos que em pouquíssimo tempo foram desfeitos, seja pela realidade de funcionamento da fábrica, seja pelo encerramento de suas atividades já em 2020.

Assim, este artigo apresenta resultados de uma pesquisa qualitativa realizada nos anos de 2018 e 2019 com o objetivo de entender a configuração do trabalho e do emprego em uma planta automotiva inaugurada num contexto de interiorização da produção para uma região sem tradição no setor automobilístico.[2] A unidade de Iracemápolis foi escolhida por ter sido uma das que se originaram no contexto do Programa Inovar-Auto, como será detalhado adiante, visando agregar novos elementos à caracterização do processo de reespacialização do setor automotivo no território nacional.

O processo investigativo ocorreu com a planta em pleno funcionamento, e orientou-se pelas seguintes questões: o que atraiu a multinacional para esse município? Quais as características da planta e de seu processo produtivo? Como o emprego é percebido pelos trabalhadores em uma região com pouca ou nenhuma tradição industrial? Como se configura o processo de trabalho? O que se esperava e o que se realizou com o modelo de emprego e de organização da planta instalada no interior paulista?

Tendo em vista essas questões, foi conduzido um estudo de natureza qualitativa e exploratória envolvendo: visitas ao município; entrevistas com trabalhadores e ex-trabalhadores, agentes públicos e sindicalistas; análise documental; e conversas informais com moradores.

Conforme Creswell (2014, p. 48), a pesquisa qualitativa configura-se como "um tecido intrincado composto de minúsculos fios, muitas cores, diferentes texturas e várias misturas de material", possibilitando identificar variáveis que não podem ser medidas facilmente e permitindo às pessoas compartilhar suas histórias ao ouvir suas vozes. Adotando essa perspectiva, enfatizamos o caráter interpretativo e contextualizado de nossa investigação, sem pretensão, portanto, de encerrar a discussão, ou apresentar uma verdade absoluta. Antes, sim, queremos apresentar

[2] O trabalho fez parte de um estudo comparativo financiado pelo CNPq, cujo objetivo era, a partir de um estudo comparativo em três setores produtivos, investigar as novas formas de configurações do trabalho dentro de um contexto de globalização periférica.

um ponto de vista particular derivado de entrevistas realizadas com ex-trabalhadores, trabalhadores e sindicalistas que voluntariamente aceitaram colaborar com a pesquisa. Logo, o objetivo é compartilhar com o público leitor as visões que nos foram relatadas por aqueles que se dispuseram a conversar com estes pesquisadores. Como já destacado em Martins e Prado (2020), a dificuldade de acesso à fábrica, a seus trabalhadores e mesmo a documentos que poderiam colaborar para compreender as especificidades do processo de instalação e funcionamento da planta impôs limitações ao estudo. Foram exaustivas as tentativas de realização de visita técnica à planta fabril, o que não foi permitido. Foram também acionados diversos contatos com a gerência local e com a gerência na Alemanha, solicitando autorização para visita e entrevistas com trabalhadores, mas sem sucesso.

Buscou-se, ainda, acesso ao acordo firmado entre a Prefeitura Municipal de Iracemápolis e a Mercedes-Benz (intermediado pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo), fazendo-se uso do Portal da Transparência, tanto estadual quanto municipal, não tendo sido autorizado esse acesso sob o argumento da existência de um acordo de sigilo entre as partes (município e empresa).

Ante tal cerceamento, logrou-se realizar entrevistas com sete trabalhadores de diferentes perfis por intermédio de contatos pessoais dos pesquisadores e do sindicato. Compõem o rol de entrevistados: três trabalhadores diretamente contratados pela Daimler (W1, W2 e W3), todos empregados no setor denominado de "Montagem final", atuando como operadores de produção; dois trabalhadores terceirizados (O1 e O2), ambos atuantes na área de segurança patrimonial, sendo O2 o líder de uma equipe de 35 vigilantes; e dois ex-empregados, tendo ambos atuado como soldadores desde a abertura da fábrica, e tendo pedido desligamento após pouco mais de um ano de trabalho. Foi também entrevistado um representante trabalhista que participou do conselho administrativo da Daimler AG na Alemanha, além de dois sindicalistas (TU1 e TU2) da base de Limeira e região (vinculados à Intersindical).

Tabela 1. entrevistas realizadas

Número de identificação	Data	Número de participantes	Código de identificação	Função / setor de atuação	Sexo	Duração da entrevista
1	13.4.18	1	D1	Deputado Estadual	M	24 min
2	20.4.18	2	M1 e S1	Prefeito e secretário	M	24 min
3	25.5.18	2	TU1 e TU2	Diretores sindicais do Sindicato dos Metalúrgicos de Limeira e Região	M	46 min
4	27.7.18	1	E1	Ex-trabalhador da Mercedes / Montagem Bruta	M	46 min
5	06.7.18	1	E2	Ex-trabalhador da Mercedes / Montagem Bruta	M	40 min
6	27.7.18	1	W1	Trabalhador/ montagem final	M	53 min
7	15.3.19	1	W2	Trabalhador/ montagem final	M	1h4min
8	4.6.19	1	W3	Trabalhador/ montagem final	M	30 min.
9	4.6.19	1	O1	Trabalhador terceirizado / Segurança Patrimonial	M	31 min.
10	17.6.19	1	O2	Trabalhador terceirizado / Segurança Patrimonial	M	39 min.

Fonte: os autores.

Quanto ao tratamento dos dados, mais uma vez levou-se em conta as premissas de Creswell (2014, p. 55), que indica o percurso analítico de orientação inicialmente indutiva, isto é, do particular para perspectivas mais gerais (códigos, categorias, temas ou dimensões), seguido de um movimento

dedutivo para reunir evidências que apoiem os temas e as interpretações. Especificamente no que tange ao procedimento de análise dos dados, optamos pela análise de conteúdo (Bardin, 2011), com codificação aberta (Bryman, 2012), devido à natureza exploratória do estudo. Tal técnica se divide em três momentos: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados (Bardin, 2011). O primeiro é relativo à coleta e verificação da confiabilidade dos dados, o segundo diz respeito ao início da codificação e, o terceiro, à análise do material, incluindo a formulação de explicações e a verificação das hipóteses formuladas.

No tocante à codificação, optou-se pela análise temática, sendo que dois temas se destacaram e serão explorados neste artigo: o significado do emprego e o processo de trabalho. Destarte, buscaremos aqui mostrar o conjunto de expectativas relacionadas a essas duas dimensões que se fizeram presentes durante as entrevistas e que, com o fechamento da fábrica, culminaram em um processo ou sentimento de ilusão, no sentido de algo sonhado que não se realizou.

Ao concebermos o emprego como um conjunto de obrigações e direitos consubstanciados em cargos e funções empresariais, voltaremos nosso olhar para além do que consta no contrato de trabalho. De um ponto de vista sociológico, interessam-nos mais as expectativas formadas por atores sociais em relação a esses direitos e deveres, ou, ainda, vantagens e desvantagens ligadas ao cargo ocupado pelo empregado ou oferecido pela empresa. No que respeita ao trabalho, o nosso foco deu-se, sobretudo, no processo de trabalho, bem como no ambiente de trabalho.

A empresa e seu contexto

O desenvolvimento do capitalismo mundial traz uma série de desafios para os estudiosos da sociologia do trabalho, dentre os quais se pode elencar, como bem nos lembra Ramalho (2006a, p. 9), mudanças

> nas relações entre as empresas, que passam a se articular em rede; nas estratégias de gestão, que buscam superar a rigidez dos padrões fordistas e criar condições para uma produção "enxuta"; e nas relações de trabalho, que se tornam flexíveis no chão de fábrica.

Rodrik (2015) postula que o mundo moderno é produto do processo de industrialização. Foi a revolução industrial que garantiu, pela primeira vez, "o crescimento produtivo sustentável na Europa e nos Estados Unidos" (p. 1, tradução nossa). Se isso é verdade, também o é que hoje o quadro econômico evoluiu bastante, trazendo, com isso, novos desafios e oportunidades para os atores econômicos. Os próprios países ditos industrializados testemunham mudanças significativas e, por vezes, preocupantes em seu tecido social. Se, por um lado, o valor adicionado à economia pelo setor industrial tenha se mantido constante em países desenvolvidos, como no caso dos Estados Unidos, a participação do emprego industrial tem decaído de modo contínuo a partir da década de 1950. Beynon (2002, p. 10), ao relatar o caso do Reino Unido, aponta para as "enormes mudanças ocorridas na composição e organização do trabalho e do mercado de trabalho". Comparando os anos de 1979, 1985 e 1995, evidencia-se uma forte redução do emprego industrial e um pujante crescimento dos empregos no setor de serviços.

Grande discussão tem se dado em torno do significado desse novo arranjo produtivo mundial. Revolução Informacional (Lojkine, 1995), Especialização Flexível (Piore & Sabel, 1993), Pós-fordismo (Harvey, 1992), Neo-fordismo (Beynon, 2019), Economia do Compartilhamento (Rifkin, 2016), entre tantos outros termos conceituais, foram e são ventilados no mundo acadêmico e dos negócios para explicar o modelo econômico contemporâneo. O presente artigo trará uma contribuição para essa discussão ao lançar luz sobre um caso concreto de uma empresa multinacional alemã que optou por instalar uma planta em um país periférico da economia mundial. Com isso, esperamos ensejar novas reflexões sobre as possibilidades de configuração produtiva nesse novo cenário mundial, seja ele pós ou neo-fordista.

Da criação à desconcentração: a história do setor automotivo brasileiro

A história da indústria automotiva no Brasil remonta aos anos de 1919 e 1925 quando, respectivamente, a Ford e a General Motors inauguraram suas unidades de montagem de veículos em território nacional. Uma importante característica desse período histórico foi a dependência que essa indústria tinha em relação aos kits importados (Shapiro, 1997).

O ano de 1956 pode ser considerado uma data-chave na construção de uma indústria automotiva nacional. Segundo Shapiro (1997, p. 23), foi nesse ano que "o Brasil instituiu um plano pioneiro buscando a instalação de uma indústria automotiva nacional". Importações foram restringidas e as montadoras foram estimuladas a iniciar, num prazo de cinco anos, uma produção mais nacionalizada, isto é, contendo de 90 a 95% de peças nacionais. Ocorre que, à época, praticamente "todos os veículos eram importados como kits completos (CKD) ou parcialmente desmontados (SKD) e remontados no país por subsidiárias estrangeiras ou ainda por empresas nacionais licenciadas". (Shapiro, 1997, p. 23).

Dentro desse projeto de construção de uma indústria automotiva nacional, destacado papel foi desempenhado pela região do ABC Paulista, que por décadas foi o lócus das montadoras mais tradicionais, como a Ford, GM e Volkswagen. Para se ter uma ideia da importância histórica dessa região, vale mencionar que, ainda no começo dos anos de 1990, São Paulo respondia por 74,8% da produção nacional de veículos,[3] sendo que somente ao final daquela década e ao longo dos anos 2000 começa-se a observar um processo de desconcentração da produção mais significativo, processo esse iniciado já na década de 1990.

A década de 1990 pode ser caracterizada como um período de abertura de plantas industriais automotivas em regiões não tradicionais e também um período de fechamento de postos de trabalhos no ABC Paulista. Tomizaki (2006, p. 87) afirma que "entre 1980 e 1997, 68 mil trabalhadores perderam seus postos de trabalho [no setor automotivo], enquanto, no mesmo período, a produção das empresas e a produtividade dos trabalhadores aumentavam".

Uma série de experiências de deslocamento fabril para regiões de tipo *greenfield* deu-se em território nacional durante a década de 1990 e início dos anos 2000, dentre as quais podemos destacar: o consórcio modular da Volkswagen de Resende (RJ), aberto em 1996 (Sako, 2006); as fábricas da Renault e da Volkswagen-Audi no Paraná, em meados de 1990 (Araújo, 2006); a Mercedes-Benz, em Juiz de Fora (Neves & Carvalho Neto, 2006), no fim da década de 1990; a General Motors, em Gravataí (RS), inaugurada em 2000; a Ford em Camaçari (BA), que iniciou suas atividades em 2002 (Sako, 2006); e a Jeep em Goiana (PE), em 2015 (Ladosky, 2015).

[3] Conforme Anfavea (2020).

As motivações das montadoras para se deslocarem para novas regiões estavam associadas a aspectos que apontavam para: i) a busca de uma produção flexível, dentro do contexto da reestruturação produtiva, quando nos referimos às montadoras que já estavam instaladas no país desde os anos 1950; ii) a busca por novos mercados durante a expansão econômica vivenciada no governo Lula (2003-2010), além das políticas governamentais fomentadas em todos os níveis, quando analisamos a chegada das novas montadoras a partir dos anos 2000.

A crise global gestada a partir de 2008, e com consequências significativas nos anos subsequentes, afetou diretamente a política econômica nacional. Para conter seus efeitos, o governo federal decide criar, em 2012, por meio da lei n° 12.715 de 2012, o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores – Inovar-Auto –, um regime tributário diferenciado com vigência até o final de 2017. As montadoras precisariam voluntariamente se habilitar ao programa para gozarem dos incentivos que esse previa. Bicev (2019) destaca que o programa era estruturado em duas fases, com exigências diferentes para as montadoras, resumidas no quadro abaixo:

Quadro 1. resumo das principais exigências para habilitação no Inovar-Auto, 2012-2017

2012	2013-2017
• 65% de conteúdo regional (Brasil, Mercosul e México); • 0,5% da receita operacional bruta investida em P&D e Inovação; • Realização no país de 6, de um total de 11 atividades industriais, em pelo menos 80% dos veículos comercializados.	• Metas de eficiência energética e segurança; • Execução local de 8, chegando a 10 etapas de produção de um veículo leve; e de 9 até 11 etapas de um veículo pesado; • Investimento em P&D, Engenharia, Tecnologia Industrial Básica e Capacitação dos Fornecedores; • Etiquetagem veicular relativa ao consumo de combustível e emissão de poluentes

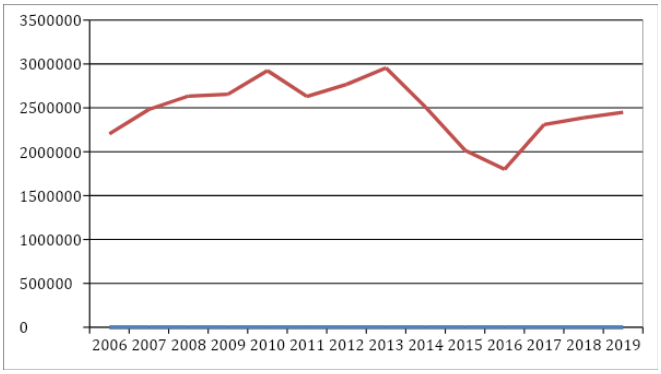
Fonte: Bicev (2019).

Em síntese, o Inovar-Auto estipulou metas que procuraram estimular tanto empresas já estabelecidas em solo brasileiro como novos entrantes a concentrar seu processo produtivo no país, com isso desestimulando a importação. Além disso, o programa exigia o aumento do investimento em pesquisa para agregar maior tecnologia e inovação, sobretudo no que

toca à eficiência energética e à segurança dos passageiros. Em troca do cumprimento das metas do Programa, as empresas do setor teriam redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

A queda da produção iniciada em 2014 (vide gráfico 1) nos leva a aventar a hipótese de que, apesar dos esforços envidados pelo governo federal, o setor adentrou um novo momento de sua história, cujos contornos mais sobressalentes começam a ser desenhados na crise política de 2016 e os traços mais definitivos se tornam evidentes com a pandemia mundial da Covid-19, a partir de 2019.

Gráfico 1. Produção de veículos no Brasil



Fonte: Anfavea (2020).

Pode-se argumentar que o ano de 2016, malgrado um discreto aumento na produção de veículos, foi particularmente significativo para o setor metalúrgico, devido ao anúncio de fechamento, numa mesma semana, de três empresas de autopeças: Eaton, Maxion e Randon (Silva, 2016). Já os anos de 2020 e 2021 foram não só significativos, mas emblemáticos, sobretudo para o setor automotivo. Duas são as razões que nos levam a essa afirmação: o fechamento da fábrica da Mercedes-Benz em 2020 e o anúncio realizado pela Ford, em 2021, decretando o fim das atividades produtivas no país. (Rodrigues, 2021).

Em termos de produção, segundo dados da Anfavea (2020), nota-se um aumento contínuo durante o período de 2006 a 2010, seguido de uma queda no ano de 2011; nova recuperação da produção no período subsequente; alcance do pico produtivo em 2013 (2.955.788 veículos); acentuada queda

produtiva para o período de 2014 a 2016 e retomada da produção a partir de então, ainda que, em 2019, o total de automóveis produzidos (2.448.600) seja equivalente ao que se produziu em 2007 (2.481.949) (Martins & Prado, 2020, p.162). A queda no volume produzido no período de 2014 a 2016 e a tímida retomada entre 2018-2019 indicam que os efeitos do Inovar-Auto não foram tão significativos sobre o desempenho da indústria automobilística nacional quanto a expectativa gerada. No entanto, é de se supor que esse "novo" regime automotivo, junto com outros aspectos da conjuntura de crise global de 2008, tenha tido influência no estímulo à interiorização da produção, reforçando a tendência, desde a década de 1990, de reespacialização do setor, conforme podemos analisar no quadro a seguir.

Quadro 2. Localização das Montadoras no Brasil e ano do início das atividades

	Localização das plantas	Inauguração
Audi	São José dos Pinhais (PR)***	2016
BMW	Araquari (SC)***	2014
CAOA	Anápolis (GO)**	2007
FCA – Fiat-Chysler	Betim (MG)*	1976
	Goiana (PE) – Jeep***	2015
Ford	São Bernardo do Campo (SP) *	1967
	Horizonte (CE)**	1997
	Camaçari (BA)**	2001
General Motors	São Caetano do Sul (SP)*	1925
	São José dos Campos (SP)*	1958
	Gravataí (RS)**	2000
Honda	Sumaré (SP)**	1997
	Itirapina (SP)***	2019
HPE Mtsubish e Suzuki	Catalão (GO)**	1998
Hyundai	Piracicaba (SP)***	2012
Jaguar Land Rover	Itatiaia (RJ)***	2016
Mercedes-Benz	Iracemápolis (SP)***	2016
Nissan	Resende (RJ)***	2014
Peugeot – Citroën	Porto Real (RJ)**	2001
Renault	São José dos Pinhais (PR)**	1998
Toyota	Indaiatuba (SP)**	1998
	Sorocaba (SP)***	2012
Volkswagen	S. Bernardo do Campo (SP)*	1957
	Taubaté (SP)*	1976
	São José dos Pinhais (PR)**	1999

Fonte: Anfavea (2020)

Foi a partir do Inovar-Auto, em 2012, portanto, que houve uma maior diversificação de montadoras no país, incluindo-se nesse momento a instalação de uma unidade fabril da Mercedes-Benz em Iracemápolis.

Diante desse cenário, o presente estudo se propõe a agregar novos elementos à caracterização do processo de reespacialização do setor automotivo no território nacional, caracterização essa que vem sendo sistematizada pelas pesquisas acima mencionadas, a partir do estudo da experiência da instalação de uma planta da Mercedes-Benz no interior paulista, mais especificamente na cidade de Iracemápolis, localizada no interior de São Paulo, inaugurada em 2016 e que encerrou suas atividades produtivas já em 2020.

Uma multinacional em Iracemápolis (SP): os motivos que levaram a fábrica ao município interiorano e o impacto de sua implantação

A relação da multinacional em questão com o país remonta a meados da década de 1950, com a inauguração da planta de São Bernardo em 1956, voltada à produção de caminhões. A fábrica de Iracemápolis viria a ser a segunda no âmbito da produção de carros, tendo a primeira sido a unidade de Juiz de Fora (MG), inaugurada em 2012, atualmente dedicada à produção de caminhões.

No ano de 2013, o mercado automobilístico brasileiro encontrava-se em expansão, tendo deixado a "sétima ou oitava posição para ser o quarto maior mercado do mundo" (Ruffo, 2013, p. 2). A expansão de montadoras para o interior do estado de São Paulo ocorrida nesse período levou a imprensa a anunciar o surgimento de um "Polo Caipira", que, segundo Brandt (2013), se consolidava com a instalação de duas fábricas no interior paulista, ambas previstas para o ano de 2016: a fábrica da Honda, em Itirapina; e a fábrica da Mercedes-Benz, em Iracemápolis. Sete montadoras, entre instaladas e a se instalarem, comporiam a nova região produtiva. Acreditava-se que a produção do festejado polo superaria a produção em unidades do ABC Paulista, "berço da indústria automotiva do país" (Brandt, 2013).

Dois estados da federação eram cotados para receber a fábrica da montadora alemã: Santa Catarina e São Paulo. De acordo com o Deputado Estadual Chico

Sardelli, que acompanhou as negociações para implementação da fábrica em Iracemápolis, a disputa não se restringiu a esses dois estados, tendo "mais três ou quatro estados brasileiros que entraram na briga". Sobre as razões para a escolha do município paulista, responde que:

> Eu acompanhei um tanto quanto meio, não muito perto, mas perto, né, com a possibilidade de nós termos aqui na nossa região uma empresa como a Mercedes do Brasil e, logicamente, o que foi levado em conta naquele período: a logística, principalmente de onde ela estaria instalada. [...] Você pode perceber que ela tá num tronco entre a Bandeirantes e a Anhanguera, num município que tem uma possibilidade de desenvolvimento relativamente bom, que são municípios pequenos e que pudessem abrigar as empresas satélites que acabam vindo em função dela (informação verbal).[4]

Ainda segundo o Deputado, uma das contrapartidas do estado para a instalação da planta foi a "modernização da SP 306, que é a Rodovia Luis Ometto, que liga Santa Bárbara do Oeste a Iracemápolis". A localização estratégica privilegiada (traduzida pelo deputado como "logística") também foi apontada pelo prefeito de Iracemápolis. Segundo este, trata-se de uma região no centro do estado, circundada por importantes rodovias, tais como Washington Luís, Bandeirantes e Anhanguera. Chamou-nos a atenção o fato de dois diretores sindicais partilharem de tal entendimento. Segundo um deles, "a questão trabalhista era importante, mas não era determinante. O determinante para ela [Mercedes] era onde ela [Iracemápolis] está localizada" (informação verbal).[5]

Para além dessa questão, outros fatores foram apontados pelos entrevistados, tais como: infraestrutura favorável (prefeito e sindicalistas), incentivos fiscais (sindicalistas), questões trabalhistas – onde se inclui o piso salarial (sindicalistas).

Em 2013, o presidente da Mercedes-Benz Brasil, Philipp Schiemer, em reportagem jornalística, coloca dentre os fatores que motivaram a escolha do município interiorano os que seguem: infraestrutura, custos logísticos, proximidade da cadeia de fornecedores e qualidade da mão de obra (Silva, 2013). Se, em 2013, o presidente da empresa não colocou no rol de

[4] Entrevistado D1, deputado estadual por São Paulo. Entrevista concedida em 13 de abril de 2018.

[5] Entrevistados TU1/TU2. Diretores sindicais do Sindicato dos Metalúrgicos de Limeira e Região. Entrevista concedida em 25 de maio de 2018.

motivos para a escolha do município os incentivos fiscais, fê-lo em 2017 em entrevista a Bertão (2017), onde aventou inclusive a possibilidade de fechamento da fábrica de Iracemápolis. A entrevista é resumida por Bertão (2017, p. 1), desta forma:

> A montadora alemã Mercedes-Benz já pensa em fechar uma fábrica que inaugurou há pouco mais de um ano em Iracemápolis, no interior de São Paulo. O problema não é a recessão, mas a incerteza sobre o que vai acontecer com o programa de benefícios fiscais que levou a Mercedes a decidir montar a fábrica – a terceira no país e, hoje, a única que produz automóveis (as outras duas fazem caminhões e ônibus). O programa, que foi batizado de Inovar-Auto, estabeleceu cotas para a importação de veículos e deu incentivos a montadoras que passassem a produzir no país.

O tom de ameaça e de crítica ao fim do Inovar-Auto é reafirmado em entrevista concedida por Schiemer a Landim (2018). Ao ser indagado se o setor ainda precisava de desoneração, dado que "já faz tempo que o governo brasileiro gasta com desonerações para montadoras", o presidente da filial brasileira responde:

> Podemos discutir se o Inovar-Auto foi bom ou não, mas o fato é que existiu e as empresas basearam decisões nele. Não dá para acabar de hoje para amanhã. [...] Uma montadora é um cargueiro gigante, não é uma lancha. Demanda muito investimento. Instalamos uma fábrica de carros de luxo em Iracemápolis (SP) por causa do Inovar-Auto (p. 5).

Em fevereiro de 2016, a inauguração da tão esperada planta foi anunciada para o mês de março. Celebrava-se a criação de 1.000 empregos diretos e de mais 3.000 empregos indiretos (Gaioto, 2016).

Iracemápolis é uma pequena cidade do interior do Estado de São Paulo. Com pouco mais de 24 mil habitantes em 2017 e ocupando uma área de 115 mil km2, a cidade se localiza a 30 km de Piracicaba e 13 km Limeira, cidades que possuem uma economia mais diversificada, inclusive industrial, e historicamente recebem trabalhadores que para lá se deslocam diariamente. A cidade está próxima, ainda, de alguns dos principais eixos rodoviários do estado, como a Rodovia Bandeirantes (10 km), a Washington Luís (25 km) e a Anhanguera (20 km). Sua origem remete à produção da cana-de-

açúcar. Nela se encontra a "Usina Iracema", parte de um dos maiores grupos de produção de açúcar e etanol do mundo, e que ainda hoje representa a principal possibilidade de trabalho no local.

Com a chegada da montadora, o PIB municipal saltou de menos de R$ 600 mil em 2013 para R$ 1,6 milhão em 2015 (Martins & Prado, 2020), ano imediatamente anterior ao de inauguração da planta. A percepção sobre os aspectos positivos da instalação da montadora não ficou restrita à arrecadação municipal, ela também alcançou a dimensão simbólica dos moradores, materializando-se em alguns casos, e se desfazendo na medida em que a produção teve início e as comparações tornaram-se inevitáveis.

No contexto da indústria automotiva brasileira, Iracemápolis aparece como um novíssimo território de produção/montagem de veículos automotivos, sem tradição de articulação operária nessa indústria. Todavia, no decorrer das entrevistas, os relatos dos trabalhadores sempre estavam atrelados à compreensão do que acontecia em outras empresas do entorno, inclusive as do setor, muitas das quais localizadas em cidades próximas da planta em análise, ou mesmo em relação à usina da cidade.[6]

Nesse contexto, a nova fábrica significava, no ideário dos moradores, a promessa de uma melhor condição efetiva de trabalho e de salários, o que era acentuado pelo fato de a cidade ter sido formada no seio das relações de trabalho de uma usina de açúcar, empresas comumente vistas como precárias. A percepção do progresso era materializada na construção de uma estrutura que transcendia o lócus espacial da fábrica, como a escola técnica do SENAI e a chegada de contingentes expressivos de funcionários e técnicos que ampliaram significativamente o comércio da cidade. De forma geral, o mito do emprego fordista descrito por Neves e Carvalho Neto (2006) associou-se à planta. Este mito advém das grandes expectativas fomentadas pela entrada de uma multinacional mundialmente conhecida e respeitada, mas que, como sugerem os resultados de nosso estudo, não se concretizou. Se a mídia, as autoridades locais e mesmo os trabalhadores mostraram-se, a princípio, encantados com a planta que seria instalada na cidade, este encantamento foi parcialmente diluído nos anos iniciais do funcionamento da fábrica (Martins & Prado, 2020, p. 195).

---

[6] Isso corrobora a problematização quanto ao uso do termo *greenfield* no Brasil feita por Dulci (2018, 2021).

Destacamos aqui que, se o caso em tela revela, por um lado, a existência do mito fordista, malgrado as inovações produtivas vivenciadas a partir da década de 1970, por outro, evidencia como a realidade concreta pode vir a colocar em xeque esse imaginário social. A ideia de emprego fordista (Druck, 1999; Franco, 2011) traz em seu bojo expectativas de um emprego socialmente protegido (Santiago, 2015), com vínculos e objetivos de longo prazo (Barreto, 2003). Se uma fábrica, ou de modo mais preciso, uma montadora ainda tem o poder de resgatar tal imagem, nossos dados colocam em dúvida a capacidade de resiliência dessa imagem à luz da atual realidade do trabalho, ao menos na montadora objeto desta discussão. A nova planta no interior paulista mostrou-se, afinal, uma "fábrica de sonhos", que desencantou seus *stakeholders* antes mesmo do encerramento de suas atividades em 2021, conforme observaremos a seguir.

O emprego

Conforme nos lembram Cardoso e colaboradores (2017), as condições salariais e de trabalho em plantas automotivas são muito superiores à média nacional. Como prova desta afirmação, argumentam que a rotatividade na indústria automotiva se restringe a meros 11,1%, ao passo que no setor metalúrgico ela é de 43%. Ademais, chamam a atenção para o fato de que os empregos no setor são em sua totalidade formais, diferentemente do que ocorre na maioria dos outros setores industriais do país. Conforme os autores:

> Todos os trabalhadores têm por base contratos formais de trabalho e estão protegidos por padrões mínimos (jornada de trabalho semanal, pagamento de hora-extra, contribuição para a seguridade social etc.) estabelecidos pela legislação trabalhista e de seguridade social. Ademais, os trabalhadores de montadoras estão cobertos por acordos coletivos que complementam as disposições legais (Cardoso *et al.*, 2017, p. 151).

Portanto, com segurança, pode-se afirmar que há uma grande expectativa associada ao emprego no setor automotivo. No Brasil, país onde o trabalho informal não mais é uma exceção, ainda há certo deslumbramento com o emprego em multinacionais do setor automotivo, sobretudo fomentado pela região da Grande São Paulo, onde os salários são superiores à renda salarial

média nacional (IBGE, 2016).[7] Neves e Carvalho Neto (2006, p. 39), por exemplo, ao estudarem a Mercedes-Benz de Juiz de Fora, constataram que, muitas vezes, o que move o poder local a investir consideráveis somas de dinheiro para atrair grandes empresas é o "mito fordista da grande empresa empregadora da mão de obra, com potencial 'alavancador' da economia". Mito que nem sempre se coaduna com a realidade das empresas enxutas, como deixou transparecer o prefeito da cidade em entrevista concedida no ano de 2018. Para este, tratava-se de "uma empresa como qualquer outra".

Visto isso, passaremos aos depoimentos coletados em nossa pesquisa de campo. Durante as entrevistas, não apenas questionamos os trabalhadores sobre suas percepções acerca do emprego, mas também os estimulamos a compará-lo com outras empresas da região, do setor e mesmo com outras unidades da multinacional. Frisa-se que todos os trabalhadores entrevistados tinham experiência anterior em atividades industriais desenvolvidas na região, o que possibilitava a comparação.

W1, operador de produção da Montagem Final, afirmou acreditar que o emprego na montadora coreana Hyundai (localizada em Piracicaba, SP) é melhor, sobretudo devido à remuneração, ainda que a montadora alemã para qual trabalhava seja associada à Fórmula 1 e isso significasse *status*. O símbolo da empresa é uma estrela, que, segundo o entrevistado, é usada para "lembrar" aos trabalhadores que estes também o são, mas acrescenta: "só que a gente não é tratado como uma estrela lá dentro" (informação verbal).[8] O símbolo da empresa também foi destacado por E1: "a estrela brilha, cara. Você fica cego" (informação verbal).[9] W1 acredita que a desvalorização do funcionário de Iracemápolis pode ser vista quando diferentes unidades são comparadas; pontua, nesse sentido, que o salário inicial em Campinas era de R$ 2.300,00, ao passo que, em Iracemápolis, era de R$ 1.700,00 quando de sua entrada. De forma geral, a exemplo do que acima foi relatado, a questão salarial aparece nas entrevistas dentro de um prisma negativo, quando se leva em conta que se trata de um emprego ofertado por uma empresa multinacional.

---

[7] Estimada em R$ 2.149,00.

[8] Entrevistado W1, à época, trabalhador do setor de montagem final da Mercedes-Benz de Iracemápolis. Entrevista concedida em 27 de julho de 2018.

[9] Entrevistado E1, ex-empregado do setor de montagem bruta da Mercedes-Benz de Iracemápolis. Entrevista concedida em 27 de julho de 2018.

Tão significativa quanto a questão salarial aparece também o modelo fabril utilizado, isto é, o CKD (Complete Knock-Down), no qual kits de peças semiprontas chegam do exterior e são montados na empresa. Segundo autores como Freitas *et al.* (2017), o CKD é uma estratégia intermediária entre a importação integral dos veículos e a fabricação totalmente estabelecida no mercado local, no contexto de internacionalização da indústria automobilística. Para eles:

> Uma montadora CKD é útil para evitar barreiras comerciais para produtos CBU sob o protecionismo do comércio internacional. Plantas SKD/CKD são menos dispendiosas para construir e se manter, porque não precisam automações modernas, e o custo da mão de obra é geralmente menor em comparação ao país de origem. Elas também são eficazes para produção em pequena escala (Freitas *et al.*, 2017 p. 1458-9).

A descrição feita pelos autores é aquela que justamente iremos encontrar nos relatos dos trabalhadores e sindicalistas entrevistados, que, pela ausência da automação na planta em estudo, chegavam a defini-la como "artesanal", o que também era anunciado pela própria empresa no momento de inauguração da fábrica (Martins & Prado, 2020 p.181).

Para W3, uma empresa CKD tem facilidade em encontrar mão de obra, já que não exige tanta qualificação quanto uma fábrica tradicional, em que há processos mais complexos de transformação como usinagem, estamparia etc. Ao tratar dessa questão, W3 deixa transparecer sua desilusão com a empresa:

> Porque, quando você conhece a Mercedes, você percebe que [...] essas empresas de muito nome, elas vêm para o interior para extrair mão de obra mesmo. Mão de obra barata!
> Porque chega lá e você vê que tem Mercedes na Índia, Tailândia, Indonésia. São lugares em que a mão de obra é bem mais barata. Aí você percebe que quando eles vieram, eles só vieram para ter lucro mesmo (informação verbal).[10]

Por essa razão, W3 disse acreditar que o emprego da unidade de Iracemápolis encontra-se no mesmo nível da unidade de Juiz de Fora. Tais plantas são colocadas abaixo das unidades de Campinas (responsável pela "parte logística" do grupo Mercedes) e da unidade de São Bernardo. W1

[10] Entrevistado W3, à época, trabalhador do setor de montagem final da Mercedes-Benz de Iracemápolis. Entrevista concedida em 4 de junho de 2019.

confirmou essa classificação ao destacar acreditar ser a busca por mão de obra barata e qualificada um dos motivos que levou a empresa a Iracemápolis. O entrevistado, em complemento, afirmou que "o salário a gente acha que é muito baixo, não condiz com São Bernardo, Campinas..." (informação verbal).[11]

Outro ponto ligado ao emprego e que ficou patente nas entrevistas foi a falta de um Plano de Carreira. W3 destacou que a falta de uma avaliação programada, com possibilidade de ascendência na carreira é um ponto que leva a um desencantamento com a empresa. Sobre o crescimento vertical, os entrevistados relataram a existência de processos seletivos internos, inclusive abarcando outras unidades. Murais e internet são meios de divulgação usados pela empresa.

Convém notar que nem todos os trabalhadores avaliaram negativamente o emprego na Mercedes. W2, por exemplo, considerou o emprego na montadora como melhor que seu antigo emprego no setor de autopeças. Esse entrevistado destacou também que muita gente escolhe trocar a Hyundai pela Mercedes, onde o processo de trabalho é menos automatizado, mais customizado e com um tempo de produção mais alargado. Para ele, o modelo da empresa sul-coreana é um modelo SKD, *Semi Knocked-down*, no qual há maior automatização e açodamento do processo produtivo. Se na Mercedes o tempo para se produzir um carro é de 12,5 minutos, na Hyundai esse tempo cai para 3,5 minutos.

W3 apresentou uma visão mais matizada: "não que [o emprego] seja bom, mas não chega a ser ruim também, porque, que nem eu falei, tem algumas liberdades que eles dão [...]. É só no ponto mais financeiro e no ponto do reconhecimento que pesa" (informação verbal).[12] Quando solicitado a compará-lo a outros empregos locais, afirmou que na parte financeira eles se equivalem. Postulou que, em tese, uma fábrica de autopeças deveria pagar menos que uma montadora, "mas este não é o caso" (informação verbal).[13] A remuneração da Mercedes é considerada equivalente à de empresas de autopeças da região. Para os sindicalistas entrevistados, a remuneração inicial na empresa alemã era pior do que a do setor de autopeças.

---

[11] Entrevistado W1, à época, trabalhador do setor de montagem final da Mercedes-Benz de Iracemápolis. Entrevista concedida em 27de julho de 2018.

[12] Entrevistado W3, à época, trabalhador do setor de montagem final da Mercedes-Benz de Iracemápolis. Entrevista concedida em 4 de junho de 2019.

[13] Entrevistado W3, à época, trabalhador do setor de montagem final da Mercedes-Benz de Iracemápolis. Entrevista concedida em 4 de junho de 2019.

Os terceirizados (O1 e O2) apresentaram visões interessantes sobre essa questão. Nesse sentido, O1, quando solicitado a comparar o salário do terceirizado ao do empregado diretamente contratado pela montadora, declarou que a diferença era pequena, com uma vantagem para os terceirizados: a possibilidade de realização de grande quantidade de horas-extra.

> Este mês mesmo que a menina está saindo de férias, eu fechei com três paus e quinhentos, livre! Isso eles [funcionários da Mercedes] não tiram, não. Nem com hora extra. [...] eu fiz 9 horas de hora-extra este mês. Já deu outro salário. (informação verbal).[14]

Quando comparado aos empregos da região de Iracemápolis, disse acreditar que se trata de um bom emprego. No entanto, adverte que conheceu vários funcionários diretamente contratados pela Mercedes que arrumaram "serviço melhor fora" e arremata: "não foi nem um, nem dois e nem três que arrumou serviço melhor fora. Pediu a conta." (informação verbal).[15]

O2, por seu turno, apresentou uma visão positiva sobre o emprego, relacionada a possíveis portas que se abrem para pessoas próximas e a uma conexão internacional proporcionada pela multinacional. Esse sentimento de conexão, vale ressaltar, também foi relatado pelo empregado W1, que destacou a possibilidade de participação em processos seletivos de plantas da Mercedes em outros países, a exemplo dos Estados Unidos. O2 nos contou, com orgulho, que seu filho de 19 anos foi contratado para atuar como operador na Montagem Final. Mesmo ciente do fato de o salário e os benefícios de Iracemápolis serem menores do que os de unidades como a de São Bernardo, considerava a empresa alemã uma ótima empregadora para a região, a ponto de almejar uma vaga na empresa também para sua filha de 16 anos.

No tocante à conexão global, o entrevistado relatou que muitos trabalhadores haviam sido convidados para trabalhar numa planta que está sendo instalada no México. Ele havia até mesmo aconselhado seu filho a trancar a faculdade e aceitar tal proposta, caso a receba. Poucas são, segundo ele, as empresas da cidade que oferecem uma oportunidade de internacionalização como essa. Tal sentimento também foi expresso quando O2 comparava o emprego na montadora com o emprego na usina:

---

[14] Entrevistado O1, à época, trabalhador terceirizado do setor de Segurança Patrimonial. Entrevista concedida em 4 de junho de 2019.

[15] Entrevistado O1, à época, trabalhador terceirizado do setor de Segurança Patrimonial. Entrevista concedida em 4 de junho de 2019.

> Ah, a usina também é bom! Eu tenho parentes que trabalham na usina, alguns primos meus que trabalham na usina, é muito bom, fizeram carreira na usina, tempo já de casa. Mas eu falo para você, os benefícios, a Mercedes já chegou com diferencial de salário, por ser um setor automobilístico, paga melhor do que as empresas de Iracemápolis, né? E região, enfim. Eles têm uma participação de lucros boa, diferenciada [...]! Ela gerou uma perspectiva profissional grande. Muitos que passaram por aqui, já estão em outros países [...] começou aqui e já foram para os Estados Unidos, Alemanha, Rússia, estão tudo trabalhando fora. [...].
> Entrevistador 2: De Iracemápolis para o mundo?
> O2: É, de Iracemápolis para o mundo! (informação verbal).[16]

Com o anúncio do fechamento da planta de Iracemápolis em dezembro de 2020, resta claro que essa conexão sentida pode ser muito menos perene e certa para os trabalhadores do que para o capital.

O trabalho

Segundo relatos colhidos com empregados, a fábrica era estruturada em quatro subunidades, com diferentes características no que respeita ao trabalho e às condições de trabalho:

I. *Montagem Bruta*: onde são preparados os chassis dos modelos produzidos.
II. *Pintura*: onde chassis, carroceria e outras partes recebem pintura.
III. *Montagem Final*: momento em que chassis, carroceria e componentes são montados e recebem acabamento.
IV. *Recursos Humanos*: setor de caráter administrativo.

As funções diretamente associadas à fabricação dos automóveis e administração do trabalho eram desempenhadas por trabalhadores diretos, sendo terceirizadas as atividades de logística, limpeza, segurança patrimonial e manutenção.

A tradicional esteira somente era encontrada na "Montagem Final", sendo que nas etapas anteriores – "Montagem Bruta" e "Pintura" – havia uma linha

[16] Entrevistado O1, à época, trabalhador terceirizado do setor de Segurança Patrimonial. Entrevista concedida em 17 de junho de 2019.

de produção mais ou menos flexível, em que os trabalhadores atuavam em equipes de sete a nove trabalhadores, chefiados por um líder que, sempre que necessário, podia assumir funções da produção. O caráter da atuação dos trabalhadores era multifuncional e a gestão com metas definidas. Outrossim, o trabalho era realizado com ferramentas bastante manuais, sobretudo na Montagem Final. Segundo W1: "é tudo manual! [...] na montagem a gente tem parafusadeira, [...] tem um manipulador pneumático, não é nada robotizado" (informação verbal).[17]

Nessa mesma direção, W2 ressaltou que a maioria das ferramentas por ele usadas eram manuais, embora específicas como os *torquímetros*. Ao falar dessa ferramenta, o entrevistado chamou a atenção para o controle exercido sobre o processo de trabalho pela empresa. Segundo ele, todo o torque aplicado sobre uma determinada peça era registrado pela empresa, passando a ser capaz de rastrear a data, o horário e o responsável pelo procedimento. Para garantir que o empregado se responsabilize pelo seu trabalho, W2 frisou que a empresa os obriga a assinar um termo de responsabilidade penal, que pode ser usado, por exemplo, em casos de mau funcionamento do *airbag* devido a aperto excessivo de algum parafuso.

Aqui o relato do trabalho lembra o modelo fordista, mesmo que com trabalhos "*enlarged*", menos fragmentados e repetitivos. O entrevistado declarou existir o que chamou de plano de processo de trabalho ou SOB, que se trata de "uma folha onde vem descrito tudo que eu tenho que fazer: então, eu ando cinco passos, pego o carro e puxo ele de volta".

No que respeita ao clima de trabalho, este foi descrito como "tranquilo". Os três entrevistados afirmaram que se pode conversar durante o trabalho. W1 ressaltou que se "pode até cantar". A única exigência era que o trabalho fosse realizado com a máxima qualidade possível. Convém frisar que esse tipo de relato sugere um distanciamento de modelos mais tradicionais de produção, como os apresentados por Huw Beynon em *Trabalhando para Ford* (publicado em 1973 e traduzido para o português em 1995), por exemplo, no qual a conversa entre os operadores não era bem vista pelos níveis superiores da empresa (Beynon, 1995). Além do controle de qualidade, havia duas formas de controle quantitativo da produção, uma delas imposta pela própria linha de produção (os doze minutos por carro)

[17] Entrevistado W1, à época, trabalhador do setor de montagem final da Mercedes-Benz de Iracemápolis. Entrevista concedida em 27 de julho de 2018.

e a segunda pelo controle visual viabilizado pela instalação de televisões nos corredores, onde se pode verificar se a meta de trabalho está sendo cumprida a contento.

O trabalho era sempre executado por equipes. Segundo W1, uma equipe responsabilizava-se por três ou quatro estações. Em algumas destas, o carro era empurrado, em outras ele era transportado por uma plataforma para afixação de peças em seu interior, e assim por diante. As equipes costumavam ter cerca de nove pessoas, contando o líder, que geralmente era uma pessoa escolhida pela empresa, com mais experiência e tempo de casa. W3 relatou que os líderes, em sua maioria, eram de Minas Gerais, advindos da fábrica de Juiz de Fora.

W2 apresentou-nos um detalhado relato do processo de trabalho, que vale a pena ser compartilhado para que compreendamos a dimensão manual do trabalho realizado por equipes:

> A terceirizada disponibiliza para nós, na estação zero. A partir dali, é responsabilidade Mercedes. Até a zero, eles são responsáveis. Aí, a gente começa na estação 1: eu retiro as portas. [...] Aí a gente coloca mais alguns amortecedores de porta; retira o teto e passa o prime, que é um tipo de cola que vai no teto. A gente também coloca algumas peças específicas, que são os tampões, que impedem o barulho de ruído e a infiltração [...]. A estação 2 trabalha mais nessa parte. Para você ter uma ideia, tem que se colocar uma média de 60 tampões de diversos tipos. [...] Aí tem a estação 3. A estação 3 tem o processo cromático. [...]. E aí, passo para a estação 4. A estação 4 começa com o gravador de chassis, que é o número do chassi do Classe C, que é gravado ali. Tem algumas outras peças no capô do carro, também visando [a evitar] infiltração, ruído... Temos também a caixa de estepe, que é colocada também nessa estação, que dependendo do carro... O carro 180 é feito de plástico, o carro C 200, hoje, ele já é híbrido. [...] tem que verificar certo. [...]. Então a gente verifica por *code* (informação verbal).[18]

No que diz respeito ao ambiente de trabalho, apoiamo-nos nos relatos dos empregados da Montagem Final (W1, W2 e W3).[19] W1 chamou a atenção para dois aspectos falhos: a ventilação e a água. Em relação ao primeiro

[18] Entrevistado W2, à época, trabalhador do setor de montagem final da Mercedes-Benz de Iracemápolis. Entrevista concedida em 15 de março de 2019.

[19] Vale notar que estes coincidem com os depoimentos colhidos com os ex-empregados que atuavam na Montagem Bruta e que pediram demissão justamente pela questão do ambiente de trabalho.

aspecto, relatou que no último ano [2018] houve melhorias na ventilação, devido à instalação de ventiladores e equipamentos do tipo "*ecobrisa*", que nada mais são do que equipamentos de resfriamento evaporativo. W2 ratificou que ventiladores foram instalados nas estações, porém ressalvando que "nos dias de calor em excesso é complicado, porque o ventilador não dá conta"(informação verbal)[20]. O segundo aspecto também parece ter evoluído com a instalação de bebedouros inclinados em lugar dos bebedouros equipados com garrafões de vinte litros. Em termos quantitativos, W1 afirmou acreditar que os bebedores hoje disponíveis atendem a necessidade, porém destaca que a água "tem gosto". O problema é atribuído não só à multinacional, mas também à falta de suporte da prefeitura que não conseguiu cumprir a promessa de alimentar a empresa com água, razão pela qual o abastecimento de água era feito por caminhões pipa.

Como pode ser notado, trata-se de uma fábrica com espaços e condições diferenciados, haja vista a percepção acerca dos setores de RH e da Montagem Bruta, ou mesmo deste último quando comparado à Montagem Final. De todo modo, o que mais chama a atenção é o fato de uma empresa deste porte dar-se ao luxo de oferecer condições muito primárias de trabalho, ao menos para o trabalhador de uma fábrica localizada na periferia do capitalismo mundial. O relato do calor excessivo, da falta de água e de um controle no mínimo excessivo sobre o trabalhador que, segundo o relato colhido, é obrigado a assinar um termo de responsabilidade penal, não têm como passar despercebido aos investigadores do mundo do trabalho e da gestão.

Discussão dos resultados: o caso em perspectiva

A fábrica da Mercedes-Benz de Iracemápolis se constituía como mais uma unidade da rede de produção global da empresa, tais como as unidades da Índia, Indonésia, Malásia, Tailândia e Vietnã,[21] estruturando sua produção segundo o conceito de CKD (*Completely Knock-Down*), ou seja, as peças da montagem são produzidas na matriz (ou por ela importadas) e exportadas para a planta brasileira.

[20] Entrevistado W2, à época, trabalhador do setor de montagem final da Mercedes-Benz de Iracemápolis. Entrevista concedida em 15 de março de 2019.

[21] Conforme dados da Empresa. Disponível em https://www.mercedes-benz.com.br/institucional/empresa/iracemapolis. Acesso em 13 ago. 2019.

O caso apresentado chama a atenção para o grau de fluidez que o capital adquiriu no mundo contemporâneo, fluidez essa que não necessariamente se encontra, em igual medida, à disposição daqueles que vivem da venda da sua força de trabalho em países periféricos, que se deparam com limitações geográficas, físicas, geopolíticas e financeiras. Como bem constata Lima (2020, p. 25) "dado o caráter crescentemente modular da produção, fábricas tornam-se móveis, abrindo e fechando conforme o grau de incentivos recebidos".

Este estudo, ao ilustrar um caso de uma fábrica CKD, na qual os trabalhadores reportaram condições de trabalho, de carreira e remuneratórias certamente muito diferentes das encontradas em países centrais, rompe com a ilusão de um capitalismo evolucionista e com progresso linear, assim reforçando a hipótese da existência de um desenvolvimento desigual e combinado (Löwy, 1998). Na mesma direção, ele corrobora a hipótese de Cross (2014, citado em Beynon, 2019, p. 628) de que o modelo socioeconômico contemporâneo se apresenta como "a clássica história do nivelamento por baixo promovido pela globalização". A nós, resta claro que só uma articulação global do trabalho, capaz de fazer frente ao enraizamento global das grandes corporações e grupos internacionais, poderia oferecer uma nova perspectiva histórica.

Mesmo quando analisamos a fábrica no seu contexto local, percebemos uma média salarial abaixo da região, como valores menores, inclusive do que de outras unidades do mesmo segmento automotivo, e um modelo de gestão do trabalho e dos trabalhadores que combinava elementos tradicionais, fordistas, com práticas ditas flexíveis. É significativo pensar que alguns trabalhadores que trocaram a tradicional usina da cidade pela montadora alemã "se arrependeram".

Ao analisarmos mais detalhadamente o modelo CKD, podemos inferir uma facilidade muito grande de implantação e desarticulação da planta, sendo que sua instalação esteve muito vinculada a escolhas de negócio dentro de uma conjuntura de aumento das tarifas de importação de veículos, associados a toda sorte de incentivos governamentais fomentados pelo Inovar-Auto.

Ainda que pudéssemos encontrar na cidade elementos que indicariam a presença em longo prazo da empresa – dentre os quais a construção de uma pista de testes –, em dezembro de 2020, a empresa comunicou o fim da produção de automóveis no Brasil. Os motivos aduzidos, para além da drástica queda das vendas no setor decorrentes da catastrófica pandemia

que ainda nos assola, articulam-se a uma suposta retração do segmento de veículos *premium*, do qual a empresa sabidamente faz parte, decorrentes da própria condição econômica do Brasil, não mais tão favorável como nos anos anteriores. Segundo Jörg Burzer, membro do conselho de administração da Mercedes-Benz AG: "A situação econômica no Brasil tem sido difícil por muitos anos e se agravou devido à pandemia da covid-19, causando uma queda significativa nas vendas de automóveis *premium*" (O Globo, 2020).

A trajetória de produção da montadora aponta para números que relativizam a justificativa acima, não se excetuando, em absoluto, a gravidade da pandemia. Conforme dados da Anfavea 2020, em 2015, ano imediatamente anterior ao da inauguração da planta em análise, a empresa licenciou 18.138 veículos, todos importados. Em 2016 foram 11.326 veículos dos quais 8.254 eram importados e 3.072 fabricados na planta de SP. Em 2017 foram 12.475, 7.632 nacionais e 4.843 importados. Em 2018, 12.131 veículos, 7.620 nacionais e 4.511 importados. Finalmente em 2019, 10.101 veículos, com 6.073 fabricados localmente e 4.028 importados. Proporcionalmente, percebe-se um aumento dos veículos importados, ainda que a fábrica nacional estivesse em pleno funcionamento. Os custos locais, a não continuidade do próprio Inovar-Auto ou o não surgimento de uma nova política de fomento estariam por trás da decisão da montadora em aumentar paulatinamente a quantidade de veículos importados e, por fim, encerrar suas atividades? A decisão é essencialmente uma estratégia global da produção da empresa?

Seja como for, a estrutura CKD permite a desarticulação a que agora se assiste, transformando em ilusão tanto o emprego de mais de 350 trabalhadores quanto a presença da fábrica da estrela na pequena Iracemápolis.

Considerações finais

O presente estudo se debruçou sobre uma planta automotiva localizada no interior paulista, inaugurada em 2016 em um momento de busca por novos territórios e de políticas federais de incentivo à nacionalização da produção. Entre os fatores que levaram a empresa ao município paulista, podemos destacar: incentivos fiscais, privilegiada posição geográfica, questões trabalhistas e remuneratórias.

Buscou-se entender a configuração do emprego e do trabalho na unidade fabril da multinacional alemã, a partir da percepção dos trabalhadores. Nossos relatos apontam para um emprego visto com bons olhos pelos trabalhadores, porém com condições salariais defasadas quando comparado ao oferecido por outras montadoras ou mesmo pela usina de açúcar existente na cidade. Quanto ao trabalho, chamou-nos a atenção a existência de um aspecto artesanal, que o diferencia do que ocorre em unidades produtivas, como a da Hyundai de Piracicaba, por exemplo.

Considerando a existência de um novo regime de acumulação (seja ele pós ou neo-fordista), as conclusões de Lima (2020) parecem se ajustar bem ao caso aqui analisado.[22] Segundo o autor,

> O trabalho foi reconfigurado, assim como suas formas de gestão, sem eliminar formas pretéritas, mas mesclando-as e as ressignificando. O resultado não foi o fim do taylorismo-fordismo, nem a hegemonia do toyotismo, mas a sua hibridização (Lima, 2020, p. 23).

O caso relata uma experiência que, ao fim e ao cabo, não se mostrou bem-sucedida, seja do ponto de vista dos trabalhadores, seja do ponto de vista negocial. A empresa alvo do presente estudo não mais existe em Iracemápolis. Sob a justificativa da queda nas vendas de automóveis *premium*, muito em decorrência da crise econômica que foi agravada pela pandemia do coronavírus,[23] encerrou suas atividades na pequena cidade em dezembro de 2020, vendendo toda a estrutura ali constituída para outra multinacional, a chinesa Great Wall, em julho de 2021.

Do ponto de vista dos trabalhadores, novas pesquisas podem investigar o impacto da passagem pela região interiorana da multinacional em questão e suas consequências para as trajetórias profissionais daqueles que se envolveram com a fábrica CKD. Ademais, uma série de questões a serem investigadas em pesquisas futuras podem ser apontadas: a política de incentivo industrial e as contrapartidas oferecidas valeram a pena do ponto de vista social? A necessidade de emprego por si só justifica o tipo de uma política industrial verificada a partir do Inovar-Auto? O que se

[22] As reflexões do autor têm em consideração uma perspectiva bastante ampla, considerando o trabalho nos setores automotivo, têxtil e de TI.

[23] Acerca da pandemia da Covid 19, dentre vários estudos no setor automotivo, veja-se Ladosky *et al.* (2020) e Prado (2021).

ganha e se perde com plantas mais simples do ponto de vista tecnológico e organizacional? Como essa variedade de planta e as percepções sobre o trabalho se comparam com outras plantas da mesma onda no país? Como se compara com plantas de outros países? Como se compara com plantas de "ondas" anteriores? Como se compara com plantas de outras montadoras/corporações? Por fim, no caso específico da cidade de Iracemápolis: quais serão as percepções dos trabalhadores quanto à chegada e ao funcionamento da nova empresa de automóveis? Sonhos continuarão a ser fabricados?

Referências

Abreu, Alice R. P., Beynon, Huw, & Ramalho, José R. (2000). The dream factory: VW's modular production system in Resende, Brazil. *Work, Employment & Society, 14*(2), 265-282. https://doi.org/10.1177/09500170022118400

Araújo, Sílvia M. (2006). Indústria automobilística e sindicato: atuação renovada no Paraná dos anos 2000. *Caderno CRH, 19*(46).

Arbix, G., & Zilbovicius, M. (1997). *De JK a FHC, a reinvenção dos carros*. Scritta.

Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores. (2020) *Anuário da Indústria Automobilística Brasileira*. ANFAVEA.

Bardin, Laurence. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

Barreto, Theo da R. (2003). *A Precarização do trabalho e da vida dos novos trabalhadores informais: o trabalho flexível nas ruas de Salvador*. [Monografia, Universidade Federal da Bahia]. Disponível em: http://www.flexibilizacao.ufba.br/monografiatheo.pdf

Bertão, Naiara. (2017, 6 abr.). R$ 600 milhões para nada? Mercedes pode fechar fábrica em SP. *Revista Exame*. Disponível em: https://exame.abril.com.br/revista-exame/r-600-milhoes-para-nada-mercedes-pode-fechar-fabrica-em-sp/

Beynon, Huw. (2002). As práticas do trabalho em mutação. In R. Antunes (org.), *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil*. Boitempo Editorial.

Beynon, Huw. (2019). As novas realidades do trabalho. *Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar, 9*(2), 613-651.

Beynon, Huw. (1995). *Trabalhando para Ford*. Paz e Terra.

Bicev, Jonas T. (2019). *Políticas tripartites e ação sindical: a experiência de negociação do sindicato dos metalúrgicos do ABC no setor automotivo*. [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. https://doi.org/10.11606/T.8.2019.tde-13062019-111731

Brandt, Ricardo. (2013, 21 out.). "Polo caipira" vai superar o ABC. *O Estado de São Paulo*. Disponível em https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,polo-caipira-vai-superar-o-abc-imp-,1087945

Bryman, Alan. (2012). *Social research methods*. Oxford University Press.

Cardoso, André, Augusto Júnior, Santos, Renata B. dos, Viana, Rodolfo, & Camargo, Zeíra. (2017) Employment, labour relations and trade union strategies in the Brazilian automotive sector. In R. Traub-Merz (ed.), *The automotive sector in emerging economies: industrial policies, market, dynamics and trade unions. Trends & perspectives in Brazil, China, India, Mexico and Russia* (pp. 148-162). Friedrich Ebert Stiftung.

Creswell, John W. (2014). *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens*. Penso Editora.

Druck, Maria da Graça. (1999). Globalização e reestruturação produtiva: o fordismo e/ou japonismo. *Revista de Economia Política, 19*(2), 31-48. https://doi.org/10.1590/0101-31571999-1039

Dulci, João A. (2021). Crise, emprego e renda na indústria automotiva: os casos do sul fluminense, Camaçari e grande ABC paulista em perspectiva comparada. *Sociologia & Antropologia, 11*(1), 219-247. https://doi.org/10.1590/2238-38752021v1119

Dulci, João A. (2018). Configurações do desenvolvimento em duas novas regiões automobilísticas: sul fluminense e Camaçari (BA). *Política & Trabalho, 1*(48), 75-94. https://doi.org/10.22478/ufpb.1517-5901.2018v1n48.37812

Franco, Tania. (2011). Alienação do trabalho: despertencimento social e desenraizamento em relação à natureza. *Caderno CRH, 24*(1), 171-191. https://doi.org/10.9771/ccrh.v24i1.19228

Freitas, Larissa D., Menegon, Nilton L., & da Costa, Miguel A. B. (2017). Logística de uma montadora automobilística completely knocked down. *Revista Produção Online, 17*(4), 1454-1479. https://doi.org/10.14488/1676-1901.v17i4.2738

Gaioto, Danielle. (2016, 25 fev.). Mercedes-Benz inaugura fábrica de Iracemápolis no dia 23 de março. *Jornal de Piracicaba*, Economia & Negócios. Disponível em http://www.jornaldepiracicaba.com.br/economia_negocios/2016/02/mercedes_benz_inaugura_fabrica_de_iracemapolis_no_dia_23_de_marco. Acesso em: 11 dez. 2017.

Harvey, David. (1992). *Condição pós-moderna*. Edições Loyola.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2016). *Rendimento de todas as fontes: PNAD contínua*. IBGE. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101390_informativo.pdf

Ladosky, Mario Henrique G. (2015). Trabalho, desenvolvimento e território: potencialidades e desafios do Polo automotivo de Pernambuco. In Ramalho, José Ricardo; Rodrigues, Iram Jácome (organizadores). *Trabalho e ação sindical no Brasil Contemporâneo*. Annablume.

Ladosky, Mario Henrique G. *et al.* (2020). Covid-19 en la industria automotriz brasileña: Trabajo y sindicalismo en tiempos de pandemia. In C. V. Zurita *et al.* (org.). *Un fantasma recorre el mundo: las ciencias sociales ante la pandemia* (pp. 383-416). Santiago del Estero: EDUNSE.

Landim, Raquel. (2018, 23 mar.). Empresas vão esperar a eleição antes de investir, diz presidente da Mercedes. *Folha de São Paulo*. Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/03/empresas-vao-esperar-a-eleicao-antes-de-investir-diz-presidente-da-mercedes.shtml

Lima, Jacob C. (org.) (2020). *O trabalho em territórios periféricos: estudos em três setores produtivos*. Annablume.

Lojkine, Jean. (1995). *A revolução informacional*. Cortez.

Löwy, Michael. (1998). A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. *Revista Outubro*, n. 1, p. 73-80.

Martins, Fernando, & Prado, Marcos L. Trabalho e emprego na indústria automotiva: o caso da Mercedes-Benz em Iracemápolis (SP). In J. C. Lima (org.), *O trabalho em territórios periféricos: estudos em três setores produtivos* (pp. 155-200). Annablume, 2020.

Nabuco, Maria Regina, Neves, Magda de A., & de Carvalho Neto, Antonio M. (org.). (2002). *Indústria automotiva: a nova geografia do setor produtivo*. DP&A Editora.

Neves, Magda de A., & Carvalho Neto, Antonio M. (2006) Novos territórios produtivos e desenvolvimento local: limites e possibilidades. *Caderno CRH, 19*(46), 35-46.

O Globo. (2020, 17 dez.). Mercedes-Benz fecha fábrica em São Paulo e encerra produção de automóveis no Brasil. Disponível em https://revistapegn.globo.com/Negocios/noticia/2020/12/mercedes-benz-fecha-fabrica-em-sao-paulo-e-encerra-producao-de-automoveis-no-brasil.html

Piore, Michael J., & Sabel, Charles F. (1993). *La segunda ruptura industrial*. Alianza Editorial.

Prado, Marcos L. (2021, 19 abr.). Brazilian automotive industry and the Covid-19 pandemic: the case of the premium segment. *Brazilian Research and Studies Center, 2*(1). Disponível em https://bras-center.com/brazilian-automotive-industry-and-the-covid-19-pandemic-the-case-of-the-premium-segment/

Ramalho, José R. (2015). Indústria e desenvolvimento: efeitos da reinvenção de um território produtivo no Rio de Janeiro. *Repocs, 12*(24), 117-142.

Ramalho, José R. (2006a). Dinâmicas sociopolíticas em novos territórios produtivos. *Caderno CRH, 19*(46), 9-17.

Ramalho, José R. (2006b). *Trabalho e desenvolvimento regional: efeitos sociais da indústria automobilística no Rio de Janeiro*. Mauad Editora Ltda.

Rifkin, Jeremy. (2016). *Sociedade com custo marginal zero*. M. Books do Brasil Editora Ltda.

Rodrigues, Iram J., & Ramalho, José R. (org.) (2007). *Trabalho e sindicato em antigos e novos territórios produtivos: comparações entre o ABC paulista e o sul fluminense*. Annablume.

Rodrigues, Eduardo. (2021, 17 jan.). Saída da Ford marcou a 2ª onda de desindustrialização recente no Brasil. *O Estado de São Paulo*. Disponível em https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,saida-da-ford-e-2-onda-dedesindustrializacaorecente,70003584032#

Rodrik, Dani. (2016). Premature deindustrialization. *Journal of economic growth, 21*(1), 1-33. https://doi.org/10.1007/s10887-015-9122-3

Ruffo, G. H. (2013, 8 out.) Brasil está no auge da terceira onda de fábrica de carros. *O Estado de São Paulo*, Jornal do Carro 1, p. 2.

Sako, Mari. (2006). Administrando parques industriais de autopeças no Brasil: uma comparação entre Resende, Gravataí e Camaçari. *Caderno CRH, 19*(46), 61-73. https://doi.org/10.9771/ccrh.v19i46.18546

Santiago, Ariane de C. Q. (2015). A qualificação profissional pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego: um debate necessário. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia]. Disponível em https://repositorio.ufba.br/handle/ri/18316

Shapiro, Helen. (1997). A primeira migração das montadoras: 1956-1968". In G. Arbix & M. Zilbovicius (org.). *De JK a FHC: a reinvenção dos carros* (pp. 23-88). Edições Sociais.

Silva, Cleide. (2013, 14 nov.). Montadoras vão investir R$ 30 bi na região. *O Estado de São Paulo*, p. h8.

Silva, Cleide. (2016, 28 mar.). Crise provoca o fechamento de mais de 4 mil fábricas em São Paulo em um ano. *O Estado de São Paulo*. Disponível em: https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,crise-provoca-o-fechamento-de-mais-de-4-mil-fabricas-em-sao-paulo-em-um-ano,10000023406

Tomizaki, Kimi. (2006). Rupturas e continuidades nas relações intergeracionais: o futuro da categoria metalúrgica do ABC Paulista. *Caderno CRH, 19*(46), 87-96. https://doi.org/10.9771/ccrh.v19i46.18548

Recebido: 30 mar. 2021.
Aceito: 3 ago. 2022.

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 4.0

https://doi.org/10.20336/rbs.854

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Muito além da violência legítima: contribuições à crítica ao conceito de Estado de Max Weber

Far beyond legitimate violence: contributions to the critique of Max Weber's concept of State

Marco Acco[*]

RESUMO

A obra de Weber segue relevante para a compreensão das interações contemporâneas entre Estados, governos, burocracias, organizações e sociedade. Contudo, cabem indagações sobre o que permanece e o que precisa ganhar novas interpretações em sua vigorosa obra. Este artigo tem três objetivos primordiais. O primeiro consiste em revisitar os fundamentos metodológicos e os principais conceitos e argumentos desenvolvidos por Weber sobre o Estado ao longo de sua obra. O segundo busca apresentar uma avaliação crítica sobre possíveis permanências, incompletudes ou superações nas formulações weberianas para a compreensão do Estado nas sociedades contemporâneas. O argumento é o de que há falhas ou, pelo menos, seletividade limitadora na definição de Estado *pelo meio típico*, já que essa delimitação não incorpora outros *meios igualmente típicos* identificados pelo próprio Weber em outras obras e sumariamente se recusa a considerar *fins*, alguns dos quais as próprias análises do eminente sociólogo identificaram na formação dos Estados modernos, como buscaremos demonstrar. O terceiro consiste em apresentar indicações de um conceito alternativo de Estado que concilie meios e fins historicamente determinantes na conformação dos Estados contemporâneos. Para cumprir seus objetivos, este artigo apresenta uma reconstituição concisa dos argumentos de Weber dos conceitos mais abrangentes de Estado e de afirmação metodológica basicamente do pré-guerra. Em seguida, apresenta o conceito mais restrito de Estado que emerge das suas reformulações do pós-guerra, com a busca da afirmação de sua (inacabada) *sociologia do Estado*, aborda brevemente o conceito de *tipo ideal* e, por fim, procura oferecer um balanço sintético, mas não encerrado, de permanências, incompletudes ou superações nas formulações weberianas sobre Estado, oferecendo um conceito alternativo de Estado que dialoga

[*] Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil.
Doutor em Ciências Sociais, Professor do Departamento de Gestão Pública da Universidade Federal da Paraíba. accomarco@gmail.com

com Weber, mas que procura ir além de suas formulações sobre o tema. Essa análise argumenta pela constatação da necessária superação do conceito sociológico de Estado moderno com base exclusivamente no meio característico (monopólio da violência considerada legítima) por um conceito de Estado que considere igualmente fins e meios socialmente relevantes e politicamente em disputa.

Palavras-chave: Max Weber, Teoria do Estado, Teoria Social, burocracia, Estado, tipos ideais.

ABSTRACT

Weber's work remains relevant to understanding contemporary interactions between States, governments, bureaucracies, organizations, and society. However, there are questions about what remains and what needs to gain new interpretations in his vigorous work. This article has three main objectives. The first consists of revisiting the methodological foundations and main concepts and arguments developed by Weber about the State throughout his work. The second seeks to present a critical assessment of possible permanence, incompleteness, or improvement in Weberian formulations for understanding the State in contemporary societies. The argument is that there are flaws or, at least, limiting selectivity in the definition of State by the *typical means*, since this delimitation does not incorporate other equally typical means identified by Weber himself in other works, and summarily refuses to consider ends, some which the eminent sociologist's own analyses identified in the formation of modern states, as we will try to demonstrate. The third is to present indications of an alternative concept of state that reconciles means and ends that are historically determinant in the conformation of contemporary states. To achieve its objectives, this article presents a concise reconstruction of Weber`s arguments for the most diffuse and comprehensive concepts of the State that appear mainly, but not only, in his pre-war historical and methodological works. Then it presents the more restricted concept of State that emerges from its post-war reformulation in search of the affirmation of its (unfinished) sociology of the State, briefly addresses the concept of ideal type and, finally, offers a synthetic assessment, though not finished, of permanence, incompleteness or improvement in Weber's formulations on State by developing an alternative concept of State that dialogues with Weber, though seeking to go beyond his vigorous formulations on the subject. This analysis points to the limits in the construction and use of ideal types and argues that the ideal type concept of modern State based exclusively on its characteristic means (monopoly of violence considered legitimate) should be replaced with a concept of State that equally considers socially relevant and politically disputed ends and means.

Keywords: Max Weber, Theory of State, Social Theory, bureaucracy, State, ideal types.

Introdução

Max Weber segue e seguirá influenciando vigorosamente o debate contemporâneo em praticamente todas as agendas relevantes que envolvam as complexas interações entre Estado, governo e sociedade. Alguns exemplos são suficientes para demonstrar esse ponto.[1] Ao analisarmos as abordagens contemporâneas da teoria social sobre as relações Estado e sociedade, constatamos que o chamado *novo institucionalismo histórico* é uma vertente do pensamento contemporâneo diretamente influenciada por Weber e fez dessa influência, explicitamente reivindicada, um componente de distinção em relação às demais abordagens da teoria social contemporânea (Acco, 2009; Dusza, 1989; Jessop, 2003; Misse, 2011). Todo o edifício intelectual do projeto *Bringing the state back in* (BSBI) – obra programática dessa influente abordagem – é explicitamente calcada em Weber e numa tentativa de constituir uma interpretação sobre os Estados e as sociedades contemporâneas que fundamentalmente descole Weber do marxismo (Skocpol, 1985) e que afirme a noção de *centralidade institucional* dos estados nacionais (*stateness*). O projeto de *trazer o Estado de volta* ao centro do debate social contemporâneo estava calcado no retorno a Weber, em particular às suas contribuições sobre o Estado e a burocracia, bem como aos conceitos cruciais de racionalidade, autonomia e centralidade institucional do Estado (Evans *et al.*, 1985).

As reflexões de Weber sobre Estado e burocracia também estiveram em questão em boa parte das formulações dos movimentos do *new public*

[1] A relação de agendas e de autores que se dedicaram a revisitar a obra de Weber nas últimas décadas é extensa, compreendendo autores como Kalberg (2016), Bianchi (2014), Reis (2011), Sell (2010, 2011), Souza (2011), Suleiman (2000), Bellamy (1994) e Dusza (1989), entre muitos outros. O interesse foi ainda amplificado pela publicação integral do projeto *Max Weber Gesamtausgabe* (MWG), totalmente revisada, das obras completas do cientista social alemão. Bolda e Sell (2020), Hanke (2012), Lepsius (2012), Mata (2020), Misse (2011), Sell (2018), Villas Bôas (2011), Waizbort (2011), além de Baier *et al.* (2001), Hübinger (2009), Schluchter (2011) e os demais editores em seus preciosos artigos de introdução aos volumes da MWG são autores que revisitam a obra de Weber já no contexto da *MWG.* Cumpre a advertência de que as traduções para o português (e para os demais idiomas) da obra de Weber a partir da minuciosa (mas não livre de críticas) edição da MWG deverão passar por rigorosa revisão. O autor fez o esforço de cotejar, no limite do tempo e dos recursos disponíveis, as traduções utilizadas diante dos volumes publicados da MWG que contemplam os principais textos aqui utilizados. Este artigo foi produzido no dificílimo *período de transição* entre as traduções existentes e as novas edições organizadas pela MWG, contexto que impõe toda sorte de cotejamento entre ambas. Isso implica que novas versões deste artigo provavelmente se farão necessárias, embora tenha sido concebido com o entendimento de que, apesar de eventuais ajustes pontuais, os argumentos essenciais aqui apresentados sigam válidos. O competente corpo editorial da Revista Brasileira de Sociologia ofereceu importantes contribuições ao artigo, mas, naturalmente, erros e omissões seguem de inteira responsabilidade do autor.

management (NPM) e *reinventing government* orientadas sobremaneira aos esforços para a superação da *burocracia weberiana*, espécie de síntese de um Estado burocratizado, excessivo e perdulário a ser reinventado, em larga medida, sob a inspiração de procedimentos e práticas da gestão privada. Embora os defensores do NPM ou do *reinventing government* tenham incorporado outros elementos não diretamente abordados por Weber, parece ser correto inferir que a concepção weberiana de Estado e de burocracia esteve no centro das atenções dessas influentes abordagens. Osborne e Gaebler (1994), em seu *Reinventando o governo*, foram explícitos quanto a isso. A subseção "A falência da burocracia" centra sua crítica à forma do *Estado burocrático* vigente; aquilo que há um século foi retratado por Weber como a máquina organizacional mais avançada para lidar com organizações e sociedades complexas teria tomado a forma de um "*ethos* especial, de um governo lento, ineficiente, impessoal" (p. 13). Aquilo que Weber observou e descreveu como um tipo puro de dominação legítima passa a ser qualificado como burocracia *weberiana*, a antítese do *ethos* do empreendedorismo que deve ser liberado para a reinvenção das instituições governamentais contemporâneas.

No Brasil, a influência de Weber pode ser encontrada em boa parte da literatura produzida na retomada dos estudos sobre Estado e burocracia ao longo das últimas décadas, a exemplo das contribuições de autores como Loureiro, Abrucio e Rosa (1998), Bresser-Pereira (2017, por exemplo) e Schneider (1994). Demonstrando que Weber não é um autor que se preste a uma única interpretação, cada um desses autores incorporou Weber ao seu modo. Assim, Schneider (1994), ao analisar a atuação do Estado e da burocracia estatal brasileira ao longo da expansão capitalista dos anos do regime autoritário, o faz a partir da perspectiva das *carreiras* dos ocupantes de cargos de direção das empresas estatais e identifica quatro *tipos sociais* de burocratas atuando em seus principais cargos: os militares, os técnicos, os políticos e os técnicos-políticos. Enquanto Loureiro, Abrucio e Rosa (1998), ainda que utilizando a perspectiva da carreira, buscam um caminho *híbrido*, que eles chamam de *politização da análise da estrutura burocrática governamental*, procurando explorar as interações entre política e administração e política e técnica, tipificadas na figura dos *policymakers*, ou seja, os *decisores com responsabilidade política*. Bresser-Pereira, em diversos momentos de sua extensa obra, incorporou categorias weberianas, particularmente em suas análises sobre a evolução histórica do Estado e

dos modos de dominação e gestão presentes nas sociedades, das formas patrimonialistas, passando pelo Estado burocrático, ao gerencialismo. Alguns trabalhos recentes de pesquisadores brasileiros, em diálogo com a produção internacional, retomaram a pesquisa e a reflexão sobre os papéis e atribuições das burocracias, orientando suas investigações, desta feita, para as atuações das burocracias do *nível de rua* e de *médio escalão* (Abers, 2015; Acco e Schwartz, 2019; Lipsky, 2010; Lotta, 2012; Muir, 1977; Pires, 2009; Pires & Gomide, 2014). Esses autores abordam o papel da *discricionariedade e do ativismo da burocracia* de médio e baixo escalão, em diálogo crítico com a interpretação weberiana hegemônica de burocracia como um corpo consideravelmente uniforme, seguidor de regras em tempo integral e também incapaz de inovar democraticamente.[2]

Outros exemplos bastante evidentes de uso da obra de Weber no Brasil são encontrados em documentos normativos produzidos para reformar o aparelho do Estado ou aspectos da configuração estatal, a exemplo do Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado (Pdrae) (Mare, 1995) e da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 32/2020, em tramitação no Congresso Nacional.[3] Ambos mobilizaram, aos seus modos, elementos de conceitos ou categorias de inspiração weberiana para, como no caso do plano diretor, buscar diferenciar o que é *exclusivo do Estado* do que *não* lhe é *exclusivo*; a separar aquilo que deve permanecer *estatal* daquilo que deve ser transferido para as organizações da sociedade civil ou para o setor privado; ou, como no caso da PEC 32/2020, os funcionários públicos que devem manter sua estabilidade no emprego e devem ser recrutados com base em concursos públicos para *cargos exclusivos de Estado*, separados daqueles demais que podem ser recrutados por contratos de trabalho por tempo determinado e mediante processos seletivos

[2] O problema da autonomia, independência ou da discricionariedade da burocracia em seus diferentes escalões e também em relação a determinadas categorias funcionais, particularmente sobre aquelas que detêm tipos de *autonomias especiais* (como Banco Central, Ministério Público, Judiciário, Polícia Federal e demais polícias, auditores, entre outras), é uma agenda que tem sido abordada por consistente literatura especializada (Arantes, 2007; Lipsky, 2010; Muir, 1977; Pires, 2009; Power, 1999; Viegas, 2020).

[3] O conceito de Estado apresentado no Pdrae ecoa a conhecida definição de Weber: "O Estado é a organização burocrática que tem o monopólio da violência legal, é o aparelho que tem o poder de legislar e tributar a população de um determinado território" (Mare, 1995). Esse conceito será ampliado – de forma ambígua – algumas páginas adiante para incorporar a *atividade exclusiva do Estado* brasileiro de *fomentar*, além daquelas de legislar, tributar e exercer o monopólio da violência considerada legítima. Já a PEC nº 32/2020 não apresenta nenhuma tentativa de definição sobre as categorias que mobiliza.

simplificados. Enfim, uma nova interpretação do Estado, de reconfiguração do Estado e de suas formas de interação com a sociedade se afirma, e a presença de Weber tem sido invocada para os projetos normativos reivindicarem – insistimos, aos seus modos – parte de sua legitimidade.

Os exemplos de usos adequados ou distorcidos de Weber poderiam ser multiplicados, mas os anteriormente indicados são suficientes para ilustrar o argumento de que se posicionar em relação aos temas centrais no debate sobre o conceito de Estado, sobre as atribuições e competências dos Estados e de governos no contexto contemporâneo, sobre a capacidade estatal, entre outras agendas cruciais de nossos dias, significa, ainda, levar em acurada consideração as contribuições de Max Weber. Contudo qual Weber? Considerando que o eminente sociólogo não é um autor simples, que possa ser sintetizado numa interpretação única e linear como encontrado em manuais reducionistas ou em reprováveis apostilas de concurso público. Ao contrário, como um *clássico* em todas as acepções que Italo Calvino (1993) conferiu ao termo, sua obra suscita diferentes interpretações e constitui um campo relevante em disputa no pensamento social contemporâneo e, por sua influência marcante e continuada, também com implicações na reconfiguração das nossas instituições contemporâneas.

Tendo presente essa continuada relevância de Weber no cenário intelectual e político contemporâneo, este artigo tem três objetivos primordiais. O primeiro consiste em revisitar os fundamentos metodológicos e os principais conceitos e argumentos desenvolvidos por Weber (1986a, 1986b, 1986c, 1973, 1993) ao longo de sua obra sobre o Estado, um tema que ocupou sua formulação desde sua produção intelectual do final do século XIX, como revelam os instigantes ensaios *Estado nacional e a política econômica alemã* [1895] e *O declínio da cultura antiga* [1896], passando por suas formulações sobre o tema encontradas em *A objetividade do conhecimento nas ciências sociais* [1904], quando o tema ainda não lhe era um objeto específico de análise (Hübinger, 2009), chegando àqueles produzidos ou revisados na década final de sua vida, como *Parlamento e governo numa Alemanha reconstruída* [1918], *Política como vocação* [1919], *A cidade* [concebida no plano editorial de 1914 e publicada postumamente em 1921], *Conceitos sociológicos fundamentais* [1920], até as releituras sobre o tema nas quais o eminente sociólogo trabalhava nos difíceis meses que antecedem sua

morte, nas incompletas conferências *Allgemeine Staatslehre und Politik (Staatssoziologie)*, na Universidade de Munique, entre abril e maio de 1920, nas quais Weber planejava expor sua revisitada *sociologia do Estado* no âmbito de uma *teoria geral da política e do Estado*.[4]

Trata-se de uma releitura dos elementos centrais do conceito de Estado que Weber perseguiu ao longo de sua trajetória intelectual e política, buscando identificar questões cruciais, bem como a forma como elas foram sendo tratadas pelo autor em diferentes obras e contextos. Em certo sentido, o fio condutor dessa releitura parte dos textos do pré-guerra, recolhendo elementos e formulações anteriores que, em alguma medida, foram "deixadas de lado" em suas formulações finais e mais conhecidas da sua busca por uma *sociologia do Estado*. Como Weber reconhecia já em 1904, o conceito de Estado é um dos mais desafiadores, e os graves acontecimentos vividos nos anos finais de sua vida – profundamente marcados pela Primeira Guerra Mundial, levantes e revoluções socialistas, além de mudanças do regime político e da constituição na Alemanha – trataram de reforçar a importância da agenda, não sendo, portanto, por acaso que este tenha sido um dos temas primordiais que o ocuparam em sucessivos artigos, conferências e aulas em seus anos finais.

O segundo objetivo deste artigo consiste em apresentar uma avaliação crítica sobre possíveis permanências, incompletudes ou superações nas formulações weberianas sobre Estado. Embora seja certo que muito da obra weberiana permaneça atual e influente nos nossos dias, é pertinente que façamos as perguntas sobre continuidades, superações e incompletudes em seu edifício intelectual. Esse exercício, apesar de aparentemente petulante, é necessário. Contamos, para isso, com a licença metodológica oferecida pelo próprio Weber para quem "não é necessário ser um César para compreender a

[4] Segundo a Introdução e o Relatório Editorial do Tomo III, Vol. 7, da *MWG*, Weber leu sua produção revisada sobre o tema durante quatro dias por três semanas, por uma hora diária, entre os meses de abril e maio de 1920, até ocorrer o primeiro adiamento da série de conferências agendadas, por motivo de doença, em 4 de junho de 1920. Weber faleceu em 14 de junho daquele ano sem concluir a apresentação de sua renovada sociologia do Estado, tendo apresentado duas das oito seções previstas. O *MWG*, Vol. III, Parte 7 apresenta as transcrições das anotações feitas por Erwin Stölz e Hans Ficker, dois estudantes inscritos no curso. Em suas derradeiras conferências, Weber retrabalhou passagens por ele selecionadas de três obras anteriores — *História econômica*, *Parlamento e governo e Política como vocação*, textos, em geral, tardios do autor e que revelam, mais uma vez, a continuada reformulação de sua teoria do Estado.

César" (ESv1) (Weber, 1992a, p. 4),[5] além do fato de que a própria formulação de Weber sobre o assunto estava em continuada e incompleta reformulação.

A intenção aqui, nos limites de um artigo, é problematizar dois fundamentos associados à metodologia dos tipos ideais empregados na abordagem de Weber sobre o tema: *i)* o pressuposto metodológico da impossibilidade de definição do Estado por seus *fins*; e *ii)* a *definição* (a que denomino *restrita*) *de Estado exclusivamente pelo seu meio típico*. O argumento é o de que há falhas ou, pelo menos, seletividade limitadora na definição de Estado *pelo meio típico*, já que essa delimitação não incorpora outros *meios igualmente típicos* identificados pelo próprio Weber em outras obras e sumariamente se recusa a considerar *fins – alguns desses fins* que as próprias análises de Weber identificaram na formação dos Estados modernos, como buscaremos demonstrar. Ou seja, Weber sugere diferentes definições de Estado em passagens de suas obras que vão além da definição restrita do Estado como aquela organização de tipo institucional que monopolizou os meios de violência considerados legítimos. O método do tipo ideal, por assim dizer, aprisionou a interpretação weberiana de Estado num conceito restrito, que, apesar de elegante e de fácil compreensão, precisa ser superado.

Com o intuito de reinterpretar o conceito, ou melhor, os conceitos de Estado que se revelam em sua obra, também serão revisitados, ainda que brevemente, os conceitos de dominação e de burocracia que, juntos ao conceito de Estado, formam um tripé articulado para a compreensão do conceito de Estado moderno pelo qual Weber é mais conhecido. O procedimento metodológico dos tipos ideais e, especificamente, como Weber empregou a metodologia dos tipos ideais na construção e uso das categorias Estado, dominação e burocracia também serão objetos de consideração. O breve tratamento dos procedimentos metodológicos dos tipos ideais se faz necessário, considerando que, como destaca Cohn (1979, p. 71), seria impensável abordar a empreitada intelectual do autor sem a compreensão desse recurso que decorre *necessariamente* da orientação metodológica adotada por Weber "em tomar as ações e interesses individuais como unidades de análise".

---

[5] Utilizamos, neste artigo, duas edições de *Economia e sociedade*: a mexicana, editada pela Fondo de Cultura Económica (Weber, 1984), em volume único, doravante indicado pela abreviação (ES); e a brasileira, editada pela Editora da UnB em dois volumes (respectivamente publicados em 1992 e 1999), distinguida da anterior pelo acréscimo do número indicando o volume: ESv1 (Weber, 1992) e ESv2 (Weber, 1999). Embora com diferenças entre si, as edições mexicana e brasileira seguem a 5ª edição organizada por Johannes Winckelmann, sendo relevante considerar as advertências da nota 1 e da nota 7 a seguir.

Em seu conjunto, buscamos não considerar os textos históricos, sociológicos, políticos ou metodológicos do autor como mundos apartados, nem mais ou nem menos meritórios entre si, mas como obras que podem ser colocadas lado a lado e consideradas criticamente em seus contextos, propósitos e limitações.[6] Bellamy (1994) e Cohn (1979) já haviam alertado para isso, e, mais recentemente, os diferentes textos introdutórios dos volumes que compõem a *Max Weber Gesamtausgabe* (MWG), como Baier, Lepsius, Mommsen e Schluchter (2001), Hübinger (2009) e Schluchter (2011), demonstram minuciosamente o entrelaçamento de aspectos políticos, acadêmicos e científicos que permeiam os esforços de Weber em diferentes agendas, em particular em sua incompleta teoria sociológica do Estado.

O terceiro objetivo, oriundo das instigantes provocações do competente corpo editorial da Revista Brasileira de Sociologia, consiste na apresentação de um conceito alternativo de Estado que busca incorporar tanto meios quanto fins característicos da atuação do Estado ao longo da história e que permanecem como atribuições marcantes da sua atuação contemporânea. Em alguma medida, procuro apresentar uma nova síntese conceitual que, ao mesmo tempo em que retoma as definições ampliadas de Estado de Weber, incorpora novas interpretações no campo das teorias contemporâneas do Estado.

Para cumprir seus objetivos, este artigo está organizado em quatro seções além desta. A próxima apresenta uma reconstituição a mais concisa possível dos argumentos de Weber para os conceitos mais difusos de Estado que aparecem principalmente, mas não só, em suas obras históricas e de afirmação metodológica do pré-guerra. Em alguns casos, menciono nessa seção obras do pós-guerra que são, em geral, frutos de conferências em que Weber utilizou obras e anotações de períodos anteriores. A seção seguinte apresenta o conceito mais restrito de Estado que emerge das suas reformulações do pós-guerra com a busca de afirmação da sua [inacabada] *sociologia do Estado*. A seção quatro aborda fundamentos do conceito de *tipo ideal*, ferramenta metodológica adotada por Weber na construção de suas categorias sociológicas de Estado, dominação e burocracia. Já o tópico seguinte procura oferecer um balanço sintético, mas não encerrado, de permanências, incompletudes ou superações

[6] As restrições mais evidentes, como adotado pelos editores da *MWG*, foram obras "concluídas" e aprovadas pelo próprio Weber para publicação, o que não significa, contudo, que, mesmo cartas, cursos, conferências ou obras inconclusas não sejam meritórias, ou mesmo que obras "concluídas" não estivessem sujeitas a revisões.

nas formulações weberianas sobre Estado, momento em que ensaio um conceito alternativo de Estado que dialoga com Weber, mas que procura ir além de suas formulações sobre o tema.[7]

A configuração das noções *abrangentes* de Estado

Max Weber reconhecidamente aprofundou a análise histórica e sociológica sobre o Estado e a burocracia modernos, ocupando-se com esses temas, inicialmente, em suas obras do final do século XIX, especialmente naquelas sobre o *Estado nacional e a política econômica alemã* [1895] e sobre *o declínio da cultura antiga* [1896], bem como, posteriormente, no âmbito de sua interpretação do processo mais abrangente sobre a *racionalização* e *desencantamento* do mundo, fase na qual sobressaem as reflexões sobre os *tipos de dominação*, em particular a dominação burocrático-legal típica das organizações e sociedades modernas, tal como encontrado em *Conceitos sociológicos fundamentais*, no escopo do *Economia e sociedade*.[8] A

[7] Antes de prosseguir, faz-se necessária uma breve nota sobre a datação das obras de Weber citadas neste artigo, considerando revisões importantes provocadas pelo projeto *MWG*. Como se sabe, o projeto MWG teve um alto impacto em toda a obra de Weber, especialmente sobre *Economia e sociedade*, em particular sobre a seção 8 "Sociologia do Estado" (Schluchter *et al.*, 2000). Lepsius (2012, p. 137), um dos organizadores da MWG, assim inicia seu artigo sobre *Economia e sociedade* à luz da MWG: "Sabemos que *Economia e sociedade* de Max Weber, organizado por Marianne Weber e posteriormente por Johannes Winckelmann, é um torso. Weber entregou para impressão apenas os três primeiros capítulos e o início do quarto; somente estes são 'autorizados'. Marianne Weber e J. Winckelmann consideraram que esses capítulos e os textos encontrados no espólio formavam uma obra coesa e os apresentaram como uma unidade. Mas não é esse o caso. É bastante improvável que o próprio Max Weber tivesse publicado uma obra como *Economia e sociedade* na forma que atualmente a conhecemos. O que temos diante de nós são versões inacabadas, originadas em diferentes fases de trabalho. A situação tornou-se ainda mais complicada quando, em 1956, Johannes Winckelmann, a partir do acervo dos textos legados por Weber, acrescentou à quarta edição de *Economia e Sociedade* uma 'Sociologia do Estado'. Winckelmann compilou a seção 8 do capítulo Sociologia da dominação 'a partir de outras publicações de Weber', em suas palavras, a 'complementando dentro do possível' a partir de 'propósitos conscientemente didáticos' (Winckelmann, 1972, p. xix)." No âmbito da exigente revisão feita pela *MWG*, o conteúdo da seção 8, "Sociologia do Estado", como a conhecemos nas edições brasileiras, deixou de existir, e os registros do curso final de Weber sobre *Allgemeine Staatslehre und Politik (Staatssoziologie)*, entre abril e junho de 1920, passou a ocupar a parte III, destinada aos "Cursos e transcrições dos cursos", Vol. 7. Portanto, não figura junto à Parte I da *MWG*, na qual estão as principais seções de *Economia e sociedade* tal como a conhecemos pelas edições brasileira e mexicana. No presente artigo, não consta nenhuma citação à seção 8 da edição brasileira de *ES*. Tomou-se o cuidado de dispor, sempre que possível, e entre colchetes, o ano original – de publicação, de exposição ou de elaboração dos textos de Weber citados.

[8] O texto em questão passa a figurar, na *MWG*, no Tomo I, Vol. 23, *Wirtschaft und Gesellschaft. Soziologie. Unvollendet 1919-1920*. Os editores nos informam que o *Soziologische Grundbegriffe* que integra o referido volume corresponde à versão póstuma manuscrita encontrada no espólio do autor, sem anotações, e corresponde ao documento que foi utilizado por Marianne Weber para produzir a primeira edição de *Economia e sociedade*.

preocupação com uma *sociologia do Estado* e com uma definição sociológica do Estado aparece especialmente em suas formulações do pós-guerra e será abordada na seção seguinte.

Do ponto de vista de sua *origem histórico-cultural*, a leitura de Weber considera *o moderno Estado racional*, hábitat do moderno funcionário burocrata, como *um fenômeno exclusivamente ocidental*. Ao lado de outras formações exclusivas ao mundo ocidental como a ciência, a historiografia, a arte, a música racional, a arquitetura, as universidades, o funcionário especializado e o próprio capitalismo.

Chamo a atenção desde já que, nessa definição, os meios típicos racionais que definem o Estado são mais abrangentes: constituição, direito racionalmente ordenado, administração por regras e funcionários especializados integram essa definição de Estado como *entidade política* que emerge e se distingue no mundo ocidental. Comparado às formas estatais existentes em outras regiões do mundo, não há menção direta ao monopólio da violência, até mesmo porque esse *meio* era comum a praticamente todas as formas pré-modernas de Estado e impérios. A relevância do direito – leis, constituição, sistemas de leis e ordenamento jurídico, racionalização do processo, previsibilidade, cálculo dos procedimentos etc. – para a configuração do Estado (racional moderno) e para o capitalismo é apresentada por Weber em diferentes textos e conferências, destacadamente na *Sociologia do direito*,[9] e mesmo em obras tardias, como em *Esboço da história social e econômica universal*, compilado postumamente a partir de anotações de suas conferências no inverno de 1919-1920 na Universidade de Munique.

As *premissas jurídicas do Estado racional* – não em termos de seu conteúdo, mas em termos de sua expressão formal – teriam se desdobrado a partir dos princípios rígidos do direito romano. Diferentemente da

[9] O texto *Sociologia do direito* aparece como capítulo VII da edição brasileira de *ES* e, no *MWG*, encontra-se no Tomo 1, Vol. 22, Subvolume 3 – *Recht*, disposto agora ao lado do texto *Die Wirtschaft und die Ordnungs* [A economia e a ordem], no subvolume da *MWG* destinado aos textos sobre o universo jurídico produzidos e mesmo revisados por Weber, mas não aprovados e entregues à publicação pelo autor. Para detalhes importantes, consultar a Introdução Geral ao Volume 22 (Baier *et al.*, 2001). A primeira versão da *Sociologia do direito*, da qual um texto datilografado sobreviveu, informam-nos os editores, foi revisada por Weber entre os anos 1919 e 1920 com anotações à mão, enquanto o texto *A economia e a ordem* provavelmente remonta àqueles da fase de trabalho anterior a 1912, relacionado ao ensaio "Sobre algumas categorias de compreensão da sociologia", publicado separadamente em 1913. Por terem origem no mesmo manuscrito datilografado, as citações de *Sociologia do direito* da edição brasileira, ao que tudo indica, seguem adequadas, mantendo-se a ressalva de que *todas as traduções* (e não apenas a brasileira) de Weber podem carecer de revisão à luz da *MWG*.

China antiga, onde teria se consolidado um corpo de funcionários com forte formação humanística, porém incapazes de encaminhar os assuntos políticos, administrativos e econômicos do Estado, no Ocidente teria se constituído *um tipo particular de funcionário do Estado*, forjado sob a *tradição formalista do direito romano*, do qual provém sua superioridade técnica de *racionalização do processo* quando comparado aos funcionários estatais de outros territórios. Como um produto da cidade-estado romana, o direito romano é visto como *decisivo para a racionalização e a previsibilidade do processo*, em muito superior a outras formas de *formalismo mágico*, encontrado em outras tradições de processos judiciais. A *aliança entre o Estado e a jurisprudência formal*, reunida de diferentes fontes (os títulos de renda, do direito germânico, a letra de câmbio do direito árabe, italiano, alemão e inglês, a hipoteca, em sua origem medieval e não antiga etc.) favorecia indiretamente a ascensão do capitalismo:

> para os interessados no mercado de bens, a racionalização e a sistematização do direito significaram, em termos gerais [...], a calculabilidade crescente do funcionamento da justiça, uma das pré-condições mais importantes para as empresas [...] de tipo capitalista (ESv2, p. 144).

Estranhamente, a *racionalização do processo*, tão destacada por Weber em sua sociologia do direito e econômica, não foi assumida plenamente como um *meio característico* para compor sua conhecida definição sociológica do Estado moderno. Em "A 'objetividade' do conhecimento..." [1904], outro artigo marcante do período pré-guerra, no qual Weber está imbuído do propósito de afirmar as premissas individualistas, tanto na formulação das categorias para a *compreensão* quanto nas ações que estão na base das categorias e ações coletivas, ele apresenta a seguinte definição para a *noção de Estado* como sendo

> uma infinidade de ações e sujeições humanas difusas e discretas, de relações reais e juridicamente ordenadas, singulares ou regularmente repetidas e unificadas por uma ideia: a crença em normas que se encontram efetivamente em vigor ou que deveriam estar, assim como em determinadas relações de domínio do homem pelo homem. (Weber, 1986c, p. 115).

Note-se que aqui a ênfase recai na *crença em normas*, portanto, na *legitimidade* de que o meio jurídico (e não a violência) dispõe como essencial ao reconhecimento da *noção de Estado*.[10] Um pouco mais adiante, no mesmo artigo sobre "A 'objetividade'...", ao buscar precisar o conceito de *interesses do Estado*, essa noção mais abrangente e fluída de Estado volta a aparecer:

> Mas o que vem complicar ainda mais a questão é que o *'Estado' [...] é para nós apenas uma expressão que envolve um enredamento obscuro de ideias de valor*, às quais o reportamos nos casos particulares. Tais ideias de valor podem ser: a pura segurança militar relativamente ao exterior; a manutenção do predomínio de uma dinastia ou de determinadas classes no interior; o interesse pela manutenção e fortalecimento da unidade formal do Estado, que seja por ele próprio, quer para conservar determinados valores culturais objetivos e diferenciados entre si [...]; ou a transformação social do Estado no sentido de determinados ideais culturais, por sua vez muito variados. Enfim, mesmo *a mera enumeração de tudo quanto está envolvido na expressão "interesses do Estado" [...] nos levaria demasiado longe*. (Weber, 1986c, p. 125, grifos do autor).

Nesse período, no qual o conceito de Estado ainda não figurava como objeto sistemático de sua *sociologia* (Hübinger, 2009), encontramos esse entendimento mais fluido e dependente da *crença nas normas legais*, ou então desse *enredamento de ideias de valor* em torno a (difusos e múltiplos) *interesses do Estado*. Como se constata, o problema da multiplicidade dos diversos fins do Estado está colocado e nos *levaria demasiado longe*, para uma definição difícil; mas Weber, ao que parece, ainda não havia encontrado a chave metodológica e delimitadora para a afirmação do conceito restrito de Estado que se enunciará no pós-guerra.

Exploremos outras agendas mais abrangentes. No longo processo histórico de consolidação do Estado moderno, Weber situa o aparecimento dessa forma de Estado nos interstícios e contradições das políticas econômicas *irracionais* mercantilistas dos primórdios da era moderna, particularmente em como essas se desdobraram na Inglaterra a partir do final do século

[10] Nos *Conceitos metodológicos fundamentais* [1919-1920], Weber adota uma redação levemente modificada para essa proposição: "Um 'Estado' moderno existe como complexo de específicas ações conjuntas de pessoas [...] porque determinadas pessoas orientam suas ações pela ideia de que este existe ou deve existir dessa forma, isto é, que estão em vigor regulamentações com aquele caráter juridicamente orientado" (ESv1, p. 9).

XIV. Embora a Inglaterra seja o berço tanto do *mercantilismo* quanto do *capitalismo moderno*, este não decorreu daquele. Para Weber, o núcleo do confronto entre o *capitalismo irracional* e o *capitalismo racional* teria ocorrido nas instâncias de direção do Banco da Inglaterra. O embate entre *aventureiros capitalistas* (moldados às práticas monopolistas e aventureiras do mercantilismo) *versus homens de empresa puritanos* que o dirigiam culmina com o predomínio destes últimos, essa "categoria racionalista de membros do Banco, que eram todos, direta ou indiretamente, de origem puritana ou estavam sob a influência do modo de ser puritano" (Weber, 1919-1920/1980, p. 167).[11]

É importante registrar que, apesar da importância histórica atribuída à *gestão racional da moeda nacional*, e tendo mesmo apresentado essa atribuição como característica *do Estado moderno* – por exemplo, no § 32 das *Categorias sociológicas fundamentais da gestão econômica* (1992b), em que asseverou que o "Estado moderno mantém a) sempre o monopólio da organização do sistema monetário" – estranhamente, Weber também não incorpora essa atribuição em sua conhecida definição sociológica do Estado moderno.

---

[11] Mercantilismo, escreve Weber, significa "a transferência do interesse de lucro capitalista para a política. O Estado procede como se estivesse única e exclusivamente integrado por empresários capitalistas. A política econômica para o exterior apoia-se no princípio de comprar o mais barato possível e vender o mais caro que se possa. A finalidade mais elevada consiste em fortalecer o poderio do Estado até o exterior. O Mercantilismo implica, portanto, potências constituídas na forma moderna" (Weber, 1919-1920/1980, p. 165). Weber é bastante econômico na defesa de sua tese de que não é o mercantilismo a base do capitalismo racional que se tornará dominante, mas sim a ética protestante. Ainda que se possa concordar com a hipótese, pouco documentada por Weber, de que "quase nenhuma das indústrias criadas pelo mercantilismo sobreviveu à época mercantilista" (p. 167), há uma lacuna em tratar, pelo menos, de um empreendimento mercantilista de sucesso, o da colonização moderna, responsável, no mínimo, pela ampliação do território explorável pelo capitalismo. Parece que os puritanos do Banco da Inglaterra não se debelaram contra as conquistas colonizadoras "irracionais" típicas do mercantilismo. A breve menção à "aquisição contínua em virtude de dominação imposta, garantida pelo poder político: a) de tipo colonial", presente no § 31 das *Categorias sociológicas fundamentais da gestão econômica*, ou o § 5º *A política colonial do século XVI ao XVIII*, de *História Geral da Economia* (1919-1920/1980) estão distantes de enfrentar a questão, e prossegue viva a polêmica com Sombart e outros sobre o papel da economia política colonial na formação do capitalismo e do próprio Estado como empresa de dominação. Não há espaço neste artigo para explorar essa questão. Nem sequer para abordar os impactos do projeto *MWG* sobre a permanência e a tradução dos textos econômicos de Weber que nos chegaram em edições anteriores, em particular o curso *Economia geral* (teórico), que Weber regularmente lecionou de 1894 a 1898 e que foram a base das conferências *Esboço da história social e econômica universal* no semestre de inverno de 1919-1920; e o capítulo II da nova versão de *Economia e sociedade*, *Categorias sociológicas fundamentais da gestão econômica*, revisto nos anos 1919-1920. Sobre o tema, consultar a Introdução de Wolfgang Schluchter, editor da *MWG III*, Vol. 6, *Esboço da história social e econômica universal – Notas e pós-escritos 1919/20*, em especial o quadro comparativo entre os sumários das três obras.

Seguindo sua análise histórica, constatamos que Weber destaca três pré-requisitos necessários para a consolidação de um Estado e uma burocracia racionais modernos. O primeiro consiste exatamente na necessidade do desenvolvimento de um sistema monetário avançado, de dupla utilidade, tanto para a organização e mediação dos negócios privados quanto para proporcionar os meios de recompensa racionais aos funcionários de um Estado que, cada vez mais, assenta sua organização em práticas rotineiras e continuadas. A *administração financeira* do Estado é um meio essencial igualmente destacado em seus textos históricos iniciais.[12] O segundo consiste num aparelho tributário e fiscal capaz de dar sustentação à institucionalização do domínio estatal e que, como Weber muito bem salienta, é fundamental para estabelecer complexas relações de cobrança, isenções, mediação de interesses e distribuição de recursos e de poder entre e com as classes e estamentos. Cobrar tributos, na forma de produtos, tempo de trabalho ou em moeda, é, logicamente, essencial para qualquer formação estatal – no sentido de que não há Estado sem tributos.

O terceiro pré-requisito consiste na necessária *separação* dos funcionários dos *meios materiais* de dominação, aspecto considerado por Weber como fundador do Estado racional moderno na definição de Estado que aparece, por exemplo, na conferência *Política como vocação* [1919]. Não precisamos nos estender sobre esse ponto, já ressaltado por outros (Bianchi, 2014; Dusza, 1989), central para o conceito de *Estado como empresa (Betrieb)*, apenas indicar que, desses três requisitos, somente a formação da propriedade estatal dos meios de administração separada da propriedade privada dos dirigentes, funcionários e dos demais cidadãos é considerada um meio essencial para a configuração do Estado moderno em sua definição sociológica.

Em consonância com esses pré-requisitos históricos de constituição do Estado moderno, Weber indica outras agendas historicamente marcantes da atuação dos Estados, que, adotando-se certa *atribuição de valores*, como propõe o próprio Weber, também poderiam ser consideradas *típicas*, como ficará mais evidente adiante quando tratarmos a questão da construção do tipo ideal. Destaquemos brevemente três dessas *outras agendas*. Primeiro, a questão de garantir a *integridade territorial* especialmente nas regiões de fronteira e, ainda,

[12] Weber (1896/1986b) já detectava que essa exigência foi fundamental para a formação do Império Romano, dependente da remuneração dos *exércitos celibatários*, forças profissionais aquarteladas que não voltavam para seus lares e que dependiam de remuneração e logística estatal para a sua manutenção. Essa é uma dependência estrutural, nenhuma forma estatal pode prescindir da gestão da moeda, e os Estados modernos não declinam em sua dependência, antes pelo contrário.

administrar a ocupação, o uso e a propriedade fundiária (rural e urbana) são atribuições apontadas por Weber (1895/1986a, 1896/1986b) como essenciais dos Estados e impérios. A *política fundiária* – ou a regulação do acesso e uso da terra ou, mais amplamente, da natureza (Jessop, 2002) – é, desde sempre, fundamental para afirmar a dominação do território, sendo praticamente impensável um Estado que não se ocupe com esse tipo de atribuição.

O segundo exemplo pode ser extraído do parágrafo inicial com que Weber (1999, 2013) abre sua *Sociologia da dominação* (ESv2, p. 187; cap. 4 da MWG, I, Vol. 23 – Escritos inacabados de 1919-1920), no qual destaca o papel do controle das línguas, dos dialetos e do idioma oficial, portanto a *política de idioma* (ou, de modo mais abrangente, de imposição cultural) como elemento fundamental para o exercício da dominação. A administração política dos idiomas e dos dialetos – em geral, a imposição de um idioma oficial – é outra agenda basilar para o exercício do poder de mando, ainda mais se considerarmos que o exercício da dominação para Weber depende de algum nível de aceitação por parte dos dominados das ordens proferidas pelos dominadores. Isso é ainda mais verdadeiro para a dominação burocrático-legal, pois todo o seu edifício da racionalização e dominação ocorre sob a forma preferencialmente escrita, na forma de leis, códigos e procedimentos, escritos, lidos, compreendidos e obedecidos com base num idioma comum. Ainda que obviamente sirva para muitos outros fins, o idioma é um meio essencial para a dominação, não sendo à toa que Weber inicie seu tratado sobre o tema com essa questão. Como exercer a dominação legítima e continuada se os dominados não compreenderem as ordens enunciadas?

O terceiro exemplo está relacionado ao papel dos Estados na *administração e na regulação da força de trabalho*, questão central identificada por Weber já no seu estudo de 1896 sobre o declínio da cultura antiga, uma cultura que era eminentemente *urbana*, *escravista* e que proporcionava uma *progressiva divisão de trabalho* marcada pela dependência do trabalho escravo. Como ressalta Weber (1986b, p. 41), a "guerra antiga era [...] caça aos escravos", conduzida com o objetivo de levar trabalhadores escravos aos mercados, em fluxo contínuo e a preços baixos.[13] O tema da administração e da regulação da

[13] A tese de Weber, como se sabe, é que a cultura escravista decai antes que o Império Romano. Em síntese, findas as possibilidades desse provimento regular de escravos, toda a cultura antiga declina, e, com ela, declinam o mundo urbano, as riquezas e as rendas urbanas, o comércio a distância e, até mesmo, o comércio de curta distância para alimentar as cidades. O fluxo migratório, até mesmo dos mais ricos, volta-se então para o rural, graças às maiores possibilidades de prover subsistência dispostas neste meio; as rendas rurais e os poderes políticos dos senhores feudais ampliam-se (Weber, 1986b).

força de trabalho é retomado em outros trabalhos de Weber, a exemplo de seu estudo sobre o *Estado alemão e a política econômica*, no qual o componente racial aparece de modo marcante, mas que, por limitações óbvias, não é possível tratar aqui. Fica apenas o registro dessa outra *atribuição* que muito bem poderia ser considerada típica e que mobiliza diferentes aparatos do Estado, incluindo grande parte do aparato repressivo. Nessa, como em *outras agendas*, mudam-se os meios (violência, guerra, ocupação, legislações, regulações, fiscalização, política social etc.), mas a finalidade geral mantém-se. Ou, melhor, meios e fins combinam-se a depender dos contextos e correlações de forças. Qual Estado poderia prescindir da regulação da força de trabalho, se definir as formas de sujeição do trabalho está na essência dos aparatos de dominação?

Numa síntese não exaustiva, outras agendas relevantes encontradas nas obras de Weber também sobressaem como atribuições que poderiam ser consideradas *típicas dos Estados modernos*. Atividades que, como escreve Weber, *não podem ser abandonadas ao comércio livre*, tais como a formação e administração de estoques e o provimento de alimentos (especialmente de cereais) para alimentar as cidades (1986b); a dotação de múltiplas infraestruturas, destacadamente de segurança (fortes, quartéis, prisões etc.), de transporte de pessoas e de produtos (estradas, portos) e também de segurança alimentar (armazéns, aquedutos) (Weber, 1986a); a política de educação superior e científica também tratadas por ele;[14] a política social e a política de assistência, estabelecida, segundo Weber (1980, p. 163), para "assegurar o sustento necessário" desde antes do advento do mercantilismo; ou a própria *política econômica racional*, própria dos Estados nacionais modernos ocidentais, conforme apresentada em alguns de seus trabalhos de história e sociologia econômica.

Pouco antes da Primeira Guerra Mundial, Weber trabalhou em um conceito de Estado que ficou em segundo plano em relação ao conceito de dominação (Hübinger, 2009). Em *Comunidades políticas*, texto do imediato pré-guerra [1910-1912], pode-se identificar o início da guinada sociológica e a incorporação mais direta do tema da violência e da construção dos aparatos

[14] A *MWG* apresentou as conferências e os artigos de Weber sobre política educacional e científica no Tomo 1, Vol. 13, sendo possível, entre outros aspectos, detectar a defesa de Weber para a liberdade de valores, tanto individual quanto como princípio institucional da política educacional e científica, e a defesa da liberdade de ensino e da autonomia da universidade como a única forma de garantir que os alunos não sejam doutrinados e a universidade não se converta em igreja ou seita, em mais uma pauta em que a obra de Weber segue relevante.

de violência do Estado moderno. Contudo, sua formulação neste texto é feita ainda em estreita relação com as forças sociais orientadas à construção da paz. Nesse texto, destaque-se que Weber elenca *as funções fundamentais do Estado* como sendo:

> o estabelecimento do direito legítimo (legislação); a proteção da segurança pessoal e da ordem pública (polícia); a proteção dos direitos adquiridos (justiça); o cultivo de interesses higiênicos, pedagógicos, político-sociais e outros interesses culturais (os diversos ramos da administração) e; por fim e sobretudo, a proteção organizada por meios violentos contra inimigos externos (administração militar) (Weber, 1910-1912/ ESv2, p. 158).[15]

Aqui já se constata que "a comunidade política monopoliza a aplicação legítima da força para seu aparato coativo, transformando-se, paulatinamente, numa instituição protetora de direitos" (ESv2, p. 160). Como a perspectiva da paz ainda estava no horizonte, no processo de configuração dos *Estados como instituição protetora dos direitos* – mais um fim bastante relevante para o jurista Weber, "abandonado" em suas formulações posteriores – é fundamental a aliança que se forma nos Estados com os interesses religiosos e econômicos (especialmente as burguesias urbanas) interessadas na paz e na instauração das épocas de paz crônica (ESv2, p. 160-1).

O conceito sociológico e restrito de Estado: guerra, dominação e Estado moderno como o monopólio da violência considerada legítima

Contudo, a formulação de Estado de Weber muda substancialmente no curso da Grande Guerra. Progressivamente, o conceito de Estado moderno vai tomando contornos mais nítidos. Transita da noção difusa de Estado dependente da *crença nas normas legais*, ou então do *enredamento de ideias de valor* sobre o que se considera *interesse do Estado*, encontrada em seus textos e conferências até aproximadamente 1910; passa pelo entendimento do *Estado como um grupo social (Staat als soziale Gruppe)* no âmbito de *comunidades*

[15] O capítulo "Comunidades políticas" encontra-se na *MWG, Tomo I, Vol. 22: Wirtschaft und Gesellschaft: Die Wirtschaft und die gesellschaftlichen Ordnungen und Mächte: Nachlaß: Subvolume 1*, editada por Wolfgang J. Mommsen em colaboração com Michael Meyer (Weber, 2001), mais especificamente na Parte 5, Politische Gemeinschaften.

políticas de caráter nacional competidoras, do início do período moderno, marcadas pelas experiências de guerras e violência, mas que ainda aspiram a paz e a proteção de direitos, do período do imediato pré-guerra (1910-1914); e chega a um conceito mais direto de *Estado moderno* como um tipo especial de *associação política* no âmbito de sua teoria da dominação. O Estado moderno passa a ser compreendido, então, como uma *ordem política (Staat als politische Ordnung)* com funções como moderno Estado de massa na forma de um Estado de poder nacional. Os motivos para essas mudanças, argumenta um dos editores da *MWG*, estão associados especialmente à experiência existencial da guerra, ao compromisso intelectual com a reorganização constitucional da Alemanha após a guerra e à busca de um tratamento científico da política moderna exigida pelo contexto (Hübinger, 2009).

É o Estado moderno como aparato institucional de dominação que ocupa progressivamente sua atenção. Nessa nova fase, Weber passa a afirmar um procedimento metodológico bastante restritivo para a formulação do conceito de *Estado* moderno. Embora seja um consenso que o conceito de Estado no âmbito de uma *teoria e sociologia do Estado* seja uma formulação incompleta, o conceito sintético que emerge de seus escritos do pós-guerra, especialmente em *Conceitos sociológicos fundamentais* [1919-1920] e *Política como vocação* [1919], é, certamente, o mais difundido. Como já salientado, esses dois textos são retomados em seu curso final, no qual pretendia estabelecer sua *sociologia do Estado*.

Weber enuncia sua *definição sociológica* do Estado logo nos parágrafos iniciais de sua conferência *Política como vocação* [1919]. Esse conceito aparece logo após o conferencista adotar uma definição também concisa de *política*, que passa a ser definida simplesmente como a *direção ou influência sobre a direção de um Estado*. Se o Estado está, portanto, no centro do conceito de política, então, o que é um Estado? Para chegar ao seu conceito de Estado moderno, Weber adota um duplo procedimento metodológico. De um lado, afirma que, *sociologicamente, o Estado não se deixa definir por seus fins*, afinal, quase que

> não existe uma tarefa que uma associação política qualquer não tenha se ocupado alguma vez, de outro lado, não é possível referir tarefas das quais se possa dizer que tenham sempre sido atribuídas com exclusividade aos [...] Estados, ou [...] aos precursores do Estado moderno (Weber, 1919/1993, p. 56).

Essa primeira premissa sociológica de que não é possível definir os Estados pelos seus fins é arrematada com a segunda de que "sociologicamente o Estado moderno não se deixa definir a não ser pelo meio específico que lhe é peculiar: o uso da coação física" (Weber, 1993, p. 56). O Estado contemporâneo, portanto, é aquela "comunidade humana que, dentro dos limites de um determinado território [...] reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física" (p. 56).[16]

No § 17 dos *Conceitos sociológicos fundamentais*, Weber apresenta o conceito de Estado como sendo aquela "empresa com caráter de instituição política [...] quando e na medida em que seu quadro administrativo reivindica com êxito o monopólio legítimo da coação física para realizar as ordens vigentes" (ESv1, p. 34).[17] Weber, como esperamos ter indicado na seção anterior, tem ciência de inúmeros fins a que os Estados têm orientado suas ações e, no § 17, ele retoma alguns:

> Desde os cuidados do abastecimento de alimentos até a proteção das artes não existe nenhum fim que as associações políticas não tenham perseguido em algum tempo, pelo menos ocasionalmente, e desde a garantia da segurança pessoal até a jurisdição, nenhum que tenham perseguido todas as associações. (ESv1, p. 34).

A racionalização do processo, a administração da moeda, as finanças ou os tributos públicos, o monopólio da regulação da terra e do território, a imposição do idioma apropriado à dominação, a dotação das infraestruturas fundamentais, a política social, a busca da paz ou a garantia de direitos – nenhum desses fins é incorporado à sua definição de Estado. Se esses múltiplos fins e meios *poderiam nos levar demasiado longe*, agora se impõem o apelo, a ameaça e a aplicação do monopólio legítimo da violência como a essência do Estado moderno, a sua última *ratio* e, algumas vezes, primeira razão de existir.

---

[16] Ainda que encontremos variações nas redações e traduções de *Política como vocação*, *Conceitos sociológicos fundamentais* e em suas aulas finais sobre *Teoria Geral do Estado – Sociologia do Estado* – há diferenças nada sutis, inclusive entre as traduções brasileiras de *Política como vocação* consultadas. Contudo, os argumentos essenciais aqui apresentados, ao que tudo indica, se mantém.

[17] Assim como em outras partes, não há como aqui se cotejar as traduções do capítulo 1 de *Economia e sociedade* da edição brasileira com o conteúdo publicado na *MWG, Band I/23: Wirtschaft und Gesellschaft. Soziologie: Unvollendet: 1919–1920*, editada por Knut Borchardt, Edith Hanke e Wolfgang Schluchter (Weber, 2019).

Embora Weber reconheça *que a coação não é o* meio *normal ou único* do Estado, este seria o seu *meio específico*, não sendo claro quais os critérios adotados para essa especificidade, já que a *coação* é fenômeno difuso e generalizado nas sociedades, comunidades e grupos, praticamente atemporal e que também goza de certa legitimidade (inclusive nos três tipos puros de dominação). Além disso, a própria ideia de legitimidade da violência é problemática.[18]

O fato é que a definição concisa e sociológica de Estado moderno legada por Weber, largamente citada e aceita com pequenas modificações até hoje, é demasiado restritiva e tem gerado incompreensões sobre as reais atribuições que recaem sobre os Estados (modernos e contemporâneos). Os Estados, em toda parte, ocupam-se de agendas como moeda, natureza, trabalho, direitos, território, fluxos migratórios, infraestruturas, bem-estar, saúde, educação, pesquisa científica e tantas outras não apenas porque "extrapolariam" indevidamente suas competências ou o seu meio típico. Essa visão é demasiado limitadora e impede os avanços que precisamos fazer na reflexão sobre os Estados. Além disso, é curioso que Weber tenha mencionado outros *meios* até mais específicos ao Estado *moderno*, mas tenha se fixado num que é comum a outras formas de associação política.

Nessa definição, o Estado moderno é uma *associação política (politischer Verband)* de *dominação do tipo institucional* que, além do monopólio da coação legítima, detém um *território* (sem dar muito destaque a este meio basilar) e que também concentrou os meios de administração (*Estado como empresa*). Trata-se de uma relação de dominação de *homens sobre homens*, na qual os dominadores reclamam *continuamente* obediência à sua autoridade junto aos dominados. A *dominação*, um *tipo especial de poder*, foi definida por Weber como a "probabilidade de encontrar obediência para ordens específicas (ou todas) dentro de determinado grupo de pessoas" (ESv1, p. 139).

Nenhum Estado poderia sobreviver se deixasse de exigir essa relação de *dominação continuada*. Para Weber, em outra escolha metodológica crítica, os segredos da dominação só podem ser desvendados quando compreendidos os *motivos internos* que a justificam, a serem observados do ponto de vista dos dominados e não da perspectiva das motivações e

[18] Só para dar um exemplo, o Império Romano e a cultura antiga, tratados por Weber em seus textos do final do século XIX, são assentados no monopólio da violência considerada legítima pelos dominadores – é isso que se depreende da afirmação de Weber sobre a *cultura escravista* e as guerras como busca de escravos, serem *característicos da cultura e dos impérios antigos*.

estratégias dos dominadores. Note-se que, embora seja uma *associação política orientada à dominação*, a dominação não é compreendida por Weber como um conjunto de ações e estratégias dos *dominadores* para conquistá-la, mantê-la ou ampliá-la. A dominação, no sentido weberiano, só ocorre com o consentimento, e sua compreensão deve ser buscada na legitimação por parte dos dominados. Em seu conhecido esquema de análise, o autor aponta, *a princípio*, três fundamentos internos da *legitimidade por parte dos dominados*, correspondentes aos três tipos *puros* de dominação legítima.[19]

Tipos ideais aplicados aos Estados modernos, dominação e burocracia

Para melhor compreendermos as razões dessas escolhas metodológicas críticas operadas por Weber, com especial relevância para o conceito de Estado moderno, é preciso indicar brevemente alguns fundamentos da concepção weberiana dos *tipos ideais*. É preciso enfatizar que o interesse aqui não é apresentar uma análise exaustiva sobre os tipos ideais, algo já tratado por literatura competente, mas apenas registrar alguns fundamentos que nos ajudem a compreender as razões metodológicas que justificam essa definição sociológica de Estado.

Seguindo a interpretação de Cohn (1979), Weber parte da decisão metodológica de tomar as ações e interesses individuais como unidades válidas de análise – escolha que estabelece um nexo lógico e necessário com a identificação de tipos.[20] Se são as ações, motivações e interesses individuais que importam, essa tremenda multiplicidade só pode ser captada através da observação empírica de certas regularidades. A compreensão dessa multiplicidade em Weber envolve, ainda segundo Cohn, dois recursos analíticos: o acesso a um conhecimento

[19] Não há espaço para abordar aqui o tema de um *quarto tipo de legitimidade* associada às formas de associação de moradores urbanos que Weber enunciou em sua inacabada sociologia das cidades, e que deriva sua legitimidade da *vontade dos governados*. Segundo Hübinger (2009), essa formulação, enunciada no *Neue Freie Presse*, em outubro de 1917, ainda estaria distante de todas as ideias democráticas modernas – não seria, portanto, uma *demokratischer Herrschaft* – e sua portadora específica seria a estrutura sociológica da *cidade ocidental*, que difere de todas as estruturas de cidade de outros tempos e povos na Antiguidade e na Idade Média.

[20] Cohn identifica os conceitos de tipo ideal do economista marginalista Carl Menger e o conceito de tipos empíricos do jurista Georg Jellineck como interlocuções e, mesmo, possíveis precursores do conceito e uso dos tipos ideais na construção metodológica de Weber.

"nomológico", referente às regularidades observáveis de condutas dos agentes, e a construção de tipos a partir dessas operações.

Essas regularidades, contudo, foram compreendidas não como *leis gerais* (a exemplo do que pretendiam correntes da economia com as quais Weber dialogava), mas como tipos ideais identificados pelo cientista em diversas categorias sociais (racionalidades, dominação, religiões etc.). Como argumenta Tormin (2016), os tipos ideais fornecem esse "porto-seguro" para as ciências culturais, no sentido de que sua pretensão epistêmica é mais reduzida que a de uma lei geral, já que é *apenas* uma "ferramenta que permite uma abordagem simplificada – redutora de complexidade – do curso empírico, que não pretende ser válida no sentido de descrever a realidade".

Outro aspecto, de especial importância, é que os tipos ideais são instrumentos metodológicos, categorias construídas pelo cientista social mediante

> a acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isoladamente dados, difusos e discretos [...] e que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de formar um quadro homogêneo de pensamento. O conhecimento científico-cultural encontra-se preso a premissas subjetivas (Weber, 1986c, p. 104-106).

Portanto, os tipos ideais apresentam certa *seletividade*, preferências ou ênfases do pesquisador sobre determinadas variáveis, são *ideias de valor que conferem significação à realidade*. Assim,

> É indubitável que as ideias de valor são "subjetivas". Entre o interesse pela evolução dos maiores fenômenos imagináveis, que durante largas épocas foram e continuam a ser comuns a uma nação ou a toda a humanidade, existe uma escala infinita de "significações", cujos graus se apresentarão para cada um de nós, numa ordem diferente (Weber, 1986c, p. 98).[21]

[21] Cohn (1979) apresenta uma rigorosa reconstituição dos fundamentos da sociologia de Weber, apontando, nesse aspecto, o diálogo entre Simmel e Weber: "o caráter intrinsecamente unilateral do conhecimento histórico-social, devido à presença simultânea de pontos de vista (ou 'perspectivas', se quisermos falar como Nietzsche, no qual Simmel muito se inspirou nesses pontos) inconciliáveis". A principal diferença entre Simmel e Weber sobre essa questão é que Weber teria dedicado destacada atenção metodológica aos temas axiológicos, sobre a necessidade do autocontrole do cientista social em relação aos seus valores, pontos de vista e crenças, algo especialmente crítico, como destacado por Weber, quando os cientistas sociais se confrontam com os estudos religiosos.

Como indica McKinney (1969), os tipos ideais *construídos* pelos cientistas sociais são resultantes de reduções por meio da conceituação operada intencionalmente diante da série infindável de fenômenos que ocorrem no tempo e no espaço. Compreender é introduzir ordem em nossa experiência desses fenômenos. Isso requer que os fenômenos sejam tratados *como se* fossem idênticos, recorrentes e gerais. Para alcançar a redução conceitual, o cientista social passa por cima ou ignora o único, o estranho e o não recorrente. Todos os conceitos gerados no processo de tipificação são generalizações e todas as generalizações implicam abstração e redução, sintetiza McKinney (p. 3).[22]

É o que vimos buscando demonstrar no conceito típico ideal de Estado: entre a grande quantidade de fenômenos possivelmente destacáveis, Weber operou uma seleção, priorizando alguns meios (coerção legítima, território, separação dos meios de administração), deixando outros de lado (administração da moeda, imposição do idioma, sistema tributário, o sistema jurídico-legal, a racionalização do processo etc.). Além disso, os tipos são instrumentos no processo de pesquisa, são funcionais, e não devem ser confundidos imediatamente com a realidade, nem podem ser tomados como uma meta ideal a ser alcançada pela realidade (Tormin, 2016; McKinney, 1969; Kalberg, 2016, entre outros).[23] Os tipos são *construções ideais* e não podem ser confundidos com o mundo real; na verdade, eles não existem *realmente*, são ferramentas conceituais construídas para que se possa avaliar, *em cada caso particular, a proximidade ou afastamento entre a realidade e o quadro ideal*. Weber sabe que a relação entre tipos ideias e realidade é tensa, e quem utiliza essa ferramenta está sempre sujeito a borrar essas fronteiras.

Diante desse dilema, Weber destaca o *dever elementar do autocontrole científico* para realizar a distinção entre a relação que *compara* a realidade com tipos ideais em sentido sociológico e a *apreciação avaliadora* dessa realidade a partir de ideais, o *uso normativo* dos tipos ideais. Weber recusa enfaticamente a segunda prática; condena, portanto, o uso dos tipos ideais

---

[22] McKinney (1969, citando um artigo seu de 1966) define os tipos construídos pelos cientistas como "a purposive, planned selection, abstraction, combination, and (sometimes) accentuations of a set of criteria with empirical referents that serve as a basis for comparison of empirical cases […]." (p. 3)

[23] Tormin (2016) bem sintetiza essa característica do tipo ideal: "Por meio dele, transformamos [...] a realidade empírica em conceitos (Schluchter, 1989, p. 15). Daí a ênfase no caráter utópico (no sentido de irreal) do tipo: trata-se de constructo mental, que assume caráter de uma utopia (e, portanto, de algo inexistente na realidade), originado da acentuação de determinadas características da realidade em detrimento de outras".

como ferramenta *avaliadora da realidade*, como uma métrica ideal a ser alcançada diante de uma realidade imperfeita e distante do ideal (Weber, 1986c, p. 106 et seq.). Assim, a questão da neutralidade axiológica coloca-se como desafio crucial para o cientista (Psathas, 2005; Pereira, 2013). Como salienta Psathas (2005), assume-se que o pesquisador tem um objetivo e um conjunto de interesses que o conduziram na formulação de um projeto, de um objetivo ou de um conjunto de objetivos de pesquisa que motivam ou guiam seu estudo em importantes e inumeráveis modos. Esses objetivos e interesses do pesquisador devem, contudo, ser deixados "em suspenso" na análise das informações e observações sobre o objeto, para que a análise não seja indevidamente influenciada por essas motivações subjetivas.

Como tal, como sínteses de atributos selecionados no fluxo de acontecimentos pelo cientista com base em procedimentos metodológicos que buscam identificar certas regularidades nomológicas, os tipos ideais podem ser construídos para todas as categorias sociais coletivas (dominação, Estado, igrejas, religiões, seitas, individualismo, imperialismo, feudalismo, nacionalismo, capitalismo, liberalismo, racionalidade, socialização, subordinação, classe, castas, socialismo etc.) e cumprem um papel também de facilitadores comunicacionais para expressar essas noções, de outro modo, vagas e dispersivas. Considerando a *natureza discursiva do conhecimento*, destacada por Weber, os tipos ideais funcionam como uma espécie de *taquigrafia conceitual*, oferecendo uma terminologia comum aceita e compreensível sobre realidades distintas e complexas entre interlocutores e seus sistemas plurais de valor (Weber, 1986c, p. 109).

Por fim, mas certamente não o último, os tipos ideais não buscam emoldurar *todas* as formas empiricamente verificáveis de qualquer fenômeno social que pretendam descrever. A sociologia não é, portanto, um catálogo de infindáveis tipos ideais. Além disso, como já ressaltado, os tipos ideais raramente são verificáveis no mundo real em estado puro, na verdade, no mundo real, as formações sociais combinam variavelmente características encontradas nos tipos. O mesmo fenômeno histórico, exemplifica Weber, "pode ter, numa parte de seus componentes, caráter 'feudal', noutra 'patrimonial', numa terceira 'burocrático' e, numa quarta, 'carismático'" (ESv1, p. 12). As possibilidades são múltiplas, sendo possível a construção de *tipos híbridos delineados a partir dos tipos puros*. A realidade segue sendo, portanto, não ideal e não pura, em muitos sentidos, híbrida e

mesmo contraditória, e a tarefa da Sociologia pode ser precisamente ir além da construção de tipos ideais, ainda que siga se utilizando dos tipos ideais.[24]

Não é preciso insistir na importância dos tipos na construção de diversas categorias sociais por ele adotadas e no sucesso que tal ferramenta encontrou em diversas áreas do conhecimento. Para o conceito de Estado e de Estado moderno, em especial, o uso do ferramental metodológico do tipo ideal foi decisivo tanto para a definição em si quanto para o entendimento do Estado moderno no contexto de um tipo especial de dominação – a dominação burocrático-legal – e para a própria compreensão do funcionamento real dos Estados modernos, cujas burocracias são os componentes essenciais a conduzir os assuntos de interesse das sociedades modernas de massa.

Cabe aqui apenas o registro de que Weber, em sua *Sociologia da dominação*, considera o tipo de dominação burocrático-legal como o "mais importante na vida cotidiana" (ESv1, p. 144). Isto porque os assuntos do Estado moderno devem ser conduzidos não por discursos no parlamento ou por pronunciamentos esporádicos dos monarcas ou presidentes, mas sim, *necessariamente*, pela rotina administrativa que só o quadro de administração burocrática pode organizar e operar. Por detrás do *biombo* formado pelas aparições públicas de figuras políticas do Estado, agem contínua e rotineiramente os burocratas. "São estes que tomam as decisões sobre todos os nossos problemas e necessidades diários" (Weber, 1973, p. 16). Mesmo assim, também a burocracia acabou sendo desconsiderada como um meio constitutivo específico em sua definição sociológica do Estado moderno.

Continuidades, relevâncias, insuficiências: Weber e o pós-Weber

A obra de Max Weber seguirá, por inúmeras razões, relevante para se enfrentar temas primordiais da multifacetada agenda que envolve Estados, burocracia, parlamentos, governos e temas adjacentes. Sem a menor pretensão

[24] Apesar da importância dos temas, não cabe aqui discutirmos nem a questão da possibilidade de a neutralidade axiológica ser exercida de fato pelo cientista social, algo já extensamente debatido, com vigorosas posições a favor e discordantes (para uma análise da questão ver, por exemplo, Pereira, 2013 e Cohn, 1979), nem, ainda, o difícil debate sobre a questão dos aspectos contraditórios e dialéticos possivelmente estabelecidos entre os tipos construídos. Sobre este último ponto, Cohn (1979, p. 78) ressalta que Weber "jamais se dedicou a um confronto explícito com a dialética marxista", permanecendo em aberto as possibilidades que a inserção da dinâmica dialética pode proporcionar para a compreensão das interações (dialéticas, contraditórias e não estáticas) entre tipos puros e híbridos.

de esgotar o assunto, seguem relevantes desde *algumas* de suas premissas metodológicas para a construção de tipos ideais (como o reconhecimento dos valores individuais que moldam a formulação dos tipos) e o *autocontrole científico* recomendado para evitar a *profissão de fé* e a *razão avaliadora e normativa* no uso dos tipos ideais para moldar a realidade. Mesmo suas polêmicas considerações de natureza normativa podem ser úteis para balizar o debate, como, por exemplo, nos difíceis debates sobre o papel do parlamento como contrapeso ao Executivo, sobre a liderança política ou, ainda, a sua crítica às distorções geradas pelos excessos da autonomização da burocracia. Se a crítica a Otto von Bismarck pode ser interpretada como um alerta ainda atual às distorções provocadas pela liderança carismática autoritária, a sua crítica aos excessos do burocratismo também segue relevante. A ocupação por burocratas de posições de liderança política e o corporativismo voraz de certas categorias seguem sendo fatos sociais demasiado consistentes para serem desconsiderados.

Por outro lado, a análise da obra de Weber revela insuficiências consideráveis. Trataremos de indicar brevemente duas. A primeira diz respeito à formulação e ao uso dos tipos ideais, que, embora reconhecidamente úteis, precisam ser bem avaliados em seus fundamentos internos e também no seu uso. Isso porque a construção de tipos ideais é uma estratégia metodológica que tende a engessar categorias em blocos separados: o burocrata, o político, o empresário, o patrimonialismo, o racional e assim por diante. Cada tipo sendo concebido com seu *ethos* próprio e exclusivo, sua racionalidade e seu padrão único de comportamentos. Mesmo como método, devemos estar cientes de que diversos aspectos essenciais das realidades retratadas pelos *tipos ideais* são encobertos e, na prática, as ações e as racionalidades, inclusive as *não típicas* e *encobertas*, costumam combinar, de modo não linear e dialético, elementos de distintos tipos ideais. Como revela a literatura que aborda a burocracia de nível médio ou de nível de rua, em qualquer repartição é possível encontrar *tipos* que assumem comportamentos distintos em diferentes circunstâncias, como ser burocrata, ativista ou reativo a determinados assuntos, republicano ou patrimonialista com determinadas clientelas ou gerencial em outras. *Há uma sociologia política dos híbridos a ser estabelecida*, ofuscada pela quase onipresença dos tipos ideais. Ainda sobre os tipos ideais, é necessário prestarmos mais atenção em alguns valores que Weber atribuiu em suas formulações, como, por exemplo, ao

pressupor uma racionalidade superior do empresário privado ou ao conferir o caráter do monopólio da violência considerada legítima como fundamento do Estado. Quando e quão racionais são os empresários e quando e quão legítimas são as violências praticadas e os meios utilizados pelos Estados são algumas das questões cruciais que seguem em aberto. Simplesmente não são dados da realidade, mas apenas construtos ideais indelevelmente marcados por valores do cientista e que carecem de rigoroso escrutínio.

Por fim, como temos argumentado, a definição *weberiana* de Estado pode e precisa ser reconsiderada. Os dois pressupostos metodológicos utilizados para definir o Estado moderno exclusivamente por seus meios característicos e a sua recusa em considerar os *fins* almejados nos diferentes contextos históricos deixaram um longo rastro de simplificações perigosas. Ainda mais que, como procuramos demonstrar, Weber apontou *outros meios* e também *fins* relevantes da ação dos Estados, e este assunto não lhe era, portanto, estranho, antes pelo contrário. Naturalmente, e isso precisa ser enfatizado, *Weber não é, em hipótese alguma, responsável pela recepção e uso de suas formulações*, mas o legado de interpretações contemporâneas do Estado formuladas com base nessa definição restrita tem gerado concepções de um Estado mínimo e essencialmente repressor, punitivo, controlador, auditor e julgador, com poucos aparatos, essencialmente orientado para o exercício do monopólio da violência imposta como legítima num território. Insisto: embora Weber não possa ser responsabilizado pelos erros de seus leitores e intérpretes posteriores, esse legado é suficientemente impactante para justificar a reabertura do debate sobre o tema. A fórmula de Weber, embora elegante, tem se revelado perigosa em seus usos como empresa de dominação.

A própria reflexão sobre o Estado com base numa rígida separação entre *meios e fins*, administração e política precisa ser superada. Pensar em meios, de um lado, e fins, de outro, é um artificialismo em diversos sentidos. Meios e fins, assim como administração e política, mesclam-se. É preciso repensar a ação (socio)estatal com base em outras categorias que, desde o princípio, considerem as interações entre meios e fins, tal como permitem as noções e conceitos de *agendas, campos ou políticas públicas* que historicamente têm exigido a atuação dos Estados em suas múltiplas formas. Como procuramos ressaltar, Weber apresentou algumas dessas agendas cruciais, que podem ser consideradas *típicas* dos Estados: administração do território e política fundiária; política de idiomas; administração financeira e da moeda; tributos

e fundos públicos; infraestruturas; políticas de bem-estar; garantia de direitos; entre outras. Sobre esse aspecto, é preciso dirimir outra confusão: mesmo que outras formas institucionais (como empresas privadas, organizações da sociedade, organismos internacionais etc.) desempenhem atividades em algumas dessas agendas (como na educação ou na saúde, por exemplo) e que, portanto, os Estados não sejam *agentes exclusivos* em algumas dessas agendas, isso não significa que a atuação dos Estados, mesmo nessas agendas compartilhadas, seja menos relevante ou menos necessária. Essa confusão precisa ser desfeita: não exclusividade não significa irrelevância nem a automática retirada do Estado. Nesse sentido, não encontramos razão para recusar a reflexão que também incorpore as agendas com que os Estados têm historicamente se ocupado. Aquelas que Weber detectou e outras que a literatura contemporânea tem revelado.

Assim, com base numa razoável revisão da literatura sobre Estado contemporâneo (Acco, 2009), temos definido o Estado contemporâneo como um conjunto (razoavelmente) articulado de instituições, sistemas e subsistemas, de natureza política, econômica, jurídico-legal e organizacional que mobiliza instrumentos e recursos (políticos, econômicos, humanos, coercitivos, jurídicos, tecnológicos, administrativos e cognitivos) na forma de políticas públicas, constituídas em *complexas interações* com a sociedade, especialmente com seus segmentos sociais mais organizados, com vistas ao alcance de objetivos diversos, conflituosos e politicamente em disputa. Atuando no âmbito de um determinado território nacional e em *interação* com outros Estados no sistema interestatal, os Estados nacionais, suas políticas, seus aparatos institucionais, organizacionais e jurídicos e seus instrumentos e recursos, historicamente, têm se dirigido ao alcance de objetivos (mais ou menos explícitos e sempre altamente disputados) em cinco macrodimensões fundamentais da vida das sociedades, em relação *i)* ao bem-estar, ao mundo da vida e aos bens comuns; *ii)* à economia; *iii)* à política; *iv)* às dinâmicas, sistemas e subsistemas setoriais; e *v)* às suas próprias estruturas e imperativos organizacionais, jurídico-legais, institucionais e de poder. Em termos mais específicos, sem a pretensão de esgotar o debate, essas macrodimensões desdobram-se em pelo menos dezesseis grandes agendas razoavelmente comuns aos Estados nas sociedades contemporâneas: i) o Estado como base primordial para a relativa coesão social, política, cultural e ideológica dos povos; ii) o complexo segurança,

violência considerada legítima e integridade territorial; iii) diplomacia, representação, negociação e cooperação internacional; iv) gestão da moeda, do câmbio, do sistema financeiro e dos fluxos econômicos; v) provimento de infraestruturas diversas; *vi)* política fiscal e tributária, composição dos fundos, gestão orçamentária e distributiva; *vii)* sistema de leis, segurança jurídica e administração da justiça; *viii)* garantia dos contratos, direitos de propriedade (inclusive intelectual), condições de concorrência; *ix)* regulação das relações de trabalho e mediação do mundo do trabalho; *x)* direitos de cidadania, diversidade, identidades e aparatos de bem-estar (envolvendo amplas agendas de saúde, educação, assistência, comodidades urbanas etc.); *xi)* conhecimentos, inovação, ciência e tecnologia; *xii)* políticas econômicas diversas (estabilidade, crescimento, políticas setoriais); *xiii)* regulação do acesso à natureza; *xiv)* agenda de desenvolvimento econômico e social (especialmente em contextos de crises); *xv)* informações, planejamento e gestão de instituições, políticas e programas; e *xvi)* democratização da sociedade, do Estado e dos organismos internacionais.

Como temos procurado demonstrar (Acco, 2009), os Estados nacionais, suas políticas, seus aparatos institucionais, organizacionais e seus instrumentos e recursos, historicamente, têm se dirigido ao alcance de *objetivos politicamente disputados* em agendas e atribuições cruciais nas quais, por uma série de razões, não podem ser facilmente substituídos por outros agentes, sejam empresas ou corporações privadas, organismos internacionais, organizações da sociedade civil ou mesmo entes federativos subnacionais. Apenas para exemplificar a regra numa agenda: dizer que os Estados estão historicamente envolvidos com a agenda de democratização das sociedades obviamente não significa dizer que *todos* os Estados *sempre* agem nessa direção, mas que essa agenda está inscrita em reiteradas disputas políticas com forças que agem no sentido de formas de relações e instituições autoritárias. Os Estados são arenas decisórias para as quais convergem diversas disputas sobre agendas socialmente relevantes. Os Estados são, nesse sentido, relações sociais em disputa. As agendas, como tenho procurado argumentar, são continuadas, persistentes; os resultados das disputas políticas e as expressões institucionais assumidas nos diferentes contextos históricos e geográficos não.

Reconhecer que os Estados desempenham atribuições historicamente recorrentes, por uma série de razões *necessárias*, nesses termos, *estruturais*

e que essas atribuições seguem sendo, em muitos aspectos, indispensáveis numa série de agendas cruciais para as sociedades também significa reconhecer que os Estados não podem ser simplesmente retirados do jogo, ainda mais usando o artifício da tesoura conceitual-normativa autoritária que corta exatamente as substâncias e aquilo que precisa ser devidamente compreendido. Se os Estados historicamente lidam persistentemente com temas aparentemente singelos, mas complexos em suas economias políticas, e absolutamente relevantes para as diferentes sociedades, como a dotação de água, alimentos, meios de transporte, habitação, educação, saúde, cuidados com idosos e crianças, gestão da moeda, governança e sustentabilidade dos bens comuns, relações internacionais, infraestruturas, acesso a bens e serviços culturais, relações trabalhistas, renda, justiça, garantia dos contratos, ciência e outras tantas agendas, não é por mero capricho voluntarista de *Estados não racionais*, como se existisse uma série de caprichos estranhamente constatada em boa parte do planeta. Trata-se, antes, de *demandas reais* das sociedades que, por uma série de razões, recaem sobre os Estados e que, portanto, são atribuições *essenciais* que devem ser consideradas tão ou mais importantes quanto as associadas aos meios coercitivos dos Estados. Para isso, é preciso retomar Weber, mas seguirmos além de suas vigorosas contribuições.

Referências

Abers, Rebecca N. (2015). Ativismo na burocracia? O médio escalão do Programa Bolsa Verde. In P. L. C. Cavalcante & G. Lotta (org.), *Burocracia de médio escalão: perfil, trajetória e atuação* (pp. 143-175). Enap.

Arantes, Rogério B. (2007). Ministério Público na fronteira entre a justiça e a política. *Justitia, 197*, 325-335.

Acco, Marco e Schwarz, Letícia. (2019). Uma burocracia ativista? A percepção dos agentes públicos do governo federal e o novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. *Revista Brasileira de Sociologia*. V.7, n.15.

Acco, Marco. (2009. Para onde vão os Estados nacionais? Perspectivas da teoria social contemporânea sobre as pressões para as transformações dos Estados nacionais na virada para o século XXI. Tese de Doutorado. Campinas: IFCH/Unicamp.

Baier, Horst, Lepsius, M. Rainer, Mommsen, Wolfgang J., & Schluchter, Wolfgang. (2001). Zur Edition von Wirtschaft und Gesellschaft – Allgemeine Hinweise der Herausgeber der Max Weber-Gesamtausgabe. In H. Horst *et al.* (ed.), *MWG 1* (Vol. 22). Mohr & Siebeck.

Bellamy, Richard. (1994). *Liberalismo e sociedade moderna*. Unesp.

Bianchi, Álvaro. (2014). O conceito de estado em Max Weber. *Lua Nova, 92*, 79-104. https://doi.org/10.1590/S0102-64452014000200004

Bolda, Bruna S., & Sell, Carlos E. (2020) *Como ler Weber no Brasil? Uma proposta de tradução comparada das obras "Sobre algumas categorias da sociologia compreensiva" (1913) e "Conceitos sociológicos fundamentais" (1921)* [Apresentação de artigo]. 44º Encontro Anual da ANPOCS, São Paulo.

Bresser-Pereira, Luiz C. (2017). Estado, Estado-nação e formas de intermediação política. *Lua Nova, 100*, 155-185. https://doi.org/10.1590/0102-155185/100

Calvino, Italo. (1993). *Por que ler os clássicos?* (Nilson Moulin, Trad.). Companhia das Letras.

Cohn, Gabriel. (1979). *Crítica e resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber* (2. ed.). Martins Fontes.

Dusza, Karl. (1989). Max Weber's conception of the State. *International Journal of Politics, Culture, and Society, 3*(1), 71-105. https://doi.org/10.1007/BF01430691

Evans, Peter B., Rueschemeyer, Dietrich, & Skocpol, Theda (ed.). (1985). *Bringing the state back in*. Cambridge University Press.

Hanke, Edith. (2012). A obra completa de Max Weber – MWG: um retrato. *Tempo Social, 24*(1), 99-118. https://doi.org/10.1590/S0103-20702012000100006

Hübinger, Gangolf. (2009). Einleitung. In H. Janssen (org.), *Max Weber Abteilung III: Vorlesungen und Vorlesungsnachschriften* (Vol. 7). Mohr & Siebeck.

Jessop, Bob. (2002). *The future of capitalist State*. Polity Press.

Jessop, Bob. (2003). *Bringing the State back in (yet again): reviews, revisions, rejections, and redirections*. Lancaster University.

Kalberg, Stephen. (2016). *Max Weber's Comparative-Historical Sociology today: major themes, mode of causal analysis, and applications*. Routledge.

Lepsius, M. Rainer. (2012). "Economia e Sociedade". A herança de Max Weber à luz da edição de sua obra completa (MWG). *Tempo Social, 24*(1), 137-145. https://doi.org/10.1590/S0103-20702012000100008

Lipsky, Michael. (2010). *Street-level democracy: dilemmas of the individual in public services* (ed. atualizada). Russell Sage Foundation.

Lotta, Gabriela. (2012). O papel das burocracias do nível da rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade. In Carlos A. P. Faria (Org.). *Implementação de Políticas Públicas: Teoria e Prática*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas.

Loureiro, Maria R., Abrucio, Fernando, & Rosa, Carlos A. (1998). Radiografia da alta burocracia federal brasileira: o caso do Ministério da Fazenda. *Revista do Serviço Público, 49*(4), 46-82. https://doi.org/10.21874/rsp.v49i4.400

Mata, Sérgio da. (2020). A metodologia de Max Weber: entre reconstrução e desconstrução. *Varia Historia, 36* (70). Não paginado.

Ministério da Administração e Reforma do Estado – Mare. (1995). *Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado*. Mare.

McKinney, J. C. (1969) "Typification, Typologies, and Sociological Theory." *Social Forces* 48.1: 1-12.

Misse, Michel. (2011). Existe uma sociologia weberiana? *Revista Cult, 124*. Disponível em https://revistacult.uol.com.br/home/existe-uma-sociologia-weberiana-2/

Muir, William K. (1977). *Police: streetcorner politicians*. The University of Chicago Press.

Osborne, David, & Gaebler, Ted. (1994). *Reinventando o governo*. Ed. MH Comunicações.

Pires, Roberto. (2009). Burocracia, discricionariedade e democracia: alternativas para o dilema entre controle do poder administrativo e capacidade de implementação. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania, 14*(54), 147-187. https://doi.org/10.12660/cgpc.v14n54.44190

Pires, Roberto, & Gomide, Alexandre. (2014). *Burocracia, democracia e políticas públicas: arranjos institucionais de políticas de desenvolvimento* [Texto para Discussão, Vol. 1940]. Ipea.

Pereira, Alan R. D. (2013). A neutralidade axiológica em Max Weber: crítica e convergência de um debate. *Revista Espaço Livre, 8*(15), 8-19.

Power, Michael. (1999). *The audit society: rituals of verification*. Oxford University Press.

Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32/2020. (2020). Altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa. Brasília, DF. Disponível em https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2262083

Psathas, George. (2005). The ideal type in Weber and Schutz. In G. Psathas & H. Nasu (ed.), *Explorations of the life-world: continuing dialogues with Alfred Schutz* (pp 143-169). Springer. https://doi.org/10.1007/1-4020-3220-X_7

Reis, Fábio W. (2011). Três temas weberianos. *Revista Cult, 124*. Disponível em https://revistacult.uol.com.br/home/tres-temas-weberianos/

Schluchter, Wolfgang. (2011). Einleitung. *In* M. Weber, *Abriß der universalen Sozialund Wirtschaftsgeschichte Mit- und Nachschriften 1919/20* (W. Schluchter & J. Schröder org.). Mohr Siebeck.

Schluchter, Wolfgang, Baier, Horst, Lepsius, M. Rainer, Mommsen, Wolfgang J., & Harrington, Austin (2000). Overview of the text of "Economy and Society" by the Editors of the Max Weber Gesamtausgabe. *Max Weber Studies, 1*(1), 104-114.

Schneider, Ben R. (1994). *Burocracia pública e política industrial no Brasil*. Sumaré.

Sell, Carlos E. (2018). Sociologia compreensiva e controvérsia sobre os valores. Escritos e Alocuções: 1908-1917. Resenha do livro *Verstehende Soziologie und Werturteilsfreiheit. Schriften und Reden 1908-1917*, de M. Weber. *Tempo Social, 30*(3), 321-334. https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.144443

Sell, Carlos E. (2011). Democracia com liderança: Max Weber e o conceito de democracia plebiscitária. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (5), 139-166. https://doi.org/10.1590/S0103-33522011000100006

Sell, Carlos E. (2010). Max Weber: democracia parlamentar ou plebiscitária? *Revista de Sociologia e Política, 18*(37), 137-147. https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000300010

Skocpol, Theda. (1985). Introduction. In P. B. Evans, D. Rueschemeyer & Theda Skocpol (eds.), *Bringing the state back in* (pp. 3-44). Cambridge University Press.

Souza, Jessé. (2011). A atualidade de Max Weber no Brasil. *Revista Cult, 124*. Disponível em https://revistacult.uol.com.br/home/a-atualidade-de-max-weber-no-brasil/

Suleiman, Ezra. (2000). ¿Es Max Weber realmente irrelevante? *Gestión y Análisis de Políticas Públicas*, (17-18), 3-19. https://doi.org/10.24965/gapp.vi17-18.211

Tormin, Mateus M. (2016). Aspectos metodológicos da obra de Max Weber: por que recorrer ao tipo-ideal? *Revista Três Pontos, 13*(2), 43-49.

Viegas, Rafael R. (2020). Governabilidade e lógica de designações no Ministério Público Federal: os "procuradores políticos profissionais". *Revista Brasileira de Ciência Política*, (33), 1-51. https://doi.org/10.1590/0103-3352.2020.33.234299

Villas Bôas, Glaucia. (2011). A atualidade de Max Weber: entrevista com Wolfgang Schluchter. *Sociologia & Antropologia, 1*(1), 11-20. https://doi.org/10.1590/2238-38752011v111

Waizbort, Leopoldo. (2011). Apresentação: Max Weber hoje. *Tempo Social, 24*(1), 9-18.

Weber, Max. (2013 [1919-1920]). *MWG, Tomo I, Vol. 23: Wirtschaft und Gesellschaft Soziologie Unvollendet 1919–1920*. (K. Borchardt, E. Hanke & W. Schluchter, ed.). Mohr Siebeck.

Weber, Max. (2001 [1919-1920). *MWG, Tomo I, Vol. 22: Wirtschaft und Gesellschaft. Teilband 1, Gemeinschaften* (W. J. Mommsen, & M. Meyer, ed.). Mohr Siebeck.

Weber, Max. (1999). *Economia e Sociedade* (Vol. 2, R. Barbosa & K. Barbosa, Trad.). Editora UnB.

Weber, Max. (1993 [1919]). A política como vocação. In M. Weber, *Ciência e Política: duas vocações* (L. Hegenberg & O. S. Mota, Trad.). Cultrix.

Weber, Max. (1992a). *Economia e Sociedade* (Vol. 1) (R. Barbosa & K. Barbosa, Trad.). Brasília: Editora UnB.

Weber, Max. (1992b [1919-1920]). Categorias sociológicas fundamentais da gestão econômica. In M. Weber, *Economia e Sociedade* (Vol. 1). Editora UnB.

Weber, Max. (1986a [1895]). O Estado nacional e a política econômica. *In* M. Weber. *Sociologia* (G. Cohn, org.). Ática.

Weber, Max. (1986b [1896]). As causas sociais do declínio da cultura antiga. In M. Weber. *Sociologia* (G. Cohn, org.). Ática.

Weber, Max. (1986c [1904]). A "objetividade" do conhecimento nas ciências sociais. *In* M. Weber. *Sociologia* (G. Cohn, Org.). Ática.

Weber, Max. (1984). *Economia y Sociedad: Esbozo de sociología comprensiva* (7. ed.) (J. M. Echavarría, J. R. Parella, E. Ímaz, E. G. Máynez, & J. F. Mora, Trad.). Fondo de Cultura Económica.

Weber, Max. (1980 [1919-1920]). *História Geral da Economia* (pp. 121-178, Série "Os Pensadores"). Abril.

Weber, Max. (1973 [1918]). *Parlamento e Governo na Alemanha reconstruída: crítica política da burocracia e da natureza dos partidos*. Vozes.

Recebido: 10 dez. 2021.
Aceite final: 23 ago. 2022.

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 4.0

https://doi.org/10.20336/rbs.860

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Razões militantes em primeira pessoa: análise de práticas de ativismo político no Facebook

First person militant reasons: analysis of political activism practices on Facebook

Antonio Teixeira de Barros[*]

RESUMO

Trata-se de estudo com o objetivo de analisar o ativismo político digital no *Facebook*, praticado diretamente por cidadãos ativos nas mídias sociais, sem o patrocínio de um coletivo ou instituição. A metodologia consiste em etnografia digital e 30 entrevistas com cidadãos engajados no *Facebook*, com o objetivo de avaliar suas razões militantes, autopercepções sobre suas práticas ativistas, seus interesses e motivações. As conclusões mostram que, apesar de apresentarem perfis diferenciados, os interagentes compartilham um conjunto de estratégias e modos de ação política no *Facebook*. As estratégias compartilhadas são as seguintes: empoderamento individual, narcisismo cognitivo, reciprocidade cognitiva, usos e gratificações, reforço do capital social.

Palavras-chave: ativismo digital, ativismo individualizado, política digital, redes sociais digitais, etnografia digital.

[*] Centro de Formação da Câmara dos Deputados, Brasília, DF, Brasil.
Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (1999). Docente e pesquisador do Programa de Mestrado em Ciência Política do Centro de Formação da Câmara dos Deputados.
antonibarros@gmail.com

ABSTRACT
This is a study aiming to analyze the digital political activism on Facebook, practiced directly by citizens active in social media, without the sponsorship of a collective or institution. The methodology consists of 30 interviews with citizens engaged on Facebook, with the objective of evaluating their militant reasons, self-perceptions about their activist practices, their interests and motivations. The findings show that despite presenting differentiated profiles, interactants share a set of strategies and modes of political action on Facebook. The shared strategies are as follows: individual empowerment, cognitive narcissism, cognitive reciprocity, uses and gratuities, reinforcement of social capital.

Keywords: digital activism, individualized activism, digital policy, digital social networks, digital ethnography.

Introdução

Com o rápido avanço das tecnologias digitais, especialmente as mídias sociais, a política ampliou suas arenas discursivas e o cidadão engajado ou militante também passou a dispor de mais espaços para se manifestar. Destaca-se nesse tipo de ativismo político o poder de agência de cidadãs e cidadãos (Barassi, 2016; Vromen *et al.*, 2016; Ranchordás, 2017), que deixaram de ser apenas espectadores das mensagens e discursos políticos para se tornarem *usuários-mídia*, ou seja, eles próprios produtores e difusores de conteúdos políticos nas mídias sociais (Terra, 2017).

Isso coloca novos problemas e perspectivas para os estudos sobre ativismo (Altheide & Snow, 2019; Boulianne, 2019). Axel Bruns (2018) utiliza a denominação *produser*, traduzido em português como *produsuário*, ou seja, um ator híbrido que tanto pode ser consumidor quanto produtor de informação e opinião em rede. As mídias sociais digitais são tratadas na literatura como instrumentos fundamentais da democracia digital, devido a seu poder de conexão, permitindo um novo tipo de ação política, a chamada *ação conectiva* (Bennett & Segerberg, 2013; Toepfl, 2018; Pond & Lewis, 2019) ou ativismo em rede (Ribeiro, Borba & Hansen, 2019).

O *Facebook*, desde que foi criado em 2004, tornou-se uma das mídias sociais mais usadas no mundo contemporâneo, inclusive para fins políticos (Larsson, 2018; Kalsnes & Larsson, 2018; Heiss, Schmuck & Matthes, 2018;

Guess, Nagler & Tucker, 2019). Em 2021 o *Facebook* completou 2,7 bilhões de usuários no mundo todo, firmando sua liderança na arena virtual. No Brasil, já são quase 150 milhões de usuários, o que coloca o país em terceiro lugar em número de usuários do *Facebook*, atrás apenas dos Estados Unidos e da Índia (Hostmidia, 2021).

Em vista desse cenário, o artigo tem como objetivo analisar as formas e motivações do ativismo político digital por meio do *Facebook* no Brasil atualmente. É oportuno esclarecer que o foco da análise é o ativismo continuado, que não se limita aos períodos eleitorais. A literatura registra uma concentração de pesquisas sobre militância e ativismo em épocas eleitorais, com elevada presença de militantes ocasionais (Rocha; Braga, 2015; Mitozo, Massuchin & Carvalho, 2017; Murta *et al.*, 2017; Almeida, R., 2018; Mezzomo, Dos Anjos & Pataro, 2020). Aqui, pretendemos examinar o ativismo sem essa configuração sazonal, portanto, o ativismo mais permanente, entendendo que a ação política conectiva ou "ativismo de sofá" não se limita aos períodos de eleições.

As estratégias metodológicas serão descritas antes da análise dos dados. Sob a ótica teórica, o artigo se utiliza especialmente dos estudos sobre militância individualizada na arena virtual, como veremos a seguir.

Ativismo político digital

O ativismo digital, netativismo ou ciberativismo é entendido como "um conjunto de práticas em defesa de causas políticas, socioambientais, sociotecnológicas e culturais, realizadas nas redes cibernéticas" (Silveira, 2010, p. 15). Uma característica dessa forma de ação política é o coenvolvimento, resultante das configurações relacionais típicas das redes sociais digitais. Isso significa que o capital de relação dos interagentes pode ser potencializado a partir do envolvimento de outros indivíduos influentes de um certo "nó" da rede, estimulando os demais a interagir.

No caso do *Facebook*, quanto maior o número de amigos conectados, maior será o estímulo para o indivíduo conferir o que os amigos estão comentando, gerando maiores chances de coenvolvimento na defesa ou apoio a causas e reivindicações políticas (Grieve *et al.*, 2013). O coenvolvimento pode gerar ativistas acidentais e ativistas observadores. No primeiro caso,

são aqueles indivíduos que até então não eram engajados, mas se sentem compelidos a opinar e se expressar no *Facebook* ocasionalmente. em função da atuação de seus amigos virtuais (Zuckerberg, 2010; Hoffmann *et al.*, 2017). No segundo caso, são aqueles que não se manifestam ostensivamente, opinando, compartilhando ou curtindo, mas acompanham e observam os debates protagonizados por seus amigos nas redes sociais (Bennett, Segerberg & Walker, 2014; De Jong, 2017). A atenção dada ao debate também é considerada relevante na literatura, pois pode constituir o primeiro passo para o engajamento e o ativismo (Barros, 2018; Barros *et al*, 2021).

Apesar das vantagens do ativismo digital, a literatura aponta variados problemas e limites dessa forma de militância, a exemplo da formação de bolhas ideológicas nas redes sociais (Colleoni *et al.*, 2014; Williams *et al.*, 2015; Quattrociocchi *et al.*, 2016; Dubois & Blank, 2018). Segundo esses estudos, os usuários tendem a ser seletivos, engajando-se mais em correntes de opinião que lhes sejam familiares. Essa seletividade, somada aos algoritmos de afinidade e proximidade usados pelo *Facebook* podem levar à formação de "bolhas ideológicas" ou "bolhas de conteúdos" (Flaxman *et al.*, 2016; Boutyline & Willer, 2017).

Esse fenômeno também é chamado de "guetos cibernéticos" e "efeito de câmara de eco" (Quattrociocchi *et al.*, 2016). Tal configuração produz fragmentações, de forma que "ameaçam minar uma cultura pública compartilhada e a função social integrativa da esfera pública". Além disso, "podem até ajudar a fomentar a intolerância onde tais comunidades têm pouco contato – ou entendimento – umas com as outras" (Dahlgren, 2005, p.151). Trata-se de uma espécie de segregação digital (Flaxman *et al.*, 2016; Boutyline & Willer, 2017).

Por outro lado, as mídias sociais permitem uma atuação política individualizada, expressão da cidadania individualizada (Rega, 2013; Bracciale & Rega, 2016). A motivação é o interesse pessoal do indivíduo, que se torna ator de sua própria militância política, uma espécie de *sujeito pessoal* do ativismo digital, sem depender necessariamente de coletivos de ativistas ou de instituições. Em suma, as redes digitais passaram a exercer tanta atração porque se coadunam com as lógicas políticas da *sociedade de indivíduos*, também denominada de *sociedade individualizada* ou *sociedade pós-social*, com a primazia das formas individualizadas de ação política, a exemplo do ativismo do *Facebook* (Mascheroni & Murru, 2017; Choi & Kwon, 2019; Metz *et al.*, 2019).

Como argumenta Dahlgren (2005), a pluralização das esferas públicas multissetoriais não significou necessariamente maior envolvimento político, ou seja, aquelas pessoas que sempre estiveram à margem das discussões políticas continuam como antes. O que houve, na realidade, foi uma intensificação da ação política *online* daqueles que já eram ativos politicamente *off-line*. Essa acentuação do ativismo se manifesta principalmente no campo das chamadas "novas" políticas, "políticas de vida" (Giddens, 2010) ou subpolítica (Beck, 1997). Afinal, o engajamento cívico no *Facebook* replica as tendências existentes no mundo *off-line* (Boulianne, 2015; Brandtzaeg, 2017). Os indivíduos politicamente ativos são os que mais se aproveitam das possibilidades de mobilização do *Facebook*, enquanto os participantes menos politicamente ativos empregam essa rede social principalmente para informações políticas e menos para mobilização. A força mobilizadora do *Facebook* depende, pelo menos em parte, de sua conexão com o mundo *off-line* (Casteltrione, 2016).

No ciberativismo o indivíduo é o ator central, tornando-se ele próprio uma mídia, atuando como uma empresa de informação e opinião – o chamado *quinto poder*. Para Terra (2009, p. 1), "o quinto poder é o internauta, o usuário de internet que ganhou voz, que faz barulho, gera boca-a-boca, que ao mesmo tempo em que pressiona organizações, participa e colabora com conteúdos, informações, opiniões". Trata-se do uso pessoal da internet como forma individualizada de participação política (Altieri & Cifaldi, 2018), transpondo as lógicas da ação contenciosa para a arena virtual, de modo personalizado e autointeressado, na forma de envolvimento público personalizado (Bennett & Segerberg, 2013; Bennett *et al.*, 2018), também denominado de coenvolvimento (De Blasio & Selva, 2016), regido pela lógica política da "triagem social" (*the politics of social filtering*), ou seja, com base no capital de influência dos interagentes (Willson, 2014).

As lógicas da ação conectiva têm como base principal o compartilhamento *online* de conteúdos personalizados, redefinindo, assim, as formas anteriores de ação política contenciosa, que eram realizadas em grande escala. Agora, o cerne é a ação individual, cuja potência está na sua capacidade de mobilizar outros indivíduos, por meio do contágio da indignação e das críticas, mesmo no caso dos chamados ativistas observadores. O contágio de opiniões e atitudes ocorre em situações e contextos que favorecem a convergência de ideias políticas, a partir de padrões ideológicos socialmente compartilhados. Tal convergência

pode gerar influência por meio do contágio comportamental, com potencial para gerar mobilização *online* e *offline* de pessoas (Carneiro *et al.*, 2017).

Embora, a partir da perspectiva da individualização, seja posta em relevo a ação individual de cada ativista, o contágio coletivo é favorecido pela convergência da ação política orientada pelos *enquadramentos pessoais* que cada indivíduo pode conferir à sua atuação (Bennett & Segerberg, 2013; Bennett & Livingston, 2018). Trata-se do que Bennett e Segerberg (2013) denominam de *quadros de ação pessoal*, ou seja, o ativismo digital movido pelas lógicas da ação conectiva proporciona a indivíduos conferir um "toque pessoal" à sua ação, ressaltando ou enfatizando os aspectos que mais lhe chamaram atenção ou lhe despertaram interesse. Em outras palavras, é possível personalizar a ação conectiva, ao contrário da ação coletiva convencional, em que o indivíduo simplesmente adere à agenda e repertórios de ação do coletivo encarregado da reivindicação, sem possibilidade de individualização. A formação de enquadramentos pessoais na ação conectiva é considerada uma vantagem, um diferencial e um atrativo a mais para os indivíduos.

A ação conectiva, segundos os autores citados, tem como base o compartilhamento de conteúdos personalizados em redes digitais de relacionamento. A lógica de comunicação conectiva torna-se uma aliada e facilitadora da ação conectiva. Os elementos da comunicação personalizada, típicos das mídias sociais, são particularmente importantes no desenvolvimento da ação conectiva em larga escala por favorecerem a rápida leitura, a fácil compreensão e a persuasão política, quando se trata de uma causa comum capaz de motivar a ação individualizada a favor de mobilizações que adquirem sentidos coletivos, a exemplo da adesão individual a manifestos, protestos, denúncias e manifestações públicas. O modelo emergente de ação conectiva aplica-se cada vez mais às sociedades em multirredes, nas quais as organizações formais perdem gradualmente sua influência sobre os indivíduos e os laços de grupo são substituídos por redes digitais fluidas em grande escala, que são mobilizadas a depender das circunstâncias ou da emergência de novas causas.

Ao contrário da ação coletiva tradicional, em que as pessoas podem se sentir frágeis individualmente e necessitam do suporte de uma organização ou entidade, na ação conectiva, o indivíduo se sente empoderado ao perceber que pode agir sozinho e mobilizar outras pessoas, o que ele próprio mensura por meio do número de curtidas, *likes* ou compartilhamentos de suas

opiniões (Bennett & Segerberg, 2013; Bennett & Livingston, 2018). Assim, essa forma de participação se torna automotivadora, pois, ao ser apreciado e compartilhado, significa que foi reconhecido por outras pessoas, o que oferece estímulos para o indivíduo iniciador da ação conectiva continuar agindo assim. Isso significa que a ação conectiva se realiza em rede, envolvendo coprodução e codistribuição de conteúdos, além de um forte componente psicológico que move esse tipo de interação e expressão ativista. As redes de ação caracterizadas por essa lógica podem aumentar rapidamente, em função do efeito bola de neve, produzido pelas redes de relacionamentos virtuais (Bennett & Segerberg, 2013). Afinal, a ação conectiva se utiliza da comunicação disseminativa, com redes distributivas de informação e opinião (Di Felice *et al.*, 2019).

A ação conectiva é exercida de duas formas, segundo a tipologia construída por Di Felice, Roza e Pereira (2019). A primeira é individual e autocentrada, conforme descrito acima e exige apenas a adesão dos demais integrantes da rede, na forma de curtidas, *likes*, retuítes ou compartilhamentos. A segunda, por sua vez, além das características da primeira, é voltada para a mobilização em grande escala, convidando os demais indivíduos de suas redes a ações sincronizadas ao boicote de determinadas marcas ou produtos, à assinatura de uma petição ou protesto *online* ou à divulgação de manifestos pró ou contra determinadas questões.

Apesar de a participação individualizada ser uma forma típica do ativismo no *Facebook*, existe o fenômeno da formação de grupos, que amplia a escala ativista, pois funciona como um palco digital ou como microesferas públicas em rede (Marichal, 2018). O autor caracteriza essa forma de atuação política como microativismo, isto é, como formas individuais de comunicação politicamente orientada que refletem *performances* políticas expressivas de nível micro. Conforme essa abordagem, nem sempre o microativismo é voltado para a mobilização, como nas formas mais tradicionais de ativismo de grande escala, mas isso não invalida seu propósito político. Aliás, a micropolítica recebe cada vez mais atenção nos estudos sobre ativismo digital (Acosta Valencia, 2012).

Nessas práticas de microativismo, os repertórios tecnológicos,[1] típicos da ação conectiva individualizada, são flexíveis e adaptáveis a cada situação

[1] A noção de repertório, formulada por Charles Tilly (2006), ainda hoje é útil para o estudo do ativismo. Trata-se do conjunto de maneiras de fazer política em um dado contexto por certos grupos ou entidades. O repertório "é, então, um conjunto de formas de ação", privilegiando "a experiência das pessoas em interações conflituosas", como define Alonso (2012, p.23).

ou contexto, pois são moldados conforme cada momento da ação. Trata-se de processos nos quais os ativistas atuam de acordo com diferentes temporalidades, ajustando suas ações a cada caso específico (Bennett & Segerberg, 2013; Mattoni & Treré, 2014). Assim, os repertórios tecnológicos são inerentes à ação digital (Earl & Kimport, 2011), que consiste em várias formas de interconexões, numa esfera pública que se renova e se reconfigura devido à agência humana (Castãneda, 2018).

O ativismo virtual apresenta duas dimensões às quais os repertórios tecnológicos se adaptam. A primeira se utiliza das mídias sociais de forma instrumental, como suporte para ação no mundo *off-line*, como a convocação para protestos, ocupações, boicotes, panelaços, *flashmobs* e similares. A segunda é toda realizada no ambiente virtual, como petições *online*, abaixo-assinados digitais, envio de *e-mails* a autoridades, adesão ao uso generalizado de *hashtags*, entre outras (Van Laer & Van Aelst, 2010).

Outra especificidade dos repertórios de ação digital é o uso de ferramentas e recursos oferecidos pelas tecnologias e estratégias de convergência tecnológica e multimídia. Nesse sentido, os interagentes tanto podem produzir conteúdos próprios como replicar os *posts* pessoais, mas também podem se utilizar de material publicado pelas diversas mídias. No segundo caso, a tática mais utilizada compreende recortes e enquadramentos seletivos, que estejam de acordo com os propósitos da ação conectiva em curso. Nessa lógica, fotografias, vídeos, reportagens, entrevistas, declarações de autoridades e outros elementos podem ser editados, com montagens e o uso de elementos visuais que contribuem para favorecer a ação desejada pelos atores. Além disso, há outros recursos como os *memes*, *gifs* e animações (Abreu & Leite, 2016).

No caso da ação conectiva, Pavesi & Valentim (2019) classificam como *repertórios afetivos* as estratégias argumentativas acionadas pelos interagentes nos casos do debate de temas políticos envoltos em controvérsias, reforçando a estreita relação entre emoção, política e internet. Os repertórios afetivos são utilizados para expressar ódio, indignação, raiva, decepção, satisfação, contentamento entre outros afetos e sentimentos. Esses repertórios

> são heterogêneos, dinâmicos e erráticos em suas trajetórias [...] são os quadros de sentido que ancoram e justificam as agências afetivas dos sujeitos. É a razão afetiva que legitima certas expressões humorais e emocionais numa coletividade imediata (Pavesi & Valentim, 2019, p. 109).

Os *repertórios afetivos* estão integrados aos *circuitos de afetos* existentes na sociedade, ancorados em normas sociais, valores sociais e crenças morais (Safatle, 2016). São esses circuitos que favorecem a coesão social ou a divisão, a cooperação ou a competição, a depender de quais circuitos são adotados pelos indivíduos no momento das interações *online*. Conforme a configuração das lutas discursivas, pode haver polarização política, discursos de ódio, desejo de vingança, desqualificação dos adversários ou outras formas de corporificação dos afetos nas interações sociais. Percebe-se, assim, uma articulação direta entre a noção de repertórios tecnológicos e ação conectiva individualizada.

Estratégias metodológicas

A pesquisa foi realizada em duas etapas complementares: observação sistemática do campo digital e entrevistas abertas *online*. A observação sistemática do campo digital teve como objetivo analisar como ocorrem os ativismos no ambiente virtual, por meio do acompanhamento das atividades de interação política no *Facebook*. A fase de observação incluiu um número maior de cidadãos, totalizando 82 sujeitos, a fim de maior entendimento sobre a atuação no *campo online*, ou seja, os universos digitais que servem de cenário para as militâncias e ativismos (Miskolci, 2017). Desse total de 82 sujeitos observados, foram identificados três perfis predominantes de cidadãos ativistas: (a) críticos da direita; (b) críticos da esquerda; (c) críticos de todos os espectros ideológicos da política, com predomínio de "a" e "b".

O propósito principal da observação foi coletar informações e impressões sobre as dinâmicas de atuação de interagentes, com registros no diário de campo *online*. Com base na observação, foram selecionados 30 dos cidadãos observados na primeira fase (do total de 82) – aqueles que se mantiveram mais assíduos e persistentes como ativistas digitais, com atuação regular. Foram excluídas, portanto, aqueles que se manifestavam esporadicamente e os que deixaram de se manifestar ao longo do tempo.

A fase de observação das interações no ambiente virtual foi focada na análise das práticas de interagentes durante um ano (2019). Barajas e Carreño (2019, p.134) entendem essa forma de pesquisa como um método "*para el análisis de las prácticas sociales y la producción de significados a través de una mediación tecnológica*". Para as autoras, os espaços digitais apresentam

várias possibilidades de interação, o que torna a internet um dispositivo relevante para o estudo de práticas sociais contemporâneas. Vários autores ressaltam a relevância dos estudos em ambientes digitais (Horst & Miller, 2020; Miller, 2018; Hine, 2017a, b; Pink, 2016; Roberts *et al.*, 2016). Todos esses autores ressaltam a crescente digitalização das práticas sociais e a necessidade de compreendê-las como fontes para a pesquisa social na atualidade (Miskolci, 2017; Leitão & Gomes, 2018).

Tais práticas são socialmente construídas, com base nas possibilidades e limitações do ciberespaço (Rocha & Eckert, 2016; Castillo-Torres *et al.*, 2019). Trata-se de um campo emergente de pesquisa, marcado por complexidade, realidades híbridas, novas formas de mediação entre observador e observados, novos rituais interativos e *performances* discursivas, exigindo mais atenção de pesquisadores (Boellstorff, 2012; Plesner & Phillips, 2014).

Denominado de *campo online*, os universos digitais interessam muito como objeto de pesquisa em razão das teias e redes de interação que se constituem nos ambientes virtuais (Ferraz, 2019; Pereira & Mendes, 2020). Esse novo trabalho de campo insere-se em uma perspectiva de pesquisa situada em vários cenários e ambientes, requerendo uma forma de *observação acompanhante on/off* (Miskolci, 2017).

Os trabalhos de campo *online*, na visão de Leitão e Gomes (2018), exigem sensibilidades específicas da parte de pesquisadores. As autoras destacam três formas específicas dessas sensibilidades para o trabalho de campo em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. No primeiro caso, destacam-se formas de observação exploratória, com o objetivo de compreender como ocorrem os fluxos e trocas de informações. No segundo caso, a pesquisa exige mais capacidade de sistematização, a partir dos rastreamentos de espaços, atores e suas interações. O terceiro requer maior profundidade, com imersões mais densas e prolongadas, a fim de possibilitar maior reflexão sobre as atividades no campo *online*. Em todo o processo de pesquisa destaca-se a observação como técnica, com um papel ativo do pesquisador, especialmente na construção das categorias analíticas (Castillo-Torres *et al.*, 2019).

No caso em estudo, o trabalho consistiu, inicialmente, na observação de como se davam as interações sobre política no *Facebook*. Essa fase inicial – a entrada no campo – durou quatro meses (janeiro a abril de 2019) e compreendeu a observação de 82 perfis individuais no *Facebook*. Os

critérios para a escolha de perfis levaram em conta os seguintes aspectos: nível de atividade e frequência de postagens, grau de compartilhamentos e comentários; a existência de uma rede de "amizades" com trocas argumentativas igualmente frequentes; a presença de "amizades" com visões divergentes; variedade de posições políticas das pessoas observadas. Inicialmente, a média semanal de postagens era de quatro *posts* próprios, oito compartilhamentos e dez comentários.

Levou-se em conta, ainda, na etapa inicial de entrada no campo digital, aspectos como sexo (38 mulheres e 44 homens); faixa etária entre 18 e 60 anos; cerca de 40% com ensino médio, 40% com curso superior e 20% com pós-graduação. Além disso, atentou-se para a diversidade regional, com perfis de todas as cinco regiões geográficas. Essa fase resultou em registros no diário de campo eletrônico, com as percepções do observador sobre as dinâmicas de interação e coleta de informações, com *prints* das postagens e transcrições dos comentários.

Em seguida, já com algumas observações sistematizadas no diário de campo, passou-se para uma etapa de observação participante, que incluiu a atuação do pesquisador, envolvendo algumas interações com as pessoas observadas, mas com o cuidado de não fazer juízo de valor nos comentários. Essa segunda etapa durou oito meses (maio a dezembro de 2019). O propósito principal aqui foi coletar informações e impressões sobre a dinâmica de atuação de interagentes.

Nessa etapa foram selecionados 30 entre os perfis observados na primeira fase, os que se mantiveram mais assíduos como ativistas digitais. Entre os 82 iniciais vários desistiram ao longo do tempo, inclusive com mensagens de despedida, alegando cansaço dos debates e problemas para gerenciar as amizades em razão das divergências políticas decorrentes do ambiente de polarização extrema. A média de postagens semanal na segunda fase passou para dois *posts* próprios, três compartilhamentos e cinco comentários.

A última etapa da pesquisa incluiu 30 entrevistas, sendo 15 homens e 15 mulheres, na faixa etária de 30 a 50 anos, com escolaridade superior e com média similar quanto às atividades em rede, número de seguidores superior a cem, residentes em capitais e cidades médias das cinco regiões geográficas do país. Cada informante foi convidado individualmente, por meio de mensagem *in box*, com uma breve descrição dos objetivos da pesquisa. Houve alguns casos de hostilidade e desconfiança, o que nos motivou a fornecer

explicações mais detalhadas sobre o objetivo da pesquisa, a garantia de total anonimato dos informantes e dados sobre o perfil do pesquisador, com *links* para conferência pelo próprio entrevistado (*link* para acesso ao currículo Lattes e para a página do curso de pós-graduação ao qual o pesquisador estava vinculado). Isso ajudou a amenizar as desconfianças e reações hostis.

As entrevistas foram realizadas de forma *online*, no período de abril a agosto de 2019. Cada pessoa entrevistada, ao emitir seu consentimento, indicou sua preferência, ou seja, entrevista por chamada de áudio, de vídeo ou por escrito, com agendamento prévio. Assim, temos: 17 entrevistas via registro de áudio, 10 por escrito e 03 por vídeo, totalizando 30 pessoas entrevistadas. Em alguns casos, as entrevistas ocorreram em várias etapas, conforme o transcurso das interações e o consentimento dos informantes. Em razão disso, as conversas não seguiram um roteiro fechado e padronizado. Foram entrevistas abertas, moldadas pelo transcurso das conversas e da disponibilidade dos informantes.

Convém mencionar, ainda, a título de contextualização, que os temas mais discutidos ao longo do período da pesquisa estavam relacionados aos embates entre adeptos do lulo-petismo e os partidários do bolsonarismo. Os primeiros fazendo críticas à atuação de Bolsonaro, de seus ministros e de suas declarações, enquanto o segundo grupo defendia o novo presidente e todas as suas medidas e seus aliados, ao mesmo tempo em que desqualificavam os cidadãos ativistas chamados por eles como "petralhas".

Análise: razões militantes e características do ativismo

A observação das interações no ambiente virtual e as entrevistas mostram que o ativismo digital individualizado no *Facebook* apresenta algumas características, tais como: empoderamento individual dos interagentes, narcisismo cognitivo, reciprocidade cognitiva, conforme exposto no Quadro 1.

A tipologia construída é resultado da observação da atuação dos interagentes. O processo de construção das categorias resultou das duas primeiras etapas da observação. Trata-se de um trabalho interpretativo, como preconiza Gebera (2008). Além disso, esse esforço de construir as categorias a partir da observação enquadra-se na concepção de que existe um papel ativo por parte de quem faz etnografia (Castillo-Torres *et al.*, 2019).

A partir da análise continuada das dinâmicas de interação, chegamos a um inventário de cinco categorias consideradas mais relevantes. Para tanto, foram desprezadas ações ou estratégias isoladas e esporádicas. Priorizamos as categorias que se repetiam com mais frequência e se apresentaram aos olhos do observador como típicas de um repertório propriamente dito.

Quadro 1. Características do ativismo digital no *Facebook*

	Características do ativismo digital
1	Empoderamento individual
2	Narcisismo cognitivo
3	Reciprocidade cognitiva
4	Usos e gratificações
5	Reforço do capital social

Fonte: Elaboração própria, 2021.

A sensação de empoderamento individual das pessoas aqui observadas e consultadas motiva interagentes a postar, comentar e compartilhar conteúdos, motivados pela lógica dos usos e gratificações. O empoderamento consiste em permitir à pessoa atuar livremente como produtora de mensagens pessoais ou ainda como agente da disseminação seletiva de informações, conforme o contexto ou escopo do debate com a participação de outras pessoas de sua rede de relações virtuais (Lapa, 2015).

No contexto digital, o empoderamento individual é visto ainda como resultado de processo pelo qual as pessoas desenvolvem suas capacidades e habilidades expressivas, aperfeiçoando sua destreza quanto ao acesso a informações acerca dos temas de interesse pessoal. Esse processo envolve ainda a liberdade de escolha dos canais e serviços informativos, a liberdade de escolha de seus interlocutores, a decisão de continuar ou interromper as interações. Tudo isso contribui para capitalizar seus recursos cognitivos e a habilidade para articular suas próprias narrativas, o que se traduz em maior intensidade de seu poder de conexão, de seu poder de agência e de seu poder de palavra nas plataformas digitais (Fortunati, 2014).

Tal sensação decorre principalmente do poder de conexão de usuários de plataformas digitais, mediante as tantas possibilidades de informação, compartilhamento e interação com outras pessoas que atuam de forma

interconectada no contexto de multirredes. Tudo isso confere a interagentes a sensação de liberdade e de autonomia expressivas, em interações aparentemente horizontalizadas, sem hierarquias rígidas e sem controles acerca do que e como dizer e de com quem interagir (Barros *et al.*, 2021).

Conforme abordado na primeira parte do texto, a individualização desse tipo de ação política é potencializada pelos *enquadramentos pessoais* acionados em cada situação (Bennett & Segerberg, 2013; Bennett & Livingston, 2018). Afinal, conforme abordado anteriormente, nos regimes de ação conectiva, a sensação de empoderamento individual pode ser mensurada pelo volume e intensidade das reações de interagentes, por meio de curtidas, *likes* ou compartilhamentos de suas opiniões (Bennett & Segerberg, 2013; Bennett & Livingston, 2018).

Embora se trate de um fenômeno individualizado, favorecido pela potencialização dos enquadramentos pessoais, há elementos relacionais que não podem ser desprezados, ampliando a ação da escala individual para a dimensão coletiva. Há duas lógicas que se combinam e se complementam nesse complexo processo de utilização dos enquadramentos pessoais em sistemas interconectados de (inter)ação: a lógica de conexão e a lógica de agregação. A primeira tem como base ações individuais ou coletivas organizadas em rede, que levam à mobilização coletiva de forma sistematizada e durante um período continuado, embora não seja necessariamente permanente, mas com relativa duração. A segunda, por sua vez, reúne pessoas interconectadas que se manifestam a favor ou contra determinadas pautas, mas de forma episódica e fragmentada, sem atuação continuada ou duradoura. São ações instantâneas e rápidas organizadas pelas mídias sociais, a exemplo de *flashmobs*, boicotes e protestos (Breuer & Groshek, 2014; Juris, 2012).

O empoderamento também está no potencial de mobilização em prol de protestos e boicotes ou simplesmente na expressão de repúdio político compartilhada por uma comunidade virtual (Breuer & Groshek, 2014). Percebemos, aqui, a primazia das formas individualizadas de ação política, tanto segundo a lógica da ação conectiva quanto conforme a lógica de agregação, conforme foi exposto anteriormente (Mascheroni & Murru, 2017; Choi & Kwon, 2019; Metz *et al.*, 2019). As mídias sociais permitem uma atuação política individualizada, expressão *da cidadania individualizada* (Rega, 2013; Bracciale & Rega, 2016; Altieri & Cifaldi, 2018). Isso não significa anular o potencial da ação coletiva. Ao contrário, o exercício

individualizado da cidadania pode fortalecer ações coletivas, especialmente no caso de mobilizações nos contextos digitais.

No caso das pessoas entrevistadas, as manifestações relativas ao empoderamento individual podem ser observadas nas seguintes declarações:

> - Eu gosto do *Facebook* porque eu posso me expressar da forma que eu quero, no momento que eu posso e usar os recursos que eu achar mais convenientes.
>
> - É como se eu tivesse meu próprio veículo de comunicação, podendo falar com o meu público do meu jeito.
>
> - Quem quiser usar o *Facebook* para se manifestar politicamente tem muitas possibilidades, além de poder atingir várias outras pessoas.
>
> - O *Facebook* hoje é um canal poderoso, acho que até mais do que o jornal e a televisão, pois dá voz a qualquer cidadão que queira botar a boca no trombone.

Como é perceptível nos trechos acima reproduzidos, há vários sinais do empoderamento individual nas manifestações do ativismo digital, inclusive com o uso do "eu" e demais expressões em primeira pessoa. As pessoas entrevistadas enfatizam ainda a sensação de liberdade de expressão ao usar o *Facebook* da forma que lhe convier e as vantagens de alcançar outras e de "falar com o meu público do meu jeito". Além disso, reconhecem que a plataforma tem maior potencial de alcance do que as mídias convencionais.

Associado ao empoderamento individual está o narcisismo cognitivo, que se expressa sob a forma de ostentação de competência informacional e de conhecimento político. Competência e conhecimento são inter-relacionados e geralmente associados à biografia individual, fruto de esforço e investimento pessoal. Trata-se, portanto, de um capital diretamente vinculado ao narcisismo cognitivo, entendido como o envaidecimento individual resultante da consciência do referido capital (Lasch, 1983; Sibilia, 2008).

O narcisismo é considerado uma das marcas das subjetividades contemporâneas e um sintoma dos tempos atuais de acentuada individualização (Aquino & Assis, 2016; Barbosa *et al.*, 2021; Vasconcellos, 2014; Silveira, 1990). Além de um sintoma, também é considerada uma forma de resistência do eu, diante de um cenário político de desencanto e desalento, e de emergência de várias vulnerabilidades que afetam as personalidades individuais e as identidades de grupos sociais. Em razão

disso, fala-se de "uma ética da sobrevivência narcísica" (Wanderley, 1999, p. 31). Assim, a noção de narcisismo torna-se especialmente fecunda para pensar o mal-estar na atualidade, pois os laços sociais ficam circunscritos ao campo da imagem, especialmente a imagem de si mesmo (Jordão, 2007; Vasconcellos, 2014).

A produção de subjetividades coletivas marcadas pelo narcisismo pode comprometer a cultura democrática, uma vez que dificulta a concepção de uma esfera pública digital "face à exacerbação do narcisismo no debate público sobre questões políticas" (Marzochi & Balieiro, 2021, p. 124). Para os autores, no contexto de debates políticos polarizados nas mídias sociais,

> descortina-se um cenário de narcisismo político em que a definição dos interesses gerais e a produção de consenso, por meio da discussão pública, perde espaço para a demarcação de fronteiras identitárias aparentemente intransponíveis. As plataformas digitais, longe de estimular o florescimento de uma "cultura democrática", revelam-se a materialização algorítmica do pensamento dualista, fragmentado e narcísico presente nos diferentes polos ideológicos e em todas as "bolhas" de opinião política (Marzochi & Balieiro, 2021, p.124).

O narcisismo também é apontado na teoria social "como possibilidade de defesa dos sujeitos e prevalece em sua forma de narcisismo regenerador de subjetividades e de identidades" (Aquino & Assis, 2016, p. 307). Dessa visão resulta a caracterização do narcisismo regenerador como a configuração principal do narcisismo contemporâneo, que é, portanto, defensivo, "uma vez que faz o investimento no próprio 'eu' acontecer de modo a resguardar sua sobrevivência diante de ameaças advindas com a violência imposta pelo modo de vida atual" (Barbosa *et al.*, 2021, p. 5).

Nessa ordem de ideias, o *narcisismo defensivo* é visto

> não apenas como amor à própria imagem, dentro da dinâmica do prazer-desprazer, mas como um movimento regenerativo, defensivo, em face da violência... O narcisismo moderno, [...], é um narcisismo defensivo, voltado para o investimento do corpo, que se tornou foco de sofrimento e ameaça de morte pela ação da violência (Costa, 1984, p. 177-8).

O narcisismo cognitivo se manifesta nas interações de forma sutil, como uma espécie de envaidecimento pessoal no ato de postar uma informação de primeira mão, surpreendendo os demais amigos, por exemplo. Outra forma

é mostrar que possui acesso a fontes privilegiadas de informação ou que leu determinada obra:

> - Divulgando de primeira mão: *Intercept* acaba de divulgar novos vazamentos.
>
> - Um amigo bem próximo conversou diretamente com fontes da Câmara dos Deputados e me disse que ainda não (há?) votos para o governo aprovar a reforma da previdência.

Como se observa nos depoimentos expostos acima, há expressa satisfação de um dos ativistas ao informar aos demais interagentes que se trata de divulgação em primeira mão, o que leva receptores da mensagem a se sentirem privilegiados. A retribuição das demais pessoas participantes de sua rede certamente estimula o referido comportamento. Além disso, percebe-se um certo envaidecimento pessoal pelo fato de afirmar que a informação reproduzida resulta de fontes privilegiadas, devido a seu poder de conexão com fontes próximas ao poder (no caso a Câmara dos Deputados).

A competência informacional, por sua vez, é valorizada principalmente em sua dimensão técnica, indispensável para as pessoas ativas no mundo digital atualmente. Saber manejar todos os recursos e ferramentas digitais contribui para uma boa imagem de si perante as demais pessoas que interagem e compartilham experiências nas mídias sociais (Vitorino; Piantola, 2011; Pérez; Delgado, 2017). Tal atributo foi assinalado por alguns entrevistados:

> - Cara, você tem muita competência! Que *post* formidável, caracas!
>
> - Legal ter gente tão capacitada no Face
>
> - Dá gosto ler o que você posta, Fulano! Muito legal mesmo!

Ser considerado pelos pares como um indivíduo apto a lidar com os recursos oferecidos pelas plataformas digitais requer ainda competência estratégica, que se refere às habilidades para manejar recursos de texto, imagens, cores e demais aspectos da comunicação verbal e não-verbal, com o propósito de tornar suas postagens acessíveis aos demais interagentes e visualmente atrativas. Trata-se da combinação de estratégias para compensar "falhas da comunicação devidas a uma limitação na comunicação real" (Franco & Almeida Filho, 2009, p. 7). Nesse quesito um dos entrevistados afirma: "Estou sempre atento às melhores estratégias de divulgação, pois há muita informação na Web".

A competência informativa no âmbito das mídias digitais, portanto, reúne um conjunto de habilidades, muito além da leitura e da escrita e do uso de estratégias de comunicação verbal e não-verbal, conforme reconhecem os entrevistados. Destacam-se ainda outras modalidades de competência: discursiva, ilocucionária, sociolinguística, estratégica e gerenciamento de imagem pessoal (Franco & Almeida Filho, 2009).

No nível discursivo, destacam-se as habilidades dos interagentes para facilitar a leitura e a compreensão de *posts*, comentários e demais formas de reação às postagens que circulam no ambiente digital. No plano ilocucionário, ressalta-se o uso de recursos linguísticos "para expressar e entender várias funções de linguagem" (Franco & Almeida Filho, 2009, p. 11). A competência sociolinguística, por seu turno, favorece a utilização do ambiente digital de acordo com o contexto político do qual emergem as discussões e reações de interagentes. As estratégias de marketing pessoal, por sua vez, estão relacionadas com formas de se comunicar e de interagir com os demais que acentuam as qualidades positivas da pessoa responsável pelo manejo de seus perfis nas plataformas digitais. Interessa, portanto, ressaltar aspectos como: conhecimento sobre os temas em debate, atitude assertiva, confiança e abertura para o diálogo. Dessa forma, a pessoa busca fortalecer sua identidade pessoal e sua reputação perante as demais que atuam em rede (Sawicki & Storti, 2016). Todos os elementos citados foram observados ao longo da pesquisa de campo *online*, mas sem menção direta pelos entrevistados, em razão da natureza técnica dos referidos elementos.

A competência política, por sua vez, também contribui para a construção de uma boa imagem de si, sob o atributo de um cidadão ou uma cidadã politizada. Isso favorece a aceitação dos demais interagentes que também se interessam pelas pautas políticas. O conhecimento político é apontado como algo indispensável para o exercício da plena cidadania, pois está associado à competência para a convivência democrática, à adesão aos valores democráticos, à habilidade para votar e participar do debate público e dos processos políticos.

Esse conhecimento resulta de muitas variáveis e fatores, como experiência em atividades relacionadas à política, a socialização familiar e escolar, o nível de instrução e a área de formação acadêmica (Barros, 2016; Gomes & Setton, 2016). Em suma, trata-se de um fator indispensável para o desenvolvimento da cultura cívica, da vida comunitária e da própria

existência das democracias (Fuks & Casalecchi, 2019). Quanto à competência política, alguns entrevistados mencionaram que:

> - Eu sempre procuro pesquisar antes de escrever nas redes, para não publicar bobagens ou conteúdos sem fundamento.
>
> - É importante ter certeza de que se trata de informação correta para não perder a credibilidade.
>
> - Conhecimento é tudo no mundo de hoje.

Convém ressaltar que a noção de competência política vai além do conhecimento formal em si. Afinal, convém lembrar a relevância dos circuitos de saberes e práticas que fazem parte da vida cotidiana, espaço privilegiado da educação política difusa (Petitat, 2011). Assim, destacam-se: o contexto sociopolítico no qual a pessoa foi socializada, as práticas de militância e ativismo e o acompanhamento do debate público sobre política, inclusive nas mídias sociais. Nessa perspectiva:

> O conceito de educação difusa transcende o contexto escolar e se encaixa nas relações sociais cotidianas, orientadas à transmissão de comportamentos, disposições, crenças e competências [...] Isso envolve as relações educativas não especializadas e não regulamentadas, inseridas nas novas dinâmicas de socialização e aprendizagem (Barros, 2016, p. 863).

A educação política difusa converge para a noção de *embedded democracy* (O'Donnell, 2010), que se refere às instâncias, processos e mecanismos variados de socialização política, "que consistem no encaixe das normas e dos elementos que sustentam os sistemas democráticos no plano das relações sociais, capilarizadas nos sistemas sociais, de modo a se encaixar no cotidiano da população" (Barros, 2016, p.863).

A reciprocidade cognitiva, por sua vez, resulta da percepção entre interagentes de que seus interlocutores curtem e compartilham suas opiniões. Trata-se de um fenômeno que decorre do modo como "são interpretadas relações sociais em contextos diversos, especialmente relações de troca social" (Siqueira, 2005, p.84). Assim como as demais formas de reciprocidade, fazem parte do esquema de interação as noções de retribuição entre interagentes, levando um a retribuir a curtida de outra e vice-versa.

"Eu sempre fico atento a quem curte meus *posts* e também procuro retribuir sempre que posso", explica um dos entrevistados.

A reciprocidade cognitiva implica a existência de condições sociais favoráveis à reciprocidade discursiva, ou seja, "um cenário dialógico em que cada discurso não existe isoladamente, mas se articula a uma trama mais ampla". Afinal, "fluxos discursivos mais amplos que tomam corpo em diferentes arenas e em diversos momentos" (Mendonça *et al.*, 2014, p.228). Essa dimensão

> busca mapear choques mais amplos de discursos. Seu objeto não é, pois, o *post* ou a intenção dialógica do participante, mas a rede discursiva que se pode depreender de determinado fluxo discursivo. Uma análise de reciprocidade discursiva não busca descortinar interpelações entre indivíduos, mas reconstruir uma trama que mostra como determinados discursos se chocam e se respondem (Mendonça *et al.*, 2014, p. 228).

As relações de reciprocidade cognitiva e de reciprocidade discursiva no ambiente digital fortalecem o senso de pertencimento a um grupo (mesmo que virtual) e seus interesses comuns ou pelo menos aparentemente comuns. Tais grupos recebem variadas denominações na literatura, desde comunidades virtuais a conceitos como comunidades de pensamento, comunidades de interesse, comunidades de afeto e comunidades morais (Maireder *et al.*, 2017; Dubois & Blank, 2018).

Tais comunidades, independentemente de sua denominação, mobilizam saberes, mas também emoções e afetos. Ressalta-se, portanto, uma dimensão afetiva nessas relações, expressa na forma de "amizades", embora virtuais. Trata-se de algo que pode ser considerado como parte dos chamados repertórios afetivos, conforme vimos anteriormente (Pavesi & Valentim, 2019; Safatle, 2016). Eis alguns exemplos de interações com essa característica:

> - A lista de absurdos desse governo tá ficando infinita... ainda bem que tenho vc pra me refrescar a memória!
>
> - Parabéns pelo *post*. A lista de absurdos é interminável, mas a sua pequena amostra tá muito boa!
>
> - Eu concordo. Posso compartilhar?
>
> - Claro!

Outro fator relevante observado na pesquisa é o sentimento de gratificação por parte de interagentes mediante o resultado positivo de suas postagens e comentários, o que resulta em grande volume de curtidas. "É muito gratificante ver a repercussão daquilo que você postou entre seus amigos", conclui um dos entrevistados. Tal sentimento também pode ser entendido como integrante dos repertórios afetivos. Além disso, está vinculado também ao fenômeno do coenvolvimento (De Blasio, 2016; Hoffmann *et al.*, 2017; Segerberg & Walker, 2014; De Jong, 2017).

Convém salientar que há uma expressiva quantidade de estudos que relacionam o uso do *Facebook* com a lógica dos usos e gratificações, ou seja, o uso das mídias sociais se deve à satisfação de necessidades dos indivíduos, gerando recompensas cognitivas e simbólicas (Foregger, 2008; Papacharissi & Mendelson, 2010; Quan-Haase & Young, 2010; Smock *et al.*, 2011; Sheldon *et al.*, 2011; Krasnova, 2013; Peyton, 2013; Seidman, 2013 Papacharissi, 2015; Kwon; Moon; Stefanone, 2015).

Segundo a perspectiva dos usos e gratificações, os indivíduos acessam com frequência determinadas plataformas digitais ou certos repertórios informativos em razão da satisfação de suas necessidades cognitivas, morais e simbólicas. Ademais, a própria natureza relacional de tais plataformas também favorece a lógica dos usos e gratificações. Além dos conteúdos, há indivíduos que desenvolvem o gosto e a satisfação perante a interação frequente com outros usuários das plataformas digitais, os "amigos" virtuais (Barros, 2015).

Os autores acima mencionados ressaltam que essa lógica não é fixa e nem uniforme, variando inclusive no caso dos mesmos indivíduos. A depender do momento, do contexto e da situação, o uso do *Facebook* pode ser recompensado pela satisfação de necessidades como informação, curiosidade, gosto pessoal, senso de pertencimento social, necessidade de atualização e motivações relacionais.

Nas entrevistas, os informantes ressaltaram essa dimensão, argumentando que:

> - Toda forma de interação só tem continuidade se for gratificante;
>
> - Quando há pessoas chatas e desagradáveis opinando e criticando eu deixo de ler os comentários e nem dou respostas aos chatos;
>
> - A interação quando é gratificante sempre tem continuidade e ajuda a fortalecer os laços com as pessoas legais.

Quanto ao reforço do capital social, cabe ressaltar que se trata de algo potencializado pelo uso do capital tecnológico-informacional (Freitas, 2002). Convém salientar que se trata de um relevante ingrediente na formação e adensamento da cultura cívica. Em linhas gerais o capital social é entendido como o conjunto de recursos simbólicos que estimulam a criação e o fortalecimento de laços fortes, por meio da confiança mútua, relações de reciprocidade e de confiança. Trata-se de um conjunto de recursos que é adquirido a partir das relações interpessoais e das redes sociais de cooperação e reciprocidade.

No caso em estudo, conforme explicado anteriormente, o reforço do capital social se manifesta pelo capital de influência dos interagentes da rede dos cidadãos ativistas, estimulando o coenvolvimento, ou seja, o envolvimento de outros indivíduos a partir de laços relacionais de pequena escala (Willson, 2014; Hoffmann *et al.*, 2017; De Jong, 2017). Percebe-se, portanto, um reforço do capital social pelo capital de conexão dos interagentes, pois as conexões ampliam as redes de contato de usuários das plataformas digitais, segundo a lógica do capitalismo conexionista e suas formas de sociabilidade e interação (Casaqui, 2016).

James Coleman (2001) entende o capital social como um patrimônio coletivo, relacionado com os fatores e configurações do contexto em que ele é produzido e aplicado. Isso porque, para o autor, esse tipo de capital é inerente à estrutura das relações interpessoais e intergrupais. Apesar de constituir um recurso individual, o autor considera que se trata de um patrimônio coletivo, pois todo o grupo pode se beneficiar dele, além das pessoas individualmente. Fialho (2008, p. 74) afirma que

> o capital social possui três elementos que possibilitam tal interseção: (1) uma dimensão estrutural, composta pelos recursos incrustados na estrutura social; (2) oportunidade de utilização dos recursos, através da acessibilidade aos recursos sociais pelos atores individuais; e (3) mobilização dos recursos pelos indivíduos, determinados pela orientação da ação pretendida.

A noção de capital social apresenta variadas facetas e nuances, pois compreende a capacidade das pessoas para interagir de forma plural, tanto com aquelas que estão ao seu redor, como familiares, colegas de trabalho, vizinhas e amigas, quanto com outras que circulam em diferentes circuitos

relacionais. Assim, as habilidades conexionistas também contribuem para ampliar os fluxos relacionais, incluindo outros indivíduos que estão distantes fisicamente. Nesse sentido, capital social significa também a "capacidade de os indivíduos produzirem suas próprias redes, suas comunidades pessoais" (Azevedo *et al.*, 2015, p. 221).

Nas entrevistas, alguns dos informantes ressaltaram essa dimensão do fortalecimento do capital social, embora com outras palavras:

> - Eu gosto muito de cultivar meus contatos e o *Facebook* ajuda muito nisso;
>
> - É importante cultivar as relações, mesmo no ambiente virtual, pois existem pessoas reais do outro lado, que podem nos ajudar em algum momento;
>
> - A vida de hoje é muito dinâmica e dá muitas voltas, o que leva a manter minhas amizades mesmo de forma virtual;
>
> - Já recebi ajuda de amigos do Face para conseguir emprego quando fiquei desempregado.

Percebe-se que o conjunto das características acima examinadas contribui para a formação de uma microesfera pública em rede que opera nos padrões das *comunidades de questões voluntárias (voluntary issue communities)* ou *comunidades de interesse*, as quais se formam e se desfazem espontaneamente, a depender das circunstâncias e especialmente do ciclo de atenção do assunto (Maireder *et al.*, 2017; Flaxman *et al.*, 2016). Isso reforça ainda o efeito de *câmara de eco*, das bolhas ideológicas ou guetos de conteúdos virtuais (Quattrociocchi *et al.*, 2016; Dubois & Blank, 2018; Boutyline & Willer, 2017).

Apesar das conhecidas críticas às possíveis bolhas ideológicas ou guetos de opinião política, há estudos que apontam para a natureza plural das comunidades virtuais, devido à heterogeneidade de questões discutidas, à diversidade e à gama de perspectivas argumentativas acionadas pelos atores (Duarte, 2011, p. 23). Segundo o autor, o conceito de comunidades plurais prioriza o conflito em diferentes dimensões: discursiva, ideológica e moral. Afinal, "espaços políticos comuns, singulares e plurais, são espaços diversificados, isto é, não homogêneos [...] nos quais se compartilham interesses comuns e novas formas de atuação e discussão política" (Duarte, 2011, p. 39).

Considerações finais

A análise mostra que existem várias características que se complementam e contribuem para a formação e manutenção de comunidades de interesse e comunidades de pensamento, que são motivadas pela lógica dos usos e gratificações de indivíduos (Maireder *et al.*, 2017). Apesar da pluralidade que caracteriza essas configurações relacionais nos ambientes digitais, as ações militantes e os ativismos *online* contam com fatores que favorecem a convergência de atitudes e comportamentos, seja pelo coenvolvimento emocional, seja pelo contágio de opinião. Tudo isso favorece a lógica da ação conectiva e a formação de públicos ativistas em rede (Casaqui, 2016; Duarte, 2011; Grieve *et al.*, 2013; Carneiro *et al.*, 2017; Bennett *et al.*, 2018).

No caso em estudo, destacam-se as seguintes características: empoderamento individual, narcisismo cognitivo, reciprocidade cognitiva, usos e gratificações, e reforço do capital social, de modo que uma característica reforça e complementa a outra. O empoderamento individual é favorecido pelo uso personalizado das ferramentas digitais e pelos *quadros de ação pessoal* (Bennett & Segerberg, 2013). Isso significa que o ativismo digital se beneficia das motivações individuais que adquirem configurações ampliadas pelo contágio comportamental. Dessa forma, as lógicas da ação conectiva permitem a personalização, ao mesmo tempo em que mobilizam outros ativistas, formando uma rede de mobilização coletiva, a partir da escala individualizada (Azevedo *et al.*, 2015).

O narcisismo e a reciprocidade no nível cognitivo se complementam, uma vez que se trata de fenômenos típicos dos regimes de subjetivação das sociedades contemporâneas (Aquino & Assis, 2016; Barbosa *et al.*, 2021; Vasconcellos, 2014; Silveira, 1990). Apesar de ser apontado como um possível sintoma das vulnerabilidades dos sujeitos políticos da atualidade, o narcisismo digital também pode ser visto como uma das formas de resistência individual, possibilitando a interagentes das mídias sociais a sensação de empoderamento, alinhada à noção de "uma ética da sobrevivência narcísica" (Wanderley, 1999; Almeida, J., 2018; Jordão, 2007; Vasconcellos, 2014).

O poder de conexão de indivíduos também ativa e fortalece o capital social via ação conectiva, em tempos de vivências *online* cada vez mais intensas. As interações entre ativistas podem fortalecer relações de reciprocidade e de confiança mútua, além de estimular o coenvolvimento digital, ampliando as

redes relacionais e os espaços coletivos de conversação política, a partir de agendas construídas pelos próprios ativistas (Willson, 2014; Hoffmann *et al.*, 2017; De Jong, 2017).

Assim, os microativismos são favorecidos pelas lógicas conexionistas e suas formas de sociabilidade em rede, permitindo que ações ativistas individualizadas sejam elevadas a escalas maiores, decorrentes do somatório de pequenas ações que se juntam e convergem para mobilizações maiores, alavancados tanto pelas ações ancoradas nos modelos de conexão quanto pelas lógicas de agregação (Casaqui, 2016; Breuer & Groshek, 2014; Juris, 2012). O padrão de ação pautado pelo modelo dos usos e gratificações funciona, portanto, como o elemento que retroalimenta a ação individualizada, permitindo a satisfação de interesses e necessidades simbólicas no nível pessoal, mas motivando e impulsionando a ação conectiva (Bene, 2017; Bennett; Segerberg; Knüpfer, 2018).

Em consonância com a revisão de literatura apresentada anteriormente, percebe-se que militantes virtuais formam um *público em rede*, fluido, líquido e plástico, que adquire cada vez mais consistência no espaço virtual, em que a Internet facilita ao mesmo tempo as conexões e desconexões, a critério dos interagentes. A interação desses públicos é centrada em indivíduos em vez de grupos (Hodkinson,2017). Afinal, "o ciberespaço é simultaneamente espaço público e privado" (Fernback, 1997, p. 38), regido pela seleção de conteúdos de forma personalizada, afinada com o próprio gosto pessoal (Rosen, 2008).

Nessa lógica de ativismo individualizado, a comunicação é ancorada nas redes individuais e pessoais dos participantes. As ações e expressões ativistas são caracterizadas pela baixa vinculação social, pela flexibilidade da ação e pelo imediatismo da conexão com demais ativistas. Esse público constitui e se mantém por meio de relações e interações de que se formam e se desfazem espontaneamente, sem compromisso com a continuidade, diferentemente das formas tradicionais de ativismo (Flaxman *et al.*, 2016).

A observação sistemática contribuiu para a compreensão de como os recursos inerentes às características das interações são acionados pelas pessoas observadas. Além disso, permitiu-nos examinar como esses elementos são combinados de modo a tornar a ação militante no ambiente digital mais efetiva e consistente. Embora os perfis de pessoas engajadas e militantes seja muito variado, o compartilhamento de modos de atuar com as características

identificadas facilita a ação individualizada em rede em diferentes situações e contextos que se enquadram na perspectiva de microesferas públicas em rede ou de microativismos que se sobressaem pela força do coenvolvimento emocional (Marichal, 2018). Isso se torna mais evidente nos casos de ativismo digital (Houle, 2011; Heredia, 2013; Acosta Valencia, 2012).

Por fim, convém destacar que a ação militante individualizada na esfera pública digital nos coloca diante de novos desafios para a pesquisa dos fenômenos políticos, além de apresentar desafios para a própria democracia. Diante de um cenário de aumento das tendências de individualização, desinstitucionalização e despartidarização, convém problematizar a relação entre democracia e individualização no contexto político contemporâneo, o que requer mais estudos, especialmente de natureza compreensiva para desvelar esse fenômeno ainda recente.

Referências

Abreu, Demetrius L. de, & Leite, Jáder F. (2016). Protestos de junho 2013 no Brasil: novos repertórios de confronto. *Revista Polis e Psique, 6*(3), 12-35.

Acosta Valencia, Gladys Lucia. (2012) Gestión de pasiones y polarización en las redes sociales. Un análisis del aplicativo Grupos en Facebook. *Discurso & Sociedad, 6*(4), 684-719.

Almeida, Juliana C. (2018). *O reflexo de Narciso nas águas da internet: consumo e narcisismo nas sociabilidades em rede*. Appris.

Almeida, Raquel de Q. (2018). Fake news: arma potente na batalha de narrativas das eleições 2018. *Ciência e Cultura, 70*(2), 9-12. http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602018000200004

Alonso, Angela. (2012). Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociologia & Antropologia*, v.2, n.3, p.21-41, 2012.

Altheide, David L., & Snow, Robert P. (2019). *Media worlds in the postjournalism era*. Routledge.

Altieri, Luigia & Cifaldi, Gianmarco. (2018) Big data, privacy and information security in the European Union. *Society & Society Work Review, 2*(1), 56-69.

Aquino, Alexandre R., & Assis, Maria de F. P. (2016). Narcisismo: subjetividades contemporâneas. *ECOS-Estudos Contemporâneos da Subjetividade, 6*(2), 306-318.

Azevedo, Livia G.N.G. *et al.* (2015). Experimentação política da amizade em comunidades da internet a partir da teoria dos afetos de Espinosa. *Psicologia USP, 26*(2), 208-220.

Barajas, Karina B., & Carreño, Nohemí P. (2019). Desafíos de la etnografía digital en el trabajo de campo onlife. *Virtualis, 10*(18), 134-151.

Barassi, Veronica. (2016). *Activism on the web: Everyday struggles against digital capitalism*. Routledge.

Barbosa, Caroline G., Campos, Erico B. V., & Neme, Carmen M. B. (2021). Narcisismo e desamparo: algumas considerações sobre as relações interpessoais na atualidade. *Psicologia USP, 32*, 1-10. https://doi.org/10.1590/0103-6564e190014

Barros, Antonio Teixeira de (2018). Juventude e poder político local: a percepção e o discurso de jovens sobre as eleições municipais de 2016. *Sociedade e Estado, 33*(3), 849-886.

Barros, Antonio Teixeira de (2016). Educação e legislação: desafios para o aprendizado político e a cultura democrática. *Educação & Sociedade, 37*(136), 861-872.

Barros, Antonio Teixeira de (2015). O projeto de transparência do Senado Federal: entre a accountability e a propaganda política. *Sociologias, 17*(39), 338-368. https://doi.org/10.1590/15174522-017003913

Barros, Antonio. Teixeira de *et al.* (2021). Do egocasting aos gabinetes digitais: o uso de lives, stories e podcasts pelos deputados federais brasileiros. *Contextualizaciones Latinoamericanas, 2*(25), 7-23.

Beck, Ulrich (1997). *The reinvention of politics*. Polity Press.

Bene, Marton. (2017). Influenced by peers: Facebook as an information source for young people. *Social Media + Society, 3*(2), 20-56.

Bennett, W. Lance, & Livingston, Steven. (2018). The disinformation order: Disruptive communication and the decline of democratic institutions. *European journal of communication, 33*(2), 122-139.

Bennett, W. Lance, & Segerberg, Alexandra. (2013). *The logic of connective action: digital media and the personalization of contentious politics*. Cambridge University Press.

Bennett, W. Lance, Segerberg, Alexandra, & Walker, Shawn. (2014). Organization in the crowd: peer production in large-scale networked protests. *Information, Communication & Society, 17*(2), 232-260.

Bennett, W. Lance, Segerberg, Alexandra, & Knüpfer, Curt B. (2018). The democratic interface: Technology, political organization, and diverging patterns of electoral representation. *Information, Communication & Society, 21*(11), 1655-1680.

Boellstorff, Tom. (2012). Rethinking digital anthropology. In H. Horst & D. Miller (ed.), *Digital anthropology* (p. 39-60). Berg Publishers.

Borba, Julian. (2012). Participação política: uma revisão dos modelos de classificação. *Sociedade e Estado, 27*(2), 263-288. https://doi.org/10.1590/S0102-69922012000200004

Boulianne, Shelley. (2019). Revolution in the making? Social media effects across the globe. *Information, communication & society, 22*(1), 39-54.

Boutyline, Andrei, & Willer, Robb (2017). The social structure of political echo chambers: Variation in ideological homophily in *online* networks. *Political Psychology, 38*(3), 551-569.

Bracciale, Rosella, & Rega, Roberta (2016). Political Information on Twitter: #elezioni2013 and the role of gatekeeper citizens. In O. Luego (ed.), *Political communication in times of crisis* (p. 209-226). Logos Verlag.

Brandtzaeg, Petter B. (2017). Facebook is no "great equalizer". A big data approach to gender differences in civic engagement across countries. *Social Science Computer Review, 35*(1), 103-125. https://doi.org/10.1177/0894439315605806

Breuer, Anita, & Groshek, Jacob. (2014). *Online* media and *offline* empowerment in post-rebellion Tunisia: An analysis of Internet use during democratic transition. *Journal of Information Technology & Politics, 11*(1), 25-44. http://dx.doi.org/10.1080/19331681.2013.850464

Bruns, Axel. (2018). *Gatewatching and news curation: journalism, social media, and the public sphere* (Digital Formations, Vol. 113). Peter Lang.

Carneiro, Thiago L., Torres, Cláudio V., & Ekman, Joakim (2017). Participação política no Brasil e na Suécia: o papel dos estereótipos e do contágio. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 32*(esp.), 1-11. https://doi.org/10.1590/0102-3772e32ne223

Casaqui, Vander (2016). Esboços e projetos da sociedade empreendedora: mundo conexionista, sociabilidade e consumo. *Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, 23*(3), ID22654.

Castãneda, Marcelo (2018). Repertórios de ação em uma esfera pública interconectada: as campanhas da Avaaz. *Antropolítica, 1*(42). https://doi.org/10.22409/antropolitica2017.1i42.a47087

Casteltrione, Isidoropaolo. (2016). Facebook and political participation: virtuous circle and participation intermediaries. *Interactions: Studies in Communication & Culture, 7*(2), 177-196. https://doi.org/10.1386/iscc.7.2.177_1

Castillo-Torres, Daniel, Núñez-Pacheco, Rosa, & López-Pérez, Blanca E. (2019). Aportes metodológicos de la etnografía digital latinoamericana basados en World of Warcraft. *Revista Uruguaya de Antropología y Etnografía, 4*(1), 11-23. https://doi.org/10.29112/ruae.v4.n1.2.

Choi, Yeon-Tae, & Kwon, Gyeong-Hoan (2019). New forms of citizen participation using SNS: an empirical approach. *Quality & Quantity, 53*(1), 1-17.

Coleman, James Samuel. (2001). Capital social y creación de capital humano. *Zona Abierta*, 94, 47-81.

Colleoni, Elanor, Rozza, Alessandro, & Arvidsson, Adam. (2014). Echo chamber or public sphere? Predicting political orientation and measuring political homophily in Twitter using big data. *Journal of Communication, 64*(2), 317-332. https://doi.org/10.1111/jcom.12084

Costa, Jurandir F. (1984). *Violência e psicanálise*. Graal.

Dahlgren, Peter (2005). The Internet, public spheres, and political communication: Dispersion and deliberation. *Political Communication, 22*(2), 147-162.

De Blasio, Emiliana, & Selva, Donatella. (2016). Why choose open government? Motivations for the adoption of open government policies in four European countries. *Policy & Internet, 8*(3), 225-247.

De Jong, Anna (2017). Rethinking activism. *Social & Cultural Geography, 18*(6), 851-868.

Di Felice, Massimo, Roza, Erick, & Pereira, Eliete. (2019). *Net-Ativismo: redes digitais e novas práticas de participação*. Papirus.

Duarte, André (2011). Hannah Arendt e o pensamento 'da' comunidade: notas para o conceito de comunidades plurais. *O que nos faz pensar, 20*(29), 21-40.

Dubois, Elizabeth, & Blank, Grant (2018). The echo chamber is overstated: the moderating effect of political interest and diverse media. *Information, Communication & Society, 21*(5), 729-745. https://doi.org/10.1080/1369118X.2018.1428656

Earl, Jennifer, & Kimport, Katrina (2011). *Digitally enabled social change: activism in the internet age*. The MIT Press, 2011.

Flaxman, Seth, Goel, Sharad, & Rao, Justin M. (2016). Filter bubbles, echo chambers, and *online* news consumption. *Public Opinion Quarterly, 80*(51), 298-320.

Fernback, Jan (1997). The individual within the collective: virtual ideology and the realization of collective principles. In S. Jones (Ed.), *Virtual culture: identity and communication in cybersociety* (p. 36-50). Sage.

Ferraz, Claudia P. (2019). A etnografia digital e os fundamentos da antropologia para estudos qualitativos em mídias *online*. *Aurora: Revista de Arte, Mídia e Política*, 12(35), 46-69.

Fialho, Fabricio M. (2008). As múltiplas definições do capital social. *Revista de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB*, (65), 71-87.

Foregger, Sarah K. (2008). *Uses and gratifications of Facebook.com* [Tese de doutorado, Michigan State University].

Fortunati, Leopoldina (2014). Media between power and empowerment; can we resolve this dilemma? *The Information Society, 30*(3), 169-183.

Franco, Marilda M. S., & Almeida Filho, José Carlos P. de. (2009). O conceito de competência comunicativa em retrospectiva e perspectiva. *Revista desempenho, 10*(1), 4-22.

Freitas, Christiana S. de (2002). O capital tecnológico-informacional. *Estudos de Sociologia, 1*(8), 163-183.

Fuks, Mario, & Casalecchi, Gabriela A. (2019). Expandindo o conceito de competência política: conhecimento político e atitudes democráticas na América Latina. *Revista de Sociologia e Política, 26*(68), 61-74. https://doi.org/10.1590/1678987318266802

Gebera, Osbaldo W. T. (2008). La netnografía: un método de investigación en Internet. *Educar, 42*, 81-93.

Giddens, Anthony (2010). *A política da mudança climática*. Zahar.

Gomes, Elias E., & Setton, Maria da G. J. (2016). Marketing e educação política: um estudo sobre agentes, estratégias e interpretações da cultura. *Educação & Realidade, 41*, 853-872.

Grieve, Rachel *et al.* (2013). Face-to-face or Facebook: can social connectedness be derived *online*? *Computers in Human Behavior, 29*(3), 604-609.

Guess, Andrew, Nagler, Jonathan, & Tucker, Joshua. (2019). Less than you think: Prevalence and predictors of fake news dissemination on Facebook. *Science Advances, 5*(1), 45-86.

Heiss, Raffael, Schmuck, Desiree, & Matthes, Jörg (2018). What drives interaction in political actors' Facebook *posts*? Profile and content predictors of user engagement and political actors' reactions. *Information, Communication & Society, 22*(10), 1-17. https://doi.org/10.1080/1369118X.2018.1445273

Hine, Christine (2017a). From virtual ethnography to the embedded, embodied, everyday internet. In L. Hjort *et al.* (Ed.), *The Routledge companion to digital ethnography* (p. 47-54). Routledge.

Hine, Christine (2017b). Ethnographies of *online* communities and social media: Modes, varieties, affordances. *The Sage handbook of online research methods, 2*, 401-415.

Hodkinson, Paul. (2017). Bedrooms and beyond: Youth, identity and privacy on social network sites. *New Media & Society, 19*(2), 272-288.

Hoffmann, Christian Peter, Lutz, Christoph, Müller, Severina, & Meckel, Miriam. (2017). Facebook Escapism and *Online* Political Participation. In: *Proceedings of the 8th International Conference on Social Media & Society*. ACM, p. 41.

Horst, Heather A., & Miller, Daniel (2020). *Digital anthropology*. Routledge.

Hostmidia. As 10 Redes Sociais mais usadas no Brasil em 2021. https://www.hostmidia.com.br/blog/redes-sociais-mais-usadas/

Jordão, Alexandre A. (2007). Novas subjetividades: narcisismo defensivo. *Cad. Psicanal., 29* (20), 45-62.

Juris, Jeffrey S. (2012). Reflections on #Occupy Everywhere: social media, public space, and emerging logics of aggregation. *American Ethnologist, 39*(2), 87-09.

Kalsnes, Bente, & Larsson, Anders O. (2018). Understanding news sharing across social media: Detailing distribution on Facebook and Twitter. *Journalism Studies, 19*(11), 1669-1688.

Krasnova, Hannah, Wenninger, Helena, Widjaja, Thomas, & Buxmann, Peter. (2013). Envy on Facebook: A hidden threat to users' life satisfaction? In *Proceedings of the 11th International Conference on Wirtschaftsinformatik*.

Lapa, Andrea. (2015). Poder e empoderamento na cultura digital. *Em Aberto, 28*(94), 222-227.

Larsson, Anders O. (2018). "I Shared the News Today, oh Boy" News provision and interaction on Facebook. *Journalism Studies, 19*(1), 43-61.

Lasch, Christopher. (1983). *A cultura do narcisismo*. Imago.

Leitão, Débora K.; Gomes, Laura Graziela (2018). Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. *Antropolítica Revista Contemporânea de Antropologia, 1*(42), 41-65.

Maireder, Axel, Weeks, Brian E.; Gil de Zúñiga, Homero, & Schlögl, Stephan. (2017). Big data and political social networks: Introducing audience diversity and communication connector bridging measures in social network theory. *Social Science Computer Review, 35*(1), 126-141.

Marichal, José. (2018). *Facebook democracy: The architecture of disclosure and the threat to public life*. Taylor & Francis.

Marzochi, Samira F., & Balieiro, Fernando de F. (2021). Muralha de espelhos: o narcisismo político nas plataformas digitais. *Revista Brasileira de Sociologia-RBS, 9*(23), 121-148.

Mascheroni, Giovanna, & Murru, Maria Francesca. (2017). "I Can Share Politics But I Don't Discuss It": Everyday Practices of Political Talk on Facebook. *Social Media+ Society, 3*(4), 205-217.

Mattoni, Alice, & Treré, Emiliano (2014). Media practices, mediation processes, and mediatization in the study of social movements. *Communication Theory, 24*(3), 252-271.

Mendonça, Ricardo F., Freitas, Fernando V., & Oliveira, Wesley Matheus (2014). Reciprocidade discursiva, enquadramento e deliberação: a consulta pública sobre reforma política da ALMG. *Análise Social, 49*(211), 244-271.

Mezzomo, Frank Antonio, Dos Anjos, Brandon L., & Pataro, Cristina S. (2020). Os usos do Facebook em campanhas eleitorais. *Compolítica, 10*(2), 109-136.

Metz, Manon; Kruikemeier, Sanne, & Lecheler, Sophie. (2019). Personalization of politics on Facebook: examining the content and effects of professional, emotional and private self-personalization. *Information, Communication & Society, 23*(10).

Miller, Daniel (2018). *Digital Anthropology*. Cambridge Encyclopedia of Anthropology. http://doi.org/10.29164/18digital

Miskolci, Richard (2017). *Desejos digitais*, Autêntica Editora.

Mitozo, Isabele B.; Massuchin, Michele G., & Carvalho, Fernanda C. (2017). Debate político-eleitoral no Facebook: os comentários do público em *posts* jornalísticos na eleição presidencial de 2014. *Opinião Pública, 23*(2), 459-484.

Murta, Felipe *et al.* (2017). Eleições e mídias sociais: Interação e participação no Facebook durante a campanha para a Câmara dos Deputados em 2014. *Compolítica, 7*(1), 47-72.

O'Donnell, Guillermo. (2010). *Democracy, agency, and the state: theory with comparative intent*. Oxford Studies in Democratization. Oxford Academic.

Papacharissi, Zizi. (2015). *Affective publics: Sentiment, technology, and politics*. Oxford University Press.

Papacharissi, Zizi, & Mendelson, Andrew. (2010). Toward a new (er) sociability: uses, gratifications and social capital on Facebook. In S, Papathanassopoulos. *Media perspectives for the 21st century* (p. 212-230). Routledge.

Pavesi, Patrícia P. & Valentim, Julio (2019). Emoção e polarização nas e pelas redes digitais: a gestão de repertórios afetivos por públicos em rede. *Sinais: Revista de Ciências Sociais, 2*(23), 98-127.

Pereira, Samira Cristina S., & Mendes, Sérgio P. C. (2020). Um debate sobre o campo *online* e a etnografia virtual. *Revista Digital de Tecnologias Cognitivas*, 21, 196-212.

Pérez, Maria Amor, & Delgado, Águeda (2017). Da competência digital e audiovisual à competência midiática: dimensões e indicadores. *Lumina, 11*(1).

Petitat, André. (2011). Educação difusa e relação social. *Educação & Realidade, 36*(2), 365-377.

Peyton, Tamara. (2013). Emotion to Action? Deconstructing the ontological politics of the "like" button. In T. Benski, & E. Fisher. *Internet and Emotions* (p. 127-142). Routledge.

Plesner, Ursula, & Phillips, Louise (2014). *Researching virtual worlds: Methodologies for studying emergent practices*. Routledge.

Pink, Sarah (2016). Digital ethnography. In S. Kubitschko, & A. Kaun. *Innovative Methods in Media and Communication Research* (p. 161-165). Palgrave MacMillan Cham.

Pond, Philip; Lewis, Jeff (2019). Riots and Twitter: connective politics, social media and framing discourses in the digital public sphere. *Information, Communication & Society, 22(2), 213-231.*

Quan-Haase, Anabel, & Young, Alyson. L. (2010). Uses and gratifications of social media: A comparison of Facebook and instant messaging. *Bulletin of Science, Technology & Society, 30*(5), 350-361.

Quattrociocchi, Walter, Scala, Antonio, & Sunstein, Cass R. (2016). Echo chambers on Facebook. The Social Science Research Network. Havard University. https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2795110

Ranchordás, Sofia. (2017). Digital agoras: democratic legitimacy, *online* participation and the case of Uber-petitions. *The Theory and Practice of Legislation, 5*(1), 31-54.

Rega, Rossella. (2013). Culture partecipative e nuovo engagement. *Sociologia della comunicazione, 46*, 131-149.

Ribeiro, Edinaldo, Borba, Julian, & Hansen, Jaqueline. (2019). Internet e ativismo político na América Latina e Caribe: Recursos individuais e oportunidades de acesso. *Civitas, 19*(1), 261-280. https://doi.org/10.15448/1984-7289.2019.1.30332

Roberts, Steven *et al.* (Eds.). (2016). *Digital methods for social science: An interdisciplinary guide to research innovation*. Palgrave MacMillan.

Rocha, Ana Luiza C., & Eckert, Cornelia (2016). Antropologia em outras linguagens: considerações para uma etnografia hipertextual. *Revista Brasileira de Ciências Sociais, 31*(90), 71-85.

Rocha, Leonardo C., & Braga, Sergio S.. (2015). Novas mídias e partidos políticos: ação política das instituições partidárias brasileiras na internet. *Anuário Unesco / Metodista de Comunicação Regional, 17*(17), 209-221.

Rosen, Christine. (2008). The Age of Egocasting. *The New Atlantis*, 7, 51-72.

Safatle, Vladimir (2016). *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. Cosac & Naif.

Sawicki, Danieli P., & Storti, Adriana T. (2016). Marketing pessoal e marca pessoal: um olhar teórico sobre a importância e principais conceitos. *Perspectiva, 40*(150), 27-38.

Sibilia, Paula. (2008). *O show do Eu. A intimidade como espetáculo*. Nova Fronteira.

Silveira, Paulo (1990). Narcisismo: sintoma social? *Tempo Social, 2*(2), 129-144.

Silveira, Sergio A. (2010). Ciberativismo, cultura hacker e o individualismo colaborativo. *Revista Usp*, 86, 28-39.

Sheldon, Kennon M., & Abad, Neetu, & Hinsch, Christian. (2011). A two-process view of Facebook use and relatedness need-satisfaction: Disconnection drives use, and connection rewards it. *Journal of Personality and Social Psychology, 100*(4), 766-775.

Siqueira, Mirlene Maria. M. (2005). Esquema mental de reciprocidade e influências sobre afetividade no trabalho. *Estudos de Psicologia, 10*(1), 83-93.

Smock, Andrew D., Ellison, Nicole B., Lampe, Cliff, & Wohn, Donghee Y. (2011). Facebook as a toolkit: A uses and gratification approach to unbundling feature use. *Computers in Human Behavior, 27*(6), 2322-2329.

Terra, Carolina F. (2017). Do broadcast ao socialcast: apontamentos sobre a cauda longa da influência digital, os microinfluenciadores. *Communicare, 17*(Esp.), 80-101.

Terra, Carolina F. (2009). Usuário-mídia: o quinto poder. Um estudo sobre as influências do internauta na comunicação organizacional. *Anais do 3º Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas–Abrapcorp, III*. São Paulo, 12 a 15 de outubro de 2009.

Tilly, Charles (2006). *Regimes and repertoires*. University of Chicago Press.

Toepfl, Florian. (2018). From connective to collective action: internet elections as a digital tool to centralize and formalize protest in Russia. *Information, Communication & Society, 21*(4), 531-547.

Van Laer, Jeroen & Van Aelst, Peter (2010). Internet and social movement action repertoires: Opportunities and limitations. *Information, Communication & Society, 13*(8), 1146-1171.

Vasconcellos, Maria Cristina G. (2014). Narciso à procura de sua imagem no espelho: algumas reflexões sobre o narcisismo na atualidade. *Rev. Psicanal, 21*(3), 661-674.

Vitorino, Elizete V., & Piantola, Daniela. (2011). Dimensões da competência informacional. *Ciência da Informação, 40*(1), 99-110.

Vromen, Ariadne, Loader, Brian D., Xenos, Michael A., & Bailo, Francesco (2016). Everyday making through Facebook engagement: Young citizens' political interactions in Australia, the United Kingdom and the United States. *Political Studies, 64*(3), 513-533.

Wanderley, Alexandre A. R. (1999). Narcisismo contemporâneo: uma abordagem laschiana. *Physis: Revista de Saúde Coletiva, 9*(2), 31-47.

Williams, Hywell T. P., McMurray, James, R., Kurz, Tim, & Lambert, F. Hugo. (2015). Network analysis reveals open forums and echo chambers in social media discussions of climate change. *Global Environmental Change*, 32, 126-138.

Willson, Michele. (2014). The politics of social filtering. *Convergence, 20*(2), 218-232.

Zuckerberg, Randi. (2010). Accidental activists: Using Facebook to drive change. *Journal of International Affairs, 64*(1), 177-180.

Recebido: 31 jan. 2022.
Aceite final: 23 set. 2022.

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 4.0

https://doi.org/10.20336/rbs.888

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Entre dois ciclos políticos: o percurso do MTST e os caminhos das lutas urbanas

Between two political cycles: the course of MTST and the paths of urban struggles

Cristhiane Falchetti*

RESUMO

O artigo analisa a dinâmica da ação coletiva pós anos 1990 no Brasil, destacando a reconfiguração das lutas urbanas à luz da dinâmica societária em que se inserem. De uma perspectiva relacional e processual, a pesquisa segue a trajetória do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), situando-o como movimento intermediário entre o ciclo de democratização e o ciclo que se abre após junho de 2013. Com base nas práticas e discursos dos atores políticos, são identificadas mudanças e continuidades entre um ciclo e outro, bem como a ampliação das fronteiras que definem os movimentos sociais e o deslocamento dos limites de sua atuação.

Palavras-chaves: lutas urbanas; ciclos políticos; MTST; ação coletiva; reconfiguração

* Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
Mestre (UNESP) e Doutora (USP) em Sociologia.

ABSTRACT
The article analyzes the dynamics of collective action after 1990 in Brazil, highlighting the reconfiguration of urban struggles as the societal dynamics in which they are included. From a relational and procedural perspective, the research follows the trajectory of the Homeless Workers' Movement (MTST), situating it as an intermediate movement between the cycle of democratization and the cycle after June 2013. Based on the practices and discourses of political actors, changes and continuities between one cycle and another are identified, as well as the expansion of the boundaries that define social movements and the displacement of the limits of their performance.

Keywords: urban struggles, political cycles, MTST, collective action, reconfiguration.

Introdução[1]

Se a década de 1990 foi marcada pela dita globalização neoliberal e pela desarticulação da organização do trabalho, o início do novo milênio registrou protestos massivos nas principais cidades do mundo, que denunciam as tensões entre a democracia liberal e o neoliberalismo (Della Porta, 2015).[2] No Brasil, as chamadas jornadas de junho de 2013 se conectaram a essa onda global de protestos, impactando toda a política e reposicionando a ação coletiva (Bringel & Pleyers, 2015). Desde então, abriu-se um novo ciclo político marcado por uma crise de legitimidade, inicialmente expressa pelo desgaste das formas institucionais e representativas, seguida pela ascensão ao poder da

[1] Versão revisada do texto apresentado no Comitê de Pesquisa Movimentos Sociais, durante o 20° Congresso da SBS, em Belém – PA, entre 12 e 17 julho de 2021.

[2] Após a crise econômica de 2008, houve levantes na Islândia e na Tunísia; em fins de 2010, iniciou-se a luta contra regimes autoritários no Oriente Médio e no norte da África, a chamada "Primavera Árabe"; em 2011, ocorreram as manifestações dos jovens da "Geração à Rasca" contra políticas neoliberais em Portugal; em seguida, os "Indignados", na Espanha, questionavam a democracia representativa e as estruturas de poder; e o movimento "Occupy Wall Street", nos EUA, discutia a financeirização da economia e a desigualdade econômica. O Movimento Passe Livre (MPL) é tributário de uma forma de pensar e praticar a política presente nas lutas antissistêmicas latino-americanas, a exemplo dos Zapatistas, do movimento estudantil que promoveu a célebre Ocupação da Unam (México, 1999) por longos dez meses, das Lutas da Assembleia Popular dos Povos de Oaxaca – Appo (2006), das lutas do movimento Pinguim no Chile (2006) e dos levantes da juventude pela educação pública no Chile, em 2012-2013, e das ocupações das reitorias pelos estudantes das universidades federais em 2006, assim como a ocupação da USP em 2007.

extrema direita no governo federal e em muitos cargos legislativos e por suas sucessivas contestações às instituições democráticas e ao sistema eleitoral.

Essa nova configuração política colocou em questão não apenas as práticas e os atores políticos forjados no processo de democratização, como também os próprios parâmetros pelos quais eles podiam ser compreendidos. No intervalo entre o ciclo político de redemocratização e novo ciclo pós-junho de 2013, a literatura passou do centramento nos "sujeitos políticos" organizados (Sader, 1988) ao "descentramento da forma-movimento" (Bringel & Domingues 2018), passando pelas dicotomias entre participação institucionalizada e ação direta, organização formalizada e autonomismo.

Considerando essa virada interpretativa, este artigo examina as redefinições no âmbito da ação coletiva[3], especialmente nas lutas urbanas, no período intermediário entre esses dois ciclos, com o objetivo de compreender permanências e deslocamentos que definem o próprio sentido de ser do movimento social. Partindo de uma perspectiva relacional e processual, analiso a trajetória do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), descrevendo a dinâmica das lutas sociais que atravessaram o processo de neoliberalização no Brasil. Ao situar o MTST como um movimento intermediário entre o ciclo político de democratização e o atual, busco compreender o que ele informa sobre os conflitos sociais e as formas de mediação que articulam os mundos social e político.

Atualmente, o MTST figura como o maior movimento urbano no Brasil, está presente em 11 estados e mobiliza cerca de 30 mil famílias, a maioria na Região Metropolitana de São Paulo. Herdeiro do ciclo político de democratização, mas nascido no contexto de neoliberalização, é um movimento que atravessou a virada do século, tornando-se um dos principais atores da cena política após junho de 2013 e consolidando lideranças políticas com destaque nacional, como Guilherme Boulos. Desse modo, o percurso do MTST possibilita estabelecer os nexos, no tempo e no espaço, entre o campo da ação coletiva e a dinâmica social de um ciclo ao outro.

A pesquisa foi baseada em levantamento bibliográfico sobre as lutas urbanas e trabalho de campo realizado em São Paulo, SP, capital, por meio de observação participante, entrevistas e análise documental, durante o meu doutorado, entre

[3] *Ação coletiva* é um termo mais amplo que movimento social e busca lidar com mudanças na dinâmica social que afetaram determinadas categorias e exigem um instrumental analítico menos rígido e mais ajustado à pesquisa exploratória.

2015-2019. A análise dos dados se orienta pelos seguintes eixos: as articulações e escalas de atuação; os repertórios de luta e interação socioestatal; o contexto sociopolítico e o posicionamento assumido pelos diferentes atores.

Metodologicamente, a pesquisa tenta lidar com desafios trazidos aos estudos dos movimentos sociais, e que demandam novas incursões de campo e oxigenação teórica. Assim, a abordagem de trajetória numa perspectiva relacional visa a uma compreensão processual e ampliada da ação coletiva com base na observação empírica. Da mesma forma, o recorte em torno da relação entre ação coletiva e dinâmica urbana procura conectar os processos micro e macrossociais, apoiando-se na leitura dos estudos urbanos de que a cidade é um contexto dinâmico com o qual os agentes interagem (Frúgoli Junior, 2009).

Nessa abordagem, a noção de ciclo político é empregada como um recurso analítico para sinalizar momentos de deslocamentos societários em que a ação coletiva é interpelada e responde a determinadas questões de formas variadas. Assim, o ciclo político corresponde a um recorte temporal que delimita a historicidade das lutas e conflitos sociais, compreendendo sua trajetória (atores, projetos políticos e seus desdobramentos) em relação às condições históricas (modo de produção, forma do Estado, conflito social).

Seguindo a dinâmica das lutas urbanas que se desenrolaram no período analisado, o texto apresenta três seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira corresponde à origem e constituição do MTST, apresentando a configuração e inflexão do campo político organizado durante o ciclo de democratização. A segunda corresponde à construção e expansão do MTST, discutindo a intensificação dos conflitos urbanos e os reposicionamentos nas interações socioestatais. A terceira corresponde à visibilidade e protagonismo do MTST, abordando os antecedentes e desdobramentos das jornadas de junho em um novo ciclo político.

Da democratização à neoliberalização: origem e emergência dos movimentos de sem-teto

Como já amplamente explorado pela literatura, no Brasil o período de democratização foi marcado pela aposta nos chamados "novos sujeitos políticos": movimentos sociais, o novo sindicalismo e setores organizados da sociedade civil (Paoli, 1991). A aparição e inserção desses atores na

esfera pública impulsionou o debate político das décadas de 1970 a 1990, conduzindo a uma renovação das matrizes de leitura sobre a ação coletiva.

O MTST surgiu nos anos 1990, em um momento em que parte da literatura falava de "refluxo" desses movimentos sociais, porém se origina desse mesmo campo político forjado no processo de redemocratização. O MTST foi criado a partir do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que visava a construção de uma frente de ação nas cidades, diante da necessidade de fortalecimento da luta fundiária, que vinha sendo hostilizada no campo, e da mudança no perfil da sua base social, cada vez mais urbana (MTST, 2005).

Na mesma época, surgiram diversos movimentos de sem teto no centro da cidade de São Paulo, em sua maioria, derivados da União de Lutas de Cortiços (ULC), criada pela União dos Movimentos de Moradia (UMM), em 1991. Naquele ano, a UMM havia realizado um seminário com movimentos de 18 estados e promovido uma marcha a Brasília reivindicando uma política de habitação popular e um conselho participativo, mas não obteve resposta do governo. Após uma onda de ocupações no centro de São Paulo, houve uma reconfiguração dos movimentos urbanos, devido à ampliação da demanda e das discordâncias internas em relação aos métodos de ação (Miagusko, 2008). Daí resultam: o Fórum de Cortiços, o Movimento de Moradia do Centro, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto da Região Central, o Movimento dos Sem-Teto do Centro, o Movimento de Moradia da Região Central (Pereira, 2012).

Tanto o MST quanto a UMM foram gestados no ciclo de democratização e pertencem ao chamado campo democrático-popular, organizado em torno do Partido dos Trabalhadores (PT). No contexto do regime militar, as lutas sociais organizadas no campo, nos bairros e nas fábricas foram decisivas para a constituição de um campo democrático e a criação do PT, em 1980. Com o processo de democratização, a aposta nas instituições democráticas e na inserção pela cidadania orientou a ação coletiva para uma maior formalização e organização da representação em nível nacional.[4] A articulação do Novo

[4] Nesse período, surgiram as entidades nacionais que agregam movimentos e associações: a) a Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam), criada em 1982, motivada pela construção de uma projeção nacional da representação dos bairros, a fim de avançar suas pautas e influência no cenário político; b) a União Nacional por Moradia Popular (UNMP), criada em 1989, voltada à moradia, abarcando desde práticas autogestionárias até participação nos conselhos e fóruns; c) o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM), criado em 1990, voltado a moradia e reforma urbana; d) a Central de Movimentos Populares (CMP), surgida em 1993 da desarticulação da Anampos, concebida nos mesmos termos das Centrais Sindicais, articulada ao PT e à CUT e agregando diversos movimentos sociais (saúde, moradia, mulheres, negros, indígenas, direitos humanos).

Sindicalismo consolidaria a CUT, em 1983, e as Ligas Camponeses dariam origem ao MST, em 1984. Em 1987 surge a UMM, constituída a partir dos movimentos de bairros, que passou a compor o Movimento de Reforma Urbana e o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) – formado por movimentos urbanos, associações profissionais, ONGs e instituições de pesquisa que tinham como plataforma política a Reforma Urbana.[5]

Esse campo político organizado congregou uma rede de movimentos e setores sociais que circulavam nos espaços de militância e partilhavam um projeto político comum, enunciado na linguagem dos direitos (Paoli, 1991). O MTST surge do encontro do MST com os movimentos urbanos, durante a Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária para Brasília, em 1997, a qual fazia oposição à política econômica neoliberal do governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e protestava contra a criminalização do MST, marcada pelo massacre de Eldorado dos Carajás, no ano anterior. Em um cenário de crise e redefinições da ação sindical e dos movimentos de moradia, o MST havia constituído um campo gravitacional próprio e ganhado preponderância na cena política. Contudo, a crise urbana somada ao desemprego tornava a vida urbana dramática nos anos 1990.

Com o fortalecimento da política econômica neoliberal, os ajustes fiscais ortodoxos aprofundaram os efeitos da recessão econômica em curso desde os anos 1980, afetando drasticamente a capacidade dos governos locais de executarem as atribuições recebidas pela descentralização. Houve aumento do déficit habitacional e construção de arranjos econômicos entre governos e iniciativa privada que implicaram maior mercantilização das cidades (Arantes *et al.* 2000).[6] A situação social era de crise e enfraquecimento político das classes trabalhadoras. O assalariamento recuava, interrompendo o ciclo de mobilidade ocupacional da era industrial fordista. Sob impacto da

[5] Durante a Constituinte, o MRU obteve conquistas importantes nos marcos da CF/88, como o princípio da função social da propriedade e o direito dos ocupantes informais, criando bases jurídicas para a implementação da agenda de reforma urbana, a qual incluía: o reconhecimento do direito dos posseiros, a luta contra a especulação imobiliária e a democratização dos processos decisórios das políticas urbanas. A habitação foi reconhecida como direito fundamental e foram definidos os marcos para a construção de uma política habitacional orientada pelos princípios de participação e descentralização.

[6] O déficit habitacional cresceu 19,9%, entre 1991 e 2000, e 40,9% entre famílias com renda inferior a dois salários mínimos (Bonduki, 2008). Estimativas baseadas no censo indicam que, nesse mesmo período, o percentual de pessoas vivendo em favelas passou de 9% para 11% entre a população paulistana (Rolnik, 2015), sendo que houve perda de população no centro e adensamento das periferias, combinados a altos índices de violência urbana.

reestruturação produtiva, os empregos industriais diminuíram e os trabalhos no setor de serviço são marcados pela informalidade e precariedade.[7]

Nesse contexto, surgem os movimentos de sem-teto, entre eles o MTST. A autonomeação *sem-teto* é expressiva das mudanças sociais e das condições de luta no contexto neoliberal, o que implicaria uma inflexão em relação aos movimentos originários do ciclo de democratização. Primeiramente, a unidade coletiva aparece na condição de vida dos sujeitos, e não na pauta reivindicativa, como era o caso dos denominados movimentos de moradia: "somos todos sem-teto, esta é a grande privação que nos une". Em segundo, observa-se uma mudança de perspectiva na luta política, do "direito à moradia" para o apelo à "moradia digna". A dificuldade de acesso à moradia aflige famílias cuja renda é insuficiente para sua manutenção básica, configurando o que Mouriaux (2002) denominou "lutas de urgência", as quais são atreladas à sobrevivência e, portanto, ao plano imediato da vida; daí as ocupações de prédios no centro e o uso da forma-ocupação como alternativa de moradia.

Essas redefinições apontam mudanças no perfil da base social dos movimentos urbanos e se refletem no deslocamento na figura do trabalhador, que deixa de ser a referência central para a maioria dos movimentos. No caso do MTST, essa referência é reafirmada na sua autodefinição como "movimento dos trabalhadores", mantendo também a perspectiva de classe herdada dos movimentos do ciclo de democratização. Contudo, o movimento reconhece as mudanças nas condições de organização dos trabalhadores e coloca-se como um "movimento territorial", adotando as ocupações nas periferias como a principal estratégia de organização política.

Dessa forma, a inflexão ocorrida nas lutas urbanas nos anos 1990 corresponde às mudanças nas condições de trabalho e moradia. Ainda que a precariedade seja uma constante na formação da classe trabalhadora no Brasil e a cidadania salarial fosse apenas uma promessa para a camada de trabalhadores mais pobre, observa-se que suas formas de inserção no espaço urbano e no mundo do trabalho se tornam mais *incertas* e *inseguras* do que aquelas experimentadas no período de industrialização e expansão urbana.[8]

---

[7] No início dos anos 2000, segundo o IBGE (2000), cerca de 54 milhões de pessoas, 53,4% da população economicamente ativa do Brasil, trabalhavam no mercado informal, e 70% dos trabalhadores urbanos tinham empregos incertos.

[8] Desenvolvi essa discussão na pesquisa de doutorado. Ver: Falchetti (2019)

Aquele modelo baseado na expansão periférica, na moradia irregular e autoconstruída, que havia reduzido o custo de reprodução do trabalho tornando a produção capitalista periférica mais competitiva (Oliveira, 2003; Kowarick, 1979) se esgotou. E a inclusão social pela cidadania salarial já não figura como um projeto no horizonte político-social (Cabanes *et al.*, 2011).

Nesse cenário, é a gestão das emergências que se coloca como modo de mediação da questão social. Como analisa Miagusko (2008, p.61), juntamente com o surgimento dos movimentos de sem-teto, ocorre um "deslocamento de parcela significativa das políticas habitacionais para programas de gestão de precariedades, definindo públicos-alvo específicos e atendendo populações empobrecidas sem a perspectiva de financiamento habitacional" (p. 61). A partir daí, ocorre um contínuo deslizamento das políticas de caráter universalizante para aquelas de caráter tópico e contingencial, afastando-se do paradigma da cidadania em direção à mediação política pelo mercado. O próprio Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), em suas contradições, promoveu a expansão do mercado por meio da inclusão social no consumo.[9]

Entre conflitos urbanos e a política nacional: o MTST e a prática das ocupações

Mas, se os movimentos de sem-teto e a retomada das ocupações nos anos 1990 implicaram o deslocamento da ação coletiva da luta institucional no nível nacional em direção à ação direta centrada nas cidades, a década seguinte seria de construção das instituições participativas e institucionalização dos canais de interação com Estado. Daí o predomínio dos estudos sobre a sociedade civil e as novas instâncias participativas, cujas formas democráticas foram gestadas, ao mesmo tempo, no bojo da democratização e do movimento de neoliberalização no Brasil (Dagnino, 2004). Nesse período, enquanto o campo político articulado em torno do PT convergiu para uma atuação de mais colaboração com o Estado e de aproximação com o governo federal, o MTST fez das ocupações urbanas sua principal forma de atuação.

Assim, ao longo dos anos 1990 e 2000, as ocupações urbanas foram o centro dinâmico das lutas sociais, sendo o MTST um dos principais atores

[9] Em outros trabalhos discorri mais detidamente sobre o PMCMV, argumentando sobre a mediação mercantilizada do social e seus impactos sobre o urbano.

em movimento, inclusive na era lulista, quando a institucionalização da ação política foi marcante. Embora as ocupações urbanas sejam uma prática antiga dos movimentos de moradia, elas foram sendo remodeladas e ganharam significados diversos ao longo do tempo. Essa reformulação constante registra a trajetória do MTST, cujo percurso pode ser organizado em três fases distintas, as quais remetem às condições urbanas, à configuração dos movimentos sociais e à conjuntura política.

A *fase constitutiva* do MTST foi marcada pela proximidade com o MST e pelo alinhamento com o projeto democrático-popular, adotando as mesmas formas de organização, métodos de ação e posicionamentos políticos.

As primeiras ocupações foram feitas em conjunto com o MST, adotando a mesma estratégia baseada na posse da terra ocupada: "ocupar e morar aqui". Cada família separava sua porção do espaço e começava a construir sua moradia no local, resistindo a toda pressão e repressão para afirmar o direito à moradia. Embora essas ocupações fossem organizadas, elas se assemelhavam às chamadas "invasões espontâneas", cujo propósito era conseguir a posse do terreno para construir a própria casa.

Entretanto, as experiências das ocupações Oziel Alves (Campinas), Anita Garibaldi (Guarulhos), Carlos Lamarca (Osasco) e Santo Dias (São Bernardo do Campo) mostraram que a complexidade dos conflitos urbanos implicava formas de ação e ocupação distintas do campo (Miagusko, 2008; Goulart, 2011). Além do problema da urbanização precária associada a esse tipo de ocupação, a violência urbana e a disputa de território pelo tráfico de drogas colocavam em risco a manutenção da ocupação e a própria vida dos militantes. A questão da criminalidade afetava duplamente o movimento que, de um lado, sofria ameaças dos traficantes e, de outro, era associado ao crime pela polícia e pelos meios de comunicação. As disputas territoriais com o tráfico, o poder público, as igrejas e demais organizações instaladas nos territórios, as sucessivas investidas da polícia e as inúmeras ações de despejo aprovadas pela Justiça tornaram aquele tipo de ocupação inapropriada para a construção política.

A *fase de redefinição* do MTST ocorre a partir de 2005 e caracteriza-se pela reformulação no formato das ocupações e na interação com os territórios. O movimento inicia a construção de feições próprias e independência política, distanciando-se tanto dos demais atores do campo político organizado ligados ao projeto democrático popular, como da atuação institucional.

Além do afastamento do MST das ocupações urbanas, os dois movimentos também assumiram posições diferentes sobre os governos Lula, especialmente após o massacre da ocupação de São Bernardo do Campo, em 2003. Enquanto o MST seguiu como base de apoio do governo, o MTST atuou como oposição de esquerda. Os governos do PT se caracterizaram pela consolidação do processo de institucionalização da participação, com a ampliação dos mecanismos de gestão participativa, o que implicou uma reorientação da ação coletiva organizada, ligada ao projeto democrático-popular. Na conjuntura específica de São Paulo, o governo Marta Suplicy (PT, 2001-2004) já caminhava nessa direção com a criação de conselhos e programas sociais habitacionais em pareceria com ONGs e a incorporação de lideranças dos movimentos ao governo, modificando a lógica de mediação dos conflitos e delimitando um campo de atuação mais articulado com a estratégia eleitoral (Teixeira & Tatagiba, 2005). Frente a certo isolamento no campo político da esquerda e à tentativa de independência política, o MTST, afastando-se das formas de participação institucionalizadas, aposta na organização pela base e na ação direta.

Com as ocupações Chico Mendes (Taboão da Serra) e João Cândido (Itapecerica da Serra), o movimento inaugurou um novo formato de ocupação e se reorganizou construindo uma narrativa e definições próprias no campo da esquerda (Miagusko, 2008; Goulart, 2011). As ocupações passam a ser orientadas para a organização coletiva e para a pressão política sobre os governos por políticas habitacionais, aliando vivência coletiva nas ocupações com mobilizações no espaço público. Para evitar a favelização ou os traumas dos despejos sucessivos, as ocupações se tornam provisórias e orientadas para a organização do coletivo: não há divisão do terreno nem construções definitivas; as instalações são coletivas e improvisadas; privilegiam-se os espaços comuns (cozinhas, salão, palco, praça); a organização e manutenção da ocupação é compartilhada.

Para assegurar a permanência mínima do coletivo e construir vínculos sociais e práticas solidárias entre seus integrantes, as ocupações são realizadas em territórios periféricos onde vivem os trabalhadores pobres e em localizações menos "visadas". Os vínculos e proximidade entre os integrantes da ocupação possibilitaram que se formassem núcleos de bairro, o que mantinha o coletivo organizado mesmo após a desocupação do terreno. Foram sendo criadas articulações com diversos setores sociais e conexões

com os territórios, diversificando as atividades formativas e culturais. A chegada de novos militantes e a participação de ativistas deram forma às chamadas brigadas, pelas quais se estabelecem conexões com universitários, artistas, jornalistas. A aproximação de grupos culturais na periferia, por meio da Periferia Ativa[10] e da participação da Cooperifa[11], ampliou a imersão do MTST nos territórios, em especial da Zona Sul de São Paulo, atuando na interface entre cultura e política.

Nessa fase, o MTST firma princípios organizativos para suas ocupações, tais como: formação de militantes, organização e mobilização coletiva, territorialização, referência nas comunidades, conforme proposta apresentada na cartilha de 2009 (MTST, 2015).

A fase de *expansão e consolidação* do MTST ocorre na década de 2010 e se caracteriza pela intensificação das ações e pela nacionalização do movimento, que se torna um dos principais atores políticos no campo da esquerda. Com o objetivo de se fortalecer politicamente, sua atuação tem se baseado na combinação entre confronto e negociação.

A conjuntura política nacional desse período foi marcada pela estruturação institucional das políticas urbana e habitacional no governo federal, com participação dos movimentos sociais, e posterior distanciamento da agenda da Reforma Urbana. Enquanto os movimentos ligados ao campo democrático-popular atuaram na interface com o Estado, por meio do Fórum de Reforma Urbana e do Ministério das Cidades, na construção da Política Nacional de Habitação, o MTST pressionou por meio das ocupações urbanas, ampliando sua atuação em âmbito nacional.

A estratégia definida pelo MTST consistia no "acúmulo de força política" e na construção de "poder popular", com vistas a aumentar sua relevância no cenário político. Assim, o movimento começou a articular uma rede nacional com movimentos urbanos que tivessem a mesma perspectiva de atuação, pautada pela ação direta e autonomia político-partidária. A Frente Nacional de Resistência Urbana, criada em 2007, passou a organizar ações coordenadas, como a jornada nacional de lutas em 2008, com várias

[10] A Periferia Ativa foi criada pelo MTST e reúne associações e militantes comunitários na Grande São Paulo, e atua nas periferias com o objetivo de organizar ações políticas e culturais. Tem um caráter territorial.

[11] A Cooperifa é um movimento cultural de incentivo às manifestações culturais da periferia, iniciado em 2000, num bar na Chácara Santana, zona sul de São Paulo, com saraus às quartas-feiras. Em 2007, o MTST ganhou o 3º prêmio Cooperifa, que premia iniciativas que contribuam com a arte na periferia.

ocupações simultâneas, e diversas ações contra os efeitos urbanos das obras da Copa de 2014.[12] Essa articulação alterou a configuração das lutas, descentrando-as do eixo Rio-São Paulo e colocando em cena movimentos "marginais" ao campo democrático-popular.

Em São Paulo, a suspensão dos programas habitacionais pelos governos Serra e Kassab (PSDB/DEM, 2005-2012) e as ações de repressão e reintegração de posse restringiram as ocupações no centro e reforçaram a ação institucional dos movimentos. Depois da emblemática desocupação do edifício Prestes Maia, em 2007, e da traumática remoção do Pinheirinho em São José dos Campos, em 2012, os conflitos urbanos ganharam outro patamar, especialmente do ponto de vista dos arranjos de forças jurídico-institucionais.

Nesse contexto, as ocupações do MTST resistiam e davam visibilidade às periferias metropolitanas. Focando os chamados "vazios urbanos", o movimento se baseia no princípio constitucional da função social da propriedade, identificando e ocupando propriedades em desacordo com o fisco ou a Justiça. Com isso, busca respaldo legal às ocupações e melhores condições de negociação junto ao poder público. Contudo, as experiências das ocupações Frei Tito (Campinas), Silvério de Jesus (Embu das Artes) e Terra e Liberdade (Mauá) explicitavam que, apesar das garantias formais do direito à moradia e dos instrumentos institucionais contidos no Plano Diretor das cidades para o cumprimento da função social da propriedade, o que ocorria eram reiteradas reintegrações de posse e negação do direito à moradia (Costa, 2013).

O embate jurídico a que as ocupações são conduzidas e a sucessiva prevalência da instituição da propriedade privada sobre a função social da terra colocam à prova os marcos institucionais decorrentes da agenda da Reforma Urbana, no tocante à democratização do acesso à moradia e à cidade. Instrumentos jurídicos e urbanísticos relativos ao planejamento urbano, regularização urbana e proteção ambiental são constantemente mobilizados contra as ocupações pelas forças da ordem, conforme a conveniência das relações locais de poder. Considerando que a institucionalidade era insuficiente para garantir o acesso à moradia e que as negociações dependiam

[12] A Resistência urbana é composta por Movimentos Sem teto e Movimentos de afirmação do Direito à cidade presentes em vários Estados do Brasil, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), o Movimento de Luta Popular (MLP/PA), o Movimento Urbano dos Sem Teto (MUST/SP), o Terra Livre – Movimento Popular do Campo e da Cidade, o Movimento dos Sem Teto da Bahia (MSTB/BA), e as Brigadas Populares (BPs).

da visibilidade do conflito, o movimento ampliou as formas de mobilização, incluindo ocupações de prédios públicos e protestos nas ruas.

Com a retomada da política habitacional pelo governo federal, após mais de 20 anos sem investimentos públicos na área, os movimentos organizados pleitearam parte dos recursos do Programa Minha Casa Minha Vida, o qual havia sido concebido por fora da construção coletiva sobre a Política Nacional de Habitação (Rolnik, 2015). Frente à pressão dos movimentos, o governo criou a modalidade do Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades, que correspondia a cerca de 3% de todo o investimento no programa e se voltava ao atendimento da demanda de baixa renda (até três salários mínimos) por meio dos movimentos sociais. Essa modalidade acabaria por representar a outra face do consenso lulista, envolvendo entidades historicamente vinculadas à luta pela Reforma Urbana e legitimando, assim, o programa. Como destaca Singer (2012, p. 9): "O lulismo existe sob o signo da contradição. Conservação e mudança, reprodução e superação, decepção e esperança num mesmo movimento".

Nesse cenário, o MTST buscou manter certa independência partidária e fez oposição de esquerda aos governos do PT, mas suas ações passaram a se orientar pela disputa pelos fundos públicos. Em consequência disso, voltou-se mais para o âmbito nacional e para a política habitacional, expandiu sua atuação para outros estados, adotando uma estratégia que combina confronto e negociação na luta pela moradia. As ocupações se tornaram maiores e mais numerosas, com foco na mobilização de massa e nos processos de negociação com os governos.

O PMCMV contribuiu com o fortalecimento político do MTST, na medida que possibilitou a chamada "conquista" habitacional para as ocupações. Frente às dificuldades de atuação em territórios periféricos cada vez mais heterogêneos e atravessados pelos mercados formal e informal, o lançamento do maior programa habitacional do país e a inclusão da parcela social nunca antes contemplada criou expectativas, o que o tornou indispensável para os movimentos de luta por moradia. Por outro lado, é inegável que essa interação dos movimentos sociais com o Estado implicou a conformação deles ao Programa, cujo molde se define pelos princípios do mercado, e a delimitação de suas ações, aproximando-as das práticas da gestão neoliberal. Como analisa Camargo (2016), o desenho operacional do programa envolve apropriação e modelagem de saberes e práticas da tradição autogestionária,

enredando os movimentos de luta mais significativos e redefinindo relações e arranjos institucionais que conformam o campo de atuação dos mesmos. Além disso, por não se instituir como uma política de Estado, o PMCMV atrelou a luta dos movimentos por moradia à dinâmica política dos governos e os aproximou de uma perspectiva mais colaborativa com o poder público, como se nota no caso do MTST.

Os movimentos sociais de luta por moradia foram afetados tanto por sua interação com o PMCMV, quanto pelos impactos dele e de outras políticas públicas sobre a dinâmica urbana. Assim como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e as obras para sediar megaeventos esportivos, a modalidade empresarial do PMCMV esteve associada a projetos de expansão do mercado imobiliário, avançando sobre áreas menos valorizadas, ocupadas por favelas e loteamentos populares (Rolnik, 2015). Se nos anos 1990 as ocupações no centro deram visibilidade à mercantilização da cidade e ao encolhimento do espaço público por meio dos "projetos de revitalização" e "empreendedorismo urbano",[13] nos anos 2010, a explosão das ocupações massivas nas periferias revelaria os efeitos urbanos do crescimento econômico pautado na produção capitalista do espaço.[14]

Entre a ação social e a política institucional: o MTST e o novo ciclo político

Como visto, durante os governos petistas no governo federal, as interações socioestatais se intensificaram, predominando nelas repertórios mais colaborativos entre os movimentos sociais e os governos federais petistas, ainda que com variações em cada área e segmento social (Abers *et al.*, 2014). Isso não significa ausência de conflitos ou contradições (Oliveira & Rizek, 2007; Singer & Loureiro, 2016), que acabariam por expor os limites do *modo de regulação lulista* na gestão dos conflitos frente à crise neoliberal (Braga, 2017).

---

[13] Desde meados dos anos 1990, o governo estadual atuava no centro por meio de Programa de Atuação nos Cortiços, visando removê-los, e o governo federal mantinha linhas de apoio à construção de programas culturais e recuperação patrimonial, sempre associadas aos processos de valorização imobiliária (ver: Miagusko, 2008).

[14] A política de crescimento econômico, a partir de meados dos anos 2000, esteve fortemente atrelada à construção civil e ao investimento em obras de grande impacto urbano, incluindo o PMCMV.

Em um cenário de aparente "pacificação" social, os protestos de junho de 2013 eclodiram despejando os conflitos nas ruas das cidades e abrindo caminho para a política do *dissenso*, nos termos de Rancière (1996). Da crise urbana à crise de representação, passando pela violência policial, tudo veio à tona, unificando cidade e política. Foi o momento em que o sufoco diário de deslocamento na metrópole transbordou o transporte, a violência policial periférica chegou ao centro e a política deixou os gabinetes e consensos e apareceu nas ruas. Foi também um momento de ensaio criativo da política, que se expressou em outra estética, formato e repertórios dos protestos, redefinindo o modo como seriam lidos e conduzidos a partir de então.

Os protestos de junho de 2013 foram iniciados pelo Movimento Passe Livre (MPL-SP), um movimento autonomista, formalizado em 2005 no Fórum Social Mundial, no bojo dos movimentos altermundistas. Inicialmente focados na luta contra o aumento da tarifa de ônibus na cidade de São Paulo, em poucos dias os protestos se espalharam por mais de 400 cidades brasileiras e estenderam-se por mais de um mês, cujo ápice, em 20 de junho, envolveu cerca de um milhão de pessoas nas ruas (Gohn, 2014). Agregando novas questões e grupos sociais, as manifestações adquiriram uma dinâmica própria, configurando uma integração contingencial entre o núcleo organizado do MPL e a multidão, sem que houvesse uma direção hierarquizada. A simultaneidade dos protestos, a multiplicidade das pautas, a diversidade dos grupos sociais e setores da sociedade organizados ou não, fazem de junho de 2013 um fenômeno irredutível a uma única intepretação, e um objeto de disputa por seu significado e herança política (Leher, 2013).

Contudo, embora tenha sido um *acontecimento* singular,[15] junho de 2013 não pode ser entendido como um fenômeno isolado. Os protestos se vinculam a ações anteriores, bem como se prolongam em mobilizações posteriores – no sentido de que geram recursos para uma nova ação coletiva "produzindo os períodos de turbulência e reorganização" (Tarrow, 2009, p. 25). Nesse sentido, proponho situar as lutas urbanas num *continuum* de convergências e decorrências dos protestos de junho de 2013, como é o caso do próprio MTST e do repertório das ocupações.

Como foi dito, desde 2008 o MTST havia articulado em nível nacional a Frente de Resistência Urbana, que, desde sua formação, denunciava os despejos e a violência dos processos engendrados por grandes obras e

[15] Sobre o significado de acontecimento, ver: Avelar (2017)

questionava investimentos bilionários operados pelos governos através do PAC.[16] Com o anúncio da Copa, outra frente de ação se formou, a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (Ancop), criando uma rede de movimentos, ativistas e intelectuais, envolvendo movimentos ligados tanto ao projeto democrático-popular (UMM, CMP, e um conjunto de ativistas do Direito e do Urbanismo), quanto ao campo autonomista (OcupaSampa, MPL, Centro de Mídia Independente, Associação Nacional dos Torcedores). Desde seu início, em 2010, a Ancop realizou um conjunto de eventos e atividades, da produção de dossiês sobre o tema até protestos de rua e trabalho de base junto aos bairros afetados pelas obras da Copa (Brito, 2015).

Essas redes de articulação dos movimentos foram parte importante na difusão dos protestos de junho de 2013 (inclusive, o MPL fazia parte do CMP em São Paulo). A constituição de comitês populares nas cidades-sedes da copa foi um vetor de articulação nacional dos protestos, assim como o MTST foi irradiador dos protestos nas periferias da cidade.[17] Da mesma forma, houve um prolongamento de junho de 2013 nos protestos contra Copa de 2014, com intensas mobilizações e ocupações urbanas.[18] É notável a expressão adquirida pelo MTST, que, no intervalo entre junho de 2013 e a Copa do Mundo, inaugurou sua atuação na capital paulista, com as ocupações Faixa de Gaza, Nova Palestina e Copa do Povo. Essas ocupações representaram um novo patamar na trajetória do movimento, seja pela sua magnitude inédita, que desafiou o formato organizativo anterior, seja pela localização estratégica no conflito pela produção da cidade.

Um dos legados de junho de 2013 para as lutas urbanas foi o fortalecimento do discurso em torno do direito à cidade, que passou a ser mobilizado por diversos movimentos, criando um campo gravitacional em torno do qual orbitava uma miríade de lutas sociais, práticas políticas, discursos e coletivos.

---

[16] Em 2010, foi lançada a campanha nacional "Minha Casa Minha Luta", com protestos em todo o país contra os despejos. Em São Paulo, o MTST atuou na paralisação das rodovias Régis Bittencourt, Raposo Tavares, Rodoanel Oeste Anhanguera e Santos Dumont. Em 2011, houve a ocupação do Ministério dos Esportes em Brasília e outras ações sobre o tema e, em 2012, o MTST ocupou as obras do Itaquerão, em mais uma jornada nacional de lutas.

[17] No dia 3 de junho, ocorreram três atos na Zona Sul, organizados pelo MPL e MTST: a Estrada M'Boi Mirim foi bloqueada às 6h por moradores locais; o terminal Guarapiranga foi ocupado as 7h e seguiu, a partir de lá, em direção à subprefeitura, uma manifestação do MPL convidando a população para o primeiro grande ato contra o aumento da tarifa.

[18] Somente em São Paulo, o número saltou de 257, entre 2011-2012, para 681 em 2014. O MTST fez quatro grandes ocupações no segundo semestre de 2013, incluindo a maior delas, a Nova Palestina, que reuniu cerca de oito mil famílias.

Nesse bojo, vemos a emergência de um "ativismo urbano", composto por um conjunto de coletivos e práticas de ocupação e redefinição de espaços públicos, que tem como referência os direitos na vida cotidiana na cidade (Frúgoli Junior, 2018). Essa constelação de iniciativas ainda é pouco mapeada e de difícil apreensão, justamente por ter uma forma de organização menos estruturada, vínculos mais fluídos e ações mais intermitentes.

Mas se, por um lado, esse novo ciclo político reposicionou os parâmetros da ação coletiva, trazendo grandes mobilizações de rua, um padrão de engajamento social muito mais fluido e novos atores e repertórios de ação, pautados pela autonomia e crítica às instituições socioestatais; por outro lado, ele também se caracterizou pela reformulação das estratégias de repressão policial, pelo aprofundamento dos processos de judicialização da política, pela criminalização dos movimentos contestatórios e pela organização de movimentos de direita. Desde então, a polarização política adquiriu intensidade e amplitude inéditas na sociedade, bem como se acentuaram traços de violência e intolerância em todas as instâncias sociais.[19] Após o golpe político de 2016, o aprofundamento de medidas neoliberais intensificou conflitos em torno da desregulamentação das relações de trabalho e dos direitos sociais, do redirecionamento dos recursos públicos das áreas sociais, do aumento do controle e da violência institucional.

Com o avanço da extrema direita ao poder, a destruição de conquistas sociais históricas e a instabilidade institucional democrática, ficou evidente que os termos com que se pensava e fazia a luta social tinham sido modificados, exigindo reposicionamento dos atores políticos. Assim, se o novo ciclo político havia se iniciado com a emergência de novas formas e repertórios de luta e a preponderância do autonomismo, contestando as formas institucionais e organizativas do ciclo de democratização, o momento seguinte seria de disputa em relação às instituições representativas e de luta

[19] Em 2014, houve diversos protestos contra a Copa do Mundo, e a greve dos Garis no RJ. Em 2015 e 2016, ocorreram as ocupações das escolas públicas em SP, PR e GO, e as mobilizações ficaram polarizadas em torno do processo de impeachment da Presidenta Dilma (PT), com maior organização e fortalecimento dos movimentos de direita. Em 2017, a greve geral contra as reformas da previdência e trabalhista teve ampla adesão de setores menos atuantes e organizados. Em 2018, houve a paralisação dos professores das escolas particulares de São Paulo pela manutenção do acordo coletivo da categoria e a greve dos caminhoneiros contra o aumento do combustível. A esquerda continuou se mobilizando frente à prisão de Lula, à intervenção militar no Rio de Janeiro, ao assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ). Durante as eleições de 2018, houve a maior mobilização desde as pré-impeachment de 2016, o #EleNão liderado por mulheres contra o candidato de extrema-direita Jair Bolsonaro (PSL).

pela manutenção das políticas públicas. Entre esses dois momentos, o MTST desponta como um dos principais atores políticos na esquerda.

Contrariando essa tendência inicial do campo político e seu próprio histórico de atuação, o MTST foi se deslocando do repertório confrontativo com o Estado e da oposição ao PT em direção à política institucional. Além de construir uma corrente político-partidária no PSOL – a Revolução Solidária –, desde 2018 o movimento tem lançado candidaturas aos cargos eletivos, incluindo a proposta de mandatos coletivos, uma inovação na disputa eleitoral.

Entretanto, o reposicionamento político do MTST não deve ser entendido como uma contradição ou ruptura na sua trajetória. Ao olharmos o percurso do movimento, percebemos que ele nunca esteve colado a posições muito demarcadas, mantendo uma narrativa ambígua e ações pautadas pela experiência prática e pela leitura de conjuntura, caracterizando-se por ser um movimento dinâmico. Mesmo quando assumiu posturas mais reativas à atuação institucional, sua organização interna não se assemelha à dos movimentos autonomistas, sendo muito mais marcante a estrutura organizacional herdada dos movimentos do ciclo anterior. Entre a fase de distanciamento do campo político organizado e da institucionalidade estatal e o atual momento de interação com a política institucional, podemos observar um deslocamento contínuo em direção a uma maior interação com o Estado. Isso é notado desde a prática de negociação com governos na luta por moradia, a busca por incidência político-institucional no Plano Diretor em São Paulo e no PMCMV, até a articulação partidária e a disputa eleitoral.

Dentro de certo formato de movimento-partido, a atuação do MTST busca articular ação social "por fora" do Estado com disputa institucional. Essa dupla atuação se reflete nas frentes de articulação política lideradas pelo movimento: a Frente de Resistência Urbana, que é voltada aos conflitos e ações urbanas e tem buscado articulações internacionais com outros movimentos latino-americanos; e a Frente Povo sem Medo, que tem se voltado à política nacional, organizando mobilizações e articulando ações junto à esquerda organizada tradicional. A Frente Povo sem Medo, criada durante o processo de impeachment em 2015, tinha como propósito a defesa nas ruas da institucionalidade democrática e, durante as eleições de 2018, buscou construir "bairros sem medo", como modo de aproximação popular da política partidária. Com esse mesmo propósito foi lançada a plataforma

digital "Vamos", que reuniu propostas sociais para um programa de governo em 2017. Também as pautas e discursos transitam entre questões periféricas em territórios urbanos e questões relativas ao trabalho e à política nacional, o que remete a diferentes escalas e instâncias de poder.

Essa combinação entre ação social e ação institucional, ao mesmo tempo que pode ser autossustentada, é difícil de equilibrar. Por um lado, a campanha eleitoral pode ser um momento importante de politização e popularização das ideias e do próprio movimento social, fortalecendo sua militância; por outro, a disputa eleitoral absorve e direciona as energias e recursos do movimento social para ação político-partidária, o que implica outro foco de ação, outra dinâmica e outras motivações sociais.

As candidaturas vinculadas ao MTST, em 2018 e em 2020, representaram uma renovação política dentro da esquerda e deram visibilidade nacional à principal liderança do movimento, tornando o movimento e o partido mais conhecidos em diversos segmentos sociais. A campanha de 2020, além de bem sucedida na sua estratégia, levando Guilherme Boulos ao segundo turno e a chapa das Juntas à suplência na Câmara Municipal de São Paulo, conquistou o apoio de figuras públicas relevantes do meio e envolveu milhares de pessoas. Ao mesmo tempo, gerou desconfianças nas bases sociais em relação às lideranças e ao movimento, e desencadeou disputas com outras lideranças e organizações partidárias de esquerda.

A mobilização promovida pela campanha atraiu novos militantes, em sua maioria jovens com formação universitária, vindos de segmentos médios e populares, o que contribuiu para diversificar e ampliar o escopo de ação do movimento para temas como segurança alimentar e hortas urbanas, arquitetura e urbanismo, educação, cultura e comunicação. As atividades foram intensificadas nas ocupações, nos territórios, nas ruas e nas redes sociais, e novas ocupações têm sido realizadas. Os maiores protestos pelo "Fora Bolsonaro" e pela reivindicação da vacina contra a Covid-19 têm o MTST como um dos principais organizadores e mobilizadores. Mas, esse crescimento do movimento também implica maior burocratização e centralização decisória, o que gera desengajamento social e distanciamento do ativismo mais crítico.

Considerações finais: reconfiguração e caminhos das lutas urbanas

Neste texto, abordei a reconfiguração da ação coletiva nas lutas urbanas percorrendo a trajetória do MTST e situando-o como um movimento intermediário entre o ciclo de democratização e o novo ciclo aberto em junho de 2013. A partir da leitura da ação coletiva baseada nos eixos de análise propostos, o próprio MTST pode ser entendido como um elemento de continuidade e atualização nessa transição de um ciclo ao outro.

Acompanhando a trajetória do movimento, podemos compreender o surgimento dos movimentos de sem-teto nos anos 1990 como um momento de inflexão nas lutas urbanas entre esses dois ciclos, o que é representado pela fragmentação das organizações, descentralização da atuação e foco na ação direta. Ao longo dos anos 2000, as lutas urbanas tornaram-se o epicentro dos conflitos, conectando-se com as jornadas de junho de 2013, quando o MTST ganha impulso social e desponta na cena política como um dos principais atores da esquerda.

Essa transição de um ciclo a outro ocorre em um contexto de transformações sociais desencadeadas com o neoliberalismo, que afetaram tanto o mundo do trabalho quanto a dinâmica urbana. No caso de São Paulo, corresponde ao esgotamento do paradigma fordista baseado na industrialização e na expansão periférica, impactando as relações de trabalho e as condições de inserção urbana dos trabalhadores pobres e acentuando a insegurança social.

Com isso, os movimentos urbanos, especialmente de moradia, tornaram-se importantes mediações para a organização coletiva, porém, em condições muito mais difíceis, tanto de acesso ao espaço urbano quanto de manutenção do coletivo. A base social dos movimentos se tornou mais fluída e outras identidades passaram a ser mobilizadas, como a territorialidade, que ganhou relevância nos discursos e pautas de diversos movimentos sociais (coletivos periféricos, povos indígenas, quilombolas, populações ribeirinhas, movimento campesino).

Como visto, o MTST se constituiu e consolidou nesse período, reformulando a prática das ocupações urbanas nos territórios periféricos, sendo esse o principal foco de sua atuação, inclusive no momento de intensificação da participação institucional, quando parte importante do campo político organizado caminhou nessa direção. Assim, as ocupações

urbanas podem ser entendidas como um elo de continuidade entre os dois ciclos de lutas, constituindo-se num repertório versátil que foi sendo reformulado pelos movimentos e reapropriado por diversos outros coletivos, como se viu nas experiências Ocupe Estelita, em Recife, Ocupe o Cocó, em Fortaleza, Ocupa Ales, no ES (Cava e Cocco, 2014), e nas ocupações das escolas públicas em SP, PR e GO, as quais guardam conexões com o autonomismo e horizontalismo das jornadas de junho de 2013.

Nesse novo ciclo de lutas, a cidade adquire mais relevância nas lutas sociais, tanto nas pautas (moradia, transporte, distribuição dos serviços e infraestruturas) quanto nos repertórios de ação (ocupações, travamentos, manifestações simultâneas em diversas cidades). Com as jornadas de junho de 2013, o discurso do "direito à cidade" passa a ser vocalizado por diferentes atores políticos e incorporado nas agendas de campanha das últimas eleições. Também as interações entre os atores e seus membros se afastam do modelo de representação em diversos níveis e articulações centralizadas, aproximando-se de modelos descentralizados e independentes em escala global, cujas conexões são facilitadas pelo uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs).

Entre um ciclo e outro, o campo da ação coletiva foi da luta pela participação institucional à crítica à institucionalidade representativa; da formalização de organizações articuladas em nível nacional focando incidência na política institucional às tendências autonomistas descentralizadas e voltadas à ação direta contra a institucionalidade.

Para além das dicotomias, a trajetória do MTST mostra o caráter dinâmico e poroso que delimita os movimentos sociais, destacando as constantes redefinições nos seus repertórios de ação e nas interações socioestatais, combinando estratégias de mobilização social e participação institucional. Ao mesmo tempo, as redefinições no seu formato mostram mudanças, ao se aproximar da forma partido-movimento, e continuidades, ao preservar uma estrutura setorializada e centralizada, semelhante à dos partidos e sindicatos do ciclo anterior.

As múltiplas transformações sociais ocorridas nos últimos anos exigiram reposicionamentos políticos e deslocaram os limites de atuação dos movimentos sociais. Ao longo da sua trajetória, o MTST foi agregando múltiplas dimensões da vida social e política, atuando em diversas temáticas, que vão da luta por moradia à formação em tecnologia, passando por

cozinhas solidárias, cursinho popular, hortas urbanas e outros. Além disso, dentro do movimento se constituíram núcleos de coletivos de LGBTQIA+, de mulheres, de negros, de juventude, e a organização do movimento dos trabalhadores sem direitos.

A intensificação das mobilizações sociais, a emergência de novos atores políticos à esquerda e à direita, os novos repertórios e as disputas de narrativas implicaram uma ampliação das fronteiras que delimitavam os movimentos sociais, tal qual concebidos no ciclo de democratização. Frente a esses deslocamentos e ambiguidades contidos na experiência recente dos movimentos sociais, os estudos sobre eles ficaram desafiados a pensar novas abordagens e metodologias que superem limitações das perspectivas analíticas que operam com categorias e classificações muito rígidas, construídas em outro contexto social. Abordagens orientadas por um conceito muito estreito de movimento social ou centradas na noção de *frame* apresentam dificuldades em apreender a atual dinâmica da ação coletiva.

Referências

Abers, Rebecca, Serafim, Lizandra, & Tatagiba, Luciana. (2014). Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. *Dados, 57*(2), 325-357. https://doi.org/10.1590/0011-5258201411

Arantes, Otília, Vainer, Carlos, & Maricato, Ermínia (org.). (2002). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos* (3. ed.). Vozes.

Avelar, Idelber. (2017). Os levantes de junho de 2013 e o esgotamento do pacto lulista: sobre antagonismo, contradição e oxímoro. *Lugar comum*, (50), 127-147.

Bonduki, Nabil. (2008). Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. *Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo*, (1), 70-104.

Braga, Ruy (2017). A rebeldia do precariado: Trabalho e neoliberalismo no sul global. São Paulo: Boitempo Editorial.

Brenner, Neil, Peck, Jamie, & Theodore, Nik. (2012). Após a neoliberalização? *Cadernos Metrópole, 14*(27), 15-39.

Bringel, Breno, & Domingues, José. (2018). *Brasil – cambio de era: crisis, protestas y ciclos políticos*. Los Libros de la Catarata.

Bringel, Breno, & Pleyers, Geoffrey. (2015). Junho de 2013... dois anos depois. Polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. *Nueva Sociedad, 259*, 4-17.

Brito, Juliana Gomes Machado (2015). *Copa pra quem?: Estado de exceção e resistências em torno da copa do mundo fifa 2014*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo] https://doi.org/10.11606/D.8.2015.tde-31072015-164458

Cabanes, Robert *et al.* (org.). (2011). *Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. Boitempo.

Camargo, Camila Moreno de (2016). *Minha Casa Minha Vida Entidades: entre os direitos, as urgências e os negócios*. [Tese de Doutorado Curso de Doutorado Universidade de São Paulo] https://doi.org/10.11606/T.102.2016.tde-13102016-141513

Cava, Bruno, & Cocco, Giuseppe (org.). (2014). *Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou*. AnnaBlume.

Costa, Andre Dal'Bó. (2013). *Luta social e a produção da cidade*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo]. https://doi.org/10.11606/D.102.2013.tde-24042014-161246

Dagnino, Evelina. (2004). *Sociedade civil, participação e cidadania: do que estamos falando?* Brasiliense.

Della Porta, Donatella. (2015). *Social movements in times of austerity*. Polity Press.

Falchetti, Cristhiane. (2019). *Ação coletiva e dinâmica urbana: o MTST e o conflito na produção da cidade* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo] https://doi.org/10.11606/T.8.2019.tde-27112019-183740. https://drive.google.com/file/d/1T0-vBgeKw5L-pnJGRctcEzALdpqnX2v3/view?usp=sharing

Feltran, Gabriel. (2010) Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana. *Revista de Antropologia, 53*(2). https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2010.37711

Frúgoli Jr., Heitor. (2009). A cidade no diálogo entre disciplinas. In C. Fortuna & R.P. Leite (org.), *Plural de cidade: léxicos e culturas urbanas* (pp. 53-68). Almedina.

Frúgoli Jr., Heitor. (2018). Ativismos urbanos. *Cadernos CRH, 31*(82), 75-86, 2018.

Gohn, Maria da G. (2014). *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e nas praças dos indignados no mundo*. Vozes.

Goulart, Debora C. (2011). O anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST. [Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista].

Kowarick, Lucio. (1979). *A espoliação urbana*. Paz e Terra.

Leher, Roberto. (2013, 6 de junho). Manifestações massivas no Brasil têm origem na esquerda. *Correio da Cidadania*. Disponível em https://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8543

Miagusko, Edson. (2008). *Movimentos de moradia e sem-teto em São Paulo: experiências no contexto do desmanche*. [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. https://doi.org/10.11606/T.8.2008.tde-03082009-153444

Mouriaux, René. (2002). A esquerda e a reanimação das lutas sociais na Europa [Entrevista a Andréia Galvão]. *Crítica Marxista, 14*, 150-170.

MTST, Movimento dos Trabalhadores sem Teto. (2005). *Cartilha de princípios*. MTST.

MTST, Movimento dos Trabalhadores sem Teto. (2015). *Cartilha de princípios*. MTST.

Oliveira, Francisco de. (2003). *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. Boitempo.

Oliveira, Francisco de, & Rizek, Cibele S. (org.). (2007). *A era da indeterminação*. Boitempo.

Paoli, Maria Celia. (1991). Movimentos sociais, cidadania e espaço público: perspectivas brasileiras para os anos 1990. *Revista Crítica de Ciências Sociais, 33*, 115-133.

Pereira, Olivia de C. M. (2012). *Lutas urbanas por moradia. O centro de São Paulo*. [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo].

Rancière, Jacques (1996). *O desentendimento: Política e estética*. São Paulo: Editora 34.

Rolnik, Raquel. (2015). *A guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. Boitempo.

Sader, Eder. (1988). *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo*. Paz e Terra.

Singer, André V. (2012). *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. Companhia das Letras.

Singer, André & Loureiro, Isabel (Orgs.). *As contradições do Lulismo: a que ponto chegamos?* Boitempo, 2016.

Tarrow, Sidney. (2009). *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Vozes.

Teixeira, Ana Claudia, & Tatagiba, Luciana. (2005). *Movimentos sociais: o desafio da participação*. Instituto Pólis.

Telles, Vera da S. (2006). Trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade. In R. Cabanes & V. S. Telles, *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios* (pp. 69-116). Associação Editorial Humanitas.

Recebido: 22 ago. 2022
Aceito: 19 set. 2022

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 4.0

https://doi.org/10.20336/rbs.879

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Educação superior e resultados no mercado de trabalho no Brasil: uma revisão da literatura e dos dados disponíveis

Higher education and outcomes in the labor market in Brazil: a review of literature and available data

André de Holanda Padilha Vieira[*]
Gabriela Honorato[**]
Leonardo Rodrigues[***]

RESUMO
Este artigo apresenta uma sistematização de bases de dados em larga escala que permitem observar a inserção profissional dos egressos da educação superior no Brasil e faz uma revisão da bibliografia que as utilizou, identificando algumas das principais questões não respondidas no estudo dos concluintes da educação superior. As bases de dados disponíveis foram classificadas em dois grupos de acordo com a forma de coleta dos dados e o tipo de informação disponibilizada e possibilidades de investigação: (1) dados administrativos e levantamentos censitários que permitem, quando combinados, caracterizar o registro e carreira dos graduados no mercado de trabalho formal; (2) pesquisas domiciliares amostrais ou censitárias que permitam uma análise transversal da situação de trabalho da população com educação superior. Embora os estudos com egressos da educação superior tenham se desenvolvido nas últimas décadas, ainda encontramos um vasto espaço para avanços nas pesquisas sobre a relação entre a educação superior e os resultados dos graduados ao longo da vida.

Palavras-chave: educação superior, estratificação horizontal, egressos, destinos ocupacionais, mercado de trabalho.

[*] Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil. Doutor em Sociologia e professor adjunto do Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense. ahpvieira@gmail.com

[**] Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
Doutora em Sociologia e professora adjunta do Departamento de Fundamentos da Educação da FE/UFRJ gabrielahonorato@rocketmail.com

[***] Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, Montes Claros, MG, Brasil.
Doutor em Sociologia, professor e pesquisador no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG). leonardoalr@gmail.com

ABSTRACT

This article presents a systematization of large-scale databases that allow the observation of the professional insertion of higher education graduates in Brazil and reviews the bibliography that used them, identifying some of the main unanswered questions in the study of higher education graduates. The available databases were classified into two groups according to the form of collection and the type of information provided and research possibilities: (1) administrative data and census surveys that allow, when combined, to characterize the entry and career of graduates in formal employment; (2) sample or census household surveys that allow a cross-sectional analysis of the work situation of the population with higher education. Although studies on higher education graduates have developed in recent decades, we still find plenty of room for advances in research on the link between higher education and the results of graduates throughout adult life.

Keywords: higher education, horizontal stratification, graduates, occupational destinations, labor market.

Introdução

A educação superior tem importância crescente na configuração da trajetória de vida dos indivíduos nas sociedades contemporâneas, incluindo a conquista do emprego, a constituição de família e o engajamento na vida cívica de uma sociedade. No Brasil, as vantagens no mercado de trabalho de quem termina a educação superior não só são superiores às dos seus pares em países desenvolvidos (IBGE, 2018, 2020) como são ampliadas em tempos de estagnação ou crise econômica, como se observa desde 2015 (Salata & Ribeiro, 2020). Além de facilitar o acesso a melhores oportunidades de trabalho, a educação superior também pode, em determinadas condições, ajudar aqueles estudantes de origem social mais baixa a alcançarem condições de vida melhores do que as de seus pais (Chetty *et al.*, 2017).

No entanto, enquanto a conclusão da educação superior tem efeitos gerais positivos sobre os resultados dos graduados no mercado de trabalho, as consequências da passagem pela universidade também dependem de quem a acessa e por quais segmentos do sistema transitam. Com a expansão dos sistemas de educação superior em vários países, cresceu também o número de estudos documentando variações consideráveis nos retornos sociais e econômicos, de acordo com a área de formação, tipo de instituição

frequentada e qualidade do ensino (Gerber & Cheung, 2008). De modo geral, a literatura sobre essas diferenças de natureza "qualitativa" tem demonstrado a importância de considerar como os diplomas de diferentes segmentos da educação superior estruturam diferentemente a ligação entre sistema educacional e mercado de trabalho, implicando retornos desiguais para os egressos.

Além do aspecto macrossociológico, a análise dos retornos do diploma superior no mercado de trabalho também tem importância no nível microssociológico, ao fornecer informações fundamentais para a decisão dos indivíduos de ingressar na educação superior, bem como sobre qual instituição e curso escolher. A questão do valor social dos diplomas se torna ainda mais importante ao considerar-se, como veremos, que o aumento da população com nível superior tem sido conjugado com a absorção desigual dos variados diplomas no mercado de trabalho, sobretudo em períodos de crise econômica. Nesse contexto, algumas iniciativas têm demonstrado os benefícios trazidos por análises que combinam custos e retornos da educação superior como ferramenta de avaliação institucional e de informação para estudantes e famílias (Carnevale *et al.*, 2019).

O objetivo deste artigo é apresentar alguns dos principais trabalhos de abrangência nacional produzidos nas últimas duas décadas na área de sociologia sobre a inserção profissional e o acompanhamento de egressos da educação superior brasileira e sistematizar informações sobre as bases de dados existentes no Brasil que possibilitam a observação em larga escala desses dois fenômenos. Para selecionarmos os trabalhos para revisão, fizemos uma lista com base nos currículos *Lattes* dos sociólogos registrados em programas de pós-graduação no Brasil. Esses autores foram selecionados mediante uma busca na plataforma SciELO com os binômios "ensino superior" ou "educação superior" e as expressões "mercado de trabalho", "egressos", "graduados", "ocupação" ou "destinos ocupacionais", com o filtro de ano de publicação iniciando em 2001. Adicionamos leituras complementares na área e trabalhos publicados por autores de outras disciplinas que consideramos relevantes. No total, analisamos nove trabalhos que trataram da inserção profissional dos graduados em escala nacional, sendo: quatro artigos, dois trabalhos apresentados em congresso, uma tese de doutorado e dois capítulos de livro. Os autores estão inseridos em departamentos, faculdades ou institutos de ciências sociais e economia de

universidades públicas, sobretudo federais (UFRJ, UFF, Iesp-UERJ, Unifesp, UEM, UnB), e em instituições federais como Ipea e Inep. Também recorremos a balanços bibliográficos (Ribeiro & Carvalhaes, 2020; Fernandes *et al.*, 2017; Barbosa & Gandim, 2020) e levantamentos já existentes sobre pesquisas de egressos (Paul, 2015; Borges & Honorato, 2020), que nos permitiram identificar problemas de pesquisa ainda não plenamente respondidos pelos estudos mapeados e entender de que modo as principais bases de dados de abrangência nacional foram utilizadas, bem como as limitações encontradas e potencialidades ainda não exploradas.

A seção seguinte faz uma breve descrição desse levantamento bibliográfico. A segunda parte do artigo faz uma análise das principais bases nacionais que permitem leituras sobre a relação entre a educação superior e o mercado de trabalho: Censo da Educação Superior, Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), Censo Demográfico, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Levantamento bibliográfico

Principalmente a partir da década de 1990, o sistema de educação superior brasileiro tem se expandido, diversificado e interiorizado. Apesar do processo de massificação registrado nesse período, quando "novos estudantes" – sobretudo egressos da escola pública, negros e a primeira geração da família a alcançar a educação superior – aumentaram a sua participação no sistema, há diversos limites quanto ao efeito democratizante da expansão da educação superior, realçados pela extensa literatura sobre permanência dos grupos socialmente desfavorecidos (Dubet, 2015).

Apesar da relevância das pesquisas sobre egressos para diferentes públicos, entre os quais se incluem os estudantes e suas famílias, empregadores, formuladores de políticas públicas e gestores de instituições de ensino superior (IES), o tema tem sido pouco estudado pela literatura sociológica em virtude da "recente institucionalização de um campo de estudos sobre a educação superior no Brasil" (Neves *et al.*, 2018). Podemos identificar pelo menos duas perguntas-chave de interesse para as abordagens sociológicas: (1) em que medida a ampliação do acesso, permanência e conclusão da educação

superior teria um efeito igualitário para os diferentes grupos sociais? E (2) como esse resultado varia entre as instituições, áreas de formação e modalidades de ensino em um sistema crescentemente diversificado?

Apesar de avanços na legislação e regulação do sistema de educação superior, como a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), em 2004, que estabeleceu o acompanhamento de egressos como componente dos Planos de Desenvolvimento Institucional das IES, a implementação de estudos de egressos em larga escala sofre com barreiras institucionais elementares. Borges e Honorato (2020), assim como Paul (2015), observam que os dados levantados e sistematizados pelas IES são incompletos, não comparáveis e nem se prestam a estudos longitudinais seguros. As instituições também não têm, em geral, recursos humanos com *expertise* para realizar estudos sobre egressos. Enfim, não há tradição nesse tipo de pesquisa e de análises mais apuradas que possam evidenciar os benefícios sociais e econômicos das credenciais de diferentes áreas de formação, cursos, instituições, categoria administrativa, modalidade de ensino, entre outras características.

Em parte por conta da ausência de dados nacionais disponíveis, ainda encontramos poucos estudos sociológicos que se dedicam a esta temática com análises em larga escala no país. A maior parte tem sido realizada no campo da "estratificação e mobilidade social", literatura que foi atentamente discutida pelos balanços bibliográficos de Fernandes, Salata e Carvalhaes (2017) e Ribeiro e Carvalhaes (2020). Além de apontar para o papel mais forte da educação na produção de desigualdades no Brasil, em comparação com outros países, os autores enfatizam quatro pontos: 1) a importância da maior dissociação entre origem e destino social nos anos mais recentes; 2) os ganhos salariais com anos adicionais de escolaridade; 3) a "mobilidade de curta distância"; e 4) a grande fluidez intraestratos, com concentração nos segmentos intermediários. Também merece destaque a diminuição do retorno do investimento em educação em períodos de recessão econômica e o aumento de desigualdades raciais/de cor nas últimas transições escolares.

A literatura internacional interessada na relação entre a educação superior e os destinos ocupacionais dos graduados pode ser organizada em duas frentes de pesquisa com ênfases complementares (Van de Werfhorst, 2011). Por um lado, um conjunto de pesquisas tem buscado identificar os mecanismos que explicam os retornos sobretudo econômicos do diploma

de graduação, descrevendo em que medida características como a área de formação, as habilidades ou a composição de gênero do curso estão associados a diferenciais salariais, trajetórias na carreira profissional ou *status* ocupacional (Bol & Van de Werhforst, 2011; Di Stasio, 2014; Roksa & Levey, 2010; Bol & Heisig, 2021). Um segundo conjunto de estudos procura analisar em que medida são observadas desigualdades sociais entre graduados de diferentes áreas de formação ou tipos de instituição (Triventi, 2013; Klein, 2019; Jacob & Klein, 2019), testando a conhecida hipótese de que a educação superior torna mais meritocrática a entrada dos graduados no mercado de trabalho (Torche, 2011; Karlson, 2019).

No Brasil, ainda encontramos um número reduzido de estudos alinhados a essas duas linhas de pesquisas, o que pode ser explicado tanto pela massificação recente da educação superior, quanto pela dificuldade no acesso a dados estruturados que contenham informações detalhadas tanto sobre a formação na educação superior, quanto sobre resultados no mercado de trabalho. No entanto, um conjunto crescente de estudos tem se beneficiado de dados públicos com observações no nível dos indivíduos, como os Censos Demográficos, ou de acesso restrito, como as versões identificadas dos dados do Censo da Educação Superior e a RAIS, que permitem a ligação entre bases separadas por meio de chaves únicas de ligação dos indivíduos.

O aumento da participação dos trabalhadores com educação superior na força de trabalho nas últimas décadas tem levantado uma série de questões importantes para a sociologia das desigualdades no Brasil. Na medida em que as várias áreas de formação têm valores sociais desiguais e que a demanda por trabalho não necessariamente absorve por igual os egressos dos cursos, de que modo a formação na educação superior está associada a resultados diversos no trabalho, seja em termos de rendimentos ou de ocupação? Além disso, como as desigualdades na estrutura ocupacional e o desencontro entre formação superior e ocupação expressam-se para os "novos estudantes" que mais viram crescer a sua participação na educação superior?

Alguns estudos recentes têm oferecido respostas, ainda que parciais, a essas perguntas. Ribeiro e Schlegel (2015) demonstraram que, apesar de a desigualdade de gênero na conclusão da educação superior ter diminuído, as disparidades raciais permaneceram inalteradas ao longo dos últimos 50 anos. Essas desigualdades têm implicações claras para os rendimentos no mercado de trabalho, como a persistência de diferenciais de gênero e raça na

renda do trabalho. Zuccarelli (2021) analisou em que medida as mudanças na educação superior e na estrutura ocupacional brasileira convergiram para absorver de forma igualitária os diferentes grupos de graduados. Os resultados demonstram que, embora a estrutura de empregos não tenha absorvido da mesma maneira os novos diplomados, houve aumento dos postos de trabalho para indivíduos mais qualificados. Por outro lado, desigualdades de gênero e raça continuam representando um forte obstáculo à diminuição de desigualdades no país.

Em análise sobre os rendimentos de trabalhadores com educação superior no país, Reis e Machado (2015) documentaram não apenas a existência de disparidades acentuadas por área de formação, com as maiores vantagens para os engenheiros, mas também que os desajustes entre ocupação e área de formação contribuem para a determinação dos rendimentos, com prêmios salariais maiores para aqueles em ocupações relacionadas com a área de formação, com desigualdades entre os graduados ainda mais acentuadas no topo da distribuição de rendimentos. Com base em dados do Censo Demográfico 2010, os autores apontam que, para determinadas áreas, não apenas os rendimentos são menores, em média, como também é alta a probabilidade de o indivíduo ter uma ocupação não relacionada com a sua formação, o que contribui para rendimentos ainda menores (como são os casos, por exemplo, das áreas de educação e humanidades e artes).

Ainda nessa linha de investigação, alguns trabalhos têm utilizado bases com informações mais abrangentes e detalhadas sobre a educação superior, o que permite analisar em que medida as características dessa formação explicam os destinos ocupacionais. Maciente e coautores (2015) analisaram os resultados iniciais de profissionais recém-formados de medicina, engenharia e licenciaturas no mercado de trabalho formal utilizando os dados identificados do Enade 2010 e 2011 e RAIS 2011 e 2012. O trabalho mostra como diferentes diplomas superiores estão vinculados de formas distintas às ocupações no mercado de trabalho, com os engenheiros credenciando-se a uma ampla maioria de ocupações de nível superior do que os seus pares das licenciaturas e médicos e obtendo salários mais elevados quando formados em cursos de qualidade superior.

O estudo tem algumas limitações impostas pela própria natureza dos dados utilizados e abordagem analítica. Em primeiro lugar, a RAIS permite analisar apenas os resultados de recém-formados que tenham vínculos

empregatícios formais, condição de trabalho que pode variar grandemente entre áreas de formação, como os autores reconhecem. Segundo, embora falem de trajetória profissional, não se trata propriamente de estudo sobre carreira dos egressos – como os trabalhos de Roksa e Levey (2010) e Jacob e Klein (2019), por exemplo –, visto que analisam apenas um ponto no tempo da entrada dos graduados no emprego formal.

Alguns trabalhos avançaram no refinamento dos dados e ampliaram o escopo da análise para examinar em que medida as características da educação superior competem com a origem social na explicação dos resultados no mercado de trabalho. Caseiro e Maciente (2019) analisaram como a estratificação horizontal na educação superior está associada à inserção profissional dos egressos dos cursos de ciências, tecnologias, engenharias e matemática (CTEM). Os autores encontraram desigualdades de rendimentos entre os egressos de diferentes segmentos da educação superior e observaram que desigualdades associadas tanto à origem familiar dos egressos quanto às suas trajetórias acadêmicas apresentaram tendência de crescimento no período analisado. Ainda que o estudo tenha se limitado a abordar os egressos da área CTEM, teve o importante mérito de ter conjugado a análise sobre diferenciais sociais na inserção no emprego formal com a investigação da relação entre estratificação horizontal na educação superior e os resultados no trabalho.

O trabalho de Vaz e Vaz (2019) utilizou dados semelhantes aos de Maciente e coautores (2015), mas com uma proposta analítica distinta. Os autores analisaram a distribuição dos concluintes de 20 a 35 anos entre as áreas de formação do Enade e a inserção no ano subsequente à graduação, considerando três medidas de resultados: vínculo empregatício em ocupações típicas ou não típicas, grupos ocupacionais, e rendimentos no trabalho principal por tipo de ocupação. Entre as principais conclusões do trabalho está o fato de que, embora o acesso à educação superior tenha se expandido, ainda se verifica uma "restrição de escolha" dos cursos por gênero e por origem social, com as mulheres e estudantes com pais menos escolarizados concentrando-se nos cursos de baixo retorno econômico e valor social. Em relação à inserção ocupacional, os resultados mostram pelo menos três padrões importantes: (1) os graduados da área de saúde e engenharia estão entre aqueles ocupados em maior proporção em ocupações típicas; (2) os egressos de cursos tecnológicos e ciências sociais aplicadas

estão sobrerrepresentados em ocupações que não requerem nível superior; e (3) os graduados em ocupações típicas têm rendimentos médios maiores que os seus pares em outras ocupações.

A tese de doutorado de Vieira (2021) apresenta contribuições adicionais a essa linha de estudos no Brasil, tanto do ponto de vista teórico quanto do empírico. Utilizando dados identificados do Enade 2009 a 2011 e RAIS 2013 a 2015, o autor articulou teorias sobre mecanismos de ligação entre o diploma superior e o mercado de trabalho com as intuições da literatura sobre estratificação horizontal entre os graduados, para analisar não apenas a sua inserção profissional, mas a associação da origem familiar com os destinos ocupacionais. Vieira (2021) mostra que diferentes características da formação superior importam de maneira distinta a depender do resultado considerado no mercado de trabalho e da área de estudo: experiência de trabalho durante a graduação parece fazer mais diferença para a entrada no emprego, sobretudo em áreas menos específicas (como Humanidades) enquanto a posse de conhecimentos tanto gerais quanto específicos impacta em maior grau os rendimentos. Por outro lado, o autor encontrou disparidades sociais entre os graduados no emprego formal, com aqueles de famílias mais escolarizadas sendo menos propensos a estarem empregados formalmente, mas ainda assim obtendo os maiores salários quando empregados, principalmente em áreas menos específicas e nas mais valorizadas (como Engenharia e Direito). Em suma, o trabalho indica que não apenas a área de formação e as instituições de educação superior importam para explicar resultados no mercado de trabalho, mas que os mecanismos de ligação entre diploma e trabalho variam por segmento do sistema.

Dados de abrangência nacional para o estudo de egressos da educação superior

Pesquisas domiciliares amostrais ou censitárias sobre a população com educação superior

As bases de dados do IBGE estão entre os principais instrumentos para a produção de indicadores educacionais no Brasil. As informações são obtidas, principalmente, através dos Censos Demográficos e com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. As informações coletadas nessas

pesquisas fundamentam a construção de indicadores clássicos, tais como taxas de analfabetismo, frequência escolar e nível educacional da população. Tais indicadores seguem recomendações internacionais, o que faz com que o Censo Demográfico e a Pnad sejam importantes instrumentos para pesquisas que tratam de comparações entre países (Fresneda, 2016).

Para as análises sobre a educação superior, interessam, sobretudo, as informações sobre o nível educacional e os anos de estudo dos indivíduos. No Censo Demográfico, o nível educacional refere-se ao último grau obtido pelo indivíduo – no último Censo (2010) havia 12 níveis de ensino. Para o nível superior, além da formação em curso de graduação, há os níveis de especialização, mestrado e doutorado. Outro tipo de detalhamento no interior do nível superior são as áreas de educação e áreas específicas. Utilizando-se de uma padronização internacional, as áreas são discriminadas da seguinte forma: Humanidades e Artes; Ciências sociais, negócios e direito; Ciências, matemática e computação; Engenharia, produção e construção; Agricultura e veterinária; Saúde e bem-estar social; e Serviços.

Sobre o mercado de trabalho, é possível obter informações sobre rendimentos e ocupação. O Censo detalha a atividade dos indivíduos, qual a posição deles na ocupação e a categoria do emprego. Em relação aos rendimentos, há informações sobre o ganho bruto mensal, discriminadas por tipo de atividade (se principal ou não). As informações sobre nível educacional e sobre o mercado de trabalho podem ser articuladas com os dados demográficos da população, tais como: posição geográfica (município, estado e região), área de residência (rural ou urbana), idade, sexo, cor ou raça.

Além disso, devido à periodicidade da aplicação do Censo Demográfico, é possível analisar tendências ao longo das décadas. A harmonização dos bancos de dados do Censo Demográfico permite verificar como variou, ao longo do tempo, a distribuição da população com formação em curso superior, estratificada por características dos indivíduos (por cor ou raça e sexo, por exemplo) e por características da formação (por carreiras universitárias). Um exemplo desse tipo de análise é o trabalho de Ribeiro e Schlegel (2015), discutido na seção anterior. Os autores descrevem a participação nas carreiras por raça/cor e sexo ao longo de seis décadas para o Brasil. Além da descrição da participação por raça/cor e sexo, os dados do Censo permitem a análise do retorno econômico por carreira. No mesmo trabalho, Ribeiro e Schlegel calcularam a renda média mensal predita por

carreira e as diferenças de remuneração por raça/cor e sexo. Os dados do Censo Demográfico representam, então, uma importante fonte para as análises sobre as desigualdades na inserção no mercado de trabalho pós formação na educação superior.

Por outro lado, a periodicidade do Censo Demográfico coloca desafios importantes para a comparação das informações entre os anos. A harmonização das variáveis não é algo trivial, não só por conta das mudanças do próprio instrumento como, também, por alterações do sistema de ensino e do mercado de trabalho ao longo de uma década. O surgimento de novas carreiras universitárias, por exemplo, coloca desafios na comparabilidade entre os anos e exige que cursos sejam agregados por aproximação.[1] Também a aplicação, que ocorre, normalmente, a cada dez anos, dificulta análises que buscam mudanças mais sensíveis na transição da educação superior para o mercado de trabalho. Em parte, tal limitação pode ser atenuada com a utilização da Pnad.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), de periodicidade anual, foi encerrada em 2016, com a divulgação das informações referentes a 2015. Planejada para produzir resultados para Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e nove Regiões Metropolitanas (Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre), ela pesquisava, de forma permanente, características gerais da população, educação, trabalho, rendimento e habitação e, com periodicidade variável, outros temas, de acordo com as necessidades de informação para o país, tendo como unidade de investigação o domicílio. A Pnad foi substituída, com metodologia atualizada, pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pnad Contínua, que propicia uma cobertura territorial mais abrangente e disponibiliza informações conjunturais trimestrais sobre a força de trabalho em âmbito nacional. A Figura 1 ilustra o uso da Pnad Contínua trimestral para analisar a série histórica do rendimento médio habitualmente recebido, por nível de instrução do respondente de 14 anos ou mais.

---

[1] Uma discussão sobre a comparação entre os Censos Demográficos e a harmonização das variáveis pode ser encontrada na seção WikiDados do portal CEM-Dados, do Centro de Estudos da Metrópole. Ver em: http://200.144.244.241/foruns/index.php/pt/wiki/12-sobre-os-bancos-de-dados/18-diretrizes-gerais-para-a-comparacao-entre-censos-e-harmonizacoes-de-variaveis. Acesso em 13 jun. 2021.

Figura 1. Rendimento médio nominal de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, por nível de instrução, Brasil - 1º trimestre, 2012-2020



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pnad Contínua Trimestral 2012-2020.

Como observado por Souza (2016), a disseminação de pesquisas domiciliares amostrais impactou sobretudo os estudos sobre desigualdade, não só pela quantidade de informações disponíveis como também pela abordagem em questão. No Brasil, a grande maioria dos trabalhos empíricos sobre a distribuição de renda produzidos nos últimos 50 anos teve como fontes as Pnads, os Censos e outras pesquisas domiciliares. No entanto, o primado dos *surveys* vem sendo contestado por diferentes motivos teóricos e empíricos, incluindo a queda na disposição dos entrevistados a participar, o interesse crescente por desenhos de pesquisa capazes de isolar relações causais de forma mais convincente e a disponibilidade também crescente de fontes alternativas de dados. Em relação à análise sobre resultados dos egressos da educação superior no mercado de trabalho, limitação adicional pode ser encontrada na ausência de mensuração sobre diferenças qualitativas do diploma superior. O Censo Demográfico e a Pnad não contêm informações sobre a dependência administrativa e a organização acadêmica da instituição de formação, informações que constituem campo-chave de interesse para as pesquisas sobre inserção no mercado de trabalho no Brasil.

Dados administrativos e levantamentos censitários sobre educação superior e mercado de trabalho

Enade e Censo da Educação Superior

O sistema de educação superior brasileiro é um dos poucos no mundo que adotam a aplicação de avaliações em larga escala de estudantes e cursos de educação superior como parte do processo de garantia de qualidade para programas de graduação no país. Aplicado pelo Inep desde 2004, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), composto também pela Avaliação de cursos de graduação e pela Avaliação Institucional. Juntos, formam o tripé avaliativo que permite conhecer a qualidade dos cursos e instituições de educação superior brasileiras.

O Enade avalia o rendimento dos concluintes[2] dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos, o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional e o nível de atualização dos estudantes com relação à realidade brasileira e mundial. A avaliação tem como objetivo medir o desempenho dos alunos por meio de um teste composto por questões centradas em competências gerais (componente de formação geral), comuns a todos os exames do Enade em um único ano, e questões disciplinares específicas (componente específico). O Enade é acompanhado de um questionário socioeconômico que permite relacionar as características dos estudantes com diferenças qualitativas da educação superior. Deve-se a isso a ampla utilização do instrumento nos estudos sobre estratificação e educação superior.

O Censo da Educação Superior (CES), realizado anualmente pelo Inep, é o instrumento de pesquisa mais completo do Brasil sobre as instituições de

[2] Criado em 2004, o Enade continha avaliações para ingressantes e concluintes até 2010, a partir de quando passou a avaliar apenas concluintes. A realização do exame é obrigatória para os alunos selecionados e a sua realização é requisito para a emissão do histórico escolar do estudante ao término do curso. Nas edições do Enade de 2009 a 2011, foram considerados concluintes aqueles estudantes que até o dia 1º de agosto do ano de realização do exame tivessem concluído pelo menos 80% da carga horária mínima do currículo do curso da IES, independentemente do período letivo de expectativa de conclusão do próprio curso, e aqueles que tivessem condições acadêmicas de conclusão do curso no ano letivo corrente. Em 2010, também foram considerados concluintes, no caso dos cursos superiores de tecnologia com carga horária mínima de até 2.000 horas, aqueles estudantes que tivessem cumprido no mínimo 75% (inclusive) da grade curricular mínima do curso na IES.

educação superior (IES) que ofertam cursos de graduação e sequenciais de formação específica, e também sobre seus alunos e docentes. O levantamento utiliza as informações do cadastro do Sistema e-MEC, em que são mantidos os registros de todas as IES, seus cursos e locais de oferta. A partir desses registros, o Censo coleta informações sobre a infraestrutura das IES, vagas oferecidas, candidatos, matrículas, ingressantes, concluintes e docentes, nas diferentes formas de organização acadêmica e categoria administrativa. Por isso, seus microdados constituem importante fonte de informações para as análises que tratam sobre as diferenças qualitativas nesse setor de ensino.

Para os estudos sobre a relação entre a educação superior e o mercado de trabalho, a principal contribuição do instrumento está relacionada à sua característica censitária. É possível acompanhar a população de concluintes ao longo dos anos, de acordo com os cursos e instituições de formação, e complementar análises a partir de instrumentos não censitários, como o Enade. A importância do uso do CES como fonte de checagem da qualidade dos dados do Enade pode ser atestada observando-se a Tabela 1. Essa tabela foi adaptada de tabela apresentada por Vieira (2021) e traz o percentual de concluintes do Enade 2009 a 2011 em relação ao universo do CES dos respectivos anos. Como podemos observar, há diferenças no universo de concluintes entre as duas bases em todas as áreas de estudo e nas três edições dos levantamentos, o que é possivelmente explicado por erros de preenchimento, correções nas informações do CES e problemas correlatos, embora a magnitude desses problemas ainda não tenha sido documentada. Como apontado em estudos anteriores (e.g. Maciente *et al.*, 2015), para encontrar aqueles concluintes inscritos no Enade que efetivamente tenham se formado, é necessário dispor da identificação dessas pessoas no CES dos respectivos anos do exame, o que permitiria uma informação mais apurada sobre os que realmente concluíram o curso.

No entanto, a ligação entre as bases do Enade e do CES por meio do identificador dos estudantes pode ser feita apenas por meio do acesso às respectivas versões identificadas das bases, de uso restrito e disponível apenas nas dependências do Inep, o que tem limitado a realização de trabalhos que combinem esses dados. Alguns estudos que ilustram o uso do CES para esse propósito são os de Vaz e Vaz (2019) e de Caseiro e Maciente (2019). Nesses casos, o CES foi o instrumento utilizado para confirmar o *status* de concluinte dos estudantes e para controlar a inserção no mercado

de trabalho por diferenças qualitativas desse setor de ensino (área e instituição). Além disso, as bases fornecem informações sobre atividades extracurriculares dos estudantes e se estes recebem remunerações por isso. Tais informações são relevantes para os estudos sobre resultados no mercado de trabalho.

Tabela 1. Número de inscritos no Enade 2009-2011, representatividade destes no censo e situação empregatícia na Rais 2013-2015

2009					
	Total	Ciências Sociais	CTEM	Direito	Humanidades
Número de inscritos com identificador no Enade	322.753	208.817	34.383	69.442	10.111
Concluintes do censo da educação superior (%)	88,9	94,5	68,6	81	172
2010					
	Total	Ciências Sociais	CTEM	Medicina	Saúde e Bem-Estar
Número de inscritos com identificador no Enade	135.184	15.540	21.428	11.254	86.962
Concluintes do censo da educação superior (%)	69,3	75	77,1	86,7	65,1
2011					
	Total	CTEM	Educação	Engenharia	Humanidades
Número de inscritos com identificador no Enade	288.222	53.619	172.131	54.022	8.450
Concluintes do censo da educação superior (%)	86,8	66,7	89,1	108	99,9

Fonte: Autor (2021). Elaboração do autor com dados do Enade, Censos da Educação Superior 2009, 2010 e 2011, e Rais/MTE 2013, 2014 e 2015.

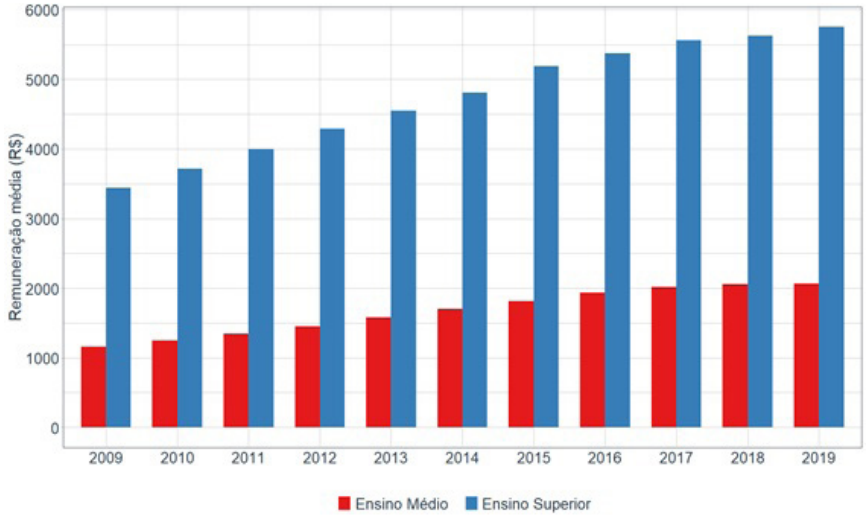
Relação Anual de Informações Sociais (Rais)

O levantamento das informações sobre o mercado de trabalho no Brasil tem se tornado cada vez mais diversificado e abrangente (De Negri *et al.*, 2001). Em conjunto com um grupo numeroso de estudiosos preocupados em investigar o funcionamento do mercado de trabalho e suas imperfeições, a facilidade no acesso a bases de dados qualificadas têm contribuído para a disseminação de pesquisas sobre diferenciais de salários no Brasil. Considerando apenas dados oficiais, registros administrativos como a Rais e o Caged, ambos do atual Ministério da Economia, divulgam um conjunto de informações sobre

o mercado de trabalho formal. Diferentemente das pesquisas domiciliares, entretanto, dados como os da Rais, estruturados em painel, permitem o uso de técnicas mais rigorosas de estimação de diferenciais de salário.

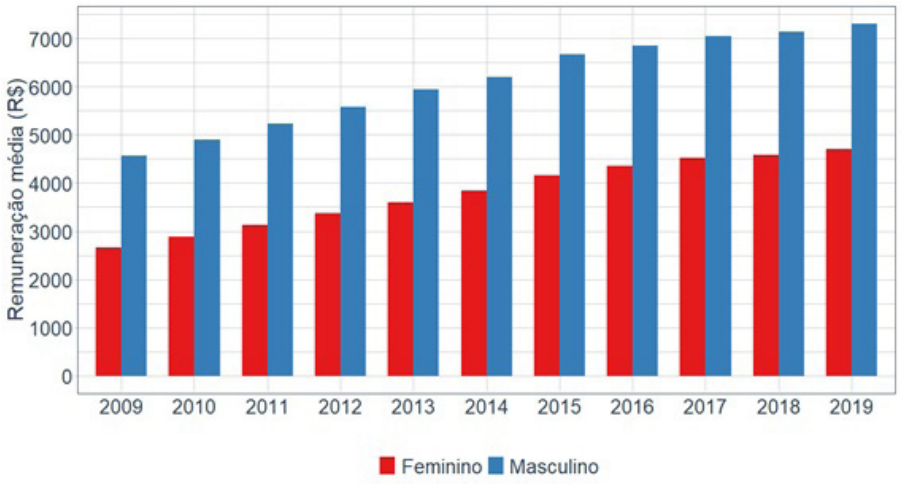
A base de dados da Rais tem origem em registros administrativos do antigo Ministério do Trabalho, utilizados para acompanhar a arrecadação de contribuições e a distribuição de benefícios previstos na legislação trabalhista. Na prática, representa um levantamento censitário anual do mercado de trabalho formal brasileiro preenchido por todas as empresas, na medida em que todas as organizações legais (privadas e públicas) são obrigadas a declará-lo. As informações relativas aos estabelecimentos e vínculos empregatícios são disponibilizadas segundo o estoque (número de empregos) e a movimentação de mão-de-obra empregada (admissões e desligamentos), por gênero, faixa etária, grau de instrução, rendimento médio e faixas de rendimentos em salários-mínimos, sendo possível, também, construir dados sobre a massa salarial (De Negri *et al.*, 2001). Nas Figuras 2 e 3, ilustramos dois caminhos de análise sobre inserção de graduados da educação superior no mercado de trabalho formal possíveis de serem trilhados com o uso da Rais: diferenças de remuneração média entre trabalhadores com educação superior e trabalhadores com outros graus de escolaridade e disparidade de gênero na remuneração entre trabalhadores com educação superior.

Figura 2. Remuneração média nominal de empregados formais por grau de escolaridade, Brasil - 2009-2019



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Rais 2009-2019.

Figura 3. Remuneração média nominal de empregados formais com educação superior completa por sexo, Brasil -- 2009-2019



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Rais 2009-2019.

Em virtude da natureza dos dados e do levantamento que alimenta a Rais, os dados que provêm desse cadastro têm vantagens e limites bem conhecidos. O primeiro ponto relevante se refere ao informante e à data de referência. As informações da Rais são fornecidas pela empresa com registro formal e têm como data de referência 31 de dezembro. Como registro do mercado de trabalho formal, a Rais não abrange trabalhadores empregados informalmente, o que torna desaconselhável que os seus resultados sejam interpretados como válidos para o universo total dos trabalhadores brasileiros (Corseuil & Santos, 2002). Por ser um registro administrativo com informações prestadas pelos empregadores, seus dados devem ser interpretados com cautela devido a erros e omissões comuns a esse formato de banco de dados (De Negri *et al.*, 2001). Além disso, estudos anteriores constataram problemas na cobertura da Rais que, por um lado, não é homogênea para todos os setores econômicos e unidades da Federação, e, por outro, subestima os empregos no setor agropecuário e na construção civil e superestima os trabalhadores na administração pública (Januzzi, 1994). Entretanto, há evidências de que a cobertura da Rais para o setor organizado da economia e para as regiões urbanas e metropolitanas é satisfatória (De Negri *et al.*, 2001).

Não obstante algumas discrepâncias com outras bases de informação, como a Pnad, estudo recente mostrou ser a Rais fonte confiável de análise do

mercado formal de trabalho no Brasil, sobretudo por sua natureza censitária, amplitude de informação, cobertura geográfica e dimensão temporal (De Negri *et al.*, 2001). Além disso, a Rais permite análises longitudinais, isto é, o acompanhamento de um mesmo conjunto de trabalhadores ao longo do tempo, viabilizando a investigação de uma diversidade de problemas relativos ao mercado de trabalho e a diferenciais de renda com impactos importantes para a política pública.

A combinação dos dados do *survey* do Enade com os dados administrativos da Rais oferece algo relativamente escasso na literatura de estratificação: informações tanto sobre as experiências dos próprios graduados ao longo de sua formação na educação superior, quanto sobre os empregadores e de que forma alocam e remuneram as credenciais obtidas pelos primeiros. Com o uso combinado dessas bases, pode-se avançar em vastas áreas de pesquisa, como sobre retornos econômicos à educação superior, ligação educação superior-trabalho e efeito da origem socioeconômica sobre os resultados dos graduados no mercado de trabalho, que ainda têm muito a serem desenvolvidas na literatura sociológica do país.

Na Tabela 2, sintetizamos o levantamento das principais possibilidades e limitações das bases analisadas. Além disso, destacamos alguns trabalhos encontrados no levantamento bibliográfico e as estratégias encontradas para atenuar as limitações. Devido à natureza das bases, que não foram construídas para o acompanhamento de egressos, a combinação delas é a principal alternativa para articular a inserção no mercado de trabalho com as particularidades internas da educação superior. Estes resultados assinalam não só a importância dessas bases para as pesquisas na área, como também a necessidade de tornar mais acessível a junção de suas informações. Na ausência de um instrumento específico de abrangência nacional para o acompanhamento de egressos, esforços nessa direção serão relevantes para ampliar nosso conhecimento sobre as dinâmicas de inserção profissional, a qualidade da educação superior e a formulação de políticas públicas voltadas para esses fenômenos.

Tabela 2. Quadro sintético das principais possibilidades e limitações das bases e suas utilizações

Bases	Objeto	Possibilidades	Limitações	Exemplos de trabalhos
Enade	Ensino Superior	· Questionário socioeconômico de abrangência nacional mais completo sobre estudantes do ES	· Não censitário	· Caseiro, Maciente, 2019 (combinada com Censo da ES).
			· Imprecisões na amostragem por coorte	· Maciente et. al., 2015 (combinada com a Rais).
		· Cobertura de diferenças qualitativas do ES	· Sem informações sobre inserção no mercado de trabalho	· Vaz, Vaz, 2019 (combinada com Censo da ES e Rais).
				· Vieira, 2021 (combinada com Rais).
Censo da Educação Superior	Ensino Superior	· Censitário	· Poucas variáveis sobre origem social dos estudantes	· Vaz, Vaz, 2019 (combinada com Enade e Rais).
		· Cobertura de diferenças qualitativas do ES	· Sem informações sobre inserção no mercado de trabalho	· Caseiro, Maciente, 2019 (combinada com Enade).
		· Levantamento censitário do mercado de trabalho formal no Brasil	· Não abrange trabalhadores empregados informalmente	· Maciente et. al., 2015; Vieira, 2021 (combinada com Enade).
Rais	Mercado de Trabalho	· Informações por gênero, faixa etária, grau de instrução, rendimentos	· Cobertura não é homogênea por setor econômico ou unidade da Federação	· Vaz, Vaz, 2019 (combinada com Enade e Censo da ES).
		· Análises longitudinais (aplicação anual)	· Pouco detalhamento das diferenças qualitativas do ES	· Lima, Abdal, 2007.

Continuação Tabela 2. Quadro sintético das principais possibilidades e limitações das bases e suas utilizações

Censo Demográfico do IBGE	Indivíduos residentes no Brasil	· Instrumento censitário de abrangência nacional · Informações sobre nível educacional e anos de estudo dos indivíduos com detalhamentos por nível superior e por grandes áreas de conhecimento · Informações sobre rendimento e ocupação · Informações demográficas dos indivíduos · Cobertura nacional · Aplicações específicas sobre a inserção da população no mercado de trabalho	· A periodicidade pode dificultar análises que buscam mudanças mais sensíveis na relação entre educação e mercado de trabalho · Pouco detalhamento das diferenças qualitativas do ES	· Ribeiro, Schlegel, 2015; Reis, Machado, 2015; Rodrigues *et al.*, 2020; Zuccarelli, 2021.
Pnad	Domicílios no Brasil	· Informações demográficas dos indivíduos · A periodicidade permite acompanhar mudanças de médio e longo prazos	· Pouco detalhamento das diferenças qualitativas do ES	· Rodrigues *et al.*, 2020; Zuccarelli, 2021.

Fonte: Elaboração própria.

Conclusão

Em 2019, mais de 1,2 milhão de estudantes concluíram cursos de graduação superior no Brasil. Desde 2016, período de intensa instabilidade política e econômica no país, a população de nível superior continuou aumentando, assim como o contingente de trabalhadores com educação superior desocupados ou que estão exercendo funções que demandam nível de qualificação inferior (Ipea, 2018). A disponibilidade de um conjunto amplo de informações sobre os egressos da educação superior, os cursos e instituições de ensino que frequentaram e sua situação de trabalho tem cumprido um importante papel em subsidiar um número crescente de estudos de abrangência nacional sobre a inserção profissional dos graduados, cuja revisão buscamos realizar neste artigo.

No entanto, ainda encontramos vastos espaços para avanços em pesquisas que se voltem para a ligação entre a educação superior e os resultados dos egressos tanto no início da carreira profissional, quanto ao longo da vida adulta. Em primeiro lugar, diferentemente da literatura internacional, ainda encontramos poucos estudos que tenham considerado os variados tipos de resultados no mercado de trabalho para além dos rendimentos, como situação de trabalho (além do emprego formal), tempo de procura por trabalho, ocorrência de períodos de desemprego, e prestígio e *status* ocupacional. No lado dos fatores explicativos, a incorporação de variáveis de diferentes dimensões individuais e institucionais – como origem socioeconômica, habilidades (tanto gerais, quanto específicas), composição de gênero da área de formação e qualidade e seletividade da instituição – pode fomentar estudos originais sobre mobilidade social entre graduados ou os mecanismos que explicam os diferenciais encontrados no mercado de trabalho.

Outra direção possível de análise para os pesquisadores da área é examinar os resultados dos egressos em mais de um ponto no tempo, isto é, a progressão dos graduados em suas carreiras, sobretudo considerando que estudos anteriores realizados em outros contextos apontam variações importantes entre áreas de formação, tipos de instituição e classes sociais de origem. Com relação a este ponto, ressaltamos a necessidade de que a pesquisa brasileira avance na análise da transição "invertida" do trabalho para escola, que notadamente caracteriza parcela relevante da população que acessa a educação superior no Brasil (Comin & Barbosa, 2011), e em como essa está

relacionada com trajetórias distintas no mercado de trabalho. Por último, é especialmente importante que a literatura sociológica incorpore avanços metodológicos recentes que permitam a identificação de efeitos causais mais precisos, e que realize estudos comparados com base nos dados brasileiros e de outros países, prática ainda incipiente nessa linha de estudos no país.

Embora, naturalmente, encontremos limites em um programa de pesquisas ainda em vias de consolidação no Brasil, acreditamos que essa revisão mostra as contribuições significativas feitas por pesquisadores da área, ainda mais valiosas quando consideramos as limitações nos dados nacionais disponíveis. Fundamentalmente, um conjunto amplo de temas e direções de pesquisa, como algumas das mencionadas acima, ainda seguem pouco exploradas em virtude do limitado acesso a bases de dados ainda de uso restrito, como as versões identificadas do Enade e Rais, e cuja publicização de forma anonimizada permitiria qualificarmos o entendimento corrente sobre os efeitos da expansão da educação superior sobre a dinâmica da desigualdade no Brasil. No entanto, é inegável que o uso corrente da evidência disponível, ao articular de forma densa teoria e empiria, recorrer a desenhos de pesquisa adequados e, sobretudo, formular perguntas de pesquisa relevantes e instigantes, tem dado passos largos na direção de estabelecer as regularidades que caracterizam a entrada e a progressão dos graduados brasileiros no mundo do trabalho.

Referências

Barbosa, Maria Ligia de O., & Gandin, Luís Armando. (2020). Sociologia da educação brasileira: diversidade e qualidade. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, 91*, 1-38.

Bol, Thijs, & Heisig, Jan Paul. (2021). Explaining wage differentials by field of study among higher education graduates: Evidence from a large-scale survey of adult skills. *Social Science Research, 99*, 102594. https://doi.org/10.1016/j.ssresearch.2021.102594

Bol, Thijs, & Van de Werfhorst, Herman G. (2011). Signals and closure by degrees: The education effect across 15 European countries. *Research in Social Stratification and Mobility, 29*(1), 119-132. https://doi.org/10.1016/j.rssm.2010.12.002

Borges, Eduardo H. N., & Honorato, Gabriela de S. (2020). Pesquisas e práticas em acompanhamento de egressos: discutindo democratização do sistema e gestão de instituições de ensino superior. In A. J. S. Oliveira *et al.* (orgs.). *Práticas inovadoras em gestão universitária: interfaces entre Brasil e Portugal*. UFRJ, FACC.

Brito, Murillo M. A. de. (2017). Novas tendências ou velhas persistências? Modernização e expansão educacional no Brasil. *Cadernos de Pesquisa, 47*(163), 224-263. https://doi.org/10.1590/198053143789

Carnevale, Anthony P., Cheah, Ban, & Van Der Werf, Martin. (2019). *A First Try at ROI: Ranking 4,500 Colleges*. Recuperado de: https://repository.library.georgetown.edu/handle/10822/1060569

Caseiro, Luiz Carlos Z., & Maciente, Aguinaldo N. (2019). Estratificação horizontal da educação superior e inserção no mercado formal de trabalho dos recém-egressos dos cursos de Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática (CTEM). *Anais do 43o Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, MG, Brasil.

Chetty, Raj, Friedman, John, Saez, Emmanuel, Turner, Nicholas, & Yagan, Danny. (2017). *Mobility report cards: the role of colleges in intergenerational mobility* (No w23618, p. w23618). National Bureau of Economic Research. https://doi.org/10.3386/w23618

Comin, Álvaro A., & Barbosa, Rogério J. (2011). Trabalhar para estudar: sobre a pertinência da noção de transição escola-trabalho no Brasil. *Novos Estudos - CEBRAP, 91*, 75-95. https://doi.org/10.1590/S0101-33002011000300004

Corseuil, Carlos Henrique, & Santos, Daniel. (2002), *Determinantes da renda do trabalho no setor formal da economia brasileira*. Texto para Discussão (TD) 885. Ipea.

De Negri, João Alberto, Castro, Paulo Furtado de, Souza, Natalia Ribeiro de, & Arbache, Jorge Saba. (2001), *Mercado formal de trabalho: comparação entre os microdados da Rais e da Pnad*. Texto para Discussão (TD) 840. Ipea.

Di Stasio, Valentina. (2014). *Why education matters to employers: a vignette study in Italy, England and the Netherlands*. Universiteit van Amsterdam.

Dubet, François. (2015). Qual democratização do ensino superior? *Caderno CRH, 28*(74), 255-266. https://doi.org/10.1590/S0103-49792015000200002.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2019) *Rendimento de todas as fontes 2019, Pnad Contínua 2020*. Recuperado de: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101709_informativo.pdf

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2018) *Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018* (39. ed.). IBGE. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). (2018). A evolução da população ocupada com nível superior no mercado de trabalho. Nota técnica. *Carta de Conjuntura*, n. 41. IPEA. Recuperado de: http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2018/12/12/a-evolucao-da-populacao-ocupada-com-nivel-superior-no-mercado-de-trabalho/

Fernandes, Reynaldo; Narita, Renata Del Tedesco. (2001). Instrução superior e mercado de trabalho no Brasil. *Economia aplicada, 5*(1), 7-32.

Fernandes, Danielle C., Salata, André Ricardo, & Carvalhaes, Flavio. (2017). Desigualdades e estratificação: Analisando sociedades em mudança. *Revista Brasileira de Sociologia - RBS, 5*(11). https://doi.org/10.20336/rbs.222

Fresneda, Betina. (2016). Indicadores educacionais. In Simões André, & Fresneda, Betina (Org.). *Panorama nacional e internacional da produção de indicadores sociais*. (pp. 133-162). IBGE. Recuperado de: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98624.pdf

Gerber, Theodore P., & Cheung, Sin Yi. (2008). Horizontal stratification in postsecondary education: forms, explanations, and implications. *Annual Review of Sociology, 34*(1), 299-–318. https://doi.org/10.1146/annurev.soc.34.040507.134604

Jacob, Marita, & Klein, Markus. (2019). Social origin, field of study and graduates' career progression: Does social inequality vary across fields? *The British Journal of Sociology, 70*(5), 1850-1873. https://doi.org/10.1111/1468-4446.12696

Jannuzzi, Paulo M. (1994). As Potencialidades Analíticas da Rais para Estudos sobre a Estrutura do Mercado Formal de Trabalho. *IV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho*. Campinas, SP, Brasil.

Karlson, Kristian Bernt. (2019). College as equalizer? Testing the selectivity hypothesis. *Social Science Research, 80*, 216-229. https://doi.org/10.1016/j.ssresearch.2018.12.001

Klein, Markus. (2019). *When and for whom does it pay to attend a prestigious university? Social origin, elite education and graduates' career trajectories*. The University of Queensland.

Lima, Márcia, & Abdal, Alexandre. (2007). Educação e trabalho: A inserção dos ocupados de nível superior no mercado formal. *Sociologias, 17*, 216-238. https://doi.org/10.1590/S1517-45222007000100009

Maciente, Aguinaldo N. & Araújo, Thiago C. (2011). A Demanda por engenheiros e profissionais afins no mercado de trabalho formal. *Radar, 12*, 43-54. http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5344

Maciente, Aguinaldo N., Nascimento, Paulo A. M. M., Servo, Luciana M. S., Vieira, Roberta da S., & Silva, Carolina A. (2015). A Inserção de recém-graduados em engenharias, medicina e licenciaturas no mercado de trabalho formal. *Radar, 38*, 7-22. https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3973/1/Radar_n38.pdf

Menezes Filho, Naercio A. (2012). *Apagão de mão de obra qualificada? As profissões e o mercado de trabalho brasileiro entre 2000 e 2010*. Policy Paper nº 4. Insper. https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2018/09/Apaga%CC%83o-de-ma%CC%83o-de-obra-qualificada.pdf

Neves, Clarissa E. B., Sampaio, Helena, & Heringer, Rosana. (2018). A institucionalização da pesquisa sobre ensino superior no Brasil. *Revista Brasileira de Sociologia - RBS, 6*(12). https://doi.org/10.20336/rbs.243

Paul, Jean-Jacques. (2015). Acompanhamento de egressos do ensino superior: experiência brasileira e internacional. *Caderno CRH, 28*(74), 309-326. https://doi.org/10.1590/S0103-49792015000200005

Reis, Maurício C., & Machado, Danielle C. (2015). *Uma análise dos rendimentos do trabalho entre indivíduos com ensino superior no Brasil*. Texto para Discussão, 2110. Ipea.

Rodrigues, Ana Lúcia, Cunha, Marina Silva da, Höring, Carla Franciele, Leal, Luiz Donadon, Martinelli, Samanta Elisa, & Souza Paulo Roberto de. (2020). Profissionais de Nível Superior: desigualdades nas ocupações de mais alta qualificação. In M. G. Ribeiro & T. A. Aragão (org.). *Transformações no mundo do trabalho. Análise de grupos ocupacionais no Brasil Metropolitano e Não Metropolitano em quatro décadas*. Letra Capital.

Ribeiro, Carlos Antonio C., & Carvalhaes, Flávio. (2020). Estratificação e mobilidade social no Brasil: uma revisão da literatura na Sociologia de 2000 a 2018. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, 92*, 1-46.

Ribeiro, Carlos Antonio C.; Schlegel, Rogerio. (2015) Estratificação horizontal da educação superior no Brasil (1960 a 2010). In M. Arretche (org.). *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos* (pp. 133-162). Editora Unesp; CEM.

Roksa, Josipa, & Levey, Tania. (2010). What can you do with that degree? College major and occupational status of college graduates over time. *Social Forces, 89*(2), 389-415. https://doi.org/10.1353/sof.2010.0085

Saito, Camila Y. (2006). *As desigualdades nos retornos do ensino superior no Brasil*. Prêmio IPEA-CAIXA 2006.

Salata, André Ricardo. (2018). Ensino Superior no Brasil das últimas décadas: redução nas desigualdades de acesso? *Tempo Social, 30*(2), 219-253. https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.125482

Salata, André Ricardo & Ribeiro, Marcelo G. (2020). *Boletim desigualdade nas metrópoles*. Observatório Metrópoles. https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2020/10/BOLETIM_DESIGUALDADE-NAS-METROPOLESl_01v02.pdf

Souza, Pedro Herculano G. F. (2016). *A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013*. (Tese de Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília, Brasília.

Torche, Florencia. (2011). Is a College Degree Still the Great Equalizer? Intergenerational Mobility across Levels of Schooling in the United States. *American Journal of Sociology, 117*(3), p. 763-807.

Triventi, Moris. (2013). The role of higher education stratification in the reproduction of social inequality in the labor market. *Research in Social Stratification and Mobility, 32*, 4-63.

Van de Werfhorst, Herman G. (2011). Skills, positional good or social closure? The role of education across structural-institutional labour market settings. *Journal of Education and Work, 24*(5), 521-548.

Vaz, Katia Cristina da S. & Vaz, Fabio M. (2019). Inserção profissional dos jovens concluintes da educação superior. *Anais do XIX Congresso Brasileiro de Sociologia*, Florianópolis, SC, Brasil.

Vieira, André de Holanda Padilha Vieira. (2021). *Estratificação no ensino superior e ingresso no mercado de trabalho no Brasil, 2009-2015*. (Tese de Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Zuccarelli, Carolina. (2021). Trabalhadores com educação superior e as transformações no mundo do trabalho. *EccoS – Revista Científica, 57*, 10782. https://doi.org/10.5585/eccos.n57.10782

Recebido: 25 jun. 2022.
Aceito: 13 out. 2022.

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 4.0

https://doi.org/10.20336/rbs.895

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Um programa forte para a sociologia política no Brasil

A strong program for political sociology in Brazil

Lucas Correia Carvalho[*]
Aline Marinho Lopes[**]
Maria Isaura Pereira de Queiroz *In memoriam*

RESUMO
O texto discute os principais tópicos expostos por Maria Isaura Pereira de Queiroz no texto "Contribuição para o estudo da sociologia política no Brasil", apresentado no I Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado na cidade de São Paulo, em 1954. Argumentamos que na agenda de pesquisas proposta neste texto a socióloga expôs a radicalidade analítica de investigações que partissem da base social da política, formada historicamente pela combinação de mandonismo local, controle territorial e violência. "Contribuição" serve também como advertência a nós cientistas sociais que enfrentamos hoje – e novamente - o desafio de compreender os percalços da democracia no Brasil.

Palavras-chave: sociologia política, pensamento social no Brasil, Maria Isaura Pereira de Queiroz

[*] Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil.
Professor do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense (PPGS/UFF). lucascorreiacarvalho@id.uff.br

[**] Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil.
Professora do Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense (UFF)

ABSTRACT

This text discusses the main topics addressed by Maria Isaura Pereira de Queiroz in her work "Contribution to the study of political sociology in Brazil", presented at the I Brazilian Congress of Sociology, held in the city of São Paulo, in 1954. We argue that the research agenda proposed in this text, she claimed the analytical radicality of investigations that would draw on the social base of politics, historically formed by the combination of local bossiness, territorial control and violence. "Contribution" also serves as a warning for us, social scientists who face today – and again – the challenge of understanding the mishaps of democracy in Brazil.

Keywords: political sociology, history of social sciences in Brazil, Maria Isaura Pereira de Queiroz

De forma muito oportuna, a presente edição da Revista Brasileira de Sociologia republica um dos textos fundamentais da sociologia brasileira. Trata-se de "Contribuição para o estudo da sociologia política no Brasil", de Maria Isaura Pereira de Queiroz, apresentado no I Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado na cidade de São Paulo entre os dias 21 e 27 de junho de 1954. Nos Anais do Congresso, redigido por Antonio Candido, Florestan Fernandes e Oracy Nogueira, nota-se que, entre os expositores, constavam alguns dos principais nomes da sociologia brasileira naquele momento, como Roger Bastide, Alberto Guerreiro Ramos, Azis Simão, além do próprio Florestan Fernandes (Anais do I Congresso Brasileiro de Sociologia, 1955). Pelo conteúdo e pela ocasião em que é apresentado, o texto de Maria Isaura se torna um marco. Seu formato programático se assemelha a um manifesto, propondo o que, segundo a autora, deveriam ser as bases de sustentação do desenvolvimento da área de sociologia política, tida por ela como ainda "incipiente" entre nós (Queiroz, 1976a, p. 17).

A comunicação destoava do tom geral do Congresso não apenas pelo tema – sociologia política –, mas pelo esforço que propugnava no sentido de formar uma agenda de pesquisas que, partindo de um esforço conjunto e contínuo, deveria superar certas deficiências programáticas que atravancavam o desenvolvimento da área. De fato, a sociologia política, enquanto especialidade disciplinar, surgiu de forma bastante tardia no Brasil, confundindo-se, até o início dos anos 1980, com a ciência política. Brasílio Sallum Jr. (2002, p. 73) chama a atenção para o fato de que, até o final da década de 1950, as análises sociológicas da política eram pouco frequentes e, de forma geral, centradas na história do pensamento político e na história das instituições políticas brasileiras, muito embora, e nem sempre reconhecido dessa forma pelos chamamos "pioneiros" das ciências sociais institucionalizadas, parte de nossos ensaístas já houvesse estabelecido tópicos fundamentais para que, com continuidades e descontinuidades, se pudesse pensar as bases sociais da política no Brasil (Botelho, 2007, 2019).

"Contribuição" é um texto programático não só porque coloca em seu horizonte os desafios de uma área a se constituir, mas porque leva em conta o contexto de transformações pelo qual passava a sociedade brasileira na década de 1950 (Botelho *et al.*, 2008). O intenso e abrupto processo de modernização não fora capaz, como imaginaram alguns de seus principais entusiastas, de extinguir a desigualdade no país, que, ao contrário, foi mantida a partir da redefinição de formas de dominação social que vigoravam sobretudo no campo, onde ainda boa parte da população residia – algo em torno de 70%, segundo o Censo de 1950. Portanto, seria preciso compreender os fatores que levavam a urbanização e a industrialização do país a intensificarem as desigualdades e, mesmo, a excluírem amplas camadas da população das garantias básicas de cidadania. Como se sabe, esse é um desafio posto a todos e a todas cientistas sociais daquele tempo, que, assim como Maria Isaura, tendiam a elaborar uma visão crítica do presente ao se defrontarem com o peso do passado (Villas Bôas, 2006).

No momento em que apresentava o texto para seus pares, Maria Isaura já era pesquisadora experiente e ocupava, desde 1951, o cargo de assistente da Cadeira de Sociologia I da prestigiada Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP), instituição onde obteve a graduação em Ciências Sociais, em 1949, e onde realizava pesquisas sobre diversas manifestações sociais, culturais e políticas oriundas do "mundo

rústico", termo utilizado por Antonio Cândido para designar a camada camponesa de nossa população.

Sua trajetória como pesquisadora, alicerçada em incursões frequentes ao campo, já lhe credenciava a lançar, no I Congresso Brasileiro de Sociologia, uma agenda de pesquisas para a Sociologia Política. Propunha que esse desenvolvimento deveria se assentar em um tripé formado a) por estudos sociológicos "de nosso passado político, que pudessem fornecer um pano de fundo para os trabalhos efetuados sobre o presente, dando a visão de continuidade ou das transformações havidas na política" (Queiroz, 1976a, p. 17); b) por pesquisas empíricas efetuadas a partir do município; e, por fim, c) por estudos que ultrapassem apenas as ideias e se detenham nos "fatos", observando sempre o preceito sociológico "observar antes de interpretar" (Queiroz, 1976a, p. 18). Referindo-se a pesquisas anteriores sobre a vida política brasileira, Maria Isaura destacava como os analistas se fixavam no estudo das instituições ou nas ideias políticas sem atentarem para seus sentidos práticos – e contraditórios.

Seguindo o primeiro preceito estabelecido para o estudo da sociologia política, ou seja, o da necessidade de estudos do passado político para calibrar as análises empíricas do presente, em "Contribuição", a autora examina o comportamento político a partir das transformações sociais e econômicas da sociedade brasileira ao longo do tempo, procurando chamar a atenção para a existência de uma "linha de continuidade interna de nossa política" (Queiroz, 1976a, p. 29), que se dá através da grande influência que o mandonismo local exerce em distintas fases da vida do país, forjando relações baseadas em um domínio pessoal e arbitrário do chefe sobre a população. Nos trabalhos que desenvolve posteriormente, Maria Isaura aprofunda as conclusões desse primeiro estudo, procurando suprir a ausência de análises sociológicas dos fatos políticos do passado e do presente (Lopes, 2012; Carvalho, 2010). Em "O mandonismo local na vida política brasileira", de 1956, e em "O coronelismo numa interpretação sociológica", de 1975, a autora analisa a dinâmica do funcionamento e dos aspectos estruturais das formas de dominação vigentes no Brasil desde o período colonial até a década de 1930. Os três ensaios, aos quais se soma um estudo sobre o conceito de "jagunços", compõem a coletânea intitulada "O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios", publicada em 1976. Em todos esses trabalhos, o mandonismo é definido, desse modo, pela relação de posse que os homens tinham uns com os outros. Isso nos leva ao segundo preceito.

A importância de se estudar a política a partir do munícipio, como propunha Maria Isaura, revela-se justamente porque é nele que o poder local, o mandonismo, se mostra de forma mais viva. Perspectiva contrária aos estudos que tomavam como núcleo da vida política nacional as instituições sediadas na Corte ou na capital. Essa advertência, cabe reforçar, tomava o município não propriamente como unidade administrativa, mas como lugar de onde se irradiava o poder local fundado no mandonismo, esse sim o fenômeno mais geral da estrutura social e política brasileira. Segundo a socióloga, abrir novos caminhos de pesquisa exigiria voltar o foco para a esfera local, onde se constituiu historicamente a base social fundamental de nossa vida política, marcada pela solidariedade familial e pelas formas de controle gestadas em uma economia exclusivista fundada durante longo tempo no trabalho escravo e na arregimentação do eleitorado pelos mandões locais e seus intermediários. Por isso, a investigação deveria partir, antes de tudo, do local de origem dessas pugnas, onde "o fenômeno político é mais violento e colore todos os outros aspectos da vida em grupo – o plano municipal" (Queiroz, 1976a, p. 30).

Contraditoriamente, as vicissitudes dessa ordem social se mostrariam melhor, em sua força e intensidade, no próprio bojo do processo de urbanização e industrialização no Brasil. As diferenciadas e complexas formas que assume a vida social na cidade têm reflexos na organização e estrutura políticas. A emergência de novos atores, como a burguesia e o proletariado, sinalizaria o enfraquecimento desse tipo de solidariedade familial. No entanto, como aponta a socióloga, tal fato não significa o surgimento de uma solidariedade de classes, embora os interesses de cada grupo apareçam com mais nitidez. A época que marca essa disjunção social e política são os anos 1940 e 1950, e o marco político é a Revolução de 1930. O regime inaugurado por Getúlio Vargas era expressão de um novo rumo político, embora não prescindisse dos velhos atores dessa arena, sobretudo os mandões locais. Estrutura social e política assumem novas feições, mais complexas, e intercambiam de uma nova maneira, embora mantendo sua base fundamental. Os partidos políticos que surgem com o final da ditadura Vargas, em 1945, revelam novos e velhos interesses que vão agitar a arena político-institucional daquele período. Processo de mudança social, destaca Maria Isaura, "em que tempos históricos diferentes coexistem" (Queiroz, 1976a, p. 29). Não à toa o "populismo", marca da política nos anos 1950, viria

a ser a junção desses polos, fundando-se, segundo a socióloga, na demagogia e nos interesses então nascentes da indústria e inaugurando uma nova velha forma de fazer política, um "novo tipo de coronelismo, o coronelismo urbano" (p. 29). Nesse fluxo dos acontecimentos, o nosso passado político conflui com o presente mostrando "uma linha de continuidade interna de nossa vida política" (p. 29).

Alguns dos pontos acima seriam retomados mais tarde por Maria Isaura em texto clássico intitulado "O coronelismo numa interpretação sociológica" (1976b), no qual distingue mandonismo e coronelismo, afirmando que o coronelismo representa a forma assumida pelo mandonismo local a partir da Proclamação da República, constituindo parte integrante de uma totalidade maior (Carvalho, 1998). Para a socióloga, o coronelismo pode ser visto, dessa maneira, como uma manifestação mais geral da sociedade tradicional brasileira. Ela se opõe às análises correntes sobre o assunto, notadamente a de Victor Nunes Leal, que tendiam a vê-lo como um fenômeno exclusivamente político,[*] chamando a atenção para as diversas facetas que compõem a figura do coronel. Com efeito, "considerá-lo apenas sob este aspecto é mutilar um conjunto complexo, empobrecendo-o e não permitindo uma compreensão mais ampla, tanto em si mesmo quanto em sua evolução histórico-social" (Queiroz, 1976b, p. 165). Ela procura, dessa forma, analisar não apenas as bases políticas da organização coronelista, mas também os seus fundamentos socioeconômicos, chamando a atenção, mais uma vez, para o fato de que a descoberta da lógica da política brasileira exige a introdução do ponto de vista sociológico.

Nesse sentido, a continuidade do mandonismo local em épocas sucessivas vincula-se de maneira estreita à permanência de uma estrutura social baseada na importância e no modo particular de funcionamento dos grupos de "parentela", que constituíam grupos formados tanto pelo parentesco sanguíneo (com suas alianças) quanto pela associação por razões político-econômicas. O termo "coronel" designava não apenas o indivíduo que detinha grande soma de poder econômico e político, como também o que se encontrava na camada superior dos grupos de parentela.

[*] Nesse sentido, Maria Isaura destaca a definição de Nunes Leal: "o coronelismo seria uma forma de adaptação entre o poder privado e um regime político de extensa base representativa" (Queiroz, 1976b, p. 165).

Internamente heterogêneas quanto à economia, as parentelas eram compostas por grupos familiares distribuídos numa hierarquia que revelava a influência do poder econômico e político. Maria Isaura assinala, contudo, que, "paradoxalmente, indivíduos e famílias, no seu interior, se sentiam unidos pelos mesmos interesses sociopolíticos e econômicos, e unidos os defendiam; sobrepunha-se o interesse da parentela ao das famílias e ao dos indivíduos, e por isso mesmo aquele se tornava finalmente o primeiro interesse de todos" (Queiroz, 1976b, p. 184). Assim, as parentelas se caracterizam por fortes laços de dependência entre seus membros, revelando notável grau de coesão.

Maria Isaura chama a atenção para o fato de que a parentela apresentava três aspectos interligados – o político, o econômico e o do parentesco – mostrando que a sociedade na qual estava implantada era de estrutura socioeconômica e política ainda pouco diferenciada em seus setores de atividade. Esta indiferenciação entre os múltiplos setores sociais não implicava, no entanto, equilíbrio, paz e harmonia entre os grupos que formavam a parentela ou a sociedade de forma mais ampla. Maria Isaura ressalta que "pelo contrário, justamente porque indiferenciada, qualquer choque num setor repercutia violentamente em todos os outros, determinando rupturas em geral profundas" (Queiroz, 1976b, p. 186). A descrição da autora se opõe, portanto, à imagem de estabilidade, equilíbrio e integração tradicionalmente associada à sociedade tradicional. Dentro e fora das parentelas, as relações podiam ser de aliança, com base nos laços afetivos e na semelhança de interesses econômicos e políticos; mas também podiam ser de competição e rivalidade, levando a conflitos sangrentos, desencadeados até por causas aparentemente sem importância. A forte solidariedade que caracterizava a parentela, unindo camadas inteiramente díspares, não excluía, dessa forma, a animosidade, com o aparecimento de fraturas e a formação de grupos adversários a partir de um mesmo estrato parental. Na base desses dilaceramentos, estavam quase sempre ambições de mando ou de posse, vinculadas a disputas pela ascensão a postos mais elevados na hierarquia do poder.

A fragmentação e a fragilidade decorrentes dos conflitos entre grupos de parentela coronelísticos distintos e dentro de um mesmo grupo não se opunham, segundo Maria Isaura, à sua coesão, mas lhes eram constitutivas. As brigas entre parentelas rivais contribuíram para prevenir disputas que

poderiam se desencadear entre as próprias camadas internas da parentela, pois incitavam uma forte solidariedade vertical. O conflito entre parentelas aparece, portanto, como importante fator de continuidade delas, pois as perpetua através da exigência de lealdade e apoio unânime entre todos os seus membros. Para a autora, as disputas contra parentelas rivais desempenharam um importante papel na formação social brasileira, uma vez que concorreram para afastar lutas entre camadas socioeconômicas distintas. Ao abordar esses múltiplos conflitos, Maria Isaura ressalta que a violência era, de fato, em todos os níveis da sociedade, uma forma "normal" de resposta a determinadas situações ou ações, constituindo uma das modalidades legitimadas de agir. Assim,

> solidariedade e conflito surgem [...] na sociedade brasileira coronelista e na que lhe fora anterior, como duas faces da mesma moeda, não existindo uma sem a sua oposta, inerente, complementar e recíproca, por mais ambígua e paradoxal que seja a parelha; e porque existem ambas, também existem as violências, que têm por finalidade o aniquilamento, o extermínio do oponente (Queiroz, 1976b, p. 190).

Para Maria Isaura, solidariedade, conflito e violências sempre foram fatores de conservação da estrutura brasileira de parentelas, que constitui o principal alicerce do mandonismo local. A solidariedade permitiria a plasticidade necessária para que, mesmo em localidades onde o senhor ou o coronel não tivesse controle direto, como nas zonas de pequena propriedade, seus desígnios pudessem encontrar alta probabilidade de obediência (Queiroz, 1976b, p. 170). Dentro de suas propriedades, o controle do senhor era direto e muitas vezes violento, o que faz do domínio territorial um importante componente da manutenção do poder (mas não necessariamente o mais importante, embora o tornasse certamente mais eficaz). Mais uma vez, adverte Maria Isaura, é no plano local que essas formas de controle se fazem mais visíveis ao analista.

A combinação mandonismo local, controle territorial, violência e influência política é chave de compreensão do Brasil contemporâneo. Grupos armados e milícias se espraiam por diversas regiões do país a partir do forte domínio territorial e de modalidades próprias de extração financeira (Hirata & Couto, 2022). Ademais, o domínio territorial, mantido sob violência e medo, serve também como recurso fundamental na barganha

político-eleitoral e na ocupação de postos institucionais estratégicos (Manso, 2020; Alves, 2019). Como se sabe, o acesso a cargos públicos e o seu controle constituem instrumentos fundamentais de dominação e perpetuação desses grupos armados, fechando o circuito que sela atualmente a força do mandonismo local.

A mensagem de "Contribuição" é direta: o fortalecimento da sociologia política no Brasil dependia – depende - fundamentalmente de reconhecer na vida social a base dinâmica da organização política. Advertência que pode parecer trivial, mas que, em meio ao turbilhão em que estamos e tentando ainda compreender como chegamos nele, nos coloca mais uma vez o desafio da análise da política marcada menos pela temporalidade das eleições ou das formalidades institucionais e mais por um processo social de raízes históricas.

* * *

Contribuição para o estudo da Sociologia Política no Brasil

Maria Isaura Pereira de Queiroz

O estudo da Sociologia Política entre nós quase não se desenvolveu e permanece incipiente. Quem tem se dedicado com afinco à análise detalhada do fenômeno político é o Professor Orlando M. Carvalho, de Minas Gerais;[1] mas são poucos e raros trabalhos como os seus, de verdadeira pesquisa política, assim como os trabalhos de conjunto e síntese; apenas uma ou outra obra busca explicar a influência da política em setores particulares de nossa vida social, ou vice-versa, como por exemplo o estudo do Professor Fernando de Azevedo, "Canaviais e Engenhos na vida política do Brasil".[2]

[1] Ver Carvalho, Orlando M. (1949), Práticas eleitorais no interior de Minas. *Sociologia, XI*(2); e (1953). A força dos partidos e a estrutura ocupacional das chefias políticas de Minas. *Revista da Faculdade de Direito, IV*, p. 122-159. É pena que o autor não tenha traduzido em gráficos os dados que apresenta neste último estudo, para facilitar-lhes a leitura e a compreensão.

[2] Azevedo, Fernando de. (1948). *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil: ensaio sociológico sobre o elemento político na civilização do açúcar*. Instituto do Açúcar e do Álcool.

Em 1949, a Cadeira de Política da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, então sob a direção do Professor Charles Morazé, iniciou um estudo das eleições efetuadas no Brasil a partir de 1945. O programa da pesquisa incluía a feitura de gráficos sobre o alistamento eleitoral e a votação; estudos sobre os diferentes partidos, sua composição, histórico, caracteres principais; estudo das alianças partidárias; quadro do desenvolvimento econômico, social e político do país desde 1930; estudo da propaganda; descrição das lutas políticas nos municípios etc. Todo este rico acervo de documentação sobre o presente devia permitir se esboçasse a fisionomia atual da política entre nós.

Todavia, um obstáculo dificultava os trabalhos dos estudantes de São Paulo: a falta quase total de qualquer espécie de estudo sociológico do nosso passado político, que pudesse fornecer um pano de fundo para os trabalhos efetuados sobre o presente, dando a visão da continuidade ou das transformações havidas na política; sem esse pano de fundo, o fenômeno político perde todo o relevo e uma parte de seu significado.

É que os fatos políticos entre nós sempre foram encarados e estudados de acordo com o ponto de vista liberal, que os considera antes de tudo resultantes da infiltração de diferentes ideologias políticas no país, como se estas fossem os únicos motores das atividades dos homens em tal setor. Ora, esse modo de encarar as coisas é particularmente pouco fecundo no Brasil, onde nunca existiram ideologias próprias e onde ninguém se preocupou de investigar quais são as ideias políticas realmente brasileiras. Não temos ainda uma história dos fatos políticos feita do ponto de vista sociológico, em que eles sejam encarados como produtos da vida em grupo, uma vez que não são fatos isolados dos outros fatos sociais; participando do desenvolvimento e das vicissitudes destes, somente poderão ser compreendidos dentro do todo, sofrendo sua influência e influenciando-o. Os estudos de política entre nós são histórias das ideias políticas que os brasileiros foram buscar no estrangeiro e tentaram implantar nesta terra, no afã de dar ao país uma fisionomia à altura do progresso mundial; coladas como etiquetas a diversos acontecimentos históricos, sugeriram aos estudiosos problemas que são quebra-cabeças para quem procura esclarecê-los de acordo com tais ideologias, mas que se simplificam se estudados sem uma ideia preconcebida, observando-se apenas o que se passou na realidade.

Caio Prado Jr. tentara uma interpretação sociológica do nosso passado político, com sua *Evolução política do Brasil*;[3] mas fugira ao primeiro preceito sociológico que é observar antes de interpretar: fora ao campo munido da interpretação prévia através da luta de classes e tentara impô-lo aos fatos brasileiros, quando só agora o Brasil desperta para essa luta.

Para que haja luta de classes é preciso que haja consciência de classes, solidariedade de classes. Essa consciência não existia antigamente entre nós; os que estavam colocados mais abaixo na escala social não tinham noção de que interesses diferentes podiam separá-los dos que pertenciam às camadas mais elevadas; a solidariedade aqui existente tinha por base a tribo familial com parentes, aderentes, agregados, isto é, laços de dependência consanguínea, material e moral. Para o sitiante compadre do Coronel Fulano, estar o Coronel Fulano de cima na política era estar o sitiante amparado e em situação privilegiada; seus interesses se entrelaçavam por esse lado com os do Coronel Fulano, embora ambos pertencessem a camadas sociais diferentes.

Este tipo de solidariedade tinha acompanhado muito naturalmente o modo pelo qual se processara a ocupação do solo, as grandes propriedades nas mãos de alguns senhores. O recém-chegado numa zona era condenado a se acolher à sombra do mandão local e ligá-lo fortemente a si se quisesse ter um apoio (de onde a importância da instituição do compadrio). A escravidão, reforçando o poder do proprietário rural, deu mais ênfase a estas relações. E tudo isto junto formou o nódulo duro e resistente do mandonismo local no Brasil, que fazia os homens se definirem em termos de posse em relação uns aos outros: "— Quem é você?" "— Sou gente do Coronel Fulano".

Duas eram as razões que levavam os grandes proprietários do interior a tomarem partido diante de problemas políticos: em primeiro lugar, seus interesses particulares; em segundo lugar, suas ligações de família e suas amizades, essa espécie de solidariedade tribal que ligava entre si largas cópias de grupinhos pelo interior brasileiro. Desde que a questão não tocava em suas posses, no que era ou no que esperava que fosse seu, o grande proprietário rural votava de acordo com as ideias de sua família ou de acordo com as ideias do compadre letrado da Corte que entendia melhor das coisas da política; em caso contrário, adeus solidariedade! Quanto aos outros, parentes, proprietários, menores, sitiantes, agregados, que gravitavam na órbita do grande proprietário, sempre se definiam da

[3] Prado Jr., Caio (1933). *Evolução política do Brasil*. Empr. Gráfica Revista dos Tribunais.

maneira pela qual tinha se definido este, acatando a decisão do chefe da família e do padrinho da tribo.

A política se desenvolveu tendo por núcleo o município. Durante a colônia, as dificuldades que encontrou Portugal em dominar e povoar um país do tamanho do Brasil fizeram com que se fomentasse o poder e a independência dos senhores rurais, que dominavam esses pequenos centros; o que havia de importante então eram as lutas dos proprietários rurais entre si para terem o poder, ou as lutas dos mesmos proprietários contra as interferências da Metrópole.

A importância do poder municipal se manteve durante o Império; no município, se o mandão local se desgostava com a Corte, a autoridade do governo "tornava-se pouco mais do que nominal: em vão promulgava os seus éditos, não eram obedecidos".[4] O parlamentarismo mascarou tal processo, dando lugar às controvérsias sobre se Pedro II fora ou não um autocrata, se quem governava era ele ou era o gabinete, se o gabinete fazia ou não fazia as eleições. Quem governava realmente eram as maiorias que se compunham e decompunham segundo os chefes locais estavam ou não de acordo com as medidas propostas pelo governo, e só quando nenhuma ameaça existia no horizonte contra os interesses dos proprietários rurais é que a "máquina eleitoral" do partido no poder dava resultado positivo. Daí a importância das eleições municipais que, notam depoimentos da época, eram o campo onde os políticos experimentavam suas forças; das composições, acordos, adesões e defecções observadas no âmbito municipal dependeriam a cor e a composição das Câmaras Municipal, Provincial e Geral, e finalmente do gabinete.[5]

Durante a Primeira República, as lutas municipais continuaram de primordial importância para a política brasileira. E a independência que continuavam a manter os municípios diante do poder central – fosse estadual ou federal – é demonstrada, entre outras provas, pelo célebre pacto que entre si estabeleceram chefes políticos do interior do Ceará, entre os quais o Padre Cícero, para evitar a queda dos oligarcas então dominantes. Uma das cláusulas do tratado estatuía que "havendo em qualquer dos municípios, reações ou mesmo tentativas contra o chefe oficialmente reconhecido com o fim de depô-lo ou de desprestigiá-lo, nenhum dos chefes dos outros municípios intervirá, nem consentirá que os seus amigos intervenham

[4] Armitage, João. (1837). *História do Brasil*. Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve.

[5] Souza Carvalho, A. A. (1870). *O Brasil em 1870*. Bl. L. Garnier Livr. Ed.

ajudando direta ou indiretamente os autores da reação", mas que só poderão intervir "para manter o chefe e nunca para o depor".[6] Todo o documento é escrito como se não existisse no Estado nenhum poder mais alto do que o poder dos coronéis municipais que o firmaram; e não existia mesmo, pois que nenhuma medida estadual ou federal interceptou o pacto...

O desenvolvimento interno do país foi se processando por acomodações sucessivas com este poder de fato – poder municipal nas mãos dos proprietários rurais – que, podemos dizer "grosso modo", se impôs à Metrópole durante a colônia, governou sob o manto do parlamentarismo durante o Império e abertamente dirigiu os destinos do país durante a Primeira República.

Os políticos de tipo realista, os que souberam ver que a verdadeira força política estava concentrada nas mãos dos proprietários rurais, os Bernardo de Vasconcellos, os Pinheiro Machado, dominaram sua época e estiveram sempre "de cima"; é que eles não se deixavam levar por rótulos ideológicos enganosos ou por partidos sem existência real e procuravam se entender diretamente com os coronéis rurais, perscrutando onde estavam as maiorias formadas pelo seu descontentamento ou satisfação. Oposto a este tipo, existiam os políticos idealistas que pretendiam impor reformas, desencadear movimentos de moralização social ou eleitoral em nome de princípios abstratos, que acreditavam que as leis fazem um país.

Durante as lutas pela abolição, fornecem-nos os ardentes abolicionistas um bom exemplo deste idealismo, os sóbrios republicanos do realismo. Abolição a todo o transe reclamavam os primeiros, levados por ideais humanitários abstratos, sem inquirir quais as consequências para a vida do país em geral e do escravo em particular. Enquanto os segundos, que se apresentavam como os defensores de todas as liberdades mas estavam conscientes do meio em que agiam, não se definiam abertamente diante do problema com o fim de conquistar as simpatias de gregos e troianos. No entanto, vê-se que mesmo este segundo tipo não tinha uma visão larga do fato político, não procurava enxergar além do imediatismo de suas preocupações, mas tomava contato apenas com o setor coberto pelos seus interesses.

A Independência trouxe aos proprietários rurais a necessidade de enviar representantes seus às Câmaras; obrigados a escolher entre o município e a capital, conservaram em suas mãos o município, que era onde assentava o seu poder, e mandaram para as Câmaras provincial e geral delegados seus,

[6] Barroso, Gustavo. (s/d.). *Almas de lama e aço*. Cia. Melhoramentos. pp. 24-31.

escolhidos entre os membros da família que tinham algum saber e podiam dignamente representá-la. Formou-se então durante o Império e a Primeira República uma camada de "profissionais" da política, quase todos de profissão liberal, desligados pela educação e pela necessidade de viver nas capitais do ambiente rural que representavam. A certeza de serem reeleitos, desde que votassem de acordo com os chefes do interior, desinteressava-os das lutas políticas municipais, que ficavam para os coronéis, e fixava-os nas cidades, – fenômeno do absenteísmo tão falado entre nós. Podia ser que tudo corresse bem e eles se portassem sempre como lídimos representantes de seus mandantes, percebendo ou não que eram simples mandatários; mas podia ser também que de repente a realidade em bruto, a realidade sem interpretação, a realidade rude do interior os expulsasse das Câmaras.

Durante o Império, o caso do gabinete Dantas é um bom exemplo de como os proprietários rurais formavam as maiorias e afastavam da política os representantes que os desgostavam. Dantas, liberal, apresentou à Assembleia Geral, cuja maioria era também liberal, um projeto relacionado com a emancipação dos escravos; imediatamente "destacaram-se da maioria liberal vários deputados que, unidos à oposição conservadora, moveram implacável guerra ao ministério", isto é, entraram em choque Assembleia e gabinete. Dantas não teve dúvidas, dissolveu a Assembleia e convocou novas eleições, para as quais pôs em movimento sua "máquina eleitoral"; por toda a parte, nos municípios, reinaram a violência e a fraude com o fito de dar votação majoritária ao gabinete, mas apesar de todos os esforços a vitória contrária foi esmagadora: todos os deputados abolicionistas que tinham apoiado o projeto não foram reeleitos e vieram ocupar lugar na Câmara "os mais graduados paladinos" da escravidão, fossem eles conservadores e liberais. Mas os proprietários rurais só sossegaram realmente quando o Imperador apelou para Cotegipe a fim de que formasse o gabinete; grande chefe escravocrata conservador, era a garantia de que a abolição não viria tão cedo. Assim impunham os proprietários rurais a sua vontade.[7]

No entanto, o próprio político avisado que sabia reconhecer os sintomas de nova maioria estava peiado porque sua visão tinha os limites dos seus interesses e dos de sua grei; não percebia muitas vezes a decadência daqueles de que era representante e a ascensão de outros. A força econômica tem sido no Brasil o esteio da política – o fato de terem sido tão importantes os

[7] Celso, Affonso. (1901). *Oito anos de Parlamento*. Laemmert et Cie. pp. 66-67.

proprietários rurais o atesta; esta força se desloca no espaço e no tempo, seguindo a ascensão de diferentes produtos e de diferentes zonas. Podemos distinguir no país períodos de homogeneidade política, quando a zona mais próspera é quem governa direta ou indiretamente; e períodos de desajustamento e crise, quando há mudanças de eixo econômico.

Há dois períodos nítidos de homogeneidade política em nossa história independente: o da Maioridade, até mais ou menos 1870 ou 1875, dominado pela prosperidade cafeeira do Vale do Paraíba.; e o da Primeira República, de 1900 até mais ou menos 1922, pela riqueza de Minas e sobretudo do café do Oeste paulista. Todo o início do século XIX até mais ou menos a Maioridade é período de crise, de desajustamento e consequentes tentativas de harmonização; processava-se então a decadência do açúcar no Nordeste e iniciava-se a ascensão do café no Vale do Paraíba; os políticos do Nordeste perdiam para os políticos fluminenses mas não completamente, porque a decadência não foi total e porque muitos fidalgos da cana vieram abrir fazendas de café nas imediações da Corte. O outro período de crise tem mais ou menos início com o empobrecimento e a ruína do Vale do Paraíba e com a melhoria dos matutos paulistas, que se tinham posto a plantar café na opulenta terra roxa, abandonando suas tropas de burros; a ela está associada a propaganda e o triunfo da República.

Nos períodos de homogeneidade política, os representantes da zona rica e próspera tinham a impressão de que representavam os interesses da nação como um todo; mas perdiam pé quando uma zona nova subia que reclamava medidas diferentes das que pretendiam para sua própria zona, medidas diferentes que julgavam inócuas ou arriscadas porque os interesses da sua não as requeriam. A zona rica vencendo levava seus políticos ao poder; as outras aderiam de bom ou mau grado ao vencedor e sofriam logo o contágio do seu pensamento, de que as medidas necessárias e reclamadas por ele eram as requeridas pelo progresso do país como um todo.

Esta falta de sentimento das diferenças do país, uma vez que muito diversas são as zonas, culturas, recursos e desenvolvimento, foi sempre um fato na política brasileira e prendeu-se não somente à riqueza e poderio de determinada região, como ao tamanho do país e à falta de comunicações que impedia que os habitantes de um lugar tomassem sentido dos problemas dos habitantes de outro.

Outros fatores contribuíram para reforçar a falta de visão: a homogeneidade social e política do país. Homogeneidade social porque, de norte a sul, a mesma estrutura estava presente com o tipo de família patriarcal apoiada na grande propriedade e na escravatura; as mudanças de eixo econômico estavam presas apenas à decadência da terra ou à impossibilidade de o produtor competir com outros no mercado estrangeiro; e se o eixo político acompanhava a mudança do eixo econômico, a estrutura social não se alterava. Homogeneidade política, porque por toda a parte era a Câmara Municipal que congregava os "homens bons" para o governo local e a defesa de seus interesses.

O aparecimento de órgãos centrais de governo – Assembleias provinciais e Assembleia geral — não aumentou a visão, porque eram eleitos para elas apenas os representantes dos proprietários rurais dominantes na zona e, nas outras zonas, seus simpatizantes. Uma queixa formulada geralmente durante a Primeira República era a de que mesmo nos municípios mais afastados dos estados mais longínquos, só eram eleitos para as Câmaras dos Vereadores os simpatizantes da política paulista e mineira.

A constante entrada de estrangeiros também não trazia nenhuma modificação porque sua ingerência na política não era vista com bons olhos; precisavam lutar para conseguir o direito de cidadania e, uma vez conquistado esse direito, a própria luta tinha agido como elemento aculturador, integrando-os no modo de pensar do país. Quando falamos em estrangeiros, não queremos acusar nossa gente de atitudes xenófobas; queremos chamar a atenção para o fato de que a defesa dos antigos contra os novos, os antigos defendendo privilégios, direitos e postos de mando, existiu e marcou sempre nossa política.

Este fenômeno se apresentou sob modalidades diversas. Durante o período colonial, exprimiu-se no desgosto dos velhos colonos contra os recém-chegados, de que a fundação de Santo André da Borba do Campo, para contentar os melindres de João Ramalho, é exemplo. Mais tarde, quando já existiam brasileiros de nascimento, deu lugar ao nativismo que desabrochou em nacionalismo no momento da Independência. Dentro dos municípios, inscreveu-se na lei imperial que impunha que o eleitor, além de satisfazer outras exigências, devia residir no lugar há mais de dois anos. Finalmente, anteriormente à Revolução de 1930, opôs uma barreira ao ingresso na arena política dos descendentes de imigrantes que subiram na escala social.

O fenômeno tem, pois, dois aspectos: um, é a defesa dos habitantes mais antigos contra os recém-chegados no país, brasileiros contra portugueses, brasileiros contra imigrantes, e forma o fundo do nacionalismo; o outro é o da defesa dos que já estão instalados na política contra gente que nela procura entrar, fenômeno interno que ora se apresenta como rivalidades regionais, ora como luta entre grupos.

Este segundo aspecto, muito importante, não teve ainda sério estudo entre nós. Lembremos um exemplo pitoresco: o Barão de Itapemirim, chefe político de prestígio, riquíssimo proprietário rural, não conseguiu nunca vencer uma eleição no município onde tinha o grosso de sua fortuna; todo o poder político local estava nas mãos dos irmãos Bittencourt, família antiga ali, que não permitiam que aquele homem novo na zona viesse usurpar posto de mando municipal que por direito de ancianidade lhes pertencia; a rede da solidariedade familial prendia todos os eleitores do Itapemirim à família Bittencourt, e o Barão, que tinha muita influência na política provincial do Espírito Santo, nunca teve uma vitória no seu município.[8]

Foram essas as direções principais que, num exame forçosamente ligeiro da história e do desenvolvimento social brasileiro, observamos vir à tona. A importância da solidariedade familial e o papel desempenhado em nossa política pelas lutas municipais estão a indicar a necessidade de começarem as pesquisas a partir do município, acabando com o mito de que um grupinho de figurões, na Corte ou na Capital Federal, comandava as pugnas partidárias, puxando de longe os cordõezinhos que moviam os coronéis do interior. Estudo que demanda tempo. Mas o quadro, embora ligeiramente esboçado,[9] já fornecia uma base de comparação para a pesquisa feita na atualidade.

Tentara o Prof. Charles Morazé,[10] a partir do material recolhido e elaborado pelos alunos, um diagnóstico da política brasileira de hoje, reservando a apresentação desse material para uma futura publicação em Boletim da Faculdade de Filosofia. Projetando contra o estudo do passado o quadro das eleições e do desenvolvimento social presente, verificar-se-ia a continuidade ou a transformação do fenômeno político atual.

Depois de 1889, o rápido desenvolvimento das cidades brasileiras acompanha um crescimento demográfico acentuado que começara no

[8] Taunay, Afonso de. (1939). *História do Café*. Ed. do Departamento Nacional do Café.

[9] Queiroz, Maria Isaura Pereira de. (1957). *O mandonismo local na vida política brasileira (da Colônia à Primeira República)*. São Paulo: Editora Anhembi. N.E.: Publicado posteriormente a esta comunicação de Maria Isaura Queiroz, pela Editora Anhembi, de São Paulo, em 1957.

[10] Morazé, Charles. (1954). *Les trois âges du Brésil*. Armand Colin.

passado com a chegada de levas de imigrantes; desenvolvimento que é uma novidade na atmosfera brasileira predominantemente rural. A cidade de São Paulo segue até 1930 o progresso demográfico do seu Estado; depois o ultrapassa de maneira espetacular, erguendo-se numa linha quase vertical. No estado de Minas Gerais, o crescimento da população do estado todo comparado com o da capital mostra como este foi relativamente pequeno em relação àquele. Na Bahia, Salvador tem desde o início certa importância em comparação com a população do Estado, que as capitais dos outros dois não possuíam; e o desenvolvimento da capital baiana acompanha, passo a passo quase a curva demográfica do estado, índice da relativa continuidade de uma urbanização já existente. Outros gráficos – do movimento bancário, do crescimento das superfícies cultivadas, – corroboram o aspecto agrícola do estado de Minas Gerais, a fisionomia urbanizada de São Paulo.

Paralelo ao desenvolvimento urbano posterior a 1930, processava-se o equipamento industrial e técnico do país, principalmente no Estado de São Paulo, denotado por exemplo no gráfico do movimento da aviação: enorme em São Paulo, é relativamente fraco na Bahia e muito fraco em Minas. A falta de desenvolvimento técnico e industrial dá a estes dois estados um caráter conservador, em oposição ao progressista de São Paulo.

Associando a estes aspectos o político, teremos o seguinte quadro: São Paulo, urbanização e industrialização rápidas a partir de 1930, predomínio do PSD sobre os outros partidos nas eleições de 1945 e 1947 e, em 1950, do PSP. Em Minas, desenvolvimento urbano pequeno, industrial menor ainda, estado de estrutura rural conservadora; embora o PSD tenha tido a maior votação, nota-se que é o único estado brasileiro em que o PR conservou importância. Finalmente, Bahia, onde a urbanização já existia e crescia de maneira constante, onde a industrialização era pequena, estado, pois, de estrutura urbana conservadora, nele a UDN teve a vitória. Nos estados de tipo conservador, os partidos como o PTB, PSP e PCB têm pouca representatividade, o que já não se dá num estado como São Paulo, em que figuram como partidos importantes.

UDN e PR são partidos "tradicionais". O PR é o velho Partido Republicano anterior a 1930, que fora o órgão do coronelismo rural; é, pois, um partido conservador rural. A UDN tem tradição urbana; em São Paulo, por exemplo, seu antecessor é o Partido Democrático que antes de 1930 congregava as forças de uma burguesia nascente; é um partido conservador urbano. O

PSD se mostra – em São Paulo principalmente – como o partido das grandes fortunas industriais. PCB, PTB, PSP são os partidos das massas.

Temos então em São Paulo, com os fenômenos da urbanização e da industrialização, o aparecimento de partidos novos. Na Bahia, estado conservador urbano, vence a UDN. Em Minas, estado conservador rural, o velho PR conserva prestígio.

A defesa de posições e privilégios pelos antigos ocupantes dos postos políticos atuou em 1945, por ocasião da reestruturação política, impedindo a expressão, dentro dos partidos "tradicionais", de novas camadas da população que, não vendo razão para que as posições-chave continuassem nas mãos dos velhos políticos, formaram partidos novos. Os novos que assim reclamavam ingerência nos negócios políticos eram formados por gente que a industrialização enriquecera; por uma burguesia média, que aparecera entre os antigos senhores rurais e a massa; e por esta mesma massa que, na sua parte alfabetizada, se mostrava desligada dos velhos chefes políticos.

É o PSD a expressão da nova camada de gente rica; não criou esse partido nenhuma forma nova de participação política, exprimiu-se através do tipo coronelista: assim como o coronel rural ia votar rodeado de parentes, afilhados e agregados cuja sorte estava presa à sua, assim o grande industrial tem à sua roda uma corte de dependentes que o apoiam; não os operários, mas todos os interesses que múltiplos negócios fazem dele depender. O PSD é de tal modo um partido à antiga maneira coronelista, que admitiu a adesão de grande parte do coronelismo rural – daí sua vitória em Minas Gerais, em detrimento do PR. Adesão que não é novidade nos anais brasileiros; da mesma forma a vitória da República, que era a vitória dos fazendeiros do café do Oeste paulista, trouxe para o Partido Republicano a adesão de coronéis das mais diversas zonas do Brasil.

No entanto, o fenômeno realmente novo na política brasileira é tomarem atualmente colono e operário consciência de que os interesses dos patrões não são os mesmos que os seus; na zona urbana, a industrialização promove este modo de pensar; na zona rural, é o loteamento das grandes fazendas, o aparecimento da pequena propriedade policultora que o propiciam.

Mas operário e colono não despertaram ainda para o fato de que fazem parte de uma classe. As possibilidades de ascensão social e de evasão da camada em que se nasceu dificultam o aparecimento dessa consciência e favorecem o individualismo. Operários e colonos assumem atitudes de luta, que se revelam pela recusa em votar nos candidatos dos patrões, mas

reúnem-se, por outro lado, a legítimos representantes do capitalismo, desde que acreditem que estes estão empenhados em defendê-lo – daí as chances de partidos do tipo PTB e PSP, assim como a formação de um outro tipo de coronelismo urbano, fundado na demagogia, ao lado do coronelismo urbano fundado nos interesses industriais.

É esse o fenômeno novo da nossa política: o desaparecimento da solidariedade familial, apagada pelo reconhecimento das diferenças de interesse das diversas camadas da população, nas quais não surgiu ainda todavia uma solidariedade de classes.

Esta nova independência nas atitudes políticas veio a lume primeiramente no país todo com a reeleição de Getúlio Vargas; em seguida, nas últimas eleições de Pernambuco e de São Paulo, com a vitória, nas capitais, de candidatos de partidos eleitoralmente inexpressivos: a massa manifestava assim sua falta de confiança nos candidatos das camadas altas, mas também sua falta de solidariedade interna. O mito do "pai dos pobres" não atuou em benefício dos candidatos do PTB nas duas últimas eleições referidas, apesar da votação maciça que em 1950 obtivera o atual chefe do governo, mostrando que a desconfiança crescera, atingindo os próprios dirigentes desse partido. Por outro lado, os partidos a que pertenciam os dois candidatos vitoriosos continuaram eleitoralmente inexpressivos como dantes, evidenciando que uma massa inorganizada, em busca de definição política é que lhes dera a palma.

Todos estes partidos são "nacionais", em oposição ao regionalismo e à atomização que havia antes de 1930 sob a capa de um PR único. No entanto, é no âmbito municipal que existe a fidelidade ao partido (sem que isto queira dizer que os políticos não mudem de um para outro): aí as lutas são violentas, as animosidades dividem os habitantes segundo linhas intransponíveis. Mas a segregação rigorosa vai enfraquecendo à medida que se passa para o plano estadual, depois para o federal, tornando possíveis os acordos mais incríveis, as associações mais impensáveis entre cédulas de candidatos de diferentes partidos dentro do mesmo envelope de voto. É nas lutas municipais, pois, que existem de fato diferenças partidárias, é ali que os partidos têm realidade e não nos outros planos da vida política.

Todas estas alianças, acordos, combinações e pactos entre diferentes partidos num determinado plano, quando noutros planos se mostram adversários ferrenhos, contribuem para reforçar a impressão de que a política brasileira é eminentemente absurda e caótica. É nos períodos de crise e de ajustamento que esta opinião se reforça; no passado, as diferenças econômicas

que então vinham a lume contribuíram para desnortear os políticos, mas o ajustamento era mais fácil porque a estrutura social se conservava homogênea. Atualmente, à mudança do eixo econômico da agricultura para a indústria, em vias de se processar, juntou-se uma complicação da estrutura social, que hoje apresenta gradações em muito maior quantidade do que as conhecidas até agora, aumentando a impressão de desordem.

A desordem e o caos existem de fato. Num país em que a vida se processou sempre segundo ritmos diferentes, em que tempos históricos diferentes coexistem, em que formas diferentes de ocupação de solo e diferenças geográficas determinam grandes diferenças de produção, dando como resultado tipos sociais diversos, introduziu-se com a industrialização uma componente nova que rompeu o equilíbrio em que se mantinham os elementos referidos. Há, uma busca de novas soluções, mas os políticos continuam a não ter plena consciência de que, dada a variedade de situações, as mesmas soluções não servem para todos: os interesses locais ou os interesses privados continuam desempenhado o papel de funestos antolhos.

Quisemos mostrar, com esta rápida análise, que existe uma linha de continuidade interna de nossa política; ela se evidencia, por exemplo, no aparecimento do novo tipo de coronelismo, o coronelismo urbano, para integrar na política brasileira elementos novos; assim os fenômenos que vão aparecendo adotam formas já conhecidas para se incorporarem no que existe.

Dizer então que nossa política é irracional não tem sentido; ela tem sua racionalidade interna que é preciso descobrir e que é forçosamente diferente da dos fenômenos políticos de outros países.

Mas a descoberta desta continuidade só pode ser feita através da introdução do ponto de vista sociológico nos estudos políticos brasileiros. Então se conseguirá desvendar, sob a falsa aparência de um desenvolvimento irracional, as constantes do nosso comportamento político que vêm se manifestando através da história e que unem entre si as populações dos diferentes estados; e se alcançará conhecer as diversidades que esse comportamento apresenta devido às diferenças que existem no próprio país, formado de zonas geográfica, econômica e socialmente diferentes. O ponto de partida desses estudos deve ser o plano em que o fenômeno político é mais violento e colore todos os outros aspectos da vida em grupo – o plano municipal.

* * *

Referências

Alves, José Claudio S. (2019). *Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*. Consequência.

Botelho, André. (2007). Sequências de uma sociologia política brasileira. *DADOS Revista de Ciências Sociais. 50*(1), 49-82.

Botelho, André. (2019). *O retorno da sociedade: política e interpretações do Brasil*. Vozes.

Botelho, André, Bastos, Elide R., & Villas Bôas, Gláucia (org.). (2008). *O moderno em questão. A década de 1950 no Brasil*. Topbooks.

Carvalho, José Murilo de. (1998). Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In J. M. Carvalho, *Pontos e bordados: escritos de história e política* (pp. 130-153). Editora UFMG.

Carvalho, Lucas C. (2010). *Transição e tradição: mundo rústico e mudança social na sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz* [Dissertação de Mestrado em Sociologia] Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Hirata, Daniel & Couto, Maria Isabel (Coords.). (2022, set.) *Relatório Mapa Histórico dos Grupos Armados no Rio de Janeiro*. Geni/UFF e Fogo Cruzado. https://geni.uff.br/2022/09/13/mapa-historico-dos-grupos-armados-no-rio-de-janeiro/

Leal, Vitor N. (1997). *Coronelismo, enxada e voto: o município e o sistema representativo no Brasil*. Nova Fronteira.

Lopes, Aline M. (2012). *Vida rural e mudança social no Brasil: tradição e modernidade na sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz*. [Tese de Doutorado em Sociologia]. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Manso, Bruno P. (2020). *A república das milícias: dos esquadrões da morte à era Bolsonaro*. Todavia.

Mello e Souza, Antônio C. de, Fernandes, Florestan, & Nogueira, Oracy. (1955, 21-27 jun.). *Anais do I Congresso Brasileiro de Sociologia*. Sociedade Brasileira de Sociologia. Disponível em https://www.sbsociologia.com.br/wp-content/uploads/2022/05/Anais-do-l-Congresso-Brasileiro-de-Sociologia.pdf

Queiroz, Maria Isaura P. de. (1976a). Contribuição para o estudo da sociologia política no Brasil. In M. I. P. Queiroz, *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios* (pp. 17-32). Alfa-Ômega.

Queiroz, Maria Isaura P. de. (1976b). O coronelismo numa interpretação sociológica. In M. I. P. Queiroz, *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios* (pp. 163-212). Alfa-Ômega.

Sallum Jr., Brasílio. (2002). Notas sobre a gênese da sociologia política em São Paulo. In: *Política e Sociedade, 1*(1), 73-86.

Villas Bôas, Glaucia. (2006). Fragmentos da sociologia política de Maria Isaura Pereira de Queiroz. In. G. Villas Bôas: *Mudança provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro* (Cap. 9). Editora FGV.

Recebido: 20 set. 2022.
Aceite final: 26 set. 2022.

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 4.0